



PPA | NOVAS FAÇANHAS

Plano Plurianual 2020-2023





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Eduardo Leite

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Ranolfo Vieira Júnior

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL
Otomar Vivian

CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. Júlio César Rocha Lopes

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Eduardo Cunha da Costa

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO
Tânia Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA
Cláudio Gastal

SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Leany Lemos

SECRETÁRIA DE ESTADO DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E
INTERNACIONAIS
Ana Amélia Lemos

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Faisal Karam

SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE
Arita Bergmann

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Ranolfo Vieira Júnior

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Marco Aurélio Santos Cardoso

SECRETÁRIO DE ESTADO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
Juvir Costella

SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS E HABITAÇÃO
José Stédile

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TURISMO
Ruy Irigaray

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Luís da Cunha Lamb

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL
Covatti Filho

SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER
João Derly

SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Artur Lemos Junior



SECRETÁRIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Regina Becker Fortunati

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
Cesar Luis de Araújo Faccioli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS
Catarina Paladini

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO E APOIO AOS MUNICÍPIOS
Agostinho Meirelles

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA
Beatriz Araújo

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Luis Augusto Lara

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Iradir Pietroski

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Fabiano Dallazen

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
Cristiano Vieira Heerdt

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO
Paulo Roberto Mendes Rodrigues

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Carlos Eduardo Zietlow Duro



SIGLAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

AGERGS	Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos	FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
	Delegados do Rio Grande do Sul	FASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul
AL	Assembleia Legislativa	FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler
BAC	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	FETLSVC	Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha
BADESUL	Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento	FGTAS	Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
BAGERGS	Banrisul - Armazéns Gerais S.A.	FOSPA	Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	FPERGS	Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul
BC	Banrisul Cartões S.A.	FTSP	Fundação Theatro São Pedro
BCV	Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	GOV	Governo do Estado
CC	Casa Civil	GVG	Gabinete do Vice-Governador
CEASA	Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A	IPEPREVI	Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
CEED	Conselho Estadual de Educação	IPESAUDE	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul
CEEE-D	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica	IRGA	Instituto Rio-Grandense do Arroz
CEEE-GT	Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	JME	Tribunal de Justiça Militar
CIENTEC	Fundação de Ciência e Tecnologia	JUCISRS	Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul
CM	Casa Militar	METROPLAN	Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
CORSAN	Companhia Rio-Grandense de Saneamento	MP	Ministério Público
CRM	Companhia Rio-Grandense de Mineração	PGE	Procuradoria-Geral do Estado
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem	PROCERGS	Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul
DEFPUB	Defensoria Pública do Estado	SAAM	Secretaria de Articulação e Apoio aos Municípios
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito		
EDP	Escritório de Desenvolvimento de Projetos		
EFE	Encargos Financeiros do Estado		
EGR	Empresa Gaúcha de Rodovias S.A.		
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul		



SJCDH	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos	SES	Secretaria da Saúde
SEAPDR	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural	SGGE	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
SEAPEN	Secretaria da Administração Penitenciária	SICT	Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia
SECOM	Secretaria da Comunicação	SOP	Secretaria de Obras e Habitação
SEDAC	Secretaria da Cultura	SSP	Secretaria da Segurança Pública
SEDETUR	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	STAS	Secretaria de Trabalho e Assistência Social
SEDUC	Secretaria da Educação	SULGAS	Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul
SEFAZ	Secretaria da Fazenda	SUPRG	Superintendência do Porto de Rio Grande
SEL	Secretaria do Esporte e Lazer	TCE	Tribunal de Contas do Estado
SELT	Secretaria de Logística e Transportes	TJ	Tribunal de Justiça
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura	UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
SEPLAG	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão		
SERFI	Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais		



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Secretária: Leany Lemos

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento: Gilberto Pompílio de Melo Filho

Secretário Adjunto de Gestão: Marcelo Soares Alves

Elaboração:

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Diretor: Antonio Paulo Cargnin

Diretora Adjunta: Carla Giane Soares da Cunha

Equipe técnica: Ana Júlia Possamai, Antonio Paulo Cargnin, Bruno de Oliveira Lemos, Carla Giane Soares da Cunha, Irma Carina Brum Macolmes, Juliana Feliciati Hoffmann, Laurie Fofonka Cunha, Ana Maria de Aveline Berte, Aida Dresseno da Silveira, Alberto Marcos Nogueira, Carina Ribas Furstenau, Clarissa Black, César Stallbaum Conceição, Dionísio Saccol Sangui, Fernanda Rodrigues Vargas, Fernando Dreissig de Moraes, Gisele da Silva Ferreira, Grazieli Testa, Luciana da Silva Mieres, Mariana Lisboa Pessôa, Marlise Margo Henrich, Paulo Victor Marocco Milanez, Rayssa Miczewski de Araujo, Rosanne Lipp João Heidrich, Silvia Letícia Lorenzetti, Suzana Beatriz de Oliveira.

Colaboração:

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Diretor: Herbert Klarmann

Equipe técnica: Adi Collaziol, Alessandro Castilhos Martins, Cláudia Conzatti Dal Pozzo, Rômulo Messias Kipper, Adoni-Zedeque Rodrigues Alencar, Andrei Felipe da Silva Nunes, Carolina Gyenes, Fabiano Schardosim Schwanck, José Nilson da Cunha Maia, Leila Verena Rivas dos Santos, Luciana Dal Forno Gianluppi, Marilana Zimmermann, Martha Heberle, Paulo Rosado Telles, Roberta Hansel de Moraes, Rose Mari Minho dos Santos.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Liderau dos Santos Marques Junior

Equipe técnica: Bruno Paim, Daiane Boelhouwer Menezes, Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho, Liderau dos Santos Marques Junior, Pedro Tonon Zuanazzi, Raul Luis Assumpcao Bastos, Renato Antonio Dal Maso, Ricardo Cesar Gadelha de Oliveira Junior, Rodrigo Daniel Feix, Rodrigo Morem da Costa, Roberto Pereira da Rocha, Tomás Pinheiro Fiori.

Revisão: Marlise Margô Henrich

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Plano Plurianual 2020-2023 / Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão . Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2019.

366 p. : il.

1. Ciência Política. 2. Planejamento Governamental. 3. Gestão Pública I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão . Departamento de Planejamento Governamental. II. Título.

CDU 320

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes – CRB 10/1393



SUMÁRIO

MENSAGEM	9
APRESENTAÇÃO	11
DIRETRIZES ESTRATÉGICAS	14
O Processo de Elaboração do PPA 2020-2023	14
Eixos e Objetivos Estratégicos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul	22
CENÁRIO ECONÔMICO	26
Panorama da Economia Gaúcha	26
Quadro Geral das Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul	38
Cenário Fiscal para o Plano Plurianual 2020-2023	57
NOVOS DESAFIOS	60
Dinâmica Demográfica do Rio Grande do Sul	60
Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Estado do Rio Grande do Sul	65
Inovação e Desenvolvimento na Economia Gaúcha	83
NOVAS FAÇANHAS	97
Projeto de Lei do PPA 2020-2023 para a Assembleia Legislativa	97
ANEXO I	101
PROGRAMAS TEMÁTICOS	103
PODER EXECUTIVO	105
Eixo Estado Sustentável	107
Eixo Governança e Gestão	121
Eixo Sociedade com Qualidade de Vida	133
Eixo Desenvolvimento Empreendedor	185
PROGRAMA DE CRÉDITO	235
PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	241
PROGRAMA DE ENCARGOS ESPECIAIS	273
PODER LEGISLATIVO	299
PODER JUDICIÁRIO	309
MINISTÉRIO PÚBLICO	317
DEFENSORIA PÚBLICA	329
RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE	337
ANEXO II	353
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020	355

Mensagem





APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual (PPA) é um dos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal e na Estadual, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA estabelece as diretrizes, os programas e as ações para a Administração Pública estadual direta e indireta para um período de quatro anos. Esse período se inicia no segundo ano de mandato e se encerra no primeiro ano do mandato seguinte. Além de compor um documento legal, o PPA consiste em uma oportunidade para que o Governo organize, detalhe e comunique tanto o conteúdo de sua proposta de governo quanto o modelo de gestão adotado.

Nessas condições, o PPA 2020-2023 expressa, por meio de seus 12 grandes Programas Temáticos, 68 Ações Programáticas, 413 Iniciativas, 1.051 Produtos, 38 Indicadores Temáticos e 152 Indicadores de Resultado, a orientação do Governo e, também, um modelo de gestão comprometido com a geração de resultados, equilíbrio fiscal e inovação, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social sustentável e a realização de novas façanhas no RS.

O processo do PPA 2020-2023 contou com a participação de mais de 1.500 pessoas, 40 horas de qualificação a distância e quase 50 dias de oficinas de trabalho presenciais com a Rede de Planejamento e Orçamento, criada pelo Decreto nº 54.536/2019. Contou ainda com duas edições de validação com secretários e um Fórum Regional para participação dos COREDEs. Além disso, foi feita uma pesquisa na internet, entre 10 e 19 de julho, com a participação de mais de 3.200 pessoas. Um processo rico, participativo e desafiante.

O PPA reflete os objetivos e diretrizes do Governo, formulados a partir de uma base estratégica e consolidados no mapa estratégico, que confere a necessária unidade e direcionamento à ação governamental e permite avaliar seus resultados. Assim, está organizado de acordo com os eixos definidos pelo

planejamento estratégico: **Estado Sustentável, Governança e Gestão, Sociedade com Qualidade de Vida e Desenvolvimento Empreendedor**. O Plano busca incorporar a perspectiva do cidadão, com programas voltados a resolver problemas e a aproveitar oportunidades e, com isso, entregar melhores resultados à sociedade. Atende também a necessidade de regionalizar as políticas públicas, com foco na sua territorialidade.

Desse modo, o Plano Plurianual reforça o propósito de uma mudança de paradigma, visando recuperar a autoestima e criar as condições para construir um futuro melhor.

Na busca de um Estado Sustentável, é fundamental que se persiga a **Sustentabilidade Fiscal** e se estabeleçam **Novas Parcerias**, visando promover e garantir o uso e a gestão adequados dos recursos públicos, por meio da otimização dos processos de trabalho, de maior qualidade no gasto público e do combate à evasão e à sonegação fiscal. O estabelecimento de parcerias e soluções inovadoras é também um instrumento que deverá qualificar a entrega de serviços.

Todos sabemos que o Estado atravessa uma situação fiscal de extrema dificuldade, estando entre as piores de todo País, com passivos bilionários acumulados de exercícios anteriores. Em praticamente todos os anos, nas últimas décadas, foram registrados déficits orçamentários, com o governo gastando mais do que arrecadou. O nível de gasto chegou ao extremo, refletido nos indicadores de dívida consolidada e de despesa de pessoal acima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, com indicativo de piora. Assim, a estruturação de uma Receita Digital para 2030 procura qualificar os processos de tributação e fiscalização com vistas a uma arrecadação eficiente e cobrança simplificada para o cidadão. No lado da despesa, iniciativas procuram qualificar o gasto público e viabilizar a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF.



Outro grande desafio se coloca para a sociedade gaúcha: o desafio demográfico. A evolução recente da população gaúcha antecipa movimentos que são também observados nacionalmente, principalmente nos estados do sul e do sudeste: a queda da taxa de fecundidade, em patamares abaixo do nível de reposição, e o aumento da expectativa de vida. Esses fatores nos fazem despertar a atenção quanto aos reflexos sobre as áreas de saúde, educação, infraestrutura e previdência do Estado. Soma-se a esses condicionantes o recorrente e histórico déficit migratório com os outros estados brasileiros, que deriva não do fluxo elevado de saída de pessoas, mas sim do baixo fluxo de entrada. Assim, a componente migratória adiciona mais um elemento para tornar o RS o estado mais envelhecido do País e, ao que tudo indica, o primeiro a apresentar redução populacional, o que está previsto para acontecer a partir de 2035.

Nossa economia tem apresentado um desempenho moderado, seguindo a marcha lenta da economia nacional, com resultados positivos, porém ainda distantes dos níveis de produção anteriores à crise de 2015-2016. A recuperação econômica é uma condição fundamental para a melhoria nas contas públicas, tanto em nível federal quanto em nosso estado, que propiciará uma maior eficácia para a ação do poder público. Certamente, tais problemas estruturais refletem-se na impossibilidade de se ampliar, e muitas vezes qualificar, os serviços públicos prestados à população. Torna-se evidente, portanto, que a superação dos gargalos existentes requer a definição de uma nova agenda, que atue saneando as finanças, gere consequências positivas para a economia e transforme a vida das pessoas.

A retomada da competitividade passa pela migração do analógico para o digital. O uso intensivo de tecnologia deve estar presente em todos os setores governamentais, em especial na educação, na saúde e na segurança pública. A inovação deve ser utilizada como ferramenta de gestão pública, suportando a construção de um Estado contemporâneo. O Estado precisa evoluir.

Sendo assim, outro programa fundamental é o **Governo 4.0**, alinhado ao pilar estratégico de melhoria da Governança e da Gestão para a transformação do Estado do Rio Grande do Sul. O Governo 4.0 deve entregar

respostas ágeis e efetivas às demandas do cidadão, otimizando a prestação de serviços, por meio do desenvolvimento, do aperfeiçoamento e da divulgação de soluções digitais intuitivas, atrativas e com informação clara e transparente, elementos basilares da modernização da gestão.

Entretanto, as mudanças transformadoras pretendidas somente serão possíveis com a construção de consensos estratégicos, que exige esforços e sacrifícios coletivos, com um olhar para o futuro e para o bem comum. Da mesma forma que a inovação, a convergência deve fomentar o desenvolvimento e a modernização do Estado. É essencial a capacitação e o desenvolvimento profissional dos servidores, melhoria da gestão patrimonial e a melhoria do processo de tomada de decisão, tendo como base informações e evidências confiáveis.

Para que possamos ter uma Sociedade com Qualidade de Vida, outro eixo estratégico, devemos disponibilizar um **RS Seguro**, programa que atua na prevenção da violência e na atuação conjunta e coordenada das forças policiais, com uso de inteligência e sinergia, e foco nas áreas mais violentas. O **Educa+RS** deverá garantir educação de qualidade para acompanhar a evolução do conhecimento, criando um ambiente favorável para diminuir as desigualdades sociais, fomentando o desenvolvimento integral em uma ambiência de empreendedorismos, inovação e inteligência. As ações para a **Saúde Cidadã** devem promover a prevenção e melhorar a assistência à saúde da população, baseada na integralidade do cuidado, com atenção à qualidade, à resolutividade e à otimização da aplicação dos recursos públicos. Por meio do **RS Cidadania**, deverão ser estimuladas ações para construir uma sociedade mais próspera, igualitária e participativa, através da geração de oportunidades, assegurando a inclusão social e a vivência da cultura, do esporte e do lazer, em sinergia com as ações de educação e saúde. Todas essas ações devem estar alinhadas com a **Evolução Sustentável**, visando promover o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de ações de proteção ambiental e de fomento a investimentos na diversificação da matriz energética, com ampliação da oferta de serviços de saneamento básico e do fortalecimento das práticas de educação ambiental.



O Desenvolvimento Empreendedor é outro alicerce para um Rio Grande do futuro. A atualização da legislação tributária, a desregulamentação e a revisão e redução dos processos burocráticos associados, por meio do **Simplifica RS**, irá remover os entraves, incentivar a competitividade e promover a sustentabilidade dos negócios. Com o **Acelera RS**, Inovação, criatividade e empreendedorismo serão marcas para modernizar e agregar valor à produção por meio do fomento à educação empreendedora e ao incentivo à qualificação tecnológica e às empresas da nova economia, gerando emprego e renda. Inovação, ciência e tecnologia são os campos do futuro e, aliados à economia criativa, irão gerar oportunidades para além dos já robustos e tradicionais setores da economia gaúcha. O programa **Campo em Ascensão** deverá promover o cooperativismo e estimular as cadeias produtivas agropecuárias, por meio do fomento à infraestrutura e à inovação tecnológica, bem como à pesquisa, à educação profissional inovadora, à assistência técnica e à extensão rural, com vistas a agregar valor aos produtos, gerando emprego e renda no campo. Para que o Estado se desenvolva de forma equilibrada, o programa **Desenvolve RS** irá estimular o aproveitamento das capacidades regionais, com fomento à inovação e à modernização da produção, da infraestrutura e da qualificação da mão de obra. Além disso, na busca de um desenvolvimento empreendedor, devemos disponibilizar as melhores condições de infraestrutura e logística, que é o desafio do **RS Infraestrutura**. Para tanto, é fundamental a integração dos modais de forma eficiente e segura, bem como a garantia do acesso à energia, ao saneamento e à conectividade.

É através dessa edificação coletiva e democrática entre o governo e a sociedade gaúcha que pretendemos reverter a atual situação fiscal do Estado, promover a modernização da gestão e das estruturas e incrementar a qualidade dos serviços prestados à população, com vistas à retomada do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande, de maneira alinhada à agenda global da sustentabilidade. O compromisso do Governo do Estado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é tal que 82,5% das iniciativas propostas neste Plano Plurianual concorrem para sua consecução direta ou indiretamente.

O País espera uma mudança de paradigma. Os gaúchos e gaúchas anseiam por essa mudança. O Rio Grande do Sul, pela sua tradição e realização como modelo de desenvolvimento sustentável, trará maior abundância e prosperidade para aqueles que são a razão de ser do Estado e das políticas públicas – a própria sociedade.

Desejamos e esperamos que este plano seja um passo fundamental para recuperar a autoestima e criar as condições para construir um futuro melhor para a sociedade do Rio Grande do Sul.

EDUARDO LEITE

Governador do Estado



DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Processo de Elaboração do PPA 2020-2023

A análise da evolução metodológica do PPA gaúcho, seus resultados produzidos e seus desafios persistentes orientam a busca contínua por aperfeiçoamento do processo de elaboração do Plano Plurianual. O objetivo é torná-lo cada vez mais um instrumento efetivo de planejamento, que reflita, organize e equacione as agendas, os compromissos e os objetivos do novo Governo; as diretrizes e os objetivos setoriais e transversais, bem como os objetivos regionais e da sociedade. A finalidade última é que o Plano sirva como um guia permanente, capaz de subsidiar a gestão e a tomada de decisão, de maneira integrada, holística e transparente.

Dessa forma, busca-se que o PPA seja um instrumento a partir do qual se possa negociar, acordar, comunicar e avaliar, de maneira ampliada, as escolhas e os cursos de ação adotados, bem como a correspondente alocação de recursos para dar tratamento e produzir resultados sobre os problemas, as demandas e as oportunidades identificados a partir da sociedade. Para tanto, cabe ao Plano Plurianual não só refletir as escolhas acordadas, mas também prever estratégias para sua implementação, o que envolve negociar e prever arranjos de coordenação intersetoriais, que superem a tradicional lógica fragmentada de atuação governamental. Nesse sentido, o PPA 2020-2023 inova ao propor a composição de Programas Temáticos, cuja escala permite dar tratamento à transversalidade dos problemas e agendas públicos.

A produção de resultados para a sociedade requer também especial atenção à dimensão territorial dos problemas e das oportunidades, de modo que a ação pública equacione diferentes intensidades de tratamento, conforme necessário. Requer, por fim, realismo financeiro, para propor medidas e metas viáveis.

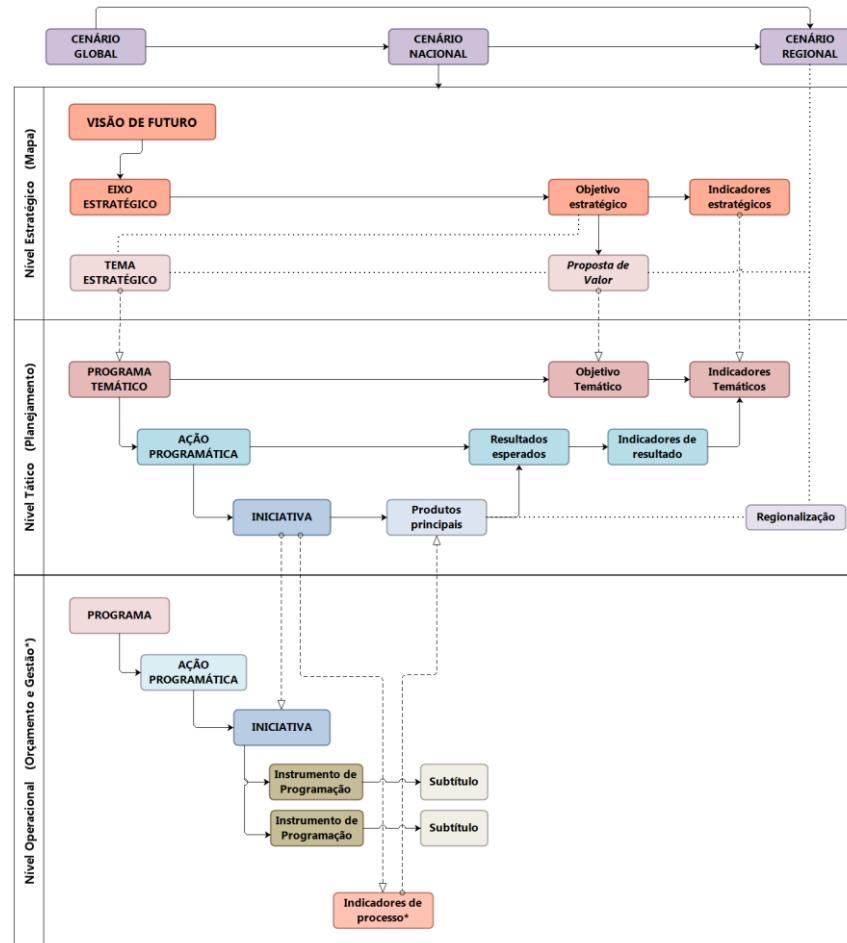
Em síntese, o processo de elaboração e acompanhamento do PPA 2020-2023 assume as seguintes diretrizes primordiais:

- **Integração dos processos de planejamento:** integração entre os níveis estratégico, tático e operacional;
- **Perspectiva do cidadão:** construção de programas partindo de situações-problema ou oportunidades identificadas do ponto de vista do cidadão e dos resultados que a ele se pretende entregar;
- **Transversalidade e intersetorialidade:** programas temáticos, que reúnam um conjunto de ações e iniciativas intersetoriais, com vistas a dar tratamento a macroproblemas de maneira integrada e compartilhada;
- **Planejamento estratégico, gestão por resultados e inovação:** tradução dos objetivos em indicadores de resultado, passíveis de serem aferidos em tempo oportuno para a tomada de decisão estratégica;
- **Regionalização:** atenção à diferenciação regional das ações e iniciativas;
- **Restrição Fiscal:** construção de um plano alicerçado em um cenário de restrição fiscal, visando o estabelecimento de resultados e metas factíveis.

Integração dos Processos de Planejamento

A elaboração do PPA 2020-2023 assentou-se em um esquema metodológico que destaca a interação com a gestão estratégica, cujo alinhamento é requisito para dar unicidade às estratégias de ação governamental em busca dos resultados esperados, especialmente no que se refere a programas e projetos prioritários estabelecidos a partir do Mapa Estratégico do governo.

Figura 1 - Esquema metodológico de integração dos processos de planejamento na elaboração do PPA



Fonte: Marco Metodológico PPA 2020-2023

Por sua vez, da gestão da implementação dependerá a vital retroalimentação do processo de planejamento, de modo que se possa operar os ajustes e as mudanças necessárias para produzir os resultados acordados.

Ao analisar, revisar e constantemente comunicar os caminhos que se está adotando para se chegar ao resultado esperado, ampliam-se não só a transparência da ação pública, mas também a adesão dos atores direta ou indiretamente envolvidos. Dessa forma, é possível aproximar a ação ao que se planeja, assegurando que se mantenha o curso em direção à meta desejada. Busca-se, assim, fortalecer a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental, especialmente em um cenário de recursos escassos.

OS PROGRAMAS DO PPA 2020-2023

Em conformidade com a Constituição Estadual e a Lei Complementar nº 10.336/1994, a unidade de organização fundamental do PPA são os programas. Programas são instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos. No PPA 2020-2023, serão adotados quatro tipos de programas, sendo que os dois primeiros se diferenciam entre si pelos beneficiários diretos de seus produtos ou serviços: se a sociedade ou o Estado. São eles:

- Programas Temáticos;
- Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado;
- Programas de Crédito; e
- Programa de Encargos Especiais.

Programas Temáticos

Programas de natureza finalística, que resultam em bens e/ou serviços ofertados diretamente à sociedade. Consistem em conjunto articulado de esforços intersetoriais que buscam dar tratamento a situações-problema socialmente identificadas sob um escopo temático comum, reconhecidas e declaradas pelo Governo como objeto de política pública. Destinam-se a alterar, mudar ou aproveitar situações-problema em um horizonte de quatro anos, com vistas a materializar no longo prazo as propostas de valor perseguidas pelos Objetivos Estratégicos do Governo. Possuem Ações Programáticas, Iniciativas e Produtos, bem como objetivos e resultados esperados mensurados por indicadores.



Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Programa que produz bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos demais programas. Esse Programa não possui objetivos explícitos, nem indicadores. Cada órgão terá uma Ação Programática própria dentro do Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, com os valores estimados para cada iniciativa padronizada e previamente especificada. Dessa forma, busca-se conferir eficiência e transparência na aplicação desses recursos. São elas:

- Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura;
- Publicidade Institucional;
- Remuneração de Pessoal; e
- Qualificação de Recursos Humanos.

Programas de Crédito

Programas geridos pelas instituições de crédito do Estado. Possuem objetivos e metas físicas, caracterizadas pelo volume de crédito concedido, número de operações realizadas e/ou número de beneficiários das operações. Não contêm, porém, dados quantitativos relativos às despesas previstas.

Programa de Encargos Especiais

Programa de natureza exclusivamente financeira, registrado por meio de iniciativas padronizadas, quais sejam: Outros Encargos Especiais, Serviço da Dívida e outras que forem necessárias. Não figuram na programação do PPA 2020-2023, sendo apenas considerados para fins de estabelecimento do cenário financeiro que orientará a fixação das metas dos demais programas.

REDE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A fim de organizar os processos de elaboração, acompanhamento e revisão do Plano Plurianual, foi instituída por meio do Decreto nº 54.536, de 25 de março de 2019, a Rede de Planejamento e Orçamento do Estado do Rio

Grande do Sul, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. A Rede é constituída pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo Estadual. A cada Secretaria Estadual coube indicar um Coordenador Setorial, incumbido pela coordenação da elaboração, do acompanhamento e da revisão do PPA setorial, da própria Secretaria e de suas entidades vinculadas, além de um Responsável pela elaboração e revisão do Plano, bem como pela prestação de informações para seu acompanhamento.

Uma vez constituída a Rede, a elaboração dos Programas do PPA 2020-2023 seguiu as etapas descritas a seguir.

ETAPAS DA ELABORAÇÃO DO PPA 2020-2023

Ensino a Distância (EAD)

Realização de quatro edições do **Curso de Introdução à elaboração do Plano Plurianual 2020-2023**, na modalidade semipresencial (primeira edição) e EAD (demais edições), em parceria com a Escola de Governo (EGOV). De caráter introdutório, contou com 40h/aula, ao longo das quais se buscou propiciar nivelamento básico sobre planejamento governamental e apresentar a metodologia de elaboração do PPA.

Fórum Regional

Realização de um Fórum Regional, com o objetivo subsidiar o Plano com temas estratégicos para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, tendo como base a perspectiva das regiões. Cada Região Funcional de Planejamento (RF), em acordo com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs) que dela fazem parte, apresentaram cinco temas estratégicos, definidos com base nos Planos Estratégicos dos COREDEs, elaborados e entregues pelos Conselhos ao Governo do Estado em abril de 2019. Os temas priorizados serviram de subsídio para a definição do Programas Temáticos, das Ações Programáticas, das Iniciativas e, sobretudo, das metas regionalizadas do PPA 2020-2023, construídos nas etapas seguintes.



Etapa Qualitativa

Aberto oficialmente o processo de elaboração do PPA 2020-2023, em 24 de abril de 2019, foram realizadas um conjunto de oficinas presenciais com os membros da Rede de Planejamento e Orçamento.

Primeiramente, houve as **Oficinas Temáticas**, com vistas a construir intersetorialmente as estratégias de implementação dos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico do Governo. A partir de uma análise de contexto (Matriz SWOT) e da discussão dos objetivos estratégicos, foram identificados temas estratégicos e respectivas propostas de valor que se desejava entregar à sociedade em quatro anos. Com esse fito, foram então discutidas e definidas possíveis situações-problema ou oportunidades que deveriam receber tratamento, bem como as intersetorialidades necessárias para tanto.

As estratégias de implementação passaram, então, por um processo de priorização indicativa por eixo estratégico. Esses resultados apresentados e trabalhados pelo Secretariado na **Oficina de Validação 1**, no dia 14 de maio, na qual foram definidos e acordados os Programas Temáticos e os respectivos Objetivos Temáticos do PPA 2020-2023.

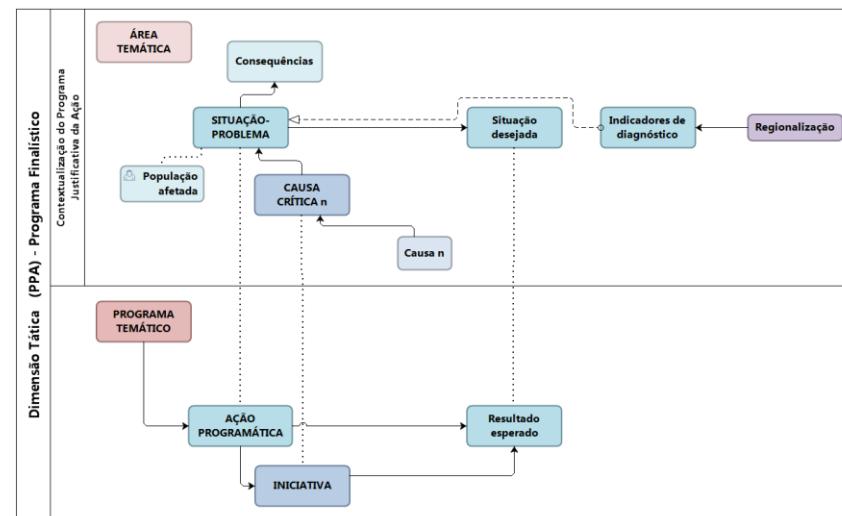
A partir desse corpo estratégico inicial, passou-se às **Oficinas Programáticas**. Apresentados os Programas e Objetivos Temáticos validados, foi iniciada a construção coletiva do tratamento das respectivas situações-problema ou oportunidades levantadas inicialmente, a partir da discussão da sua Árvore de Problemas. Identificadas causas e consequências, passou-se à construção das intervenções possíveis sobre cada causa crítica da situação-problema, a partir da Teoria da Mudança, que segue um encadeamento lógico entre iniciativa proposta, beneficiários elegíveis, recursos necessários, produtos resultantes, resultados intermediários sobre a causa crítica e resultado final esperado de mudança da situação-problema. Dessa forma, construíram-se os elementos estruturantes dos Programas Temáticos, quais sejam: as Ações Programáticas para tratar uma situação-problema e as respectivas Iniciativas para atacar suas causas.

Causas críticas sob a responsabilidade potencial de outros órgãos também foram destacadas nas Oficinas Programáticas para serem discutidas

em seguida, na **Oficina Transversal**, quando se negociou a proposição de novas iniciativas no bojo da Ação Programática, agora de caráter intersetorial.

Com a definição das Ações Programáticas e Iniciativas a comporem cada Programa Temático, procedeu-se à **Oficina de Validação 2** com o Secretariado no dia 27 de junho, quando se delineou a estrutura tática final do planejamento governamental para os próximos quatro anos.

Figura 2 - Esquema metodológico de elaboração das Ações Programáticas e Iniciativas dos Programas Temáticos do PPA 2020-2023



Fonte: Marco Metodológico PPA 2020-2023.

Etapa Quantitativa

O horizonte financeiro para o período de vigência do PPA 2020-2023 foi estabelecido a partir de um cenário base, contendo projeções de indicadores de crescimento econômico e estimativas de receitas e despesas para o período de quatro anos. A partir disso, e consideradas as prioridades do Governo oriundas dos compromissos políticos assumidos e dos condicionantes legais existentes, foram estabelecidos os limites financeiros que condicionaram a

quantificação dos valores desejados dos indicadores de resultado das Ações Programáticas e das metas físicas dos produtos. Essas foram trabalhadas com os órgãos na **Oficina de Indicadores e Regionalização**. Validada pelo Governador, foi então enviada para apreciação da Assembleia Legislativa a proposta do PPA 2020-2023.

OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PPA

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de dar tratamento no Plano Plurianual 2020-2023 aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos em 2015 pelos países-membro da Organização das Nações Unidas.

Apresentados à Rede de Planejamento e Orçamento na Etapa EAD e na Etapa Qualitativa do processo de elaboração do PPA, incentivou-se que os órgãos identificassem as iniciativas que contribuíssem direta ou indiretamente para a consecução de um ou mais objetivos. Uma vez identificadas, as iniciativas passaram a receber o selo ODS, sendo destacadas no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023. Esse alinhamento e seu posterior acompanhamento mostram-se fundamentais para o cumprimento das metas estabelecidas na agenda de desenvolvimento.

 Na seção Novos Desafios, apresenta-se um diagnóstico dos ODS no Estado do Rio Grande do Sul, seguido pelos resultados obtidos nesse alinhamento com as iniciativas do Plano Plurianual, programadas para os próximos quatro anos. Tais objetivos serão revisitados anualmente no PPA, para traduzir um alinhamento cada vez maior e mais preciso.

Figura 3 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

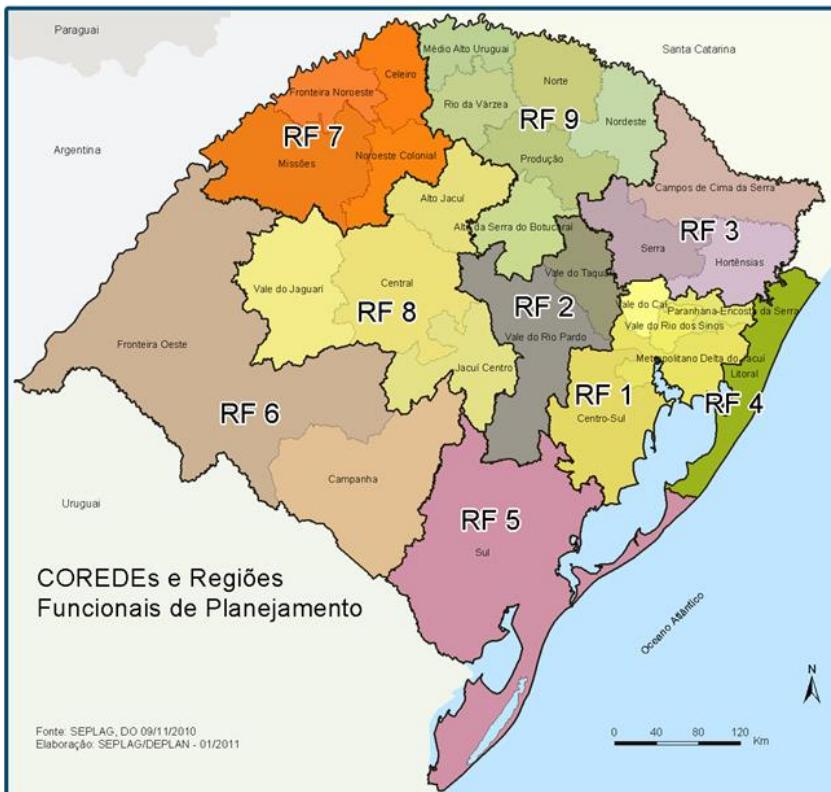


Fonte: Nações Unidas, 2015.

A DIMENSÃO TERRITORIAL DO PPA

A vinculação da programação pública com o território está proposta na Constituição Federal de 1988, conforme disposto no artigo 165, tendo sido reforçada pela Constituição Estadual de 1989, em seu artigo 144. A valorização da dimensão regional sempre esteve presente entre os eixos ou objetivos estratégicos dos governos gaúchos. A criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), formalizada pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, adicionou fórum permanente e autônomo de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional.

Figura 4 - Regiões dos COREDEs e Regiões Funcionais de Planejamento



Fonte: SEPLAG.

Objetivando aperfeiçoar a regionalização dos resultados da ação pública, para a elaboração do PPA 2020-2023 foram realizados **Sínteses Territoriais** sobre questões setoriais consideradas prioritárias. Além disso, incentivaram-se os órgãos a consultar o Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, os Planos Estratégicos dos COREDEs, bem como outras bases de dados e informações disponibilizadas pela Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os resultados da regionalização de produtos e metas da

Administração estadual são publicados nos **Cadernos de Regionalização 2020-2023**, em volume exclusivo.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PPA

A participação da sociedade no processo de planejamento está prevista na Constituição Federal de 1988, tendo sido reforçada pela Constituição Estadual de 1989. No PPA 2020-2023, além da realização de Fóruns Regionais, em que foram manifestas as temáticas estratégicas das Regiões Funcionais do Estado, subsidiando a definição dos Programas Temáticos, Ações Programáticas, Iniciativas e metas físicas regionalizadas dos produtos, foi aberta à participação da sociedade uma consulta pública digital.

Na **Consulta Pública PPA Novas Façanhas**, os gaúchos foram convidados a conhecer o que é o Plano Plurianual e a se envolver no processo, indicando sua ordem de priorização dentre as doze temáticas trabalhadas e elencando até duas ações ou entregas previstas em cada Programa Temático.

O processo foi aberto à participação de 10 a 18 de julho de 2019, tendo contado com 3.219 participantes válidos. Dos que informaram o gênero, 44,4% se identificaram com o gênero feminino, e 55,5%, masculino. Já os participantes que identificaram sua idade têm, em média, 37 anos, sendo a menor idade registrada 16 anos, e a maior, 77 anos. Residentes em Porto Alegre, Santa Maria, Canoas e Caxias do Sul tiveram a maior participação na Consulta.

Quanto à priorização dos Programas Temáticos do PPA, a tríade Segurança, Educação e Saúde desponta nos três primeiros lugares, seguida por infraestrutura e desenvolvimento.



Figura 5 - Programas Temáticos priorizados pelos participantes válidos da Consulta Pública do PPA Novas Façanhas, em ordem decrescente



Por sua vez, 1.401 participantes priorizaram as seguintes ações ou entregas de cada Programa Temático.

Eixo Estado Sustentável

- **Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias:**
 - ✓ Modernização do sistema de controle interno, de transparência e implantação da Lei Anticorrupção (33,2%)
 - ✓ Equilíbrio das finanças públicas e melhoria da qualidade do gasto, com adesão ao regime de recuperação fiscal (29%)

Eixo Governança e Gestão

- **Governo 4.0**
 - ✓ Gestão de pessoas moderna e voltada para o desenvolvimento e a valorização dos servidores, especialmente (36,2%)
 - ✓ Gerenciamento eficiente de obras públicas, com uso de tecnologias de ponta (34,5%)

Eixo Sociedade com Qualidade de Vida

- **Educa+RS**
 - ✓ Melhoria da infraestrutura física, pedagógica e administrativa das escolas (57,7%)
 - ✓ Formação inicial e continuada de professores e servidores da educação, com foco na melhoria dos índices e resultados educacionais (50,1%)
- **RS Seguro**
 - ✓ Qualificação das ações das polícias e serviços de segurança para preservar a ordem pública e garantir a segurança dos cidadãos (Cidadão mais Seguro) (59,3%)
 - ✓ Fortalecimento da capacidade de resposta da segurança pública pela melhoria da gestão e incorporação de tecnologias e salas de situação (43%)
- **Saúde Cidadã**
 - ✓ Promoção da qualidade de vida, com ações para infância, idosos e integração do esporte (65,6%)
 - ✓ Fortalecimento da prevenção e promoção da saúde (57,5%)
- **RS Cidadania**
 - ✓ Fortalecimento de políticas antidrogas e inclusão social de egressos de medidas socioeducativas, bem como qualificação do acolhimento institucional de crianças e adolescentes (Reconectado Vidas) (39,9%)
 - ✓ Fortalecimento de programas de apoio à juventude e prevenção da violência (POD+ e POD Socioeducativo) (28%)
- **Evolução Sustentável**
 - ✓ Preservação e conservação de flora e fauna gaúchas (68,8%)
 - ✓ Promoção de gestão ambiental integrada (58%)



Eixo Desenvolvimento Empreendedor

- **Simplifica RS**
 - ✓ Redução da burocracia para as empresas, especialmente ao modernizar a legislação (82,9%)
 - ✓ Fortalecimento do Programa Sala do Investidor, aumentando eficiência e agilidade no atendimento (Facilita Investidor) (52,9%)
- **Acelera RS**
 - ✓ Fomento à pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e inovação e formação de capital humano em áreas portadoras de futuro (Conhecimento, Ciência e Tecnologia) (60,7%)
 - ✓ Parcerias para atração de investimentos, promoção de talentos e implementação de observatório na área de inovação, ciência e tecnologia (Gestão da Inovação) (38,8%)
- **Campo em Ascensão**
 - ✓ Desenvolvimento e expansão de negócios agropecuários, com apoio à agricultura familiar e ao cooperativismo (56%)
 - ✓ Fomento de pesquisa e inovação tecnológica para o campo e agricultura (36,2%)
- **Desenvolve RS**
 - ✓ Melhoria das estradas vicinais e de acesso a serviços de infraestrutura de saneamento dos municípios (40,1%)
 - ✓ Apoio à gestão municipal e ao desenvolvimento regional, com participação popular (27,8%).
- **RS Infraestrutura**
 - ✓ Ampliação, manutenção e qualificação da malha rodoviária (59%)
 - ✓ Expansão e melhoria do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos (50,2%)

A priorização da sociedade na Consulta Pública PPA Novas Façanhas servirá de indicativo para monitoramento intensivo e prestação de contas ampliada à sociedade ao longo dos próximos quatro anos. Além de comunicar e aproximar o processo de planejamento da sociedade gaúcha, a Consulta Pública serviu também para reforçar as diretrizes da adoção da perspectiva do cidadão e do consequente desenho de ações, iniciativas e produtos voltados à entrega de resultados concretos para a sociedade. Como visto, tratam-se de diretrizes estabelecidas desde o início do processo do PPA e consistem em compromisso e desafio a ser perseguido persistentemente pela gestão pública.

Assim, o Plano Plurianual 2020-2023 foi construído tendo em vista trazer melhores resultados da atuação governamental para a sociedade. Além das melhorias da gestão, a preocupação com o desenvolvimento e a sustentabilidade está na centralidade das ações e, nesse sentido, os capítulos que seguem realizam uma análise do cenário econômico, destacando a evolução recente da economia gaúcha, suas vulnerabilidades e suas potencialidades, tanto no contexto internacional quanto na relação com o restante do País. A seguir, com a preocupação de verificar alternativas para a sustentabilidade fiscal, é realizada uma análise das finanças públicas. As consequências das dinâmicas demográficas e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são também preocupações abordadas, detalhando o rebatimento desses objetivos e suas metas para o Rio Grande do Sul. Por último, é realizada uma análise sobre a inovação e os desafios para transformação do Estado nessa perspectiva.



Eixos e Objetivos Estratégicos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O Plano Plurianual reforça o propósito de uma mudança de paradigma, visando recuperar a autoestima e criar as condições para construir um futuro melhor para a sociedade do Rio Grande do Sul.

Articula-se à base estratégica do Governo do Estado, construída a partir dos compromissos que pautaram a campanha eleitoral e solidificada com o planejamento estratégico do Governo, em um conceito que promove a inovação – Novas Façanhas.

Destaca-se, nesta proposta, a interação com a gestão estratégica, cujo alinhamento é requisito para dar unicidade às estratégias de ação governamental em busca dos resultados esperados, especialmente no que se refere a programas e projetos prioritários. Do gerenciamento da implementação depende a vital retroalimentação do processo de planejamento, de modo que se possa operar os ajustes e as mudanças necessárias para se produzir os resultados acordados.

O mapa estratégico do Governo, conforme detalha a Figura 1, expressa essa visão e mostra que os esforços do poder público devem convergir para a prestação de serviços públicos modernos e ágeis, para um estado mais justo, competitivo e sustentável e uma sociedade mais próspera.

No eixo **Estado Sustentável**, busca-se uma “evolução sem ruptura, que supera o discurso da crise e recupera a esperança e a autoestima...”. Para tanto, definem-se os seguintes objetivos estratégicos:

- **Buscar equilíbrio fiscal otimizando o gasto e maximizando as receitas:** mitigar a insuficiência estrutural atuando sobre o caixa e

sobre os desequilíbrios existentes. Visa à melhoria da arrecadação e à racionalização da execução da despesa, assegurando o cumprimento das obrigações legais para gerar consequências positivas para a economia do Rio Grande do Sul.

- **Aumentar a capacidade de investimento:** buscar alternativas para o fortalecimento da capacidade de investimento, alinhado com as prioridades estratégicas para o fomento da competitividade e do crescimento econômico do Estado.
- **Qualificar e incrementar a prestação de serviços formando parcerias com setor privado e terceiro setor:** ampliar a participação da iniciativa privada por meio de PPPs e concessões nos investimentos e na operação dos serviços, para superar deficiências e recuperar a estrutura que possa proporcionar a retomada do crescimento. Reforçar as medidas de captação de recursos, buscando fontes de financiamento que promovam o incremento das políticas públicas.

Por meio do eixo **Governança e Gestão**, os objetivos que sustentam a busca de um Estado Sustentável devem levar “...o Rio Grande do Sul para um novo patamar de competitividade, tirando o estado da era analógica rumo à era digital...”. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- **Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do governo:** isso se dará com a implementação de uma estrutura de Governança que articule e integre os direcionadores estratégicos, atue por meio de projetos transversais e do monitoramento e gestão estratégica para produzir e entregar os resultados desejados.



Figura 6 - Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul





- **Aprimorar os mecanismos de transparência:** tornar a disponibilidade de acesso a informações uma prática usual do poder público, garantindo a transparência da gestão pública para o efetivo controle social para aproximar a sociedade dos seus representantes.
- **Promover a articulação regional e a participação social:** gerar novos arranjos de políticas públicas que fomentem o papel mais ativo do cidadão e padronizem as estruturas de regionalização.
- **Valorizar e desenvolver o servidor público:** adotar ações que promovam o engajamento, a motivação e o desenvolvimento dos servidores, estimulando a integração, a colaboração e o trabalho em equipe, reforçando a confiança e a percepção da diferença que podem produzir e intensificando ações que contribuam com as estratégias e entregas ao cidadão.
- **Modernizar e desburocratizar os processos:** promover maior integração dos serviços com racionalização e aperfeiçoamento dos procedimentos e trâmites burocráticos, bem como fortalecer a interdependência e transversalidade das ações, simplificar o ambiente de negócios para fomentar o crescimento econômico e ampliar a condição competitiva do Estado.

Por sua vez, no eixo **Sociedade com Qualidade de Vida**, para a “...promoção do desenvolvimento social”, foram elencados os seguintes objetivos estratégicos:

- **Aumentar a segurança e o combate ao crime:** buscar uma forte atuação coordenada das forças de combate ao crime em todos os níveis, assim como, o uso intensivo da tecnologia, a reorganização e eficientização da rede de casas prisionais e uma forte política preventiva junto à comunidade e às novas gerações. Perseguir uma maior eficiência no direcionamento dos recursos e potencialização do uso de tecnologias modernas de identificação, monitoramento e controle da criminalidade, além de oportunizar a reinserção social dos

apenados e dos egressos, por meio de programas específicos de inclusão social.

- **Qualificar o aprendizado para a nova economia:** proporcionar às novas gerações uma educação eficiente e de qualidade, conectada aos novos tempos e às novas tecnologias. A qualidade de ensino é de vital importância, pois o nível de excelência a ser demandado pela nova economia exigirá profissionais diferenciados no mercado.
- **Promover a sustentabilidade ambiental:** a sustentabilidade deve assegurar a qualidade de vida às gerações atuais e futuras. Isso se dá pela conservação dos recursos hídricos, gestão sustentável e equilibrada dos ecossistemas terrestres, maior acesso a energias limpas e renováveis, processos produtivos mais eficientes e menos poluentes. Além disso, busca-se intensificar a fiscalização ambiental e implementar políticas e programas de educação e conservação.
- **Promover a inclusão social e o espírito de cidadania:** agregar qualidade de vida a toda a sociedade gaúcha, proporcionando inclusão social, cultura, esporte e lazer, complementando as iniciativas de segurança, saúde e educação.
- **Prestar assistência à saúde, fortalecendo a promoção e prevenção:** investir nas melhores práticas de gestão da saúde pública, com uso de tecnologias modernas para agilizar o atendimento da população, universalizar o acesso e fazer com que este seja o mais perto possível das residências.

E, por fim, no eixo **Desenvolvimento Empreendedor**, visando à “... retomada do crescimento econômico”, foram elaborados os seguintes objetivos:

- **Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital:** migrar o setor público do analógico para o digital. Inovar por meio da digitalização de processos e serviços, melhorando a interação com os cidadãos, empresas e a sociedade.



- **Fortalecer o desenvolvimento regional:** buscar o desenvolvimento regional sustentável alinhado estrategicamente com as políticas públicas e atividades empreendedoras mais vocacionadas em cada região do Estado. Desenvolver projetos regionais estratégicos por meio da organização de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais e de incentivo ao desenvolvimento de cadeias de fornecedores locais.
- **Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais:** promover o crescimento econômico do Estado, criando um ambiente que estimule o seu desenvolvimento através de um sistema de apoio tecnológico e linhas de financiamento adequadas, visando à inovação das práticas, processos e negócios.
- **Adequar o modelo tributário com foco na competitividade:** melhorar o ambiente interno de negócios mediante a simplificação da desoneração tributária e a redução da burocracia, possibilitando a integração e revisão das regras fiscais com vistas à competitividade da indústria, do comércio e dos serviços.
- **Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples:** descentralizar os processos, dando autonomia às secretarias e melhorando a coordenação das ações e recursos, ampliando a utilização da tecnologia de informação para incrementar a qualidade e eficiência na prestação de serviços públicos.
- **Reducir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura:** modernizar a infraestrutura logística e a integração entre os modais de transporte. Disponibilizar energia a toda população gaúcha, universalizar o acesso ao gás natural, ampliar as linhas de transmissão de energia elétrica e levar internet e energia trifásica ao campo.

Tendo em vista a Visão de Futuro e os Objetivos Estratégicos estabelecidos no Mapa Estratégico do governo, os programas, ações programáticas e iniciativas do Plano Plurianual 2020-2023 foram alinhados com os projetos prioritários de governo. Essa articulação deverá permitir o alinhamento das ações de governo que deverão ser acompanhadas tanto por meio da evolução do Plano Plurianual quanto por meio do monitoramento intensivo dos projetos prioritários.

Assim, projetos prioritários que visam à construção de um Estado Sustentável e melhorias na Governança e Gestão, como a adesão ao regime de recuperação fiscal, o RS Digital e o RS Parcerias foram destacados como ações ou iniciativas do Plano Plurianual. Isso também se aplica aos projetos destinados à busca de uma Sociedade com Qualidade de Vida, como os projetos prioritários para melhoria do fluxo escolar dos alunos de ensino fundamental e médio, de qualificação da segurança pública – RS Seguro, de aprimoramento da assistência farmacêutica, dentre outros. Na área de desenvolvimento empreendedor, projetos como o projeto da rede de inovação – InovaRS, de Desenvolvimento Regional, RS Turismo Sustentável, Reestruturação dos Portos e Hidrovias do RS são, também, exemplos da integração dos instrumentos de planejamento e monitoramento.

Ao analisar, revisar e constantemente comunicar os caminhos que se está adotando para se chegar ao resultado esperado, ampliam-se não só a transparência da ação pública, mas também a adesão dos atores direta ou indiretamente envolvidos. Dessa forma, é possível aproximar a ação ao que se planeja, assegurando que se mantenha o curso em direção ao resultado esperado. Busca-se, assim, fortalecer a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental.

CENÁRIO ECONÔMICO

Panorama da Economia Gaúcha

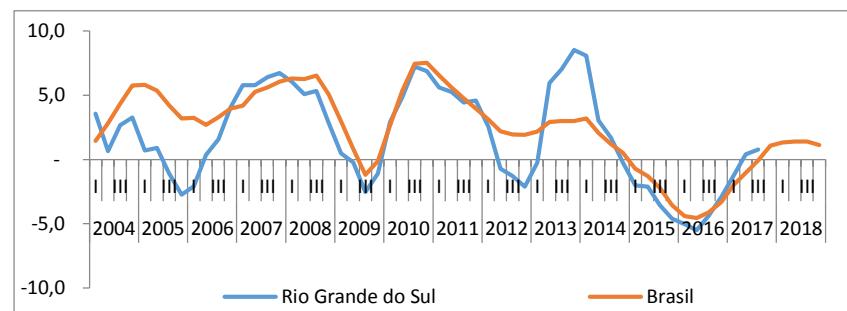
O desempenho econômico do Rio Grande do Sul deve ser analisado a partir da compreensão da dinâmica das condições econômicas nacional e internacional, haja vista as importantes relações produtivas, comerciais e financeiras da economia gaúcha com a economia brasileira e mundial.

Nesse sentido, o ritmo de crescimento econômico do Estado é determinado, principalmente, pelos ciclos econômicos do País. Os momentos de descolamento entre as séries podem ser atribuídos a fenômenos climáticos adversos no Estado, especialmente os períodos de estiagem e os subsequentes anos de recuperação da safra agrícola.

Desse modo, o estudo da economia gaúcha parte da análise da economia nacional, a qual, em linhas gerais, vivenciou um período próspero entre 2004 e 2010 e, após a desaceleração de 2011–2014, presenciou dois anos consecutivos de retração do PIB (2015–2016), seguidos por dois anos de variação econômica positiva (2017–2018).

No entanto, a recuperação da economia está em um ritmo lento e aquém do esperado, diante do contingente de 12 milhões de desempregados e de uma moderada produção industrial, a qual ainda não retomou o nível pré-crise. Sob a perspectiva externa, o cenário internacional é adverso e desafiador aos formuladores de política, diante das instabilidades que cercam as expectativas quanto ao crescimento mundial, conforme será discutido na seção a seguir.

Gráfico 1 – Variação (%) acumulada em quatro trimestres do PIB trimestral do Brasil e do RS – 2004–2018



Fontes: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE e Fundação de Economia e Estatística (FEE). Nota: A série do PIB do Rio Grande do Sul foi descontinuada a partir do quarto trimestre de 2017.

CENÁRIO INTERNACIONAL

Após uma década da Crise Financeira Internacional, a economia mundial é marcada por uma desaceleração no crescimento econômico, que passou de 3,8%, em 2017, para 3,6%, em 2018, conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI). As projeções para 2019 e 2020 têm sido revisadas para baixo e indicam crescimento mundial de 3,3% e 3,6%, respectivamente, e estão sujeitas a riscos de novos rebaixamentos. O contexto é de aumento das incertezas frente à maior volatilidade dos mercados financeiros internacionais e à desaceleração estrutural do comércio internacional, agravada pelas tensões comerciais, especialmente entre Estados Unidos e China. Por outro lado, o possível acordo entre os dois países e a adoção de uma política monetária mais acomodatícia em 2019 pelo Federal Reserve (FED) podem trazer algum alento nessa inconstante conjuntura.

No grupo das economias desenvolvidas, os países da Zona do Euro e o Reino Unido apresentaram moderação no seu dinamismo em meio aos protestos de rua protagonizados pelos chamados “coletes amarelos” na França, ao enfraquecimento na produção industrial alemã, às fragilidades financeiras na Itália e às incertezas com o *BREXIT*. Os Estados Unidos mantêm aquecida a atividade econômica e o mercado de trabalho com a adoção de política fiscal expansionista, porém com alguma redução esperada no ritmo de crescimento econômico para os próximos anos.

Dentre as economias emergentes e em desenvolvimento, a Ásia continua como a região mais dinâmica, com destaque para o desempenho positivo da Índia, por um lado, e a desaceleração no crescimento chinês, por outro. Por sua vez, a economia da América Latina e Caribe também desacelerou em 2018, diante dos problemas financeiros na Argentina, a paralização dos caminhoneiros no Brasil (em virtude do aumento dos preços dos combustíveis), e o colapso econômico e político na Venezuela. Para 2019 e 2020, estima-se alguma recuperação no ritmo de crescimento econômico da Região, a qual também está sujeita a revisões com viés de baixa. Quanto ao Brasil, o relatório de abril do FMI prevê um crescimento de 2,1%, enquanto o Boletim Focus do Banco Central do Brasil¹ revisou para 0,8% a expectativa de variação do PIB brasileiro em 2019. Algumas análises recentes adicionam pessimismo a essas perspectivas, ao sinalizar no horizonte os riscos de uma recessão técnica², após a divulgação de uma variação negativa de 0,2% no PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2019, em relação ao último trimestre de 2018.

A identificação de alterações no cenário econômico internacional é relevante para a dinâmica econômica do Rio Grande do Sul, diante da interligação entre a economia regional, brasileira e internacional por meio das conexões produtivas, comerciais e financeiras. O impacto das mudanças vai depender da magnitude dessas relações e do grau de exposição do País e do Estado ao mercado externo.

¹Conforme expectativas de mercado do Boletim Focus de 5 de julho de 2019.

² Considera-se uma recessão técnica a queda no PIB em dois trimestres consecutivos.

Tabela 1 – Taxa de crescimento (%) do PIB mundial, por regiões e países selecionados – 2017-2020

Grupos/Regiões/Países	2017	2018	2019*	2020*
Mundo	3,8	3,6	3,3	3,6
Economias avançadas	2,4	2,2	1,8	1,7
EUA	2,2	2,9	2,3	1,9
Zona do Euro	2,4	1,8	1,3	1,5
Reino Unido	1,8	1,4	1,2	1,4
Japão	1,9	0,8	1,0	0,5
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,8	4,5	4,4	4,8
Emergentes e em desenvolvimento da Ásia	6,6	6,4	6,3	6,3
China	6,8	6,6	6,3	6,1
Índia	7,2	7,1	7,3	7,5
América Latina e Caribe	1,2	1,0	1,4	2,4
Brasil	1,1	1,1	2,1	2,5
México	2,1	2,0	1,6	1,9
Argentina	2,7	-2,5	-1,2	2,2

Fonte: *World Economic Outlook/FMI*.

Nota 1: Relatório de abril de 2019. Nota 2: Os dados para 2019* e 2020* são projeções.

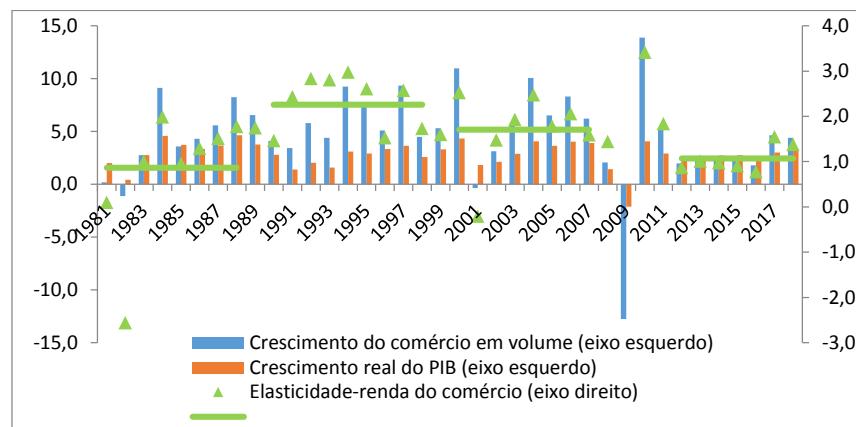
No que tange às transações comerciais internacionais, um fato surgido após o “Colapso do Comércio Mundial” – na esteira da Crise Financeira Internacional (2008-2009) – e a imediata recuperação de curto prazo (2010-2011) é a desaceleração no comércio internacional, não apenas em termos absolutos, mas também em relação ao PIB. Enquanto nos anos 1990 o comércio crescia mais do que o dobro do PIB, após 2012 as duas variáveis passaram a crescer mais ou menos no mesmo ritmo. A aproximação da elasticidade-renda do comércio mundial³ ao valor unitário vai ao encontro do diagnóstico estrutural da referida desaceleração, marcada pelo esgotamento dos fatores prévios que levaram a um crescimento do comércio acima do PIB, em especial os processos de abertura e liberalização comercial, durante a fase de consolidação do capitalismo global.

Vale destacar também a dimensão cíclica do enfraquecimento da razão entre o comércio e o PIB, especialmente o baixo dinamismo do investimento, o componente da demanda mais intensivo em comércio. Esse quadro de

³ A elasticidade-renda do comércio mundial é calculada como a razão entre o crescimento do comércio internacional e o crescimento do PIB em nível mundial.

enfraquecimento absoluto e relativo das transações comerciais tem como agravante a guerra comercial, a qual, juntamente com a corrida tecnológica, representa uma das dimensões da disputa hegemônica entre as principais economias mundiais. Nesse ambiente em mutação, há espaço para o reordenamento das Cadeias Globais de Valor e das possibilidades de *upgrading*, o que pode ser uma oportunidade para a inserção estratégica nessas cadeias, especialmente para aqueles países distantes da fronteira tecnológica.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento (%) do comércio internacional e PIB Mundial – 1980–2018*



Fonte: World Trade Statistical Review (2018).

Nota 1: Os dados de 2018* são estimativas.

Nota 2: O comércio de bens compreende a soma das importações e exportações em volume.

Nota 3: A elasticidade-renda do comércio é calculada como a razão entre o crescimento real do comércio e do PIB.

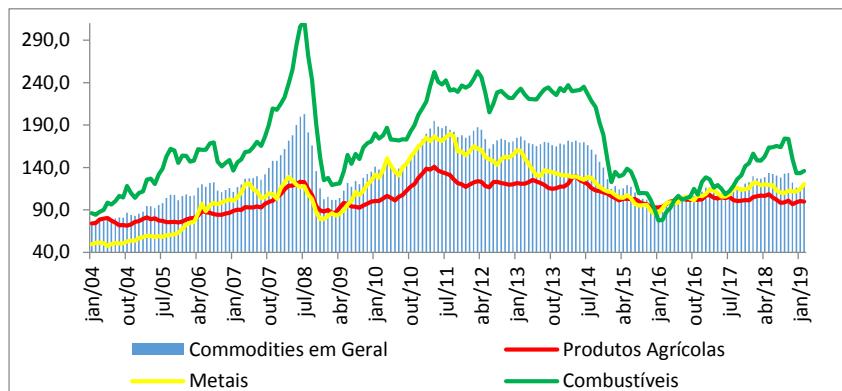
Nota 4: A elasticidade-renda do comércio de 2009 não consta no gráfico.

Assim, o baixo dinamismo do comércio mundial, somado à moderação no crescimento chinês e à crise na Argentina, importantes parceiros comerciais para o País e o Estado, podem se reverter em possíveis adversidades para um ritmo mais acelerado de crescimento do volume das exportações brasileiras e gaúchas. Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2018 o valor das vendas externas brasileiras e gaúchas para a Argentina caíram respectivamente 15,1% e 21,6% (-1,9% e -9,9% em quilogramas, nessa ordem). Já as exportações do País e do Estado para a China, majoritariamente de produtos primários, tiveram um desempenho positivo

nesse período (35,2% e 14,2% em valor e 11,1% e 9,9% em volume, nessa ordem).

Outro importante determinante do valor das vendas externas do País e do Estado são os preços internacionais de *commodities*, cuja determinação ocorre no mercado internacional, portanto fora da alcada dos formuladores de política. Em média, esses preços se valorizaram em 2018 (13,0%), segundo os dados do FMI, principalmente os combustíveis (27,3%), seguidos pelos metais (3,7%). Já os preços dos produtos agrícolas caíram 0,7%, com destaque para a performance negativa do preço internacional da soja (-4,5%), importante produto na pauta exportadora gaúcha e brasileira. Assim, essa dinâmica se coloca muito aquém do boom das *commodities* (2003–2011) e muito distante das máximas alcançadas durante a chamada fase “platô” (2012–2014).

Gráfico 3 – Índice de preços internacionais de commodities – jan/04 a fev/19



Fonte: FMI. Nota: Base 2016=100.

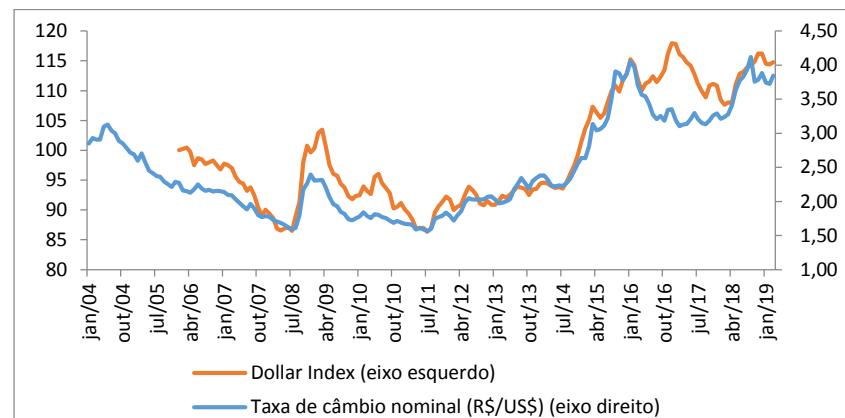
Para 2019, as estimativas sinalizam para a redução nos preços das matérias-primas, em termos gerais, segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e as previsões do FMI. Se, por um lado, isso diminui as pressões inflacionárias, por outro tende a impactar negativamente não apenas o valor das exportações, mas também a atratividade para investimentos estrangeiros, o equilíbrio das contas externas e a inserção dinâmica do País e da Região na economia mundial.

Quanto aos fluxos financeiros, o ano de 2018 foi marcado por um aumento da aversão ao risco mundial, o que levou a uma saída de capitais de mercados emergentes e em desenvolvimento em direção a ativos de países considerados de menor risco. Economias com baixo nível de reservas internacionais e elevado endividamento externo denominado em moeda estrangeira, como a Turquia e a Argentina, tiveram que lidar com instabilidades financeiras e problemas de liquidez.

Por sua vez, o Brasil mantém a sua solidez do ponto de vista externo, ao considerar o estoque acumulado em reservas internacionais pelo Banco Central do Brasil, ao longo dos anos 2000, e o baixo nível de dívida denominada em moeda estrangeira. Mesmo assim, em 2018 houve um aumento na taxa de câmbio (R\$/US\$) no contexto de valorização do dólar em relação a uma ampla cesta de moedas, conforme o gráfico a seguir, somado às incertezas que marcaram o período eleitoral no País. Por um lado, isso aumenta a competitividade e a receita em moeda doméstica das exportações, mas por outro, adiciona alguma pressão sobre o nível de preços internos e o poder de compra da população, em geral.

Esse aumento da instabilidade financeira internacional e de valorização do dólar ocorreu em um cenário de elevação gradual das taxas de juros nos Estados Unidos ao longo de 2018 e de redução no programa de recompra de títulos vencidos pelo *FED*, o que se traduz em uma diminuição no seu expansionismo monetário. Esse programa conhecido como *Quantitative Easing (QE)* iniciou em 2008 e atingiu o ápice em 2015, quando o balanço do FED registrou 4,5 trilhões de dólares em ativos. No entanto, no primeiro trimestre de 2019 o FED sinalizou a interrupção no processo de elevação das taxas de juros e de redução no seu balanço em 2019, o que diminui o ritmo de normalização monetária e minimiza as turbulências nos mercados financeiros. Por sua vez, o Banco Central Europeu que havia encerrado no mês de dezembro de 2018 o seu programa de expansão quantitativa, anunciou também em março de 2019 que adiará pelo menos até o final do ano o aumento na taxa de juros, e, ao mesmo tempo, irá reativar as compras líquidas de dívida pública e privada, diante do baixo nível de atividade econômica.

Gráfico 4 – Dollar Index e taxa de câmbio nominal (R\$/US\$) – jan/04 a fev/19



Fonte: Banco Central do Brasil e *Federal Reserve (FED)*.

Nota: *Dollar Index* é o índice da taxa de câmbio nominal de uma cesta de moedas por unidade de dólar, com base jan/06=100.

Em suma, o contexto internacional em 2018 foi marcado pelo aperto nas condições financeiras internacionais e pelo enfraquecimento do comércio internacional, acentuado por tensões comerciais. Se por um lado, o anúncio recente de um menor ritmo de normalização monetária e o possível acordo entre Estados Unidos e China minimizam as turbulências, por outro, as revisões para baixo nas previsões de crescimento mundial permanecem como um sinal de alerta. Diante desse contexto menos favorável, a seção a seguir analisa a conjuntura econômica brasileira em 2018, apresenta os seus precedentes e identifica quais as suas perspectivas.

CONJUNTURA BRASILEIRA

A economia brasileira viveu um período próspero entre 2004 e 2010, quando a economia registrou crescimento médio superior a 5,0% ao ano (desconsiderando a retração de 2009), influenciado por um cenário externo favorável – com crescimento nos preços de *commodities* e abundante liquidez internacional – e por uma expansão do mercado doméstico, especialmente após

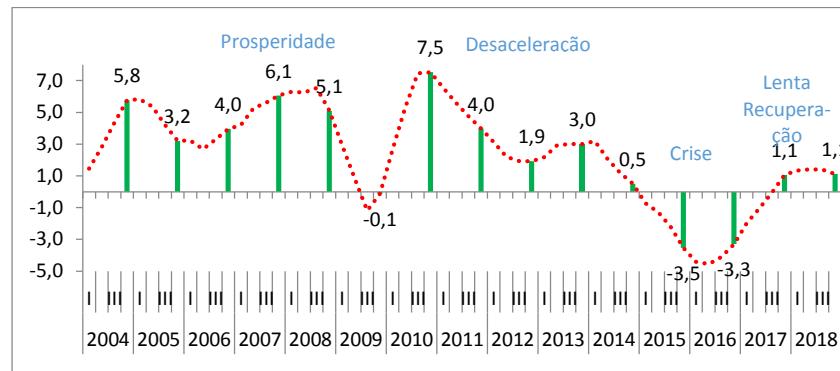
2006, marcada pelo aumento do emprego formal, do salário, do crédito e dos investimentos públicos, e pela redução das desigualdades sociais e de renda.

Após a retração do PIB em 2009 (-0,1%) – reflexo da Crise Financeira Internacional – e a subsequente recuperação de 2010, na qual o PIB cresceu 7,5%, a economia brasileira desacelerou no período 2011–2014, em um contexto de estabilização e posterior retração dos preços internacionais de *commodities*. Nesse período, o crescimento dos salários acima da produtividade pressionava para baixo as taxas de lucro da produção industrial. Diante disso, em uma tentativa de elevar a lucratividade para estimular a produção e os investimentos, foram tomadas uma série de medidas, como a redução nas taxas de juros, a interferência nos preços de energia elétrica e as desonerações fiscais ao setor produtivo, entre outras. Entretanto, essas intervenções, além de não terem obtido êxito para engendrar uma nova fase de crescimento econômico, atuaram no sentido de piorar as condições das contas públicas.

Após a prosperidade de 2004–2010 e a desaceleração de 2011–2014, veio a crise de 2015–2016, na qual o PIB se retraiu 3,5% e 3,3%, respectivamente, em um cenário interno de ajuste fiscal e instabilidade econômica e política. No ano seguinte, a economia voltou ao terreno positivo, porém abaixo das expectativas do mercado, beneficiada por fatores temporários, como o saque das contas inativas do FGTS, que estimulou o consumo das famílias e a “supersafra” registrada em 2017.

Por sua vez, o ano de 2018 foi o segundo ano consecutivo de variação real positiva do PIB brasileiro (1,1%), porém à mesma taxa de crescimento do ano anterior, portanto abaixo das expectativas iniciais, as quais sinalizavam um crescimento de até 3,0%. O PIB totalizou R\$ 6,8 trilhões, mas ainda permanece ao nível de 2012, inferior ao patamar máximo alcançado em 2014, o ano anterior à crise. O baixo crescimento na margem no último trimestre 2018 (0,1%), em relação ao trimestre imediatamente anterior, no qual a produção industrial e os investimentos encolheram, retrata a dificuldade em retomar uma trajetória vigorosa de crescimento do produto.

Gráfico 5 – Taxa de crescimento (%) acumulado em 4 trimestres – PIB do Brasil – 2004–2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desse modo, em 2018 a economia brasileira foi marcada pelo ritmo ainda lento de recuperação da atividade econômica e por uma considerável ociosidade dos fatores produtivos, trabalho e capital. A essa fragilidade econômica podem ser atribuídos fatores conjunturais – como a paralização dos caminhoneiros em virtude do aumento do preço do diesel, a interrupção no ciclo de redução das taxas de juros, o cenário externo mais desfavorável, a redução das vendas externas para a Argentina e as incertezas políticas e eleitorais – e elementos estruturais, especialmente a moderada produção industrial, que até o momento não retornou às condições do período pré-crise.

Nesta que é a mais lenta recuperação do histórico das crises brasileiras, o baixo dinamismo do mercado de trabalho é o reflexo de maior repercussão para as famílias brasileiras. O desemprego é um retrato da elevada taxa de desocupação – de 11,6% em nível nacional e de 7,4% no Rio Grande do Sul, no final de 2018, segundo dados do IBGE – e de uma maior precariedade das relações de trabalho. Isso tende a impactar negativamente nos setores que dependem do consumo para a retomada da produção.

Além da ociosidade de trabalho, o capital é outro fator produtivo que também se encontra subutilizado na economia brasileira, o que significa um desincentivo a novos investimentos para ampliar a capacidade produtiva da

economia. Nesse sentido, a utilização da capacidade instalada da indústria ficou em 75,2%, no último mês de 2018, conforme dados da Confederação das Indústrias (CNI), próximo à mínima do último quadriênio registrada em dezembro de 2016 (74,9%) e distante da máxima alcançada em agosto de 2008 (85,1%), considerando todo o período observado.

No que tange ao acesso ao crédito – um elemento importante no período de maior prosperidade econômica no País, especialmente o crédito consignado, o imobiliário e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – no ano de 2018, o saldo total de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em relação ao PIB manteve uma relativa estabilidade (47,7%) se comparado ao resultado do ano anterior. Essa estabilidade foi precedida por dois anos (2016 e 2017) de redução nesse indicador, em um processo de desalavancagem, após ter atingido o ápice em dezembro de 2015 (53,9%). Em termos nominais, em 2018, houve redução na inadimplência e evolução positiva no saldo do crédito para pessoa física, enquanto o crédito a pessoas jurídicas de recursos direcionados se reduziu, o que pode ser atribuído ao desempenho dos financiamentos do BNDES.

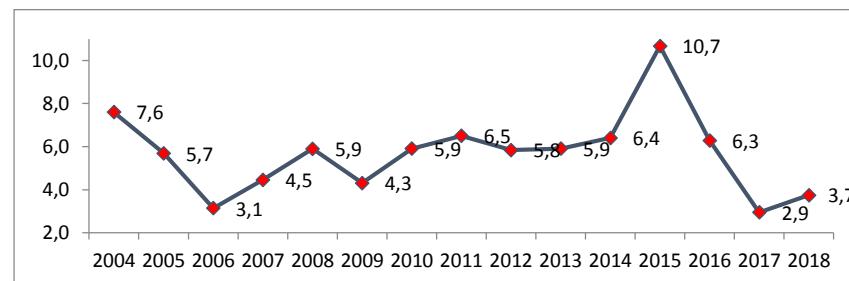
Quanto às perspectivas de evolução do crédito, em linhas gerais, o País tem um potencial de crescimento, por um lado, dado o reduzido nível de endividamento em relação à renda (crédito/PIB), para padrões internacionais. Entretanto, o elevado comprometimento da renda com serviço da dívida (juros e amortizações) se coloca como obstáculo para o desenvolvimento do crédito no Brasil.

Ainda sobre a política monetária, o arrefecimento das pressões inflacionárias desde 2016, conforme o gráfico a seguir, possibilitou um processo de redução na taxa SELIC até alcançar o piso histórico de 6,5%. No que concerne ao nível de preços, as perspectivas para 2019 e 2020 sinalizam para uma inflação próxima a 3,8% ao ano. Vale lembrar que a meta de inflação para 2019 e 2020 é de 4,25% e 4,00%, nessa ordem, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual acima ou abaixo da meta (Gráfico 6).

⁴ O PIB pela ótica demanda é calculado como a soma do Consumo das Famílias (C), dos Gastos do Governo (G), do Investimento (I) e das Exportações Líquidas, essas últimas calculadas como as Exportações (X)

Nesse sentido, apesar das adversidades no cenário interno e externo, o País mantém a estabilidade de preços e os juros em níveis historicamente baixos e também não enfrenta restrição de divisas, o que contrasta com o histórico das crises brasileiras, marcado por hiperinflação, problemas no balanço de pagamentos e necessidades de recorrer a empréstimos do FMI. Isso porque, apesar dos problemas fiscais, o Brasil tem reduzido nível de endividamento em moeda estrangeira e um estoque de US\$ 374,7 bilhões em reservas internacionais, conforme afirmação anterior, e com base em dados de dezembro de 2018.

Gráfico 6 – Taxa Inflação (%) – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – 2004–2018



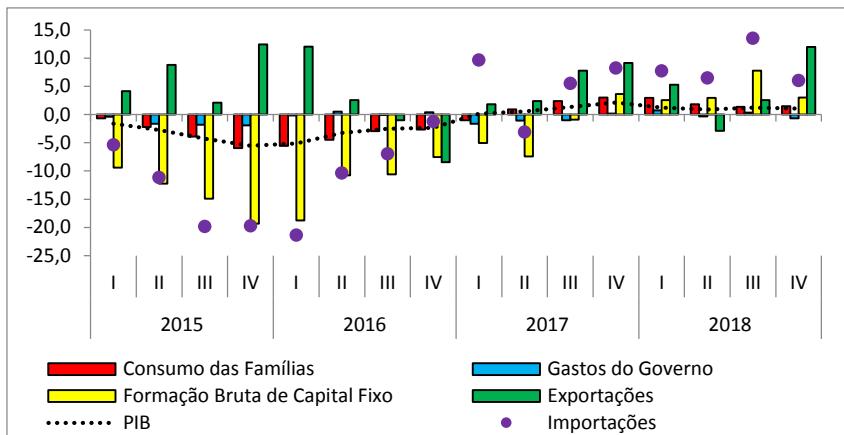
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto ao setor externo, uma análise do crescimento trimestral dos componentes da demanda no último quadriênio – o qual engloba os dois anos de retração e de recuperação – conforme o gráfico a seguir, permite inferir que as exportações tiveram o melhor desempenho entre os componentes da demanda⁴ no período analisado, com crescimento de 4,1%, em 2018, e participação de 14,8% do PIB. Em valor, segundo os dados do MDIC, as vendas externas do Brasil cresceram 10,2% em 2018, em virtude do crescimento dos preços e volumes exportados. Os destaques positivos ficaram com a soja – em parte devido à imposição de tarifas chinesas sobre a soja norte-americana –, o petróleo – principalmente pela valorização do seu preço – e o minério de ferro, os quais juntos representam um terço da pauta exportadora do País. Por outro

descontadas as Importações (M). Vale destacar que o Investimento é dado pela soma da Formação Bruta de Capital Fixo (F) e da Variação de Estoques (ΔE).

lado, o destaque negativo foi registrado pelas vendas externas de açúcar de cana em bruto e de carne de frango. No que concerne aos manufaturados, as exportações de embarcações e estruturas flutuantes foram fundamentais para o desempenho positivo das vendas externas brasileiras dessa classe de produtos.

Gráfico 7 – Taxa de crescimento (%) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – componentes da demanda do Brasil – 1º tri/2015 – 4º tri/2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já as importações, que representam uma variável de oferta, mas entram com sinal negativo no PIB, cresceram mais do que o dobro das exportações (8,5%) em 2018, de acordo com as contas nacionais. Segundo o MDIC, as compras externas cresceram 20,2% em valor, com ênfase para o petróleo e seus derivados, embarcações flutuantes e fertilizantes. Vale destacar o crescimento no registro das importações de plataformas de petróleo, em meio às alterações no Regime Repetro⁵. Diante disso, em 2018, a balança comercial registrou superávit de US\$ 53,6 bilhões, inferior ao saldo de 2017 (US\$ 64,0 bilhões), conforme dados do Banco Central do Brasil. Ao considerar a balança de serviços e de rendas, o déficit em transações correntes dobrou e alcançou

⁵ Em 2018 ocorreram mudanças no Repetro, um regime fiscal especial para a aquisição de máquinas e equipamentos nos setores de óleo e gás. A partir de 2018, as importações de plataformas de petróleo

US\$ 14,5 bilhões (0,77% do PIB), porém foi totalmente coberto por investimentos diretos no País; portanto, não é motivo para maiores preocupações, ao menos momentaneamente.

Assim, diante da ociosidade de fatores produtivos, da estabilidade de preços, da situação confortável das contas externas e da baixa representatividade das exportações no PIB, pode-se afirmar que o enfraquecimento da demanda doméstica está no cerne da desaceleração, crise e lenta recuperação da economia. O consumo das famílias – a principal categoria de gasto, com parcela de 64,3% do PIB – registrou variação fraca, porém positiva desde o segundo trimestre de 2017, estimulado, entre outros, pelo saque das contas inativas do FGTS. Em 2018, o consumo das famílias cresceu 1,9%; portanto, acima da taxa de 2017, em um cenário de juros e inflação em níveis relativamente baixos.

Por sua vez, os gastos do governo sofreram cortes em 11 dos 16 trimestres do último quadriênio, especialmente em 2015, enquanto no acumulado de 2018 registraram variação nula. Isso é reflexo da política de ajustamento fiscal, a qual tem um efeito contracionista no PIB. No que tange à formação bruta de capital fixo, que representa uma medida para o investimento, o desempenho foi positivo a partir do último trimestre de 2017 – interrompendo uma sequência de 14 trimestres seguidos de retração – e no acumulado de 2018 cresceu 4,1%. Esse resultado pode ser relacionado, em parte, aos investimentos da Petrobrás e às mudanças no Repetro, com impactos principalmente nos resultados do terceiro trimestre de 2018. Contudo, a formação bruta de capital fixo ainda não recuperou as perdas durante a crise e, em 2018, permaneceu abaixo do nível registrado há uma década, o que impacta negativamente na capacidade produtiva no longo prazo e, portanto, no produto potencial da economia.

Ao adotar o prisma da oferta, com o PIB calculado pelo Valor Adicionado Bruto (VAB) somado ao valor dos impostos⁶, verifica-se que, em 2018, os Impostos cresceram 1,4%, e o VAB variou 1,1%, totalizando,

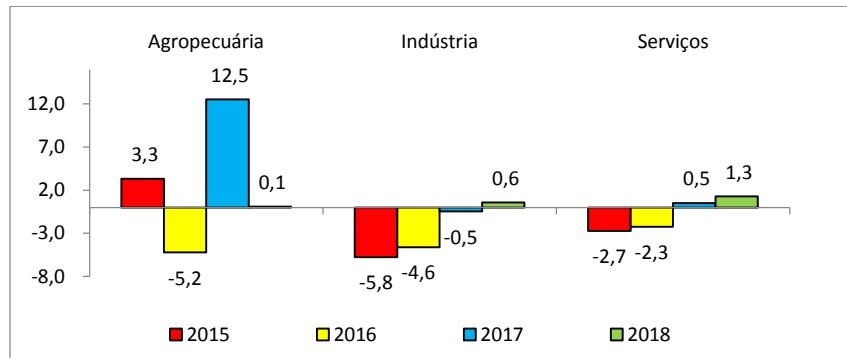
passaram a ter isenção fiscal para permanência definitiva no país. Outra mudança foi o enquadramento das plataformas como investimento, sendo que antes eram classificados como ativos fora do país.

⁶ Impostos líquidos de subsídios, uma vez que o PIB é calculado a preços de mercado.

R\$ 994,5 bilhões e R\$ 5,83 trilhões, nessa ordem. O gráfico a seguir apresenta os dados de crescimento do VAB da Agropecuária, Indústria e Serviços⁷, para o período 2015–2018.

Uma análise setorial permite inferir que os serviços tiveram a melhor performance (1,3%), em 2018. Já a Indústria registrou a primeira variação positiva (0,6%), após quatro anos seguidos de retração. A Agropecuária brasileira ficou estável (0,1%) em 2018, após um resultado expressivo no ano anterior (12,5%). Dentro do setor de serviços, o melhor desempenho ficou com as Atividades Imobiliárias (3,1%), no entanto, têm um peso relativamente pequeno no PIB. Logo, o crescimento dos serviços foi puxado pela alta do Comércio (2,3%) e Transportes (2,2%). Na Indústria, o destaque positivo foi do grupo Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Atividades de Gestão de Resíduos (2,3%). Outro dado que chama atenção, por um lado, é o resultado positivo da Indústria de Transformação (1,3%) – a segunda alta anual seguida –, e, por outro, o dado negativo da Construção (-2,5%), um setor altamente gerador de empregos, que registrou a quinta queda anual consecutiva.

Gráfico 8 – Taxa de crescimento (%) do Valor Adicionado Bruto – Setores – Brasil – 2015–2018



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁷ O setor secundário, por sua vez, é desmembrado em: Indústria Extrativa; de Transformação; Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Atividades de Gestão de Resíduos; e Construção. Já o setor terciário é separado em: Comércio; Transportes; Informação e Comunicação; Atividades Financeiras; Atividades Imobiliárias; Outras; e Administração, Defesa, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social.

É nesse cenário interno e externo mais adverso que deve ser compreendido o desempenho da atividade econômica do Rio Grande do Sul, assunto da próxima seção. A seguir são apresentados os dados da agropecuária, da indústria, do comércio e dos serviços do Estado em paralelo aos resultados registrados no País.

ATIVIDADE ECONÔMICA GAÚCHA NO CENÁRIO NACIONAL

No período 2004–2016, o PIB do Rio Grande do Sul seguiu, na maior parte do tempo, as fases de prosperidade, desaceleração e crise da economia nacional. A exceção foi, por exemplo, os anos de 2004, 2005 e 2012, quando houve quebra de safra no Estado, e 2006 e 2013, os anos imediatos de recuperação. A análise do período de lenta recuperação da economia (2017–2018) requer a utilização de uma proxy para o PIB, tal como o IBCR-RS⁸ do Banco Central, diante da inexistência de dados oficiais do PIB estadual anual nesse intervalo. Esse indicador sinaliza o crescimento da atividade econômica estadual de 2,5% (2017) e 1,8% (2018), o que sugere que a quarta maior economia do País apresentou resultado superior ao crescimento econômico do Brasil. Isso pode ser explicado pelo melhor desempenho da indústria de transformação estadual em relação à nacional.

⁸ A metodologia do IBCR está disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2017/04/br201704b3p.pdf>

Tabela 2 – Produção agrícola (em milhões de toneladas) lavouras selecionadas – Brasil e Rio Grande do Sul – 2017, 2018 e 2019*

Produtos/Regiões	2017	2018	Variação (%) 2018/2017	2019*	Variação (%) 2019*/2018
BRASIL					
Cana de Açúcar	687,8	674,2	-2,0%	686,2	1,8%
Soja	115,0	117,8	2,5%	112,5	-4,5%
Milho	99,5	81,4	-18,3%	94,1	15,7%
Mandioca	20,6	19,4	-5,9%	19,8	2,4%
Laranja	18,7	16,7	-10,7%	16,7	0,3%
RIO GRANDE DO SUL					
Soja	18,7	17,5	-6,4%	18,5	5,5%
Arroz	8,7	8,4	-3,8%	7,3	-12,9%
Milho	6,1	4,6	-24,7%	5,7	25,8%
Trigo	1,2	1,8	42,9%	2,1	17,3%
Mandioca	1,1	1,0	-9,6%	0,9	-7,1%
Uva	1,0	0,8	-14,0%	0,6	-22,0%
Fumo	0,4	0,4	-13,5%	0,4	3,7%

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)/IBGE.

Nota: Os dados de 2019* são previsões de maio/2019.

Em uma análise setorial, ao considerar a produção agrícola das principais culturas do Brasil, a soja foi a única a registrar uma *performance* positiva em 2018 (2,5%), com um total de 117,8 milhões de toneladas. No Rio Grande do Sul, por sua vez, o destaque em 2018 foi o crescimento da lavoura de trigo (42,9%), cuja produção totalizou 1,8 milhões de toneladas. O resultado negativo na produção das principais culturas do Estado (soja, arroz e milho) é explicado pela base de comparação elevada de 2017 e pela estiagem que atingiu o Estado no início do ano de 2018.

Quanto às previsões para 2019, no País são esperados resultados positivos para a cana de açúcar (1,8%), o milho (15,7%), a mandioca (2,4%) e a laranja (0,3%), enquanto que para o Rio Grande do Sul, as expectativas são otimistas quanto à produção de soja (5,5%), milho (25,8%), trigo (17,3%) e fumo (3,7%), entre as lavouras analisadas. Para a produção de arroz no Estado, a segunda principal lavoura, é estimada uma queda de 12,9%, ao passo que, para a produção de uva é esperada uma retração de 22,0%.

No que tange à pecuária brasileira, em termos gerais, os dados do abate de animais em número de cabeças que passam por inspeção sanitária indicam variação positiva em 2018 para os bovinos (3,4%) e suínos (2,4%), enquanto o abate de frangos caiu 2,5% nesse período. Já no Rio Grande do Sul, o abate de bovinos, suínos e frangos aumentou em 2018, com destaque para o crescimento no abate de bovinos que alcançou dois dígitos (10,6%).

Quanto ao abate de bovinos em nível nacional, o incremento de 1,03 milhões de cabeças em 2018 teve contribuição de 17 dos 27 estados, com destaque para o aumento absoluto do abate em Mato Grosso (+414,73 mil) e Rio Grande do Sul (+205,13 mil). No ranking nacional do abate anual de bovinos, Mato Grosso está em primeiro lugar, enquanto o Rio Grande do Sul ocupa a oitava colocação.

Por sua vez, quanto ao abate de suínos, em 2018 o principal comprador externo de carne suína deixou de ser a Rússia, devido ao embargo aplicado pelo país, e passou a ser a China. A Região Sul é a principal região produtora e exportadora de carne suína do País, com o Estado do Rio Grande do Sul no terceiro lugar no ranking nacional.

O abate de frangos no País reduziu em 2,5% o número de cabeças em 2018. Nesse período, houve redução de 121,5 toneladas de frango exportadas pelo Brasil, com destaque para a queda de 102,7 toneladas para a Arábia Saudita. Esse país, juntamente com a China, são os principais destinos da carne de frango exportada pelo Brasil. Os Estados da Região Sul respondem por 59,8% do abate nacional de frangos, tendo sido registradas reduções no abate em Santa Catarina e Paraná, enquanto que no Rio Grande do Sul houve crescimento absoluto de 5,4 milhões de cabeças de frango abatidas, o que representa 0,6% de crescimento em relação ao ano anterior.

Tabela 3 – Animais abatidos (milhões de cabeças) – Brasil e Rio Grande do Sul – 2017 e 2018

Animais/Região	2017	2018	Variação (%) 2018/2017
BRASIL			
Bovinos	30,87	31,90	3,4%
Suínos	43,19	44,20	2,4%
Frangos	5.842,72	5.698,49	-2,5%
RIO GRANDE DO SUL			
Bovinos	1,93	2,13	10,6%
Suínos	8,02	8,22	2,4%
Frangos	848,32	853,73	0,6%

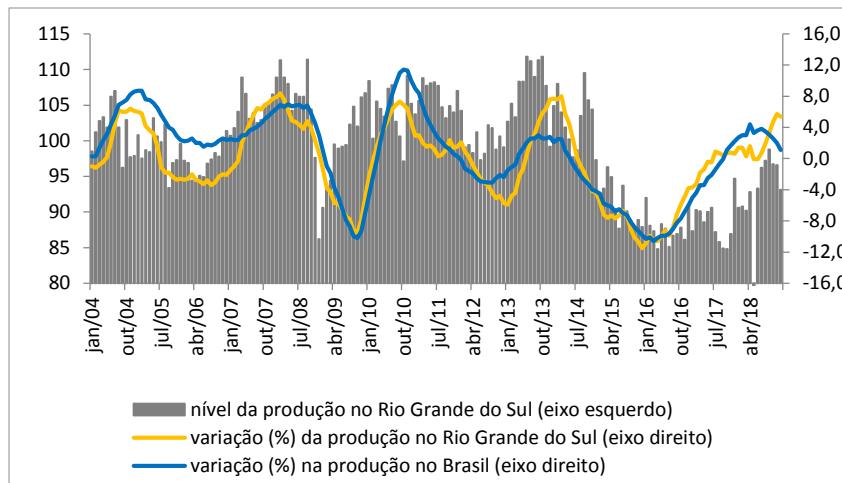
Fonte: Pesquisa Trimestral do Abate de Animais/IBGE.

Quanto à produção da indústria de transformação brasileira, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE, apesar do resultado positivo em 2018 (1,1%), a indústria desacelerou em relação a 2017 – quando havia crescido 2,2% – o que pode ser relacionado a alguns eventos conjunturais anteriormente mencionados, tais como a paralisação dos transportes, as incertezas políticas e a redução na demanda argentina – o segundo principal destino dos produtos manufaturados do País – e a fatores estruturais, especialmente a enfraquecida demanda doméstica. Uma análise em um horizonte temporal mais amplo, conforme o gráfico a seguir, sugere que a recuperação da produção física da indústria de transformação em 2017 e 2018, no País e no Estado, apresenta um importante componente cíclico, ainda não suficiente para reverter as perdas que ocorrem durante a crise.

No Rio Grande do Sul, a indústria de transformação registrou um desempenho (5,7%) melhor do que o do País em 2018, o que não ocorreu no ano anterior, quando havia crescido 0,6%. O destaque tanto em nível nacional quanto estadual ficou com o setor de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias, com taxas de crescimento respectivamente nas duas regiões de 12,7% e 27,0%, nesse período, as quais foram estimuladas pela demanda interna. Outro setor com variação positiva de dois dígitos na produção industrial estadual foi o de Produtos de Metal (exceto Máquinas e Equipamentos). Esses dois setores registraram a segunda variação consecutiva anual, o que é um alento para o setor metalomecânico do Estado. Vale destacar, ainda, o resultado positivo registrado pela Metalurgia nos últimos três anos. Outro dado que chama

a atenção é o resultado expressivo da produção de celulose em nível estadual (35,1%), o que pode ser explicado pela interrupção na produção da empresa CMPC Celulose Riograndense no ano anterior.

Gráfico 9 – Produção Física, Indústria de Transformação: variação (%) acumulada em 12 meses e índice do nível mensal com ajuste sazonal – Brasil e Rio Grande do Sul – jan/2004-dez/2018



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF)/IBGE.

Nota 1: O índice do nível da produção da indústria de transformação tem como base o índice da produção da indústria geral, uma vez que a indústria extrativa tem uma participação irrisória na indústria do Estado. Nota 2: O índice está ajustado sazonalmente e tem como base 2012=100.



Tabela 4 – Variação (%) da Produção Física, Indústria de Transformação – Brasil e RS – 2018

Atividades	Brasil	RS
Total	1,1	5,7
Alimentos	-5,3	-1,3
Bebidas	0,8	-5,2
Fumo	-4	-2,5
Têxteis	-2,3	-
Vestuário e Acessórios	-3,3	-
Couro e Calçados	-2,5	3,3
Produtos de Madeira	3,4	-
Papel e Celulose	4,9	35,1
Derivados do Petróleo	0,7	5,9
Produtos de Limpeza e Higiene Pessoal	1,5	-
Outros Produtos Químicos	-0,6	-4,2
Farmoquímicos e Farmacêuticos	6,1	-
Borracha e Plástico	1,0	-5,2
Minerais Não-Metálicos	0,4	1,9
Metalurgia	4,0	7,8
Produtos de Metal (Exceto Máquinas e Equipamentos)	2,6	11,2
Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Ópticos	2,6	-
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	-0,4	-
Máquinas e Equipamentos	3,7	6,8
Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	12,7	27,0
Outros Equipamentos de Transporte	-2,3	-
Móveis	0,2	5,0

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF)/IBGE. Nota: o símbolo “-” denota dados inexistentes.

Quanto ao comércio interno, o volume de vendas no comércio varejista ampliado cresceu 5,0% no Brasil e 6,8% no Rio Grande do Sul, em 2018. O destaque negativo, tanto em nível nacional quanto estadual, ficou com o setor de Livros, Jornais, Revistas e Papelaria, com variação de -14,7% (Brasil) e -14,1% (Rio Grande do Sul), enquanto o maior crescimento foi registrado pelo setor de Veículos, Motocicletas, Partes e Peças, com taxas de 15,1% (Brasil) e 14,3% (Rio Grande do Sul). Outras atividades de varejo do Estado que tiveram performance positiva de dois dígitos foram: Tecidos, Vestuário e Calçados

⁹ Inclui atividades imobiliárias, atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde, reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação

(13,1%), Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação (13,4%) e Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (11,8%).

Tabela 5 – Variação (%) do Índice do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado – Brasil e RS – 2018

Atividades	Brasil	RS
Combustíveis e lubrificantes	-4,9	4,0
Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	3,8	4,0
Hipermercados e Supermercados	4,0	4,7
Tecidos, Vestuário e Calçados	-1,4	13,1
Móveis e Eletrodomésticos	-1,3	4,0
Móveis	-3,3	1,1
Eletrodomésticos	0,2	6,0
Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, de Perfumaria e Cosméticos	5,9	5,3
Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	-14,7	-14,1
Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	0,2	13,4
Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	7,6	11,8
Veículos, Motocicletas, Partes e Peças	15,1	14,3
Material de Construção	3,5	2,3

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)/IBGE.

Por fim, o indicador do volume de serviços, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, registrou variação nula no Brasil e queda de 1,7% no Rio Grande do Sul, em 2018. O resultado em nível estadual foi determinado, sobretudo, pela variação negativa em três das cinco atividades pesquisadas: serviços prestados às famílias (-1,1%), serviços de informação e comunicação (-4,2%), e transportes serviços auxiliares aos transportes e correios (-3,1). Apenas as atividades outros serviços⁹ e serviços profissionais, administrativos e complementares registraram variação positiva de 3,6% e 2,7%, respectivamente.

e reparação, manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos e serviços de esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação, entre outras.

Tabela 6 – Variação (%) do volume de serviços por atividades – Rio Grande do Sul – 2018

Atividades de Serviços	Rio Grande do Sul
Total	-1,7
Serviços prestados às famílias	-1,1
Serviços de informação e comunicação	-4,2
Serviços profissionais, administrativos e complementares	2,7
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-3,1
Outros serviços	3,6

Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)/IBGE.

Em síntese, a moderada atividade econômica do Estado segue a marcha lenta da economia nacional, com resultados positivos, porém ainda distantes dos níveis de produção anteriores à crise de 2015-2016. Por um lado, o comércio varejista no Rio Grande do Sul registrou um bom desempenho em 2018, estimulado pelas vendas de Veículos, Motocicletas, Partes e Peças, o que não se observou para o setor de serviços do Estado. Quanto à agricultura

gaúcha, as perspectivas são otimistas para o milho e a soja em 2019, após terem registrado resultados negativos em 2018. A indústria de transformação, que saiu do terreno negativo desde 2017, encontra dificuldades para além dos problemas conjunturais retratados anteriormente. Estas dizem respeito à perda de competitividade de alguns setores da indústria gaúcha e nacional, diante do aumento da concorrência internacional, por exemplo, nos setores produtores de calçados, móveis e do complexo metal mecânico.

Nesse sentido, a recuperação da demanda doméstica, o investimento na melhora do ambiente de negócios e o desenvolvimento tecnológico são elementos fundamentais para o maior dinamismo da economia gaúcha. Vale sublinhar que a recuperação econômica é uma condição importante para a melhora nas contas públicas em nível federal e estadual, para a maior eficácia das políticas públicas e para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

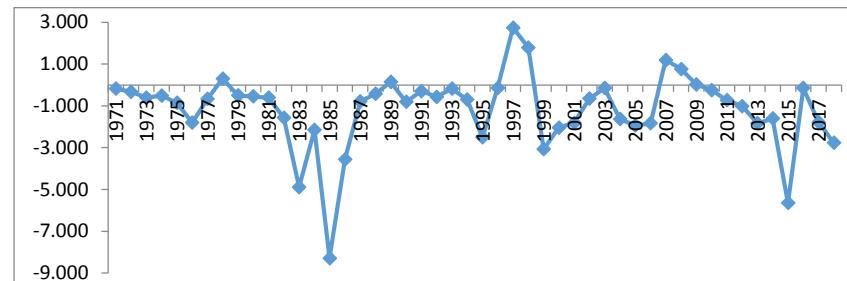
Quadro Geral das Finanças Públicas do Estado do Rio Grande do Sul

A situação atual das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul é grave, apresentando-se com problemas estruturais extremamente sérios e de difícil solução no curto e no médio prazos. Em 2019, mesmo com o não pagamento das parcelas da dívida contratada junto à União e com a manutenção das alíquotas de ICMS, o fluxo financeiro das receitas arrecadadas não será suficiente para fazer frente a todos os gastos correntes e de capital. Para 2020, mesmo as previsões mais otimistas não sinalizam para um desempenho a ponto de conduzir para um melhor equilíbrio das contas públicas.

O fato de o País ter atravessado forte crise econômica, no período recente, deprimiu vertiginosamente a arrecadação tributária. Essa situação foi sobremaneira agravada pelo Estado do Rio Grande do Sul possuir uma estrutura de gasto crescente com o grupo de pessoal. Tudo indica que o problema não será resolvido no curto prazo. Nas últimas décadas, as contas estaduais apresentaram déficits fiscais recorrentes. A partir de 1971 até 2018 (48 anos), somente em sete anos as receitas foram maiores do que as despesas empenhadas. Ressalva-se ainda que, em alguns dos anos em que houve superávit, isso somente ocorreu em função de certas excepcionalidades, como a privatização de empresas estatais ou a venda de outros ativos.

A principal despesa pública é a **previdenciária**. Ao longo do tempo, o Estado não se preparou para suportar os atuais encargos de seus aposentados e pensionistas. Ao final de 2018, os gastos com inativos e pensionistas foram de R\$ 15,630 bilhões, equivalente a 42,0% da Receita Corrente Líquida (RCL). Somente em 2018, o sistema previdenciário do Estado apresentou um déficit de R\$ 11,6 bilhões, consumindo 30,8% de toda a Receita Corrente Líquida. Entre os Estados brasileiros, em 2018, o Rio Grande do Sul apresentou, em relação à RCL, a 2ª maior despesa previdenciária e o 2º maior déficit previdenciário. Quando se compara o déficit previdenciário *per capita*, o Estado do RS vem em primeiro lugar. Esse importante tema será tratado adiante, em seção específica.

Gráfico 10 – Evolução do Resultado Orçamentário desde 1971 até 2018 – R\$ milhões



Fonte: CAGE/RS (Balanço Geral do Estado do RS). Valores estão atualizados pelo IGP-DI

Ao final de 2018, a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul possuía um quantitativo de 364.421 matrículas, sendo de 148.813 matrículas de ativos (40,8% do total), 169.451 matrículas de inativos (46,5% do total) e de 46.157 matrículas de pensionistas (12,7% do total). Ou seja, de cada 10 matrículas, aproximadamente, 6 são de aposentados e pensionistas e 4 de ativos. Os efeitos positivos para o Estado do Rio Grande do Sul com a implantação dos Regimes de Capitalização, ocorrida em 2011, e de Regime de Previdência Complementar, em 2015, serão sentidos somente no longo prazo. Espera-se que a Reforma da Previdência, em discussão no Congresso Nacional, traga algum alívio ao sistema, pois novas aposentadorias terão um prazo maior para a sua concessão.

Outra grande preocupação é a **dívida pública estadual**. Do montante consolidado de R\$ 73.272 bilhões, em 31/12/2018, 86,0% dela (R\$ 63.006 bilhões) são débitos exclusivos com o Governo Federal. Os indexadores da dívida do Estado junto à União passaram a partir de 01/01/2013 a ser o IPCA mais 4,0% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor.

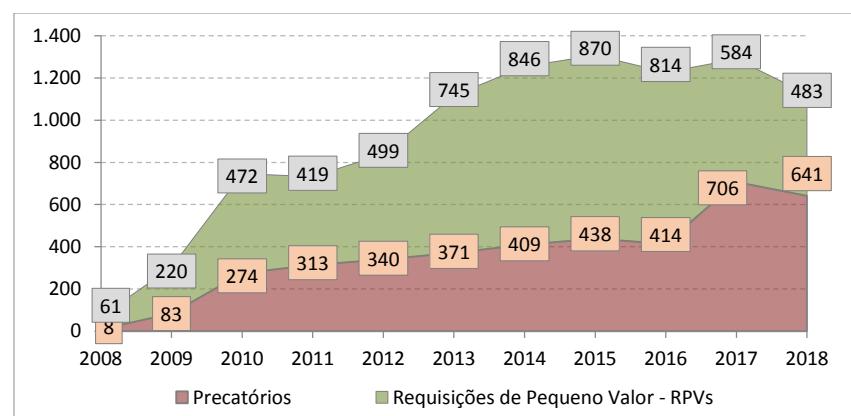
No tocante especificamente à dívida do Estado com a União, ressalta-se o não pagamento entre abril e junho de 2016, e a suspensão das parcelas entre julho e dezembro de 2016. As amortizações foram retomadas a partir de

janeiro de 2017. Porém, a partir de julho de 2017, foram suspensos os repasses mensais por conta de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

O Estado está trabalhando para ingressar no **Regime de Recuperação Fiscal**, que concederá uma carência no pagamento da dívida por três anos. Os previstos na Lei Complementar 159/2017, que propiciará ao Estado, durante sua vigência, um conjunto de benefícios, tais como a carência no pagamento da dívida por três anos. Esses pagamentos serão retomados de forma progressiva e linear, até que seja atingido o valor integral da parcela no término do prazo da prorrogação. Para aderir ao plano, o governo estadual busca cumprir com todas as condições de contrapartida exigidas.

Outra preocupação por parte do Tesouro estadual é com relação ao montante a ser pago anualmente com Precatórios e com as Requisições de Pequeno Valor (RPVs), que são dívidas judiciais. Entre 2008 e 2018, foram pagos R\$ 10,2 bilhões.

Gráfico 11 – Pagamento de Precatórios e de Requisições de Pequeno Valor – R\$ milhões



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Em 31/12/2018, o estoque de precatórios já alcançava R\$ 15,3 bilhões.

Nota 2: cada RPV está limitada a 10 salários mínimos, contudo antes da Lei nº 14.751/15, cada RPV era de até 40 salários mínimos.

Nota 3: Em 2018, começou a vigorar o **Programa Compensa-RS**, que permite aos credores de precatórios e que também são devedores do Estado o direito de compensar os débitos inscritos em dívida ativa. Nesse ano, foram negociados R\$ 212,5 milhões.

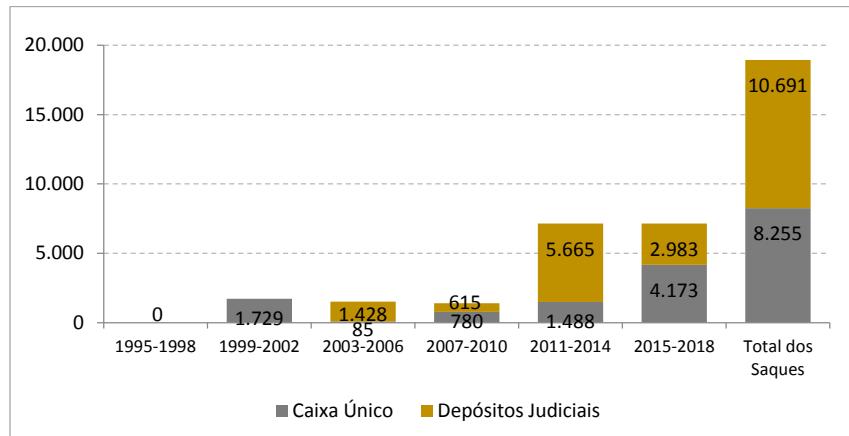
O FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTADUAL AO LONGO DO TEMPO

As contas públicas estaduais apresentaram ao longo do tempo déficits fiscais sucessivos. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos. Em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário e pelas receitas de privatizações. Mais recentemente, pela alienação de parte das ações do Banrisul, pelas antecipações tributárias e pelos atrasos nos pagamentos de fornecedores e servidores. Também pelo parcelamento de vencimentos e do 13º salário de parte dos servidores.

A reestruturação da dívida contratualizada junto à União, ocorrida no final dos anos 90, e a entrada em vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no início dos anos 2000, fizeram com que o Estado não pudesse mais emitir títulos públicos e ficasse impedido de contratar novas operações de crédito, tendo em vista que a Dívida Consolidada Líquida (DCL) ser maior do que 2,0 vezes a Receita Corrente Líquida (RCL). Assim, sem outros recursos para fazer frente ao constante aumento nas despesas, houve forte crescimento do endividamento de curto prazo, a exemplo do montante a pagar de passivos judiciais trabalhistas (precatórios e de Requisições de Pequeno Valor), bem como pelos saques do caixa único e dos depósitos judiciais.

O gráfico a seguir exibe os valores sacados do caixa único e dos depósitos judiciais, nos diversos governos. A autorização para saques dos depósitos judiciais deu-se através da Lei nº 12.069/04. Dentro do período 2015-2018, os percentuais sobre os saques dos depósitos judiciais passaram de 85% para 95% do seu total.

Gráfico 12 – Saques do Caixa Único e dos depósitos judiciais, em valores nominais – R\$ milhões



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Os depósitos judiciais são remunerados pelo mesmo índice de atualização da caderneta de poupança. Nota 2: A partir do começo de 2018, o Estado não realizou mais saques dos depósitos judiciais. Em dez/18, houve recomposição de R\$ 30 milhões.

A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO E PRIMÁRIO

O **resultado orçamentário** é a diferença entre as receitas arrecadadas em um exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as despesas forem maiores do que as receitas, o resultado orçamentário é deficitário. O **resultado primário** indica se os níveis de gastos orçamentários não financeiros são compatíveis com a arrecadação não financeira, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias. Assim, o resultado positivo é o quanto sobrou do orçamento para pagar o serviço da dívida (juros, encargos e amortização da dívida).

Tabela 7 – Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário	Resultado Primário	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
1999	-3.073.304.538	-1.639.977.817	-1,02%	-0,54%	10,72%	11,81%
2000	-2.038.758.612	-1.529.265.684	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	-1.814.894.663	-963.154.031	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	-655.836.653	-171.060.392	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	-152.428.275	-240.178.608	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	-1.623.985.314	77.326.903	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	-1.941.037.344	1.209.266.815	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	-1.835.325.901	927.451.314	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	1.192.490.527	1.826.086.890	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	761.755.514	3.701.256.589	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	18.204.189	3.188.212.349	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	-247.542.894	2.507.492.640	-0,06%	0,66%	11,87%	11,93%
2011	-730.406.487	2.178.239.025	-0,18%	0,55%	11,18%	11,36%
2012	-1.014.678.549	1.114.911.887	-0,26%	0,28%	11,34%	11,60%
2013	-1.830.617.723	819.256.332	-0,42%	0,19%	10,98%	11,40%
2014	-1.602.846.158	-686.040.898	-0,35%	-0,15%	11,60%	11,95%
2015	-5.649.675.024	-2.031.395.714	-1,29%	-0,47%	10,73%	11,93%
2016	-152.649.583	911.500.128	-0,04%	0,21%	11,50%	11,51%
2017	-1.787.216.168	-452.489.285	-0,40%	-0,10%	11,64%	12,04%
2018	-2.737.761.626	-257.830.252	-0,62%	-0,06%	11,97%	12,62%

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota 1: O PIB anterior a 2017 tem como fonte a FEE. Em 2017 e 2018, a FIPE.

Nota 2: As receitas e despesas estão pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias.

Nota 3: O resultado primário de 2018, assim como aos dos anos anteriores, foi calculado pelo empenhado.

Nota 4: Os valores da tabela foram atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2018.

Na Tabela são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 1999 e 2018, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Constata-se a frequência de resultados orçamentários negativos, na qual o Estado se financiou com recursos extraordinários. Em todo o período referido, somente entre 2007 e 2009 houve resultados orçamentários positivos.



OS PRINCIPAIS AGREGADOS DA RECEITA PÚBLICA

A Tabela a seguir mostra a evolução real corrigida pelo IGP-DI da receita pública consolidada, a partir de 2009 até 2018. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma entrada em mais de um órgão estadual. As receitas próprias do Estado são responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas Transferências Correntes advindas da União.

No período entre 2009 e 2018, as Receitas Totais cresceram 31,6%, as Receitas Correntes 29,6%, as Receitas Tributárias 36,5%, enquanto que as Transferências advindas da União decresceram 4,1%. Em 2018, o Estado recebeu de transferências federais um valor menor do que foi repassado em 2009. Comparando-se 2018 em relação a 2017, as receitas totais foram maiores em 3,7%, sendo que as receitas correntes cresceram 2,7%, e as receitas de capital cresceram 61,8%.

No que tange às operações de crédito, as mesmas obedecem às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, visto que a Dívida Consolidada Líquida está em um patamar maior do que duas vezes a Receita Corrente Líquida. Os empréstimos realizados junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2008 e 2010, tiveram a finalidade específica de melhorar o perfil de parte da dívida extralímite com a União. As operações realizadas entre 2011 e 2014 foram avalizadas pelo Governo Federal, totalizando R\$ 3,92 bilhões, direcionados para investimento e também para custeio.

O ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, representando, em média, 2/3 de todas as receitas correntes arrecadadas pelo Estado (de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, de transferências e demais receitas correntes). O ICMS é, basicamente, um imposto que age sobre o consumo, com grande impacto sobre o poder de compra, dependente do emprego e da renda do conjunto das

famílias. Em época de ótimo crescimento econômico, coincide com boa arrecadação, sendo que as famílias gastam mais em quantidade e qualidade, pois os salários estão reajustados, os empregos garantidos e a confiança em alta.

Diversas variáveis impactam positivamente ou negativamente na arrecadação do ICMS, entre outras tantas: (i) O PIB brasileiro e o PIB gaúcho; (ii) a inflação passada, a inflação presente e a inflação inercial; (iii) a taxa de câmbio; (iv) a taxa básica de juros da economia; (v) o preço do petróleo e das commodities agrícolas no mercado internacional; (vi) o volume monetário das importações e das exportações; (vii) o nível de produção das indústrias; (viii) o poder de compra do consumidor; (ix) a taxa de emprego; (x) a estabilidade e a confiança na economia interna; (xi) as crises econômicas, tanto interna como externa; (xii) a instabilidade política; (xiii) o tempo e o clima; (xiv) as imunidades tributárias; (xv) as desonerações fiscais; e (xvi) a sonegação fiscal.

Analisando a evolução da arrecadação do ICMS Total (ICMS Tributo mais Dívida Ativa), entre 2000 e 2018, observa-se que, no período, o ICMS Total cresceu 516,9% nominais (de R\$ 5,647 bilhões para R\$ 34,838 bilhões) e 67,4% reais corrigido pelo IGP-DI (de R\$ 21,230 bilhões para R\$ 35,539 bilhões). Em 2018 comparado com 2017, o ICMS cresceu 9,1% nominais (de R\$ 31,933 bilhões para R\$ 34,838 bilhões) e 3,0% pelo IGP-DI (de R\$ 34,501 bilhões para R\$ 35,539 bilhões). Em 2018, houve um crescimento extra do tributo, motivado pela antecipação de R\$ 350 milhões para dezembro de 2018, referente ao ICMS de competência de janeiro de 2019. Ainda, outros R\$ 250 milhões por conta do REFAZ.



Tabela 8 – Receitas Orçamentárias - R\$ milhões

Especificação das Receitas	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	% 2018 / 2009	% 2018 / 2017
Receitas correntes	40.873	45.478	44.467	45.201	47.918	49.946	48.713	50.653	51.567	52.962	29,6	2,7
Receita tributária	31.139	35.337	34.683	35.756	38.684	39.590	38.713	39.418	41.448	42.512	36,5	2,6
Receita de contribuições	2.228	2.295	2.507	2.547	2.935	3.286	3.230	3.400	3.411	3.671	64,7	7,6
Receita patrimonial	1.171	979	938	878	650	757	708	2.089	787	885	-24,4	12,4
Receita agropecuária	1	6	1	3	3	1	3	2	1	2	55,6	35,9
Receita industrial	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	-98,6	-56,9
Receita de serviços	396	383	371	385	370	333	361	353	370	352	-11,2	-4,8
Transferências correntes	9.211	9.859	9.806	9.444	9.324	9.822	9.564	9.146	8.975	8.833	-4,1	-1,6
Outras receitas correntes	1.466	1.924	1.524	1.656	1.756	2.082	2.053	2.090	2.613	3.022	106,2	15,6
Deduções receita corrente	-4.740	-5.307	-5.364	-5.468	-5.803	-5.925	-5.919	-5.844	-6.038	-6.316	33,2	4,6
Receitas de capital	417	1.717	567	1.544	1.210	3.391	515	607	857	1.388	232,6	61,8
Operações de crédito	0	1.296	374	1.322	726	2.808	234	361	600	273	-	-
Alienação de bens	53	7	8	59	133	124	165	91	137	878	1.552,2	540,8
Amortização empréstimos	29	57	58	24	89	211	68	52	25	26	-12,9	4,6
Outras receitas de capital	335	358	128	139	263	249	47	103	96	211	-37,0	120,5
Total das receitas	41.290	47.195	45.034	46.745	49.128	53.337	49.227	51.260	52.424	54.349	31,6	3,7

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS



Tabela 9 – Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Variação nominal sobre ano anterior	Atualização IGP-DI – 31/12/2018	Variação IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
2000	5.647	-	21.230	-	6,9
2001	6.706	18,8	22.859	7,7	7,3
2002	7.442	11,0	22.283	-2,5	7,1
2003	8.989	20,8	21.980	-1,4	7,2
2004	9.638	7,2	21.511	-2,1	7,0
2005	11.383	18,1	24.025	11,7	7,9
2006	11.813	3,8	24.503	2,0	7,5
2007	12.258	3,8	24.179	-1,3	6,9
2008	14.825	20,9	26.307	8,8	7,4
2009	15.087	1,8	26.307	0,0	7,0
2010	17.893	18,6	29.536	12,3	7,4
2011	19.503	9,0	29.667	0,4	7,4
2012	21.378	9,6	30.679	3,4	7,4
2013	24.061	12,6	32.552	6,1	7,2
2014	25.854	7,5	33.211	2,0	7,2
2015	27.126	4,9	32.602	-1,8	7,1
2016	30.386	12,0	33.147	1,7	7,4
2017	31.933	5,1	34.501	4,1	7,7
2018	34.838	9,1	35.539	3,0	7,8
% 2018 / 2000	516,9	-	67,4	-	-

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota 1: O PIB de 2016, de R\$ 408.645 bilhões, foi divulgado pela FEE. Já o PIB de 2017 (R\$ 416.883 bilhões) e de 2018 (R\$ 444.875) pela FPIE.

Nota 2: Em 2018, houve incremento extraordinário de ICMS por conta: (i) de antecipação do tributo de jan/2019 para dez/18; (ii) do refinanciamento de débitos (REFAZ); e (iii) do Programa Compensa RS.

AS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DA UNIÃO AO ESTADO

Nas últimas duas décadas, a União criou várias contribuições com o objetivo de não compartilhar a arrecadação com os Estados e Municípios, o que gerou empobrecimento dos entes subnacionais. As principais transferências constitucionais da União ao Estado são o Fundo de Participação dos Estados, a

Cota-Parte do IPI Exportação, a Compensação Financeira da Lei Kandir e o Auxílio Financeiro à Exportação, que apresentaram, ao longo do tempo, uma redução muito significativa na sua participação.

A Tabela seguinte mostra que, entre os anos 2007 e 2018, as principais transferências federais apresentaram variação negativa de 4,5 pontos percentuais, em relação à variação da Receita Tributária (RT). Em 2007, as transferências federais representaram o equivalente a 11,0% da RT; já em 2018, diminuíram drasticamente para 6,5% da RT, o menor nível em 12 anos.

Em relação a esses tributos, caso se considere o mesmo percentual de 2007, a perda somente no ano de 2018 seria da ordem de R\$ 1,87 bilhão (Receita Tributária de 2018 de R\$ 41,620 bilhões x 4,5% de perda de participação = perda de R\$ 1,87 bilhão). Esse montante seria suficiente para pagar uma folha líquida mensal de todos os Poderes e Órgãos do Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação à estimativa das perdas financeiras, referentes às desonerações de ICMS promovidas pela "Lei Kandir", a metodologia de apuração é definida no âmbito da COTEPE/CONFAZ. Em valores nominais, entre 1996 e 2017, as perdas líquidas chegam a R\$ 37,1 bilhões (R\$ 44,8 bilhões de perdas brutas contra R\$ 7,7 bilhões de compensações). Já em valores reais atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2017, as perdas líquidas totalizaram 59,0 bilhões (perdas brutas de R\$ 76,2 bilhões contra ressarcimento de R\$ 12,2 bilhões).

No período entre 1996 e 2017, o percentual médio de compensação foi de 17,1% das perdas brutas. Os valores repassados vêm sendo proporcionalmente menores a cada ano, sendo que, em 2017, o ressarcimento foi de apenas 7,9%, o menor de todo o período (Fonte: Secretaria da Fazenda do RS). Ressalva-se que os valores repassados vêm sendo os mesmos há uma década, sem qualquer atualização monetária.



AS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECEITAS PÚBLICAS

Para fazer frente à escassez de recursos, o Estado agrega esforço para atualizar e aprimorar a função arrecadadora. Para isso realizou: (i) a aquisição de equipamento de grande capacidade de processamento de dados; (ii) o uso da Nota Fiscal Eletrônica; (iii) a Nota Fiscal Gaúcha – NFG, que ultrapassou a marca de 1,6 milhão de cidadãos cadastrados e com 100% do comércio varejista com a obrigação de incluir o CPF na Nota Fiscal; e (iv) o Programa de Sustentabilidade Financeira que engloba ações de melhoria da gestão fiscal, tais

como a malha fina estadual, o rigor com o devedor contumaz e o domicílio eletrônico.

As ações do Fisco estadual buscam dar respostas para uma melhor performance de arrecadação tributária. O objetivo no médio prazo é transformar a “Receita 100% Digital”, incorporando os avanços tecnológicos nos mecanismos de arrecadação. Em suma, tão importante quanto racionalizar o gasto da maneira mais eficaz possível é empreender todos os esforços para a promoção de uma melhor arrecadação pública.

Tabela 10 – Transferências Legais da União ao Estado – Em valores nominais – R\$ milhões

Especificação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Cota-parte do FPE	904	1106	1066	1149	1415	1459	1569	1710	1799	1.974	1.918	2.038
Cota-parte IPI-exportação	392	432	335	440	483	361	353	466	529	380	487	509
Lei Kandir (LCF 87/96)	147	147	147	147	147	147	147	147	147	147	147	144
Auxílio financeiro à exportação	122	174	134	118	112	96	0	112	113	261	139	0
Total	1.565	1.858	1.681	1.853	2.157	2.062	2.069	2.435	2.588	2.762	2.691	2.691
Receita Tributária - RT	14.240	17.099	17.859	21.420	22.796	24.904	28.594	30.826	32.199	36.115	38.381	41.620
% Transferência União / Receita Tributária	11,0	10,9	9,4	8,7	9,5	8,3	7,2	7,9	8,0	7,6	7,0	6,5

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

O GASTO TOTAL CONSOLIDADO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Para melhor entendimento da situação das contas estaduais, destaca-se a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios e Manutenção e o Custeio), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização). Para facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos são comparados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Quando há referência à RCL, trata-se do cálculo efetuado pela Contadoria-Geral do Estado (CAGE/RS), divulgado no Balanço Geral do Estado e avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I.

Tabela 11 – Demonstrativo da fórmula da Receita Corrente Líquida

Receitas Correntes Totais

- (-) Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios
- (-) Dedução da Receita para a Formação do FUNDEB
- (-) Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor
- (-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência
- (-) Anulação de Restos a Pagar
- (-) IRRF dos Servidores

= Receita Corrente Líquida

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo III, art. 53, I).



Ressalva-se que, no demonstrativo da evolução da despesa pública consolidada, a partir de 2007 até 2018, em valores nominais, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Em 2018, houve um déficit orçamentário de R\$ 2,738 bilhões, com R\$ 66,617 bilhões de receitas totais contra R\$ 69,355 bilhões de despesas totais. Sem tomar a dupla contagem contábil (receitas e despesas intraorçamentárias), em 2007, o Estado gastou 13,5% acima da variação da RCL; já em 2018, as despesas ultrapassaram a RCL em 21,3%.

O GRUPO DE "PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS"

No que tange à evolução quantitativa de pessoal, no período entre 2000 e 2018, as matrículas totais da Administração Direta e Indireta do Estado (ativos, inativos e pensionistas) cresceram 5,6%. Em 2000, os ativos representavam 50,6% do total das matrículas; já em 2018, 40,8%. No período, o quadro de ativos foi reduzido em 14,7% (25.615 matrículas), já os inativos tiveram acréscimo de 47,7% (54.757 matrículas). Entre 2000 e 2018 (19 anos), em média, 2.880 matrículas líquidas por ano foram para a inatividade. Em 2018, a quantidade de inativos e de pensionistas ultrapassou em 66.795 matrículas em relação de ativos.

Tabela 12 – Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado do RS

Órgãos	Matrículas	2000	2018	2018 - 2000	% 2018 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	141.308	-23.872	-14,5
	Inativos	108.417	164.952	56.535	52,1
	Pensionistas	1.927	1.174	-753	-39,1
	Total	275.524	307.434	31.910	11,6
Fundações	Ativos	4.943	4.514	-429	-8,7
	Inativos	0	1	1	-
	Pensionistas	0	8	8	-
	Total	4.943	4.523	-420	-8,5
Autarquias	Ativos	4.305	2.991	-1.314	-30,5
	Inativos	6.277	4.498	-1.779	-28,3
	Pensionistas	53.992	44.975	-9.017	-16,7
	Total	64.574	52.464	-12.110	-18,8
Total Geral de Matrículas	Ativos	174.428	148.813	-25.615	-14,7
	Inativos	114.694	169.451	54.757	47,7
	Pensionistas	55.919	46.157	-9.762	-17,5
	Total	345.041	364.421	19.380	5,6

Fontes de dados brutos: Site da Secretaria da Fazenda do RS, no Boletim de Pessoal.



Tabela 13 – Despesas Empenhadas Consolidadas – Em valores nominais - R\$ milhões

Grupo da Despesa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pessoal e Encargos Sociais	10.157	11.001	6.726	7.617	8.426	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	0	5.323	5.966	6.707	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	10.157	11.001	12.049	13.583	15.133	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215
Outras Despesas Correntes	7.136	8.328	14.174	16.272	18.069	12.708	14.501	16.076	17.025	18.847	19.736	21.225
(-) Distribuição Receitas aos Municípios	3.639	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135	8.921	9.327	10.345
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	5.323	5.966	6.707	0	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	3.497	3.967	4.221	4.946	5.495	6.304	7.376	8.407	8.889	9.926	10.409	10.881
Serviço da Dívida	1.830	3.183	2.112	2.956	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970
(-) Operação Externa com o BIRD	0	1.192	0	787	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço da Dívida Ajustado	1.830	1.991	2.112	2.169	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250	3.970
Investimentos Amplos	401	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106	1.751
Total do Grupo da Despesa	15.885	17.620	19.044	22.635	24.237	26.829	30.620	35.062	37.424	38.099	40.858	45.818
Receita Corrente Líquida - RCL	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773
% do Total da Despesa / RCL	113,5	105,8	109,5	111,5	110,5	113,2	116,0	122,5	124,2	109,9	116,6	121,3

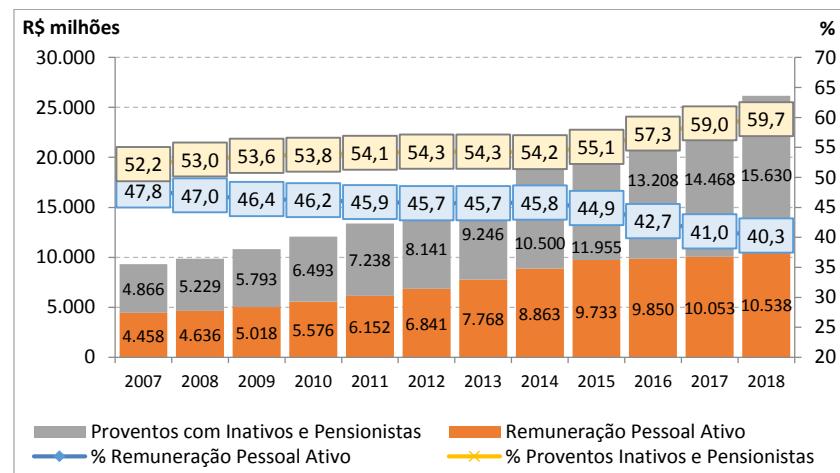
Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Em 2016, houve forte aumento da RCL, tendo em vista o aumento de alíquota do ICMS aprovado pela ALRS, a contar de 01/01/2016.

O gráfico seguinte mostra a evolução das despesas com pessoal, entre 2007 e 2018. Tomando-se por base a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação aos vencimentos dos aposentados e pensionistas, constata-se que, em 2007, os gastos com os aposentados e pensionistas já estavam maiores.

Em 2018, do gasto total com remuneração, 40,3% foram para o pessoal ativo e 59,7% para os aposentados e pensionistas. O gasto com pessoal inativo está crescendo de forma consistente em relação à Receita Corrente Líquida.

Gráfico 13 – Percentual Empenhado com a Remuneração de Pessoal da Administração Pública Consolidada do Estado do RS - R\$ milhões



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Considerando os gastos com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa, entre 2007 e 2018 observa-se que, em 2018, separadamente, os gastos de remuneração com as aposentadorias totalizaram R\$ 12,5 bilhões; com o pessoal civil, R\$ 8,7 bilhões; com as pensões, R\$ 3,1 bilhões; e com o pessoal militar, R\$ 1,8 bilhão. Em 2007, gastava-se com o grupo de pessoal o equivalente a 72,6% da RCL; já em 2018, o gasto avançou para 77,3% da RCL.

Tabela 14 – Média salarial dos Poderes e Órgãos da Administração Direta – Ref. Dez/18

Especificação	Média Salarial Ativos	Média Salarial Inativos	Média Salarial Geral
Poder Executivo	5.108	5.661	5.396
Secretaria da Educação	2.664	3.185	2.964
Secretaria da Segurança Pública	9.340	12.397	10.869
Secretaria da Saúde	6.781	4.631	5.523
Secretaria da Fazenda	22.209	23.949	23.262
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação	6.265	4.936	5.460
Procuradoria Geral do Estado	15.690	23.167	16.967
Secretaria Modernização Administrativa e dos RH	7.793	5.139	5.914
Demais Secretarias	6.830	6.134	6.451
Demais Poderes e Órgãos	14.486	17.708	15.490
Assembleia Legislativa	11.205	24.074	15.240
Tribunal de Contas	20.816	36.707	27.825
Poder Judiciário	12.965	13.667	13.205
Ministério Público	17.028	17.085	17.039
Defensoria Pública	19.913	27.570	21.350
Total da Média Salarial	6.138	6.135	6.136

Fonte: Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda do RS.



Tabela 15 – Gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais, em valores nominais – R\$ milhões

Elementos da Despesa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aposentadorias	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298	9.521	10.560	11.602	12.525
Pensões	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980	2.202	2.430	2.649	2.866	3.105
Vencimentos pessoal civil	3.950	4.118	4.454	4.913	5.432	5.987	6.754	7.686	8.461	8.505	8.520	8.723
Vencimentos pessoal militar	508	518	565	663	720	854	1.014	1.177	1.272	1.344	1.533	1.815
Sentenças judiciais	182	280	492	753	827	574	656	831	1.175	898	1.031	1.073
Despesas exercícios anteriores	335	529	385	333	423	479	606	659	368	492	370	585
Obrigação patronal (RGPS)	133	139	162	200	241	293	327	373	381	384	406	440
Demais despesas	183	188	199	227	251	289	317	385	377	500	765	949
Total da Despesa	10.157	11.001	12.049	13.583	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215
Receita Corrente Líquida	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773
% Total da Despesa / RCL	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0	70,1	71,7	75,5	79,6	73,1	77,3	77,3

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

A tabela a seguir apresenta visualiza a relação entre a arrecadação de ICMS líquido (ICMS total menos as transferências constitucionais aos municípios) menos a despesa com o grupo Pessoal e Encargos Sociais. Em 2008, o ICMS líquido pagava a totalidade dos gastos; já em 2018, foi necessário

o aporte extra de R\$ 3,0 bilhões. Entre 2008 e 2018 (11 anos), em valores nominais, a arrecadação do ICMS líquido cresceu 135,7%, enquanto que a despesa com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais cresceu 165,6%.

Tabela 16 – Relação entre o ICMS líquido e o grupo de Pessoal e Encargos Sociais - R\$ milhões

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Gasto com Pessoal e Encargos Sociais	11.001	12.049	13.583	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093	29.215
Total arrecadado de ICMS	14.825	15.087	17.893	19.503	21.378	24.061	25.854	27.126	30.386	31.933	34.839
(-) Transferências aos Municípios	3.706	3.772	4.473	4.876	5.345	6.015	6.464	6.781	7.543	7.916	8.629
(=) ICMS Líquido	11.119	11.315	13.420	14.627	16.034	18.046	19.391	20.345	22.843	24.017	26.210
ICMS Líquido – Gasto Pessoal (R\$)	118	-734	-163	-507	-582	-874	-2.220	-3.640	-2.489	-3.076	-3.006
ICMS Líquido / Gasto Pessoal (%)	101,1	93,9	98,8	96,6	96,5	95,4	89,7	84,8	90,2	88,6	89,7

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

O GRUPO DAS "OUTRAS DESPESAS CORRENTES"

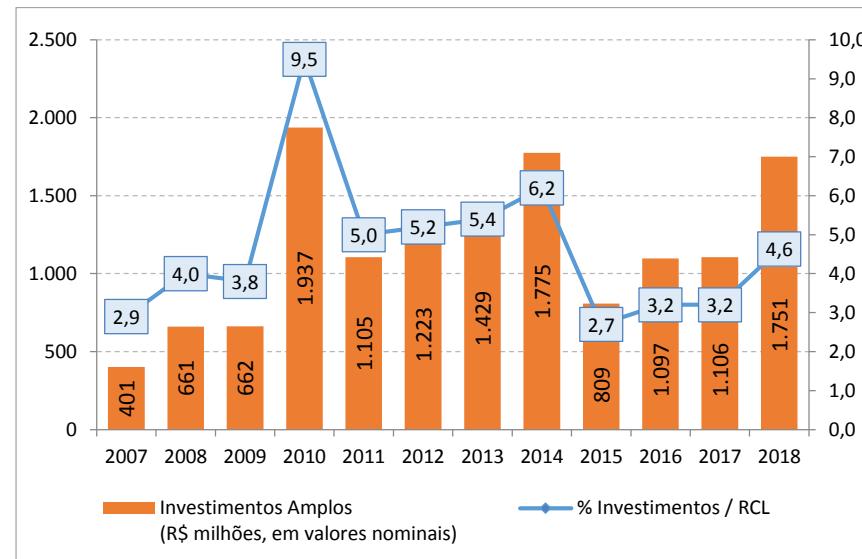
O grupo das Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública; as transferências constitucionais aos municípios; e a gestão do SUS.

Considerando a evolução por elemento das Outras Despesas Correntes, sem as transferências aos municípios, entre 2007 e 2018, observa-se que, no período, as despesas cresceram 210,6%, em valores nominais (de R\$ 3,497 bilhões para R\$ 10.862 bilhões). A partir de 2010, os gastos tiveram crescimentos recordes na série, em função de valores apropriados em Saúde, tendo em vista atingir o percentual de 12,0% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Em 2007, gastava-se 25,0% da RCL; já em 2018, o gasto avançou para 28,8% da RCL.

OS GRUPOS DOS "INVESTIMENTOS AMPLOS" (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)

O Gráfico 14 mostra os dispêndios com investimentos e sua representatividade em relação à RCL. Constatase que a crise estrutural recente das finanças públicas, a partir do final da década de 90, teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado.

Gráfico 14 – Investimentos Amplos empenhados em relação à RCL



Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.



Tabela 17 – Outras Despesas Correntes, por elemento - Empenhada nominal – R\$ milhões

Elementos da Despesa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Outros Serviços de Terceiros - Jurídica	1.218	1.356	1.538	1.723	2.002	2.333	2.805	2.950	2.958	3.384	3.729	3.962
Contribuições	99	140	155	246	289	451	738	949	874	943	1.057	1.050
Gestão Plena do SUS	478	578	698	771	825	874	762	905	757	794	858	909
Despesas Exercícios Anteriores	300	306	246	340	348	360	513	679	976	1072	1.031	1.058
Material de Consumo	303	398	413	445	441	441	449	450	415	469	483	559
Outros Serviços Terceiros - Física	146	174	188	222	281	317	335	339	346	353	370	373
Locação de Mão de Obra	91	103	124	152	174	224	267	322	356	380	404	413
Obrigações Tributárias e Contribuições	155	191	186	231	244	261	290	319	381	397	403	438
Auxílio-alimentação	147	139	137	190	222	231	253	281	297	329	367	360
Indenizações e Restituições	225	219	203	211	240	203	226	476	872	1164	930	802
Sentenças Judiciais	40	45	22	56	93	150	201	132	245	235	270	355
Subvenções Sociais	79	92	92	111	68	84	127	141	87	80	74	89
Diárias - pessoal civil	31	35	40	50	53	75	91	96	57	55	59	60
Diárias - pessoal militar	16	15	21	26	33	52	54	64	39	45	37	31
Auxílio-transporte	55	47	49	53	60	64	59	59	61	71	76	82
Demais "outras despesas correntes"	114	128	110	116	124	184	208	246	167	155	260	321
Total das Outras Despesas Correntes	3.497	3.966	4.222	4.943	5.497	6.304	7.378	8.408	8.888	9.926	10.408	10.862
Receita Corrente Líquida	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046	37.773
% Outras Despesas Correntes / RCL	25,0	23,8	24,3	24,4	25,1	26,6	28,0	29,4	29,5	28,6	29,7	28,8

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Entre 2009 e 2011, os valores foram ajustados com a exclusão da dupla contagem contábil (despesas intraorçamentárias) e das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo (Órgão 40 do IPERGS).

OS GRUPOS DO "SERVIÇO DA DÍVIDA" (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA)

O gráfico 15 mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortização), entre 2007 e 2018. Em 2007, foram comprometidos 13,1% da RCL; já em 2018, a participação foi de 10,5% da RCL.

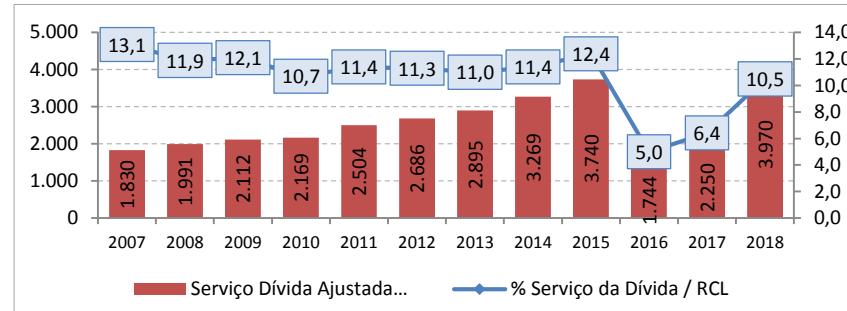
A queda brusca do percentual empenhado de Serviço da Dívida em relação à RCL, que se verificou em 2016 e 2017, deveu-se ao não pagamento das parcelas da dívida com a União, entre abril e junho de 2016 e pela suspensão do pagamento das parcelas entre julho e dezembro de 2016. A partir de julho de 2017, o Estado contabiliza os valores da dívida com a União, mas não paga as parcelas, tendo em vista liminar concedida pelo STF.

O crescimento da dívida no período 2011-2014 deveu-se a novas contratações de operações de crédito. No período de 2015 e 2018, pelo não pagamento integral das parcelas da dívida contratual com a União, resultando um maior estoque.

Já no que se refere ao Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação a RCL, em 2002, a dívida comprometia 2,95 vezes a RCL, enquanto ao final de 2018, a relação DCL foi de 2,23 vezes a RCL.

Alguns dos motivos que impediram o Estado de cumprir o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, a dívida ficar abaixo de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida, foram a crise econômica brasileira que deprimiu vertiginosamente a arrecadação de tributos, a inflação elevada principalmente nos anos de 2002, 2003, 2004 e 2015, novas contratações ocorridas no governo Tarso, a suspensão dos pagamentos das parcelas da dívida com a União que foram acrescidas ao seu estoque e os juros fixados em 6,0% ao ano, que vigorou até 31/12/2012.

Gráfico 15 – Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL

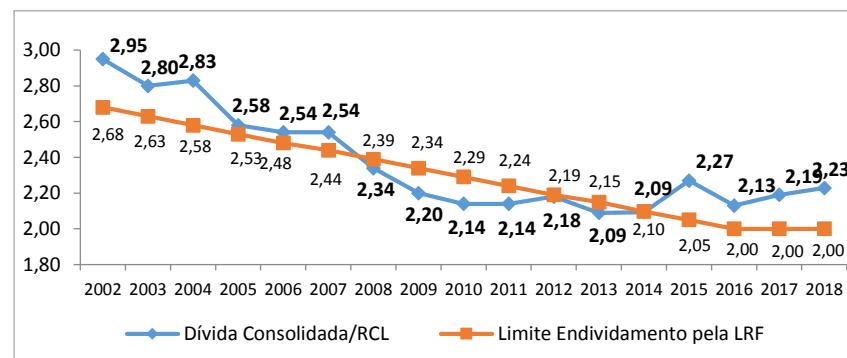


Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Não constam os valores pagos em contrapartida às contratações das operações de crédito com o Banco Mundial, de R\$ 1.192 bilhão (2008), e de R\$ 786,8 milhões (2010), em valores nominais, visto que os mesmos objetivaram mudar o perfil de parte da dívida extralímite do Estado com a União.

Nota 2: No estoque da dívida, inclui-se a operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e da Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), realizada em 1998. Fonte: Balanço Geral de 1998, pg. 115. Esses valores, atualizados pelo IGP-DI até 31/12/2018, atingem R\$ 12,195 bilhões.

Gráfico 16 – Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação a RCL



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Anexo 2, da LRF, art. 55, I, alínea "b", da Secretaria Fazenda do RS.

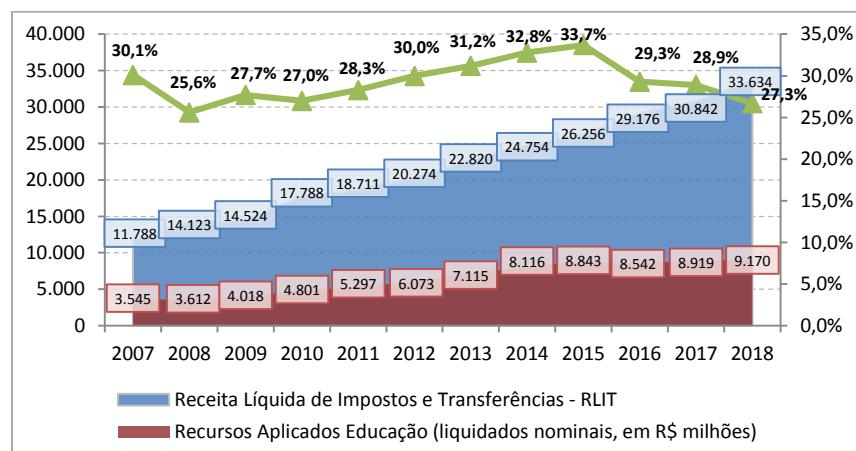
A dívida com a União constitui um sério problema estrutural para as finanças estaduais. Com a aprovação do PL nº 238/2013, a partir de 01/01/2013, o estoque passou a ser corrigido pelo IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. A matéria foi

regulamentada através do Decreto nº 8.616, de 29/12/15. Essa nova metodologia de atualização do estoque poderá beneficiar o Estado no médio prazo, abrindo espaço para novas operações de crédito, assim que o Estado venha a enquadrar a sua Dívida Consolidada Líquida abaixo de duas vezes a sua Receita Corrente Líquida. Em tese, no longo prazo a renegociação será benéfica porque poderá reduzir o estoque da dívida no final do contrato, em 2048, tanto melhor quanto menores forem as variações do IPCA ou da Taxa SELIC. Em seção especial adiante, tratar-se-á da dívida contratada do Estado do Rio Grande do Sul com a União.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM EDUCAÇÃO

Na evolução do gasto com Educação, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2007 e 2018, observa-se que, no último ano, aplicou-se 27,3% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 35,0% da RLIT.

Gráfico 17 – Percentuais aplicados em Educação em relação à RLIT

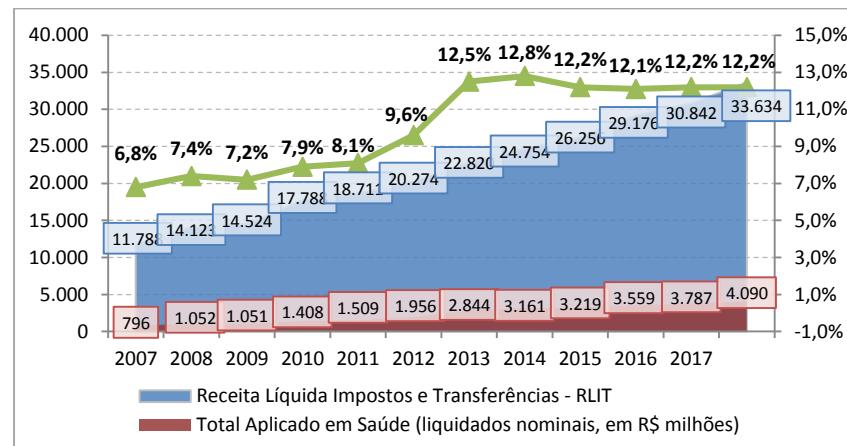


Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM SAÚDE

Nos valores aplicados em Saúde, entre os anos de 2007 e 2018, em relação à RLIT, há uma retomada gradual de recursos drenados para essa área, tendo em vista a obrigatoriedade do Estado aplicar o percentual de 12,0% da RLIT em Saúde. Em 2018, foram aplicados 12,2% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 10,0% da RLIT.

Gráfico 18 – Percentuais aplicados em Saúde em relação à RLIT



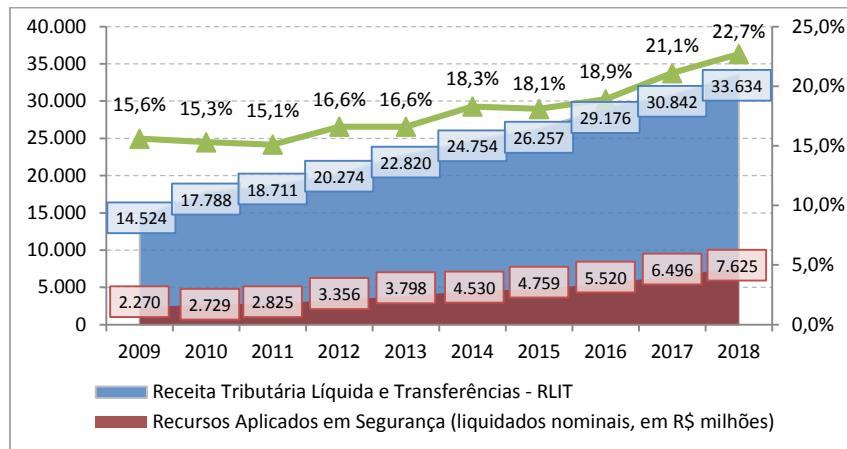
Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota: Não estão computados recursos da CORSAN.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM SEGURANÇA

No que se refere aos gastos empenhados com a área da Segurança em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2009 e 2018, nesse último ano, foram aplicados 22,7% da RLIT. O crescimento dos gastos com a Segurança deveu-se em função dos aumentos salariais concedidos, as promoções e as novas contratações, o que elevou sobremaneira o gasto dessa pasta.

Gráfico 19 – Percentuais aplicados em Segurança em relação à RLIT



Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Na tabela estão contemplados os inativos militares.

É importante ressaltar que na área da Segurança Pública houve a criação do Programa de Incentivo ao Reaparelhamento da Segurança, através da Lei nº 15.224/2018, com o objetivo de conjugar esforço entre os setores público e privado para aumentar e modernizar os equipamentos e estruturas a serem utilizados na área da Segurança Pública, através da compensação do ICMS, com impacto direto em 2019, de cerca de R\$ 115 milhões.

O FUNDO DA EDUCAÇÃO E AS PERDAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM O FUNDEF/FUNDEB

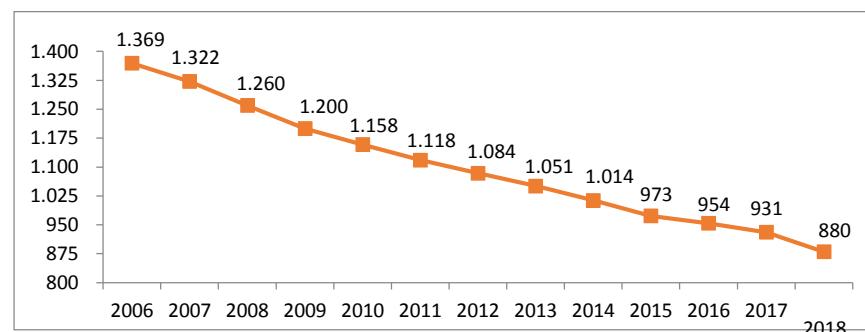
O FUNDEB é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação. É um Fundo de natureza contábil, instituído pela EC nº 53, de 19/dez/2006, e regulamentado pela MP nº 339, de 28/dez/2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20/jun/2007, e pelos Decretos nº 6.253 e nº 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007. Foi implantado a partir de 1º/jan/2007, alcançando sua plenitude em 2009, com todo o universo de alunos da Educação Básica pública presencial e os percentuais de receitas

que o compõem alcançando o patamar de 20% de contribuição. A Emenda que criou o FUNDEB estabeleceu o prazo final do programa em 2020, mas tudo indica pelas discussões no Congresso Nacional que o mesmo será prorrogado.

O FUNDEB promove a distribuição dos recursos com base no número de alunos da Educação Básica, de acordo com dados do último Censo Escolar, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211, da Constituição Federal). O Fundo da Educação é constituído por recursos próprios dos Estados e dos Municípios. Caso haja insuficiência de recursos, a União poderá complementar com 10% do valor total do Fundo. Os recursos do FUNDEB destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido (regular, especial ou de jovens e adultos), da sua duração (ensino fundamental de oito ou de nove anos), da idade dos alunos (crianças, jovens ou adultos), do turno de atendimento (matutino, vespertino ou noturno) e da localização da escola (urbana, rural, área indígena ou quilombola), observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º, do art. 211 da Constituição Federal.

Em 2006, a quantidade de alunos matriculados nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul, eram 1,37 milhão de alunos; em 2018, 880 mil alunos. Em apenas 13 anos, o Estado perdeu 489 mil alunos, uma queda de 35,7%.

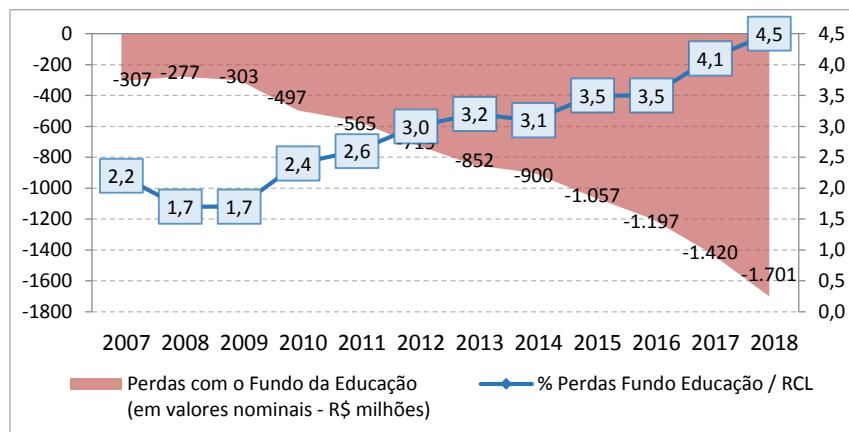
Gráfico 20 – Alunos matriculados nas escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul



Fonte: Censo Escolar da Secretaria da Educação do Estado RS.

No que se refere às perdas do Estado do Rio Grande do Sul com o Fundo da Educação, somente no período entre 2007 e 2018, o Estado teve perdas de R\$ 9,8 bilhões, em valores nominais. Por exemplo, as perdas em 2018, foram decorrentes do fato de que o Rio Grande do Sul aportou ao Fundo da Educação R\$ 6,2 bilhões; contudo, o retorno foi de apenas R\$ 4,5 bilhões, resultando em uma equação negativa de R\$ 1,7 bilhão, equivalente a 4,5% da RCL. Somente para argumentar, caso esse valor revertesse para o caixa, seria suficiente para pagar a totalidade de um mês de salário líquido a todos os servidores do Estado do Rio Grande do Sul.

Gráfico 21 – Perdas do Estado do RS para o FUNDEF/FUNDEB

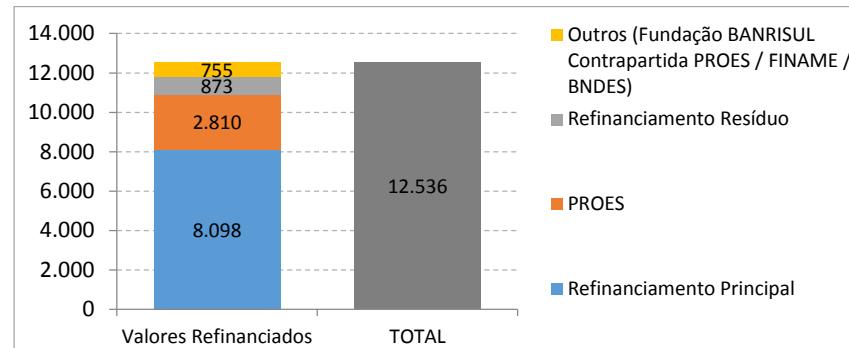


Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO – LEI N° 9.496/1997 E LEIS POSTERIORES

Com base nos termos do protocolo de intenções, firmado em 20/09/1996, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul acordou em refinanciar junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase toda a dívida contratual existente na época.

Gráfico 22 – Valor original da dívida do Estado do RS refinaciada junto à União (R\$ milhões)



Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (Ano de 1999 - fl. 97).

Em relação à amplitude contratual da dívida dos Estados com a União, o Congresso Nacional aprovou Projeto de Lei que alongou os prazos por mais 20 anos, para 2048. No acordo firmado, foi concedida ainda a suspensão do pagamento das parcelas entre julho e dezembro de 2016. A contar de janeiro de 2017 até junho de 2018 (18 meses), as prestações voltariam a ser pagas na proporção simples de 5,5555% ao mês.

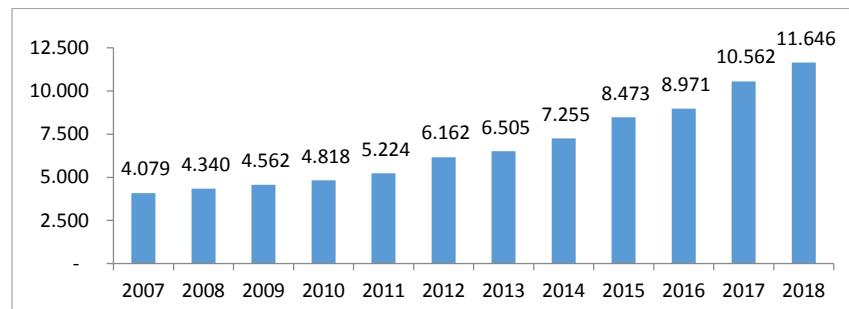
Porém, a partir de julho de 2017, por medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, o Estado do Rio Grande do Sul deixou de pagar as parcelas, com a intenção de antecipar os efeitos do "Regime de Recuperação Fiscal". A instituição pela União desse programa beneficia estados com maiores dificuldades, com a suspensão dos pagamentos por 36 meses. Quando da sua retomada, as prestações serão pagas de forma progressiva e linear, por igual período, até atingir seu valor integral, ao final do prazo da prorrogação.

A dívida total do Estado do Rio Grande do Sul com a União totalizou, no ano de 2018, R\$ 63,006 bilhões. No entanto, é importante frisar que, a partir de 2017, a dívida do Estado com a União foi consolidada, com a aplicação do art. 1º da LCF 156, não sendo mais classificada em intralímite e extralímite. Não há mais o limitador de 13% da Receita Líquida Real sobre as prestações nem a geração de resíduo, visto que o cálculo da prestação mensal processa-se conforme a Tabela PRICE.

O DÉFICIT DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Analisando a evolução do déficit previdenciário – plano financeiro – entre 2007 e 2018, em valores nominais, observa-se que, em 2007, o déficit foi de R\$ 4,1 bilhões; já em 2018, passou para R\$ 11,6 bilhões, aumento de 185,5%, em 12 anos. Nesse período (2007/2018), o déficit do sistema previdenciário gaúcho atingiu o montante de R\$ 82,6 bilhões.

Gráfico 23 – Déficit Previdenciário – Plano Financeiro - Em valores nominais – R\$ milhões



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO - Anexo 4 - LRF, Art. 53, II).

Os servidores admitidos a partir de 08/07/2011 e os admitidos a partir de 19/08/2016 estão abrigados, respectivamente, nos regimes de capitalização e de previdência complementar. Dessa forma, na medida em que os servidores regidos pelo Regime de Repartição Simples aposentam-se, o déficit previdenciário será sempre maior, pois o Estado contará com menores receitas das contribuições dos ativos. Contudo, no longo prazo, serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro, paulatinamente, começará a ser menos pressionado, devido aos efeitos dos novos regimes.

Tabela 18 – Estoque da dívida do Estado contratada junto à União – R\$ milhões

Especificação	Dívida Intralímite	Dívida Extralímite	Resíduo	Saldo de Liminar do STF	Total do Estoque	PIB-RS	% Estoque/PIB-RS
1998	9.244	0	322	0	9.566	67.673	14,1
1999	10.908	0	873	0	11.781	74.016	15,9
2000	11.426	892	1.099	0	13.417	81.815	16,4
2001	12.498	976	1.736	0	15.210	92.310	16,5
2002	15.128	1.189	2.785	0	19.102	105.487	18,1
2003	16.102	1.265	3.842	0	21.210	124.551	17,0
2004	17.562	1.380	5.217	0	24.159	137.831	17,5
2005	17.948	1.411	6.434	0	25.793	144.218	17,9
2006	18.475	1.454	7.747	0	27.676	156.827	17,6
2007	19.247	1.515	9.280	0	30.041	176.615	17,0
2008	20.847	1.571	11.485	0	33.903	199.494	17,0
2009	19.901	1.500	12.359	0	33.760	215.864	15,6
2010	21.361	795	14.884	0	37.040	241.256	15,4
2011	21.790	811	16.823	0	39.423	264.969	14,9
2012	22.496	837	19.285	0	42.619	287.056	14,8
2013	22.759	847	21.625	0	45.231	332.293	13,6
2014	22.616	842	23.723	0	47.181	357.816	13,2
2015	23.559	877	27.182	0	51.617	381.985	13,5
2016	25.149	936	30.650	687	57.421	408.645	14,1
2017					58.572	416.883	14,0
2018					63.006	444.875	14,2

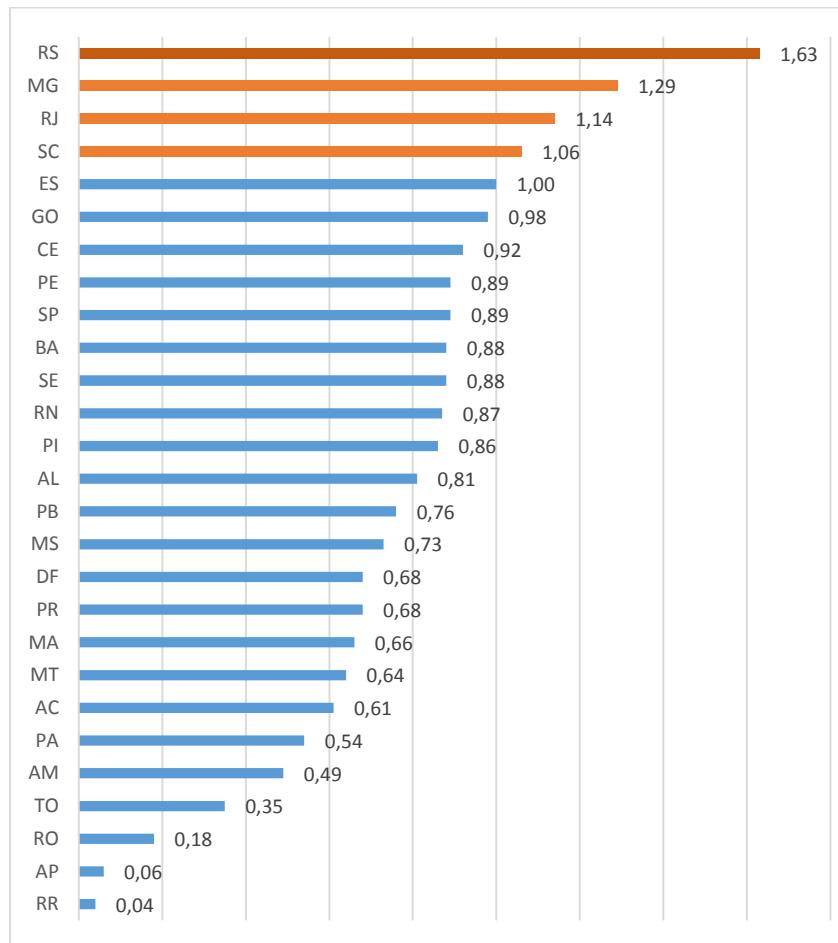
Fonte: Secretaria da Fazenda do RS - Relatório da Dívida.

Nota 1: O PIB de 2017 e de 2018 foi calculado pela Fipe.

O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro em que há mais inativos do que ativos no serviço público¹⁰. Em 2017, eram 163 aposentados para cada 100 servidores trabalhando. Além disso, o RS é um dos 14 estados brasileiros em que os inativos recebem, em média, mais que a média dos salários dos servidores ativos. É pago R\$ 5,5 mil em média de aposentadoria a um inativo no estado, ao passo que o salário médio do servidor gaúcho ativo é de R\$ 5,1 mil. O déficit da previdência custa R\$ 1.038 para cada habitante do estado – o maior custo dentre todos os estados.

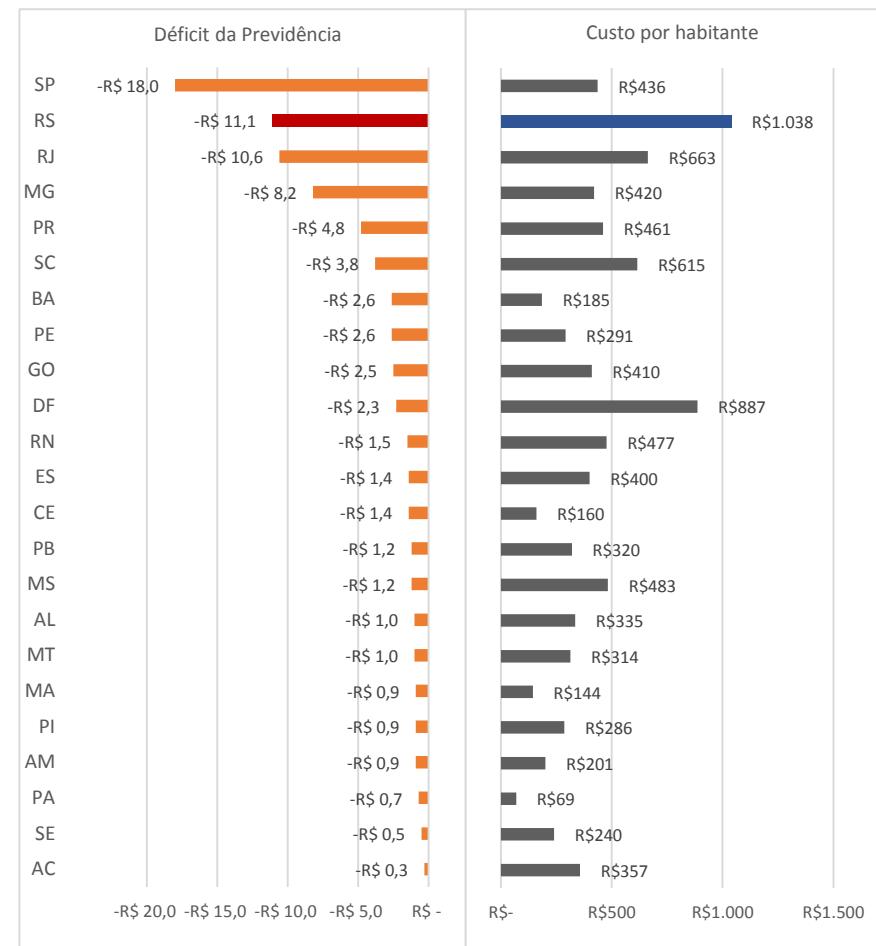
¹⁰ FIRJAN. A situação fiscal dos estados brasileiros: Déficit da previdência. Rio de Janeiro, Nota Técnica de abril de 2019.

Gráfico 24 – Número de Aposentados e Pensionistas por Ativo nos estados brasileiros – 2017



Fonte: FIRJAN, 2019, com dados da Secretaria de Previdência - Ministério da Economia (2017).

Gráfico 25 – Número de Aposentados e Pensionistas por Ativo nos estados brasileiros – 2017



Fonte: FIRJAN, 2019, com dados da Secretaria de Previdência - Ministério da Economia (2017).



Cenário Fiscal para o Plano Plurianual 2020-2023

A Proposta do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 (PPA 2020-2023), levada à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, foi montada com base nos seguintes parâmetros macroeconômicos.

Tabela 19 – Previsão de PIB e de inflação, no período entre 2020 e 2023

Especificação	2020	2021	2022	2023
PIB Real brasileiro	2,7%	2,6%	2,5%	2,5%
Inflação pelo IPCA	4,0%	3,7%	3,7%	3,7%

Fonte: LDO Estadual 2020.

NOTA: Os índices de PIB e IPCA foram os mesmos utilizados pela União na sua LDO 2020.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2020) determinou para o orçamento de 2020, para os grupos Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, a mesma dotação fixada na Lei Orçamentária de 2019, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2019. Adiante, o inteiro teor dos artigos:

Art. 17. Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro - Livres, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias para 2020, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2019, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2019, com essa fonte de recurso.

§1º Aplica-se o disposto no caput às despesas classificadas nos grupos de natureza de despesa 1 - Pessoal e Encargos Sociais, 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras.

§2º Considera-se incluído no limite a que se refere o caput o disposto nos arts. 39 e 40 desta Lei.

§3º Exclui-se da apuração do limite de que trata o caput deste artigo a complementação de dotações orçamentárias de que trata o art. 8º da Lei 15.232, de 01 de outubro de 2018, ao Fundo de Reaparelhamento do Poder Judiciário.

Art. 39. Para fins de atendimento ao disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 169 da Constituição Federal, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, alterações e criação de carreiras, cargos e funções, bem como a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal n.º 101/00 e desde que observado o disposto no Art. 17 desta Lei.

Art. 40. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Ressalta-se que, para os demais anos do Plano Plurianual (2021-2023), em todas as Fontes do Tesouro as despesas com pessoal terão aumento de 3,0%, e as despesas com a manutenção e custeio da máquina pública e os investimentos não terão qualquer crescimento.

A ESTIMATIVA DA RECEITA PÚBLICA PARA O PPA 2020-2023

A arrecadação do PPA 2020-2023 foi prevista em R\$ 254,3 bilhões, compreendendo a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Tabela 20 – Receitas da Administração Pública consolidada para o período do PPA 2020-2023 – Reais (R\$)

Especificação	Total (R\$)
Receitas Correntes	184.994.582.407
Receitas de Capital	1.061.543.249
Receitas Intraorçamentárias	68.248.739.418
Receitas Totais do PPA 2020-2023	254.304.865.074

Fonte: PPA 2020-2023.

A tabela a seguir mostra os principais agregados da Receita Pública. Para os exercícios entre 2020 e 2023, excluindo as receitas intraorçamentárias, de R\$ 68,2 bilhões, estima-se um montante de arrecadação ajustada de R\$



186,1 bilhões, sendo R\$ 185,0 bilhões de Receitas Correntes e R\$ 1,1 bilhão de Receitas de Capital.

Tabela 21 – Principais agregados das receitas estimadas do Estado para o período do PPA 2020-2023, – Reais (R\$)

Agregados da Receita Pública	Total (R\$)
Receitas Correntes	184.994.582.407
Receita Tributária	192.058.449.525
ICMS Total	153.365.753.915
IPVA Total	13.604.042.042
IRRF	12.469.656.348
Demais Receitas Tributárias	12.618.997.220
Receita de Contribuições	15.945.937.885
Receita Patrimonial	4.295.899.254
Receita Agropecuária / Industrial / Serviços	2.447.614.889
Transferências Correntes	40.057.621.198
Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados	10.162.388.977
Cota-parte do IPI - Estados Exportadores	2.325.801.607
Lei Kandir e Fundo de Auxílio à Exportação	657.019.372
Salário Educação	2.099.507.625
Fundo da Educação -Transferência do FUNDEB	19.889.207.052
Gestão Plena do SUS	3.670.256.697
Demais Transferências Correntes	1.253.439.868
Outras Receitas Correntes	3.132.538.017
Deduções da Receita Corrente para o FUNDEB	-27.511.287.694
Deduções das Transferências aos Municípios	-45.432.190.667
Receitas de Capital	1.061.543.249
Operações de Crédito	56.000.000
Alienação de Bens	59.839.860
Amortização Empréstimos	132.884.613
Transferências de Capital	242.715.212
Demais Receitas de Capital	570.103.564
Total das Receitas sem as Intraorçamentárias	186.056.125.656
(+) Transferências de Receitas Intraorçamentárias	68.248.739.418
Total das Receitas com as Intraorçamentárias	254.304.865.074

Fonte: PPA 2020-2023.

A FIXAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA PARA O PPA 2020-2023

A estimativa das despesas dotadas da Administração Pública Consolidada, para a Projeto de Lei do PPA 2020-2023, foi fixada em R\$ 273,3 bilhões, distribuída conforme a tabela adiante.

Tabela 22 – Despesas fixadas da Administração Pública consolidada para o período do PPA 2020-2023– Reais (R\$)

Especificação	Total (R\$)
Despesas Correntes	189.465.032.666
Despesas de Capital	12.322.227.319
Reserva Previdenciária	3.290.450.999
Despesas Intraorçamentárias	68.248.739.418
Despesas Totais do PPA 2020-2023	273.326.450.402

Fonte: PPA 2020-2023.

A Tabela seguinte mostra os principais agregados da despesa pública para os exercícios entre 2020 e 2023. Excluindo as despesas intraorçamentárias, de R\$ 68,2 bilhões, prevê-se um gasto total ajustado de R\$ 205,1 bilhões.

Tomando-se as despesas sem a dupla contagem contábil (despesas intraorçamentárias), para o período do Plano Plurianual o gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais foi fixado em R\$ 128,4 bilhões; o grupo com as Outras Despesas Correntes consumirá R\$ 49,3 bilhões; os grupos do Serviço da Dívida, outros R\$ 20,1 bilhões; e os grupos dos Investimentos Amplos, mais R\$ 4,0 bilhões. Ainda, está sendo prevista uma Reserva Previdenciária de R\$ 3,3 bilhões.



Tabela 23 – Principais agregados da despesa pública consolidada para o período do PPA 2020-2023– Reais (R\$)

Agregados da Despesa Pública	Total (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	128.367.516.908
Outras Despesas Correntes	49.311.765.279
Serviço da Dívida	20.149.289.495
Investimentos Amplos	3.958.688.303
Reserva Previdenciária	3.290.450.999
Total das Despesas sem as Intraorçamentárias	205.077.710.984
(+) Transferências de Despesas Intraorçamentárias de Pessoal	68.018.557.864
(+) Transferências de Despesas Intraorçamentárias de Custeio	230.181.554
Total das Despesas com as Intraorçamentárias	273.326.450.402

Fonte: PPA 2020-2023.

Nota 1: O Serviço da Dívida compreende os juros, encargos e amortização da dívida.

Nota 2: Os Investimentos Amplos aglutinam os investimentos e as inversões financeiras.

É importante ressaltar que o gasto médio anual do PPA 2020-2023, de R\$ 51,3 bilhões, corresponde aproximadamente a 10,3% do PIB gaúcho, em valores de 2020.

AS DESPESAS DE CAPITAL DAS PRINCIPAIS ESTATAIS

O orçamento de investimento das empresas públicas estatais, nas quais o Estado do Rio Grande do Sul detém a totalidade do capital social ou a maioria do capital acionário com direito a voto, acompanha a Proposta do Plano Plurianual 2020-2023.

A tabela seguinte mostra as Despesas de Capital previstas pelas principais estatais gaúchas, para os exercícios de 2020 a 2023, de R\$ 5,92 bilhões. As estatais que projetaram maiores investimentos são a CORSAN (R\$ 1,67 bilhão), o BANRISUL (R\$ 1,41 bilhão), a CEEE-GT (R\$ 1,38 bilhão), a CEEE-D (R\$ 622,22 milhões), a EGR (405,96 milhões), o BANRISUL Cartões (R\$ 244,68 milhões) e a SULGÁS (R\$ 191,53 milhões).

Pela ótica econômica, em uma estimativa sobre a matriz insumo-produto elaborada pela SEPLAG, os investimentos previstos para o período do PPA 2020-2023, em média de R\$ 1,48 bilhão anual, terão significativo impacto anticíclico para a economia gaúcha, pois trarão incremento de 0,30% no PIB estadual, acompanhado da criação de, aproximadamente, 34.000 novos empregos, entre diretos e indiretos, impactando na produção em torno de R\$ 2,5 bilhões anuais.

Tabela 24 – Despesas de Capital das principais estatais gaúchas previstas para o período do PPA 2020-2023– Reais (R\$)

Empresas Estatais Gaúchas	Investimentos Totais (R\$)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL	1.413.824.475
Banrisul Cartões S/A - BANRISERV	244.683.666
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás	191.534.829
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	622.222.435
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	1.384.846.441
Companhia Riograndense DE Saneamento - CORSAN	1.666.032.393
Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	405.961.032
Total despesas de capital das principais estatais	5.929.105.271

Fonte: PPA 2020-2023.

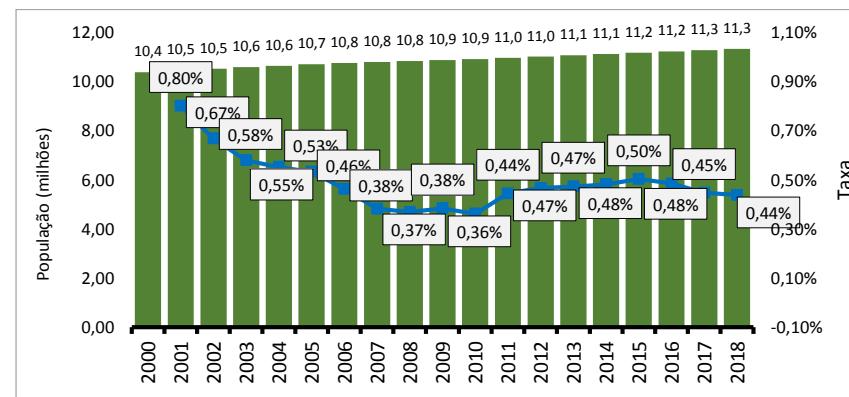
NOVOS DESAFIOS

Dinâmica Demográfica do Rio Grande do Sul

Em 2019, o Rio Grande do Sul deve atingir a população de 11,4 milhões de pessoas, representando 5,4% da população brasileira¹¹. A maior importância desse dado, no entanto, manifesta-se na sua dinâmica recente e nas projeções para seu comportamento futuro. Isso porque, dentre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul caracteriza-se por apresentar o perfil mais envelhecido. Tal característica fica clara quando se compara a precocidade da transição demográfica aqui observada em relação ao Brasil. Nesse sentido, analisar os condicionantes dessa dinâmica, bem como se preparar para as suas consequências futuras deve estar na pauta de um plano que prepare o Estado para os desafios que se revelam.

Embora a população gaúcha tenha apresentado, em 2018, uma taxa de crescimento anual de 0,44%, próxima à de 2006, o movimento de longo prazo é de desaceleração desse crescimento. Em perspectiva mais ampla, pode-se dizer que o ritmo de crescimento passou a ser cada vez menor, chegando aos anos 1980 com uma taxa de crescimento médio anual em torno de 1,5% a.a. Nos anos 1990, esses valores foram reduzidos para 1,2% e, nos anos 2000, atingiram o patamar de 0,5%. Para as próximas décadas, projeta-se que o RS será o primeiro estado brasileiro a apresentar decréscimos populacionais, o que está previsto para ocorrer a após 2035.

Gráfico 26 – População residente e sua taxa geométrica de crescimento anual no RS — 2000-18



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nota: Elaboração DEE/SEPLAG

A transição demográfica que o Rio Grande do Sul atravessa se manifesta com a redução da proporção de jovens concomitante ao aumento da proporção de idosos no total da população. Um dos fatores que explicam tal comportamento é o declínio da taxa de fecundidade, definida como a estimativa da quantidade de filhos que uma mulher teria ao longo de sua vida reprodutiva se ela seguisse as médias do ano analisado. Em 2019, o Rio Grande do Sul possui uma das menores taxas entre as unidades da Federação, de 1,68, estando atrás apenas de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

¹¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Projeções da população. Projeções da população por sexo e idades. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>.
Acesso em: 3 maio 2019.



De uma perspectiva histórica é possível perceber a queda abrupta na taxa: na década de 1960, a média de filhos por mulher no Estado era superior a 5. Em 2010, a taxa de fecundidade já estava em 1,56 filho por mulher, bastante abaixo do nível de reposição da população, de 2,1. Com isso, a proporção de jovens entre 0 e 14 anos no Estado deve reduzir-se de 18,3%, em 2019, para 17,2% em 2030. Em comparação, no Brasil, a proporção deve cair de 21,1% para 19% nos anos supracitados.

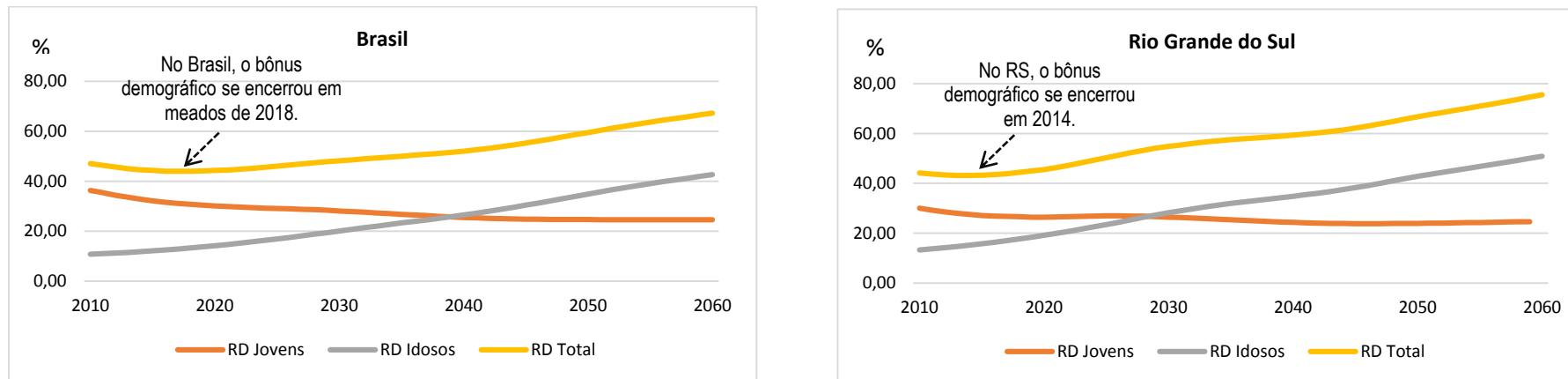
Outro fator que contribui para o envelhecimento da população é essencialmente positivo: o aumento da expectativa de vida ao nascer, definido como o número médio de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano pode esperar viver, se mantidas, desde o seu nascimento, as taxas de mortalidade observadas no ano analisado. Nesse aspecto, o Rio Grande do Sul também se destaca entre os estados mais longevos do País. Em 2019, a expectativa de vida do RS, de 78,5 anos, era a 4^a maior do Brasil (IBGE, 2018a). A longevidade dos gaúchos contribui para manter o RS na primeira posição entre os estados em percentual de idosos, considerando pessoas acima de 65 anos, com 12,7% em 2019, frente a 9,5% do agregado nacional. Em 2030, este percentual chegará a 18,2% no RS e 13,5% no País.

Como resultado, o bônus demográfico, caracterizado como o período no qual a Razão de Dependência (RD) total é decrescente, esgotou-se no Rio Grande do Sul antes do que no Brasil. Considerando-se as populações de jovens e de idosos como dependentes, o bônus no Estado terminou em 2014, cerca de quatro anos antes do que no agregado nacional. Essa razão reflete a ideia de que a população de jovens e idosos depende economicamente da população potencialmente ativa, compreendida pelas pessoas com idade entre os 15 e 64 anos. O aumento da razão indica o esgotamento do bônus demográfico, o que se reflete em uma dependência cada vez maior sobre a população potencialmente ativa.

Assim, embora a população gaúcha ainda continue crescendo até 2035, a mudança do perfil demográfico exige atenção quando consideradas as diferentes produtividades e necessidades de cada grupo etário. Como visto,

enquanto o número de idosos vem crescendo continuamente, a quantidade de jovens vem se reduzindo, e o total de pessoas potencialmente ativas está se aproximando de seu auge, passando a apresentar reduções nos próximos anos. Esse último grupo etário é de especial relevância por possuir um maior percentual de pessoas na População Economicamente Ativa (PEA), formada por trabalhadores e por pessoas que procuram emprego.

Gráfico 27 – Razão de Dependência total e das populações de jovens e idosos no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2010-2060



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

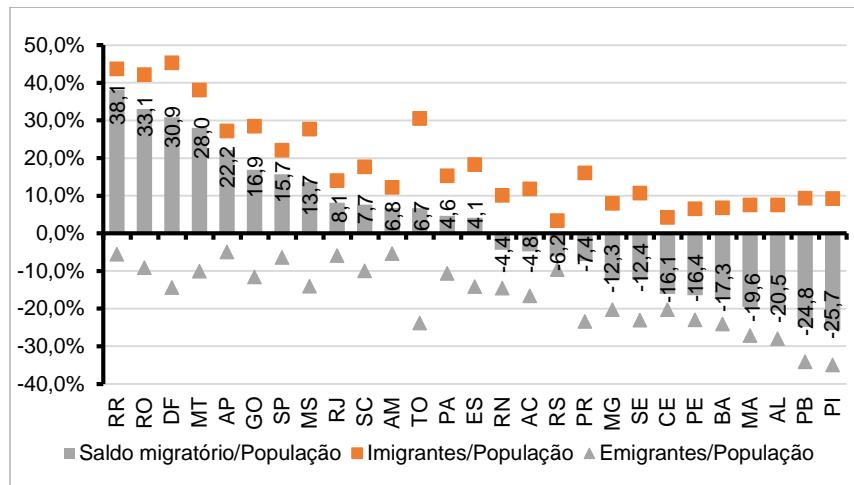
Nota: Elaboração DEE/SEPLAG.

A evolução populacional do Estado depende ainda da evolução da taxa líquida migratória, definida como a diferença entre as pessoas que imigraram para o RS e as que emigraram para outros Estados. Tal variável possui um papel ainda mais relevante tendo-se em vista que a maioria dos migrantes é formada por pessoas entre 20 e 35 anos, que estão no começo de seus períodos produtivos e que têm filhos ou estão prestes a tê-los, gerando benefícios ao estado receptor. Em contrapartida, em geral, o estado com saldo migratório negativo perde esses jovens e mantém os idosos, aumentando o percentual de participação da faixa etária mais envelhecida. No período compreendido pelo PPA, projeta-se a emigração líquida de cerca de 50 mil pessoas para outros estados, sem contar o que se perde para outros países, conforme dados do IBGE.

De fato, o RS é um estado “fechado” em suas trocas migratórias, no sentido de possuir baixos percentuais tanto de imigrantes quanto de emigrantes. Em 2015, se for levado em conta o critério de migrante em que a UF de

nascimento é diferente da UF de residência (ou seja, considerando as pessoas que migraram em qualquer ano e que estavam vivas em 2015), vê-se que o RS possui a menor relação imigrantes/população e a quinta menor relação emigrantes/população. Isto é, a relação saldo migratório/população negativa do RS (-6,2%), em 2015, não se deve ao fato de muitos gaúchos saírem do Estado, mas sim ao fato de poucas pessoas naturais de outras UFs optarem por residir no RS. Dentro do País, as perdas migratórias ocorrem principalmente nas trocas com Santa Catarina.

Gráfico 28 – Saldo migratório/população, segundo o critério local de nascimento versus local de residência, no Brasil — 2015



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

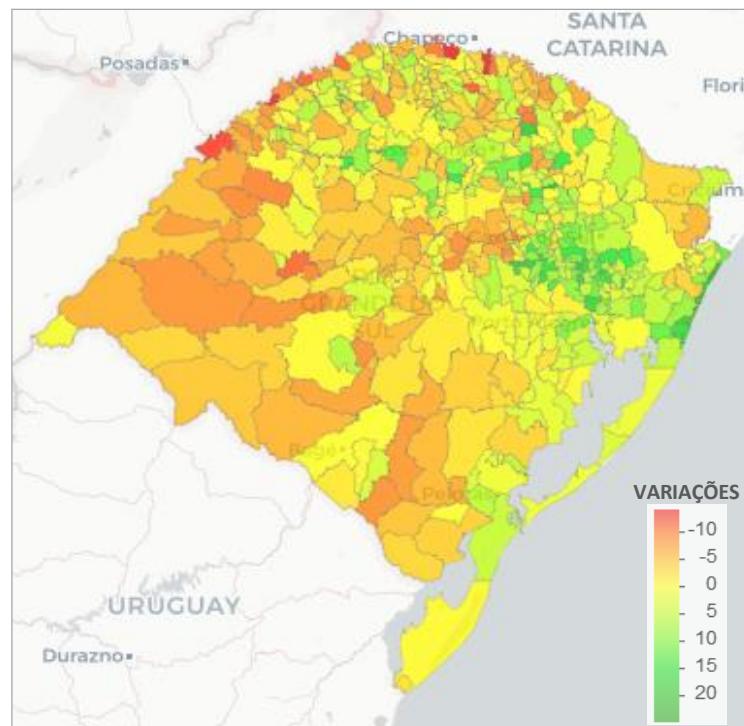
Nota: Elaboração DEE/SEPLAG.

Analisando a variação populacional no âmbito local, o crescimento dos municípios gaúchos é bem distinto, dependendo da região do Estado. Conforme as estimativas populacionais do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão (DEE/SEPLAG), de 2010 a 2017, os municípios da metade leste do Estado, na maioria dos casos, cresceram em população, enquanto os municípios na metade oeste vêm sofrendo redução populacional.

A migração é a componente de maior influência nessa disparidade entre os crescimentos populacionais das regiões do Estado. Entretanto, para se proceder a uma análise regional, é necessário fazer uso de dados mais defasados, em especial os do Censo Demográfico 2010. Com relação às trocas migratórias com outros estados e com outras mesorregiões do RS, no período de 2005 a 2010, somente a mesorregião Nordeste do Estado obteve taxa líquida migratória acima de 1% no período, atingindo um ganho de 2,1% por trocas

migratórias. Com taxa líquida migratória entre -1% e 1%, encontravam-se as mesorregiões Centro-Ocidental (0,3%), Metropolitana de Porto Alegre (-0,1%) e Sudeste (-0,9%). Com taxa líquida migratória menor que -1%, estavam as mesorregiões Centro-Oriental (-1,8%), Noroeste (-2,8%) e Sudoeste (-4,1%).

Figura 7 - Variação populacional relativa, por município, no RS — 2010-17



Fonte: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Rio Grande do Sul, 2018).

Nota: Elaboração DEE/SEPLAG.

Um dos reflexos desse movimento populacional é captado pela taxa de urbanização gaúcha, representada pela proporção da população que reside em área urbana, que, de uma perspectiva mais histórica, apresentou crescimento marcante nas últimas cinco décadas. A população urbana, de 67,5% em 1980,



passou para 76,6% em 1991, chegando a 81,6%, em 2000, e a 85,1% em 2010, conforme dados do último Censo Demográfico. Considerando que, em 1940, menos de um terço da população vivia nas zonas urbanas do Estado, observa-se um aumento significativo em apenas 50 anos.

Entre os anos de 1960 e 1970, as participações entre a população urbana e rural iniciaram um processo de inversão, para o qual contribuiu o intenso processo de modernização da agricultura que ganhou força nos anos 1960, juntamente com o processo de repartição da pequena propriedade, expulsando um significativo número de agricultores, principalmente do Norte do Estado, em direção às regiões industriais e às novas fronteiras agrícolas do País. O contingente populacional rural, entre 2000 e 2010, reduziu-se em 276 mil habitantes, sendo que a média anual de variação da população rural foi de -1,59%.

Em suma, a evolução recente da população gaúcha antecipa movimentos que são também observados no agregado nacional, principalmente nos estados do Sul e do Sudeste: a queda da taxa de fecundidade, em patamares abaixo do nível de reposição, e o aumento da expectativa de vida. Esses fatores já seriam suficientes para despertar a atenção quanto aos reflexos sobre as áreas de saúde, educação, infraestrutura e previdência do Estado.

No Rio Grande do Sul, soma-se a esses condicionantes, o recorrente e histórico déficit migratório com os outros estados brasileiros, que deriva não do fluxo elevado de saída de pessoas, mas sim do baixo fluxo de entrada. Assim, a componente migratória adiciona mais um elemento para tornar o RS o Estado mais envelhecido do País e, ao que tudo indica, o primeiro a apresentar redução populacional, o que está previsto para acontecer a partir de 2035.

A redução da participação da população em idade potencialmente ativa (PPA) aponta que o RS não pode mais contar com a demografia para o crescimento do seu PIB e do seu PIB *per capita*. Ou seja, o não crescimento da população desse grupo etário impacta o crescimento do PIB estadual no longo prazo.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA E O PPA 2020-2023

O Estado enfrenta o desafio de fazer crescer, de forma acelerada, a produtividade por trabalhador. Concomitantemente, é possível pensar em alternativas para atrair os jovens de outros estados e outros países, a fim de tentar reverter o déficit migratório. Internamente, algumas regiões são mais afetadas pelo fluxo migratório, como é o caso das mesorregiões Noroeste e Sudeste do Estado, que já apresentam decréscimo populacional. Em cenário oposto, está a metade leste do RS, que vem crescendo em população, embora a taxas cada vez menores.

Diante desse cenário, o PPA 2020-2023 apresenta um conjunto de políticas públicas para atender esse novo perfil da população gaúcha, atuando tanto sobre as decorrências sociais do processo de envelhecimento, quanto sobre as novas necessidades econômicas do Estado. No que se refere à saúde, como exemplo, conta com iniciativa de promoção do envelhecimento saudável, a qual visa implantar uma política estadual integral da saúde do idoso e serviços macrorregionais de atenção integral à saúde da pessoa idosa, além de formar cuidadores de idosos. O Plano também prevê iniciativas voltadas à permanência do jovem no campo, o que contribui para a diminuição das migrações oeste-leste e em direção a outros estados, incluindo a formação em cursos técnicos agrícolas comunitários.

Visando ao aumento da produtividade, necessário no contexto de diminuição da população economicamente ativa, as iniciativas da temática educação preveem a atualização da matriz curricular no Ensino Médio Integrado e na Educação Profissional voltada para a nova economia e a implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares. A inovação como forma de aumentar a produtividade também é abordada em iniciativas como a criação de um observatório da inovação, o desenvolvimento e a implantação de ecossistemas regionais nessa área e a capacitação para o empreendedorismo intensivo em conhecimento.



Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Rio Grande do Sul

Ao longo das últimas décadas, registrou-se um conjunto de esforços e discussões destinados a promover o desenvolvimento sustentável em escala global, organizados sobretudo pela Organização das Nações Unidas (ONU). Uma primeira iniciativa remonta ao ano de 1972, quando se realizou a Conferência de Estocolmo, que abordou os problemas ambientais decorrentes das atividades industriais e sua relação com o comprometimento das futuras gerações. Duas décadas mais tarde foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e o Desenvolvimento, denominada Rio 92, que resultou em um documento intitulado Agenda 21, cujo objetivo era apresentar soluções para os problemas socioambientais mundiais.

No ano de 2000, líderes mundiais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, para adotar a Declaração do Milênio da ONU. Com a Declaração, todos os Estados Membros da ONU se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, em uma série de oito objetivos – a serem atingidos até 2015 – que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em 2015 ocorreu uma nova reunião, em Nova Iorque, entre os Estados Membros da ONU. Desde então a erradicação da pobreza se consolidou como uma condição basilar – e o principal desafio global – para o desenvolvimento sustentável. O encontro resultou em um novo documento, denominado de Agenda 2030, contendo uma série de medidas a serem adotadas pelos países com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos. As medidas foram agrupadas em 17 objetivos, designados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com efeito, entende-se que a construção de uma agenda voltada à solução dos gargalos existentes do ponto de vista do desenvolvimento sustentável passa, necessariamente, pela apropriação dos ODS, sintetizados a seguir:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.



14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Assim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem uma agenda de desenvolvimento para os países e governos locais, com 169 metas a serem alcançadas até 2030. Eles abarcam as seguintes dimensões:

- **Social**, que visa à erradicação da pobreza e da fome, à qualificação da saúde e da educação e à redução das desigualdades;
- **Ambiental**, que compreende o acesso à água, ao saneamento, à energia, bem como a realização de ações que visam o combate às mudanças climáticas e a promoção da sustentabilidade;
- **Econômica**, com o estímulo ao trabalho digno e ao crescimento econômico, compreendendo a indústria, a inovação, a infraestrutura e as cidades sustentáveis; e
- **Institucional**, que compreende as instituições, justiça e paz, as parcerias e meios de implementação.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos trazem desafios que devem ser enfrentados pelo País e, também, rebatimentos nos diferentes estados brasileiros, refletindo o quadro das desigualdades existente no nosso País. A seguir são apresentadas algumas dessas perspectivas que se colocam para o Estado do Rio Grande do Sul.

¹² Valor atualizado, em 2015, em dólares PPP (Purchasing Power Parity ou Paridade de Poder de Compra) de 2011, segundo o Programa de Comparação Internacional (ICP, na sigla em Inglês) do Banco Mundial.

DIMENSÃO SOCIAL – Eixo Sociedade com Qualidade de Vida

Erradicação da pobreza e da fome

O ODS 1 trata de acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. A referência internacional, atualmente, para a pobreza extrema é dispor de menos de US\$ 1,90¹² por dia para a existência, ou cerca de R\$ 140 por mês *per capita* a preços de 2017, conforme estudos do IBGE. Ainda de acordo com estudos do IBGE, no Brasil, em 2017, 7,4% da população era extremamente pobre, totalizando mais de 15 milhões de pessoas. Na Região Sul, o percentual é menor do que a metade da média brasileira, porém, também cresceu de 2,4% para 2,9%. Esse crescimento só não ocorreu no estado de Santa Catarina. Em termos monetários, sem considerar a multidimensionalidade da pobreza, para tirar as mais de 380 mil pessoas residentes no RS da extrema pobreza (o que significa 3,4% de sua população), em 2017, seria necessária a transferência de aproximadamente R\$ 30 milhões mensais, ampliando, em média, as rendas dessas pessoas em R\$ 77 por mês.

Outra meta do Objetivo 1 é a de reduzir, pelo menos à metade, a proporção dos que vivem na pobreza — a linha da pobreza estabelecida é de menos de US\$ 5,50 por dia, equivalente a R\$ 406 por mês a preços de 2017, conforme estudos do IBGE. Em 2017, o número de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza era de 26,5%. Reduzir à metade esse contingente significa tirar quase 27 milhões de brasileiros da pobreza. Na Região Sul, o percentual é menos desfavorável do que o nacional, com 12,8% da população na pobreza e no RS, 13,5%. A situação da capital é melhor do que a do Estado como um todo. Para tirar 1,5 milhão de pessoas da pobreza no RS, seria necessária a transferência de aproximadamente R\$ 285 milhões mensais, ampliando as



rendas dessas pessoas, em média, em R\$ 187 por mês. A meta para 2030 é de reduzir pela metade esse contingente, ela abrange cerca de 750 mil gaúchos.

O ODS 2 trata de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 apontavam que 25,83% das pessoas sofriam de insegurança alimentar, com 3,59% desse percentual apresentando insegurança alimentar grave e 5,13%, moderada. Esses números eram maiores nas zonas rurais.

Entre as metas estão acabar com todas as formas de má nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade e atender às necessidades nutricionais de adolescentes, de mulheres grávidas e lactantes e de pessoas idosas. Dados nacionais da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2009 mostravam atrasos de crescimento em 6% das crianças com menos de cinco anos de idade. Na Região Sul, esse percentual era de 3,9%.

Por déficit de peso, no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS, 2006), a prevalência de má nutrição nas crianças com menos de cinco anos de idade era de 1,4% (mais comum entre os meninos), sendo, na Região Sul, de 1,9%. Por excesso de peso, a média brasileira era de 7,3% (mais comum entre as meninas), e a da Região Sul, 9,4%. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) (BRASIL, 2013) apontam que a prevalência de déficit de peso de adultos brasileiros foi de 2,5% (masculino 2,1% e feminino 2,8%), abaixo do limite de 5,0%, indicando a não exposição à desnutrição dessa população. A prevalência de excesso de peso, por outro lado, ultrapassou a metade da população (56,9%), sendo maior entre as mulheres (58,2%) do que entre os homens (55,6%). A obesidade, entretanto, foi de 20,8%, sendo também superior na população feminina (24,4%) em comparação à masculina (16,8%).

Boa parte das metas do Objetivo 2 está associada ao desempenho da produção agrícola, com foco na ampliação sustentável e inclusiva da produtividade e da renda do setor, valorizando a pequena produção e a manutenção do ecossistema e da diversidade genética, fortalecendo, ainda, a capacidade de adaptação às mudanças climáticas e de desenvolvimento tecnológico com pesquisa e extensão de serviços agrícolas.

Saúde de qualidade

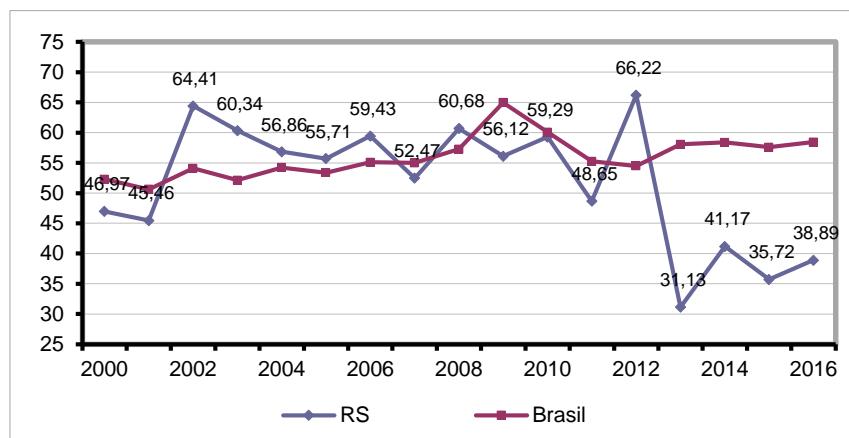
O Objetivo 3 intende assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. A respeito da meta de reduzir a mortalidade materna para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos, o RS vinha, desde o ano 2000, cumprindo a meta, tendo apresentado uma grande queda em 2011 e 2013. Nos anos seguintes, manteve-se com uma taxa de cerca de 40 mortes, de acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

O mesmo aconteceu com a meta de reduzir a mortalidade neonatal para até 12 por 1.000 nascidos vivos e também a mortalidade de crianças menores de cinco anos para até 25. Em 2015, a taxa de mortalidade neonatal era de 7,2 e, conforme dados da Secretaria Estadual da Saúde do RS, em 2018, a taxa de mortalidade infantil foi de 9,6.

Outra meta é eliminar epidemias de doenças transmissíveis, como AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite e doenças transmitidas pela água. Essas enfermidades fazem parte do grupo de doenças infecciosas que poderiam ser evitadas e que, eventualmente, levam a óbitos. Em 2016, no Rio Grande do Sul, 9,3% dos óbitos por causas evitáveis decorriam dessas doenças. Os dados fornecidos pelo Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) do Ministério da Saúde permitem ter acesso à quantidade de imunizações aplicadas. Entre os anos de 2000 e 2018, no RS, os cinco tipos de vacina mais aplicadas (BCG,

Hepatite B, Poliomielite, Tríplice Viral D1 e DTP) apresentaram queda constante a partir de 2013 — tendência contrária à necessária para combater transmissões. As doenças parasitárias encontram-se como quarta causa mais frequente no RS, o que aponta a necessidade de políticas mais fortes voltadas ao saneamento. Elas estão também relacionadas com a meta de reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por contaminação e poluição do ar, da água e do solo.

Gráfico 29 – Taxa de mortalidade materna no RS e no Brasil, por 100 mil nascidos vivos — 2000-16



FONTE: BRASIL (2019a).

A meta de reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, assim como de promover a saúde mental e o bem-estar, sugere que o foco do RS deve ser nas causas das neoplasias e das doenças do aparelho circulatório. Dados do DataSUS apontam que quase 40% das mortes da população de 20 a 59 anos no RS, em 2016, eram decorrentes dessas duas causas: 22,72% e 16,77% respectivamente. As

doenças do aparelho circulatório, no entanto, apresentam tendência de queda, já que representavam uma proporção maior desses óbitos em 2000: 23,93%.

Causas externas predominam na mortalidade prematura. Parte dessas causas diz respeito a acidentes de trânsito, que possuem uma meta específica. Outra parte significativa diz respeito aos homicídios (tratados no ODS 14) e suicídios. Em relação à meta de reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas¹³, observa-se que, de 2008 a 2014, o número de mortes no trânsito no Estado ficava em torno de 2.000, segundo dados disponibilizados pelo Departamento de Trânsito (Detran/RS). Em 2015, houve 1.735 óbitos, número que se manteve em patamares mais baixos até chegar a 1.670 mortes em 2018.

Para se atingir a cobertura universal de saúde, muito há de ser feito, começando pela saúde básica. Segundo dados da PNS realizada em 2013¹⁴, no RS, 47,1% dos domicílios eram cadastrados em unidades de saúde da família. Tais taxas estavam abaixo das que dizem respeito ao conjunto do Brasil (53,4%). Dos domicílios gaúchos cadastrados em alguma dessas unidades, 47% deles receberam visitas dos agentes comunitários de saúde, mas 21,3% jamais foram atendidos por esses profissionais. Com relação à visita de algum agente de endemias, o RS apresentava taxa bem inferior à do conjunto do Brasil (44,5% versus 69,4%).

Ainda de acordo com a PNS, os dados referentes à obtenção dos medicamentos receitados nos atendimentos, por sua vez, são aproximados para Brasil e RS, mas o Estado mostra taxas superiores tanto para conseguir todos os medicamentos receitados (respectivamente, 82,5% e 84,5%) como para acesso a pelo menos um dos medicamentos (respectivamente, 92,4% e 96,3%).

¹³ O prazo para essa meta, especificamente, é 2020 e não 2030.

¹⁴ A PNS de 2018 ainda não foi divulgada.

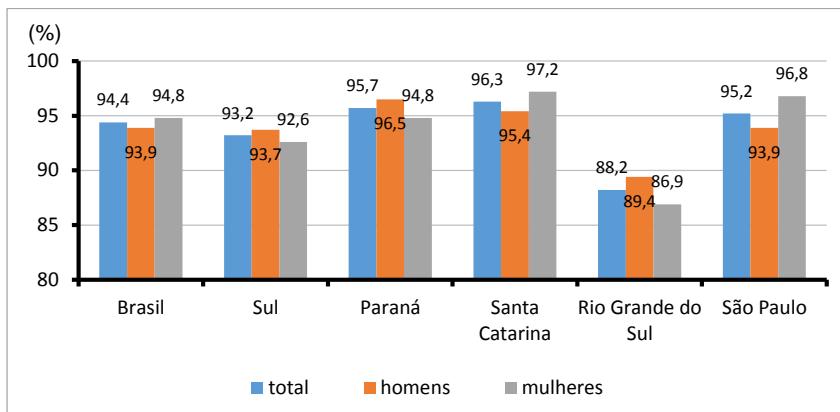
Educação de qualidade

O ODS 4 busca assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A taxa de participação no ensino organizado um ano antes da idade oficial de ingresso no Ensino Fundamental - EF, isto é, aos cinco anos, é menor na Região Sul (93,2%) do que no Brasil (94,4%), principalmente porque o percentual, no Rio Grande do Sul, em 2016, era inferior (88,2%) (IBGE, 2019b).

Para alcançar a meta, é necessário que os quase 12% de crianças de cinco anos que não frequentavam a escola em 2016, no RS, tenham acesso a esse serviço em 2030. Quanto antes ingressarem na escola, menos expostas essas crianças estarão a desvantagens associadas à pobreza, tais como a insegurança alimentar e as restrições de acesso a serviços e direitos.

Outra meta é garantir que todas as crianças completem o ensino fundamental e o médio, de forma gratuita, equitativa e de qualidade, e que esses estudos conduzam à aprendizagem relevante e eficaz. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) avalia, bianualmente, a qualidade da educação a partir de dois indicadores: o fluxo escolar, com dados do Censo Escolar, e a média de desempenho nas avaliações. São estabelecidas metas para as escolas, os municípios e os estados.

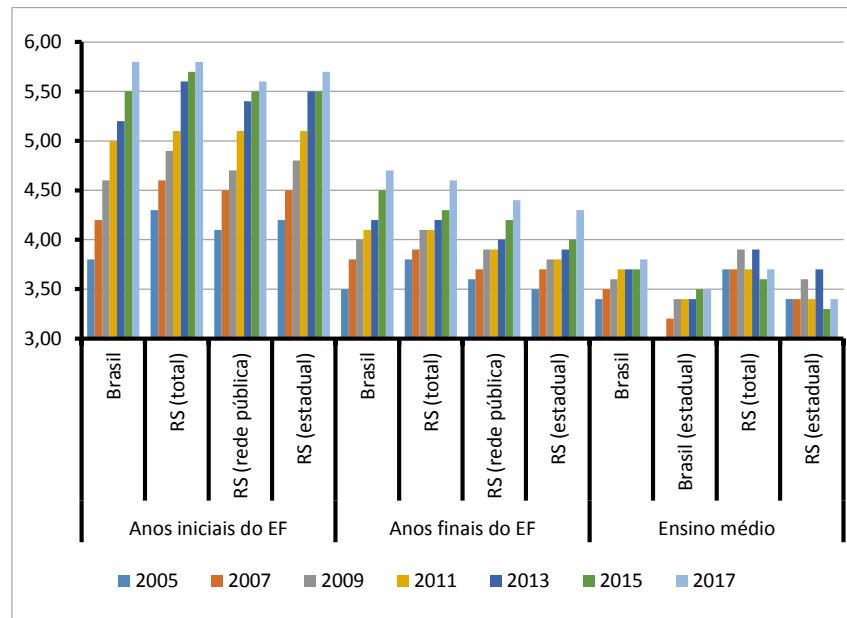
Gráfico 30 – Percentual de frequência à escola de crianças de cinco anos de idade, por sexo, no Brasil e na Região Sul — 2016



FONTE: IBGE, 2019b.

Em 2017, o Rio Grande do Sul não alcançou suas metas. Nas séries iniciais do EF, o índice estadual foi igual ao nacional, porém, ficou aquém de sua meta de 5,9, interrompendo uma sequência de metas alcançadas (2007 a 2015). Nos anos finais do EF e no ensino médio, as metas não foram alcançadas em 2011 (cujas metas eram de 4,3 e 4,0, respectivamente). Interessante perceber que, nos anos iniciais do EF, a rede estadual tem um desempenho superior à rede pública como um todo, ao passo que, nos finais, o desempenho da rede estadual é inferior.

Gráfico 31 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no RS e no Brasil — 2005-17



FONTE: IBGE, 2019.

A distorção idade-série, isto é, quando os alunos encontram-se dois anos ou mais em atraso escolar, em relação à sua idade, é sempre maior nos anos finais do EF do que nos iniciais¹⁵, sendo, também, a distorção rural sempre maior do que a urbana. A educação em zonais rurais é um desafio maior devido às grandes distâncias e diferenças culturais. O RS encontrava-se, em 2018, em situação pior do que a média do País (17,2%). No Estado, 19,9% estavam dois ou mais anos atrasados em relação ao que seria esperado. Se somente a rede estadual for analisada, esse número sobe ainda mais, para 24,4%. Em São Paulo, estado que costuma ter melhores indicadores nessa área, a taxa é de um dígito somente, 7,3%. Em comparação com 2008, tanto o Brasil quanto o RS

¹⁵ Há normativas para que os alunos não sejam reprovados antes do terceiro ano.

melhoraram um pouco. O avanço da média nacional, no entanto, foi de 22%, ao passo que o avanço estadual foi de 8%. As escolas estaduais gaúchas, especificamente, não demonstraram qualquer melhora, apresentando a mesma taxa de 10 anos antes.

Enquanto a distorção idade-série do Brasil para o ensino médio, em 2018, foi de 28,2%, a do RS foi de 34,7%. Novamente, a rede estadual apresentou desempenho ainda pior (38,1%) do que a média. O RS teve taxas maiores do que tinha há 10 anos (quase 4% no total e 3% nas escolas estaduais).

Quanto à meta de garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de Matemática, é possível analisar especificamente as provas aplicadas a alunos da terceira ou quarta séries do ensino médio obtidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esses alunos comporão parte dos jovens e dos adultos nos próximos 15 anos. A pontuação do RS, em Matemática, é bem aproximada das notas obtidas pelo Paraná e por São Paulo, e um pouco menor do que as de Santa Catarina. A pontuação do estado gaúcho em Língua Portuguesa, no entanto, é maior do que a dos outros estados comparados. Esses dados reforçam que o maior problema do RS é de fluxo, que, para ser corrigido, necessita também de políticas voltadas à alfabetização competente e ao reforço nas dificuldades.

Em relação a vagas de qualidade e com preços acessíveis para o ensino superior, no Brasil, após a queda de vagas oferecidas em 2011, houve uma recuperação até o ano de 2017. Porém, o número de inscritos também cresceu amplamente nesse período, em função do Sistema de Seleção Unificado (SISU), pelo qual, a partir de 2010, instituições públicas de educação superior passaram a oferecer vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No RS, os dados apontam para uma



expansão de vagas nas instituições públicas, mas ainda em números e proporções inferiores aos demais estados da Região Sul e Sudeste.

Convém assinalar que instrumentos como o Plano Estadual da Educação (PEE) do Rio Grande do Sul e o Referencial Curricular Gaúcho consideram aspectos das garantias para que todos os alunos adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável. Desenvolvem aspectos fundamentais, como a educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural.

No que tange à educação infantil, as vagas são ainda insuficientes para esse nível de ensino no RS. Além disso, a formação dos professores ainda é deficiente com apenas 65% dos docentes desse nível de ensino com formação considerada propícia. Essa situação perpassa esse nível de ensino e se estende também para os professores do ensino fundamental.

Redução das desigualdades (gênero, idade, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica, etc.)

O ODS 10 trata de reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. No Brasil, considerando o coeficiente de Gini, no qual zero representa a extrema igualdade e um representa a concentração máxima, o valor medido era de 0,524 em 2017. No RS, a desigualdade de renda é menor (0,492), ao passo que, especificamente em Porto Alegre, há mais desigualdade do que no Brasil como um todo (0,563). De acordo com o Gini, a desigualdade aumentou de 2015 para 2017. No Brasil, era de 0,491, no RS, era 0,454, e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), de 0,478.

No que diz respeito à pobreza, no Brasil, conforme dados do IBGE, em 2017, existiam um pouco mais de homens do que de mulheres extremamente pobres (7,4% homens frente a 7,3% mulheres), percentuais que aumentaram de 2016 para 2017 (6,6% e 6,5%). Já o número de homens e de mulheres que estavam abaixo da linha da pobreza aumentou de 2016 para 2017, respectivamente, de 25,6% para 26,5% e de 25,8% para 26,4%.

No País como um todo, domicílios em cujos arranjos a responsável é a mulher sem cônjuge e com filhos de até 14 anos de idade são os mais vulneráveis à pobreza (56,9%), e se a responsável por esse domicílio é preta ou parda, a incidência de pobreza sobe para 64,4%. Os maiores percentuais de pobres, em 2017, estavam nas faixas etárias correspondentes a crianças e adolescentes (12,7% e 10,7%), caindo ao longo dos outros grupos etários até chegar a 2,5% e 0,7% nos grupos maiores de 60 anos.

Ainda, a pobreza concentra-se mais nas zonas rurais (19,1%) do que nas urbanas (5,4%). No Rio Grande do Sul, de 2011 a 2015, houve redução da quantidade de famílias em situação de extrema pobreza (-39%) e de pobreza (-8%) no meio rural. Isso se refletiu em expressivo aumento do número de famílias que se situavam acima da linha de pobreza (152%), mas que ainda eram classificadas como de baixa renda¹⁶. A crise econômica nacional e o contingenciamento de recursos para as políticas públicas, fazem que se redobrem as preocupações em atenção para a continuidade da redução da pobreza.

Em relação à inclusão de pessoas com deficiência na escola, nem a metade dos estabelecimentos de ensino do RS possui infraestrutura adaptada — o pior percentual entre os estados do Sul, conforme dados do INEP. Outra fonte de desigualdade poderia ser a diferença salarial entre pessoas com

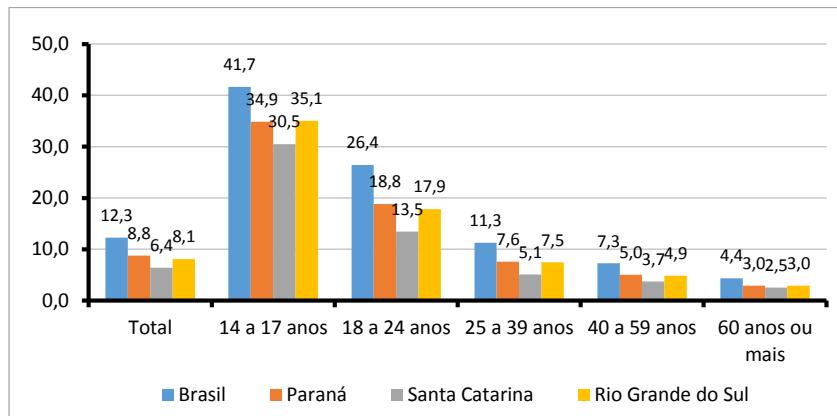
¹⁶ MELLO, Janine. *Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural*. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: http://portalods.com.br/wp-content/uploads/2018/12/181220_livro_estrategias_de_superacao.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

deficiência e sem deficiência. O salário médio por hora de empregados de 15 anos ou mais de idade, no entanto, aponta que, tanto no Brasil quanto na Região Sul, pessoas com deficiência ganham um pouco mais (R\$ 10,2 versus R\$ 9,9 no País e R\$ 10,8 versus R\$ 10,2 na Região Sul)¹⁷. Também é importante considerar a taxa de desocupação dessa população, para a qual existem dados apenas na PNS (BRASIL, 2013), que classifica como desocupado apenas aquele que tiver tomado “providência efetiva de procura de trabalho na semana de referência”¹⁸. No Brasil, era menor o número de desocupados com deficiência (3,8% versus 5,8%), assim como o número de desocupados era menor entre os homens com deficiência (3,2%) do que entre as mulheres com deficiência (4,6%). Na Região Sul, o total de desocupados era de 3,9%, ao passo que o total de desocupados entre as pessoas com deficiência era 3%, também havendo disparidade entre homens e mulheres com deficiência (2,3% e 3,8%).

Nacionalmente, em 2017, os salários aumentaram de acordo com o grupo etário, partindo de R\$ 5,08 para o grupo de 15 a 17 anos e chegando até R\$ 18,00 para o grupo acima de 60 anos. Na Região Sul, os salários de todas as faixas etárias até 49 anos encontravam-se acima da média nacional. A situação inverteu-se, porém, no grupo de 50 a 59 anos, assim como no grupo de 60 anos ou mais. No Brasil, em 2018, segundo dados da PNAD Contínua – IBGE, a taxa de desocupação foi mais alta nas faixas etárias mais jovens (na de 14 a 17 anos, era de 41,7%, e na de 18 a 24 anos, de 26,4%), diminuindo para um dígito entre os adultos maduros de 40 a 59 anos e para os idosos de 60 anos ou mais. O Rio Grande do Sul, em 2018, apresentava percentuais de desocupados maiores do que a média estadual nas faixas etárias mais jovens, até 24 anos. Uma das metas pretende diminuir até 2020 a proporção de jovens sem emprego, assim como sem educação ou sem formação.

¹⁷ O pequeno diferencial positivo de rendimentos possivelmente se associe à menor permeabilidade à pessoa com deficiência de certas ocupações que têm importante participação na estrutura ocupacional total e que rebaixam as remunerações médias (caso do emprego doméstico ou da construção civil).

Gráfico 32 – Percentual de desocupação por faixa etária no Brasil e em estados da Região Sul – 2018



FONTE: IBGE, 2018a.

No âmbito nacional, os jovens desocupados de 14 a 24 anos eram cerca de 5,4 milhões em 2017 e passaram para 5,2 milhões em 2018. Se somados àqueles que não estão frequentando a escola, nem cursos pré-vestibulares ou técnicos de nível médio ou qualificações profissionais, eram 7,2 milhões em 2017, sendo 692 mil na Região Sul. No Rio Grande do Sul, o contingente de desocupados dessa faixa etária reduziu-se de 218 mil para 196 mil entre 2017 e 2018. Em 2018, as mulheres sofriam mais com a desocupação do que os homens tanto no Brasil (14,1% versus 11,2%), quanto no Rio Grande do Sul (9,7% versus 6,8%).

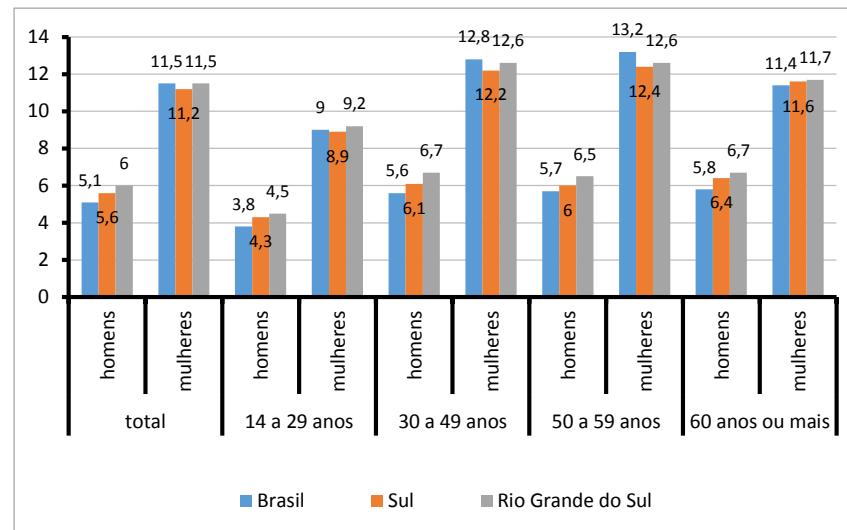
O Objetivo 5 visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Uma das metas é eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas. No Rio Grande do Sul, em 2015, o número de assassinatos de mulheres foi de 346. Em 2016 e 2017, esse número chegou

¹⁸ É provável que barreiras sociais e culturais que dificultam a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho traduzam-se antes em inatividade — ou no que, em outras pesquisas, é classificado como desemprego oculto pelo desalento — do que em desocupação aberta.

muito próximo a 400, mas, em 2018, caiu para 288. Em relação aos feminicídios, isto é, quando uma mulher é morta “por razões da condição do sexo feminino”, eram 96 casos em 2016, 83 em 2017 e, no ano passado, 117. Os registros de tentativas de feminicídio cresceram ainda mais: em 2016, houve 263 e, em 2018, 355¹⁹.

Outra meta é reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como da promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família. Em 2017, o indicador de proporção de horas dedicadas em trabalho doméstico não remunerado e cuidados de pessoas mostra que, no RS, os homens, em todas as faixas etárias, ocupavam a metade do tempo, relativamente às mulheres. É exceção o grupo de 60 anos ou mais, em que essa relação alcançava 60%. A desigualdade no compartilhamento das responsabilidades é um pouco menor no Estado do que no País como um todo ou na Região Sul. Não existe diferença entre homens brancos ou pretos e pardos em proporção de horas dedicadas a isso, mas entre mulheres brancas e o total de pretas e pardas, sim: 11,4% e 11,9% de horas dedicadas a essas tarefas (IBGE, 2019b).

Gráfico 33 – Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou a afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade no Brasil, na Região Sul e RS — 2017



FONTE: IBGE, 2019b.

Quanto à meta de garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública, o RS tem uma representação de mulheres no parlamento um pouco superior à do cenário nacional. A participação nos assentos da Assembleia Legislativa passou de 12,7% em 2014 para 16,4% em 2018²⁰. Outro dado relevante é a proporção de mulheres em posições gerenciais. Em 2017, no Brasil, 39,2% dos postos de gerência eram ocupados por mulheres, cujo percentual repete-se no Paraná. Em São Paulo, esse percentual era de 41,8%, ao passo que, em Santa Catarina, 37,8%. No Rio Grande do Sul, o percentual era de 36,7% — todos distantes da paridade. Se

¹⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Indicadores da violência contra a mulher.** 2019c. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 18 mar. 2019.

²⁰ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais.** 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 18 mar. 2019.



considerada a raça das mulheres, somadas as pretas e as pardas, nos estados da Região Sul, elas possuem proporção inferior à nacional. No Brasil, elas representam 28,4% das mulheres gerentes, enquanto no Paraná, 16,2%, no Rio Grande do Sul, 6,5% e, em Santa Catarina, 4,5%. Essa situação está relacionada com a disparidade no salário médio por hora de empregados na Região Sul. Em 2017, homens ganhavam R\$ 13,58, e mulheres, R\$ 11,85.

DIMENSÃO AMBIENTAL – Eixo Sociedade com Qualidade de Vida e Eixo Desenvolvimento Empreendedor

Água potável, saneamento, energia acessível e limpa

Com o ODS 6 pretende-se assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos. Para a meta de alcançar o acesso universal e equitativo à água potável e segura, acompanha-se a proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma adequada. No Brasil, em 2016, esse percentual era de 97,9%. No Sul, é de quase 100% (precisamente 99,8%), representando a maior média entre todas as regiões, sendo esse percentual de 99,7% no RS, conforme dados do IBGE. Entretanto, é possível avançar na eficiência do uso da água na RMPA, por meio do monitoramento das perdas na distribuição. Em 2015, segundo dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), o desperdício era de 28,71%, tendo alcançado 34,78% em 2017²¹.

A universalização do abastecimento de água tratada, por sua vez, implica em priorizar investimentos no sistema de esgoto: implantar e melhorar as redes de coleta e as estações de tratamento. Outra meta é alcançar o acesso ao saneamento e higiene adequados, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de

²¹ Em geral, as perdas na distribuição se devem ao envelhecimento da rede de água que deve ser substituída pelo prestador, repondo canos de PVC mais resistentes.

vulnerabilidade. A garantia de acesso a esses serviços básicos é também uma das metas do Objetivo 1, que trata da eliminar a pobreza.

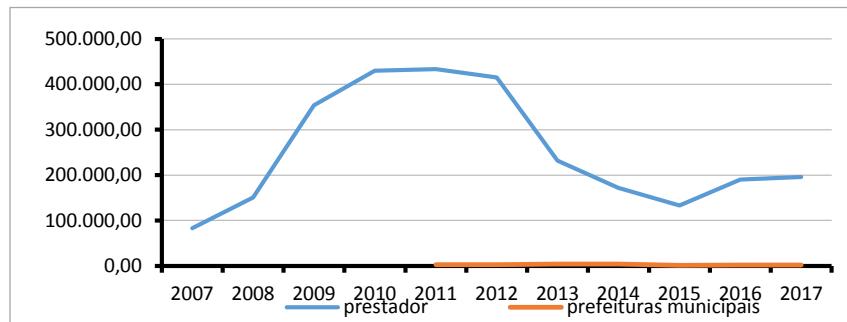
Os serviços de saneamento básico ambiental são compostos por abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede coletora e tratamento, coleta seletiva de lixo seco e assoreamento urbano. Eles são importantes fatores para a prevenção de doenças, especialmente nas áreas mais adensadas²². Em 2017, de acordo com a PNAD Contínua, 10% da população brasileira residia em domicílios onde não havia coleta direta ou indireta de lixo, 15,1% residiam em domicílios sem abastecimento de água por rede geral. O esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial é o serviço de alcance mais restrito, com 35,9% da população residente em domicílios sem esse serviço.

Especificamente na área urbana, 39,74% dos domicílios no RS tinham rede coletora. No Estado, cerca de 20% dos domicílios urbanos têm fossa séptica não ligada à rede coletora ou fossa rudimentar. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), apenas 114 dos 497 municípios gaúchos tinham sedes municipais atendidas com esgotamento sanitário em 2017.

Os investimentos na área de esgotamento sanitário pelos prestadores de serviço, também segundo o SNIS, tem se refletido no aumento da rede coletora e nos índices de coleta e tratamento do esgoto dos municípios, especialmente na Região Metropolitana de Porto Alegre. Entretanto, o RS ainda carece muito de sistemas de redes coletoras e de estações de tratamento de esgoto.

²² Em parte das áreas rurais, é adequada a utilização de soluções individuais de saneamento, como poços artesianos e fossas sépticas.

Gráfico 34 – Investimentos em esgoto, no Rio Grande do Sul — 2007-17



FONTE: BRASIL (2017b).

O ODS 7 pretende garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável. Uma das metas é assegurar o acesso universal e a preços acessíveis aos serviços de energia. No RS, em 2015, 99,9% da população tinha acesso à eletricidade. No entanto, em várias localidades, não há rede trifásica, o que permitiria, por exemplo, expandir a área irrigada de culturas de “sequeiro”, viabilizar a secagem do fumo, industrializar a produção no meio rural (agroindústrias familiares), resfriar e higienizar a produção (leite) e estabilizar o clima do ambiente de criação animal (aves). Dados das distribuidoras de energia RGE e AES SUL, para as Regiões Funcionais (RFs) 2, 7 e 9, mostram que, em 66% dos COREDEs que compõem essas RFs, mais de 85% da cobertura é de rede monofásica – um deles chegando a 96%, apresentando amplo potencial de crescimento da rede trifásica²³.

O percentual das pessoas que utilizavam combustíveis e tecnologias limpas que não prejudicam a qualidade do ar doméstico (ao contrário do carvão, da lenha e da querosene) para cozimento, aquecimento e iluminação só era relevante, no Brasil, para o primeiro uso. Pela PNAD, em 2015, no RS, esse

²³ Faltam informações da CEEE e das cooperativas de eletrificação.

percentual era de 93,2 (em São Paulo, por exemplo, era de 99,6, no Paraná, de 95,3 e, em Santa Catarina, de 93,6).

A meta de aumentar a participação de energias renováveis na matriz energética global é calculada pela oferta de energia²⁴. No âmbito nacional, de 2011 a 2016, esse percentual variou de 39,4% a 43,5%, sendo esse último número relativo tanto a 2011 como a 2016. Em 2015, em São Paulo, as energias renováveis correspondiam a 52,9%; na Região Sul, o estado com maior participação era o Paraná (48,9%), seguido de Santa Catarina (37,2%) e do Rio Grande do Sul (34,1%), ficando esses dois últimos estados bem abaixo da média nacional.

Em relação à meta de dobrar a taxa da eficiência energética, isto é, apresentar relação menor entre oferta de energia e Produto Interno Bruto (PIB) (o que significa maior renda gerada pela economia com menor gasto energético), nacionalmente, não vem sendo alcançada. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética, a eficiência vinha diminuindo, uma vez que era de 0,09 entre 2011 e 2013 e passou para 0,10 entre 2014 e 2015.

Produção e consumo sustentável, mudança climática, vida aquática e terrestre

O ODS 12, o de assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, possui várias metas relativas a planos nacionais ou acordos multilaterais internacionais. Em relação à redução de geração de resíduos, no entanto, dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram que 57 dos 496 municípios do RS tinham manejo de resíduos sólidos com participação de catadores nas ações de coleta seletiva. Na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2011, 132 municípios aparecem com programa, projeto

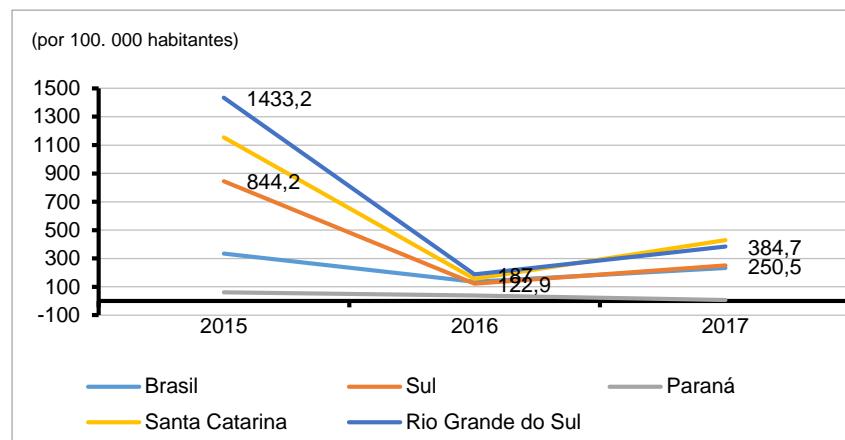
²⁴ Não há como saber exatamente sua origem, além de a energia possuir um percentual pequeno de consumo se comparado à oferta, dadas as perdas nos processos de transformação de energia e na sua transmissão, distribuição e armazenagem.

e/ou ação de coleta seletiva de lixo desenvolvido pela administração municipal em atividade para todo o município, 91 para toda a área urbana da sede municipal, 11 para alguns bairros da área urbana da sede municipal e 13 em bairros selecionados (quatro foram classificados como outra situação), totalizando 251.

Quanto ao desperdício de comida, embora o Brasil tenha uma média menor do que a média global (30%), quase 10% dos alimentos disponíveis foram perdidos em 2013. Dos 268,1 milhões de toneladas de alimentos, 26,3 milhões de toneladas foram desperdiçadas, segundo levantamento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Por sua vez, o Objetivo 13 propõe a tomada de medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos. Sua primeira meta visa reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais — o que também consta nos Objetivos 1 e 11. No RS, em 2013, o número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres foi de 32,8 por 100 mil habitantes, ao passo que, no Brasil, foi de 30,6 por 100 mil, segundo dados do Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2ID) (BRASIL, 2017).

Gráfico 35 – Número de pessoas mortas, desaparecidas e diretamente afetadas devido a desastres, no Brasil e na Região Sul — 2015-17



FONTE: BRASIL, 2017c.

Em 2013, 32,8% dos governos locais adotavam e implementavam estratégias locais de redução de risco de desastres, havendo espaço para os municípios serem incentivados nesse sentido.

O ODS 14 diz respeito à conservação e ao uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável, e o Objetivo 15 pretende proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e da perda de biodiversidade. Salienta-se que ambos dependem mais de legislação e ação federal do que estadual, ainda que parte da fiscalização e licenciamento fique a cargo dos órgãos estaduais.

DIMENSÃO ECONÔMICA – Eixo Desenvolvimento Empreendedor

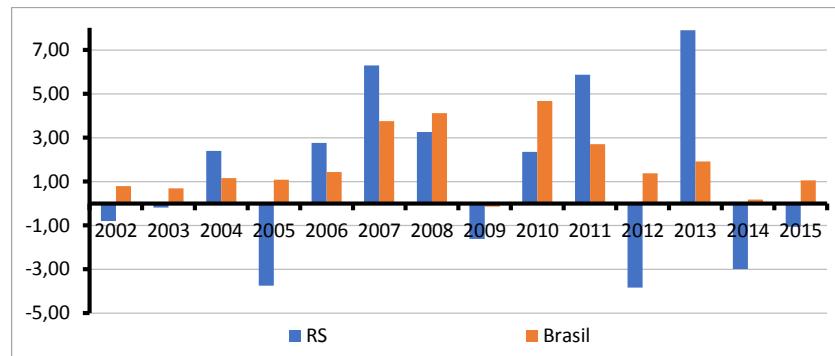
Trabalho decente, crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura

O Objetivo 8, de promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente tinha entre suas metas sustentar o crescimento econômico *per capita* de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do PIB nos países menos desenvolvidos. O Brasil, conforme dados do IBGE, em 2015 e 2016, registrou taxas de crescimento real do PIB *per capita* negativas, respectivamente, -4,34% e -4,4%. No RS, o crescimento nesses dois anos também foi negativo: -5,1% e -2,9%, conforme dados do IBGE e SEPLAG/DEE.

No País, a taxa de crescimento real do PIB por pessoa ocupada, de 2002 a 2015, teve o seu valor mais baixo em 2009 (0,14%) e o seu valor mais alto em 2010 (4,67%), não apresentando uma tendência geral clara de melhora ou de queda, porém, de 2010 a 2015, as taxas foram caindo, chegando, nesse último ano, em 1,06%. No RS, a série inteira não apresenta tendência, tendo alcançado números superiores aos nacionais, de 6,29% em 2007 e de 7,89% em 2013, por exemplo, mas números negativos em 2014 e 2015, respectivamente, -2,99% e -1,07%. Esse indicador está relacionado com o objetivo de aumentar a produtividade mediante a diversificação, modernização tecnológica e inovação, focando em setores de alto valor agregado e intensivos em mão de obra.

Para a meta de alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente, há dados para a Região Sul: o salário médio por hora de empregados, em 2017, foi um pouco maior do que o nacional: R\$ 12,74 e R\$ 12,28 respectivamente. No Brasil, em 2018, segundo dados da PNAD Contínua, a taxa de desocupação agregada era de 12,3%, enquanto o percentual gaúcho era menor, de 8,1%.

Gráfico 36 – Taxa de crescimento real do PIB, por pessoa empregada no RS e Brasil — 2002-16



FONTE: IBGE 2010, 2015, 2018b, 2018c, 2019a, 2019c. FEE 2017.

Em relação ao ODS 9, de construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, uma das metas pretende promover a industrialização inclusiva e sustentável, além de aumentar a participação da indústria no emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, dobrando sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo.

Quanto à participação percentual do Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação no PIB, ela já foi de 17,1% no RS, em 2010, mas tem caído ano a ano até chegar a 13,6% em 2016 — sendo, porém, sempre maior do que a média nacional. Essa tendência é mantida para o valor adicionado da indústria de transformação por habitante. Em 2010, era de R\$ 3.772 para o RS e 2.537 para o Brasil. A série encerra-se com R\$ 3.004 e R\$ 2.057 por habitante. Houve, porém, um pequeno crescimento em 2013 tanto no País quanto no Estado (3.869 e 2.541, respectivamente), que não se manteve nos anos seguintes. A participação do emprego da indústria de transformação no total da economia, por sua vez, caiu de 27,4% em 2010 para 21,2% em 2017. Ambos indicadores refletem um processo de diminuição da participação da

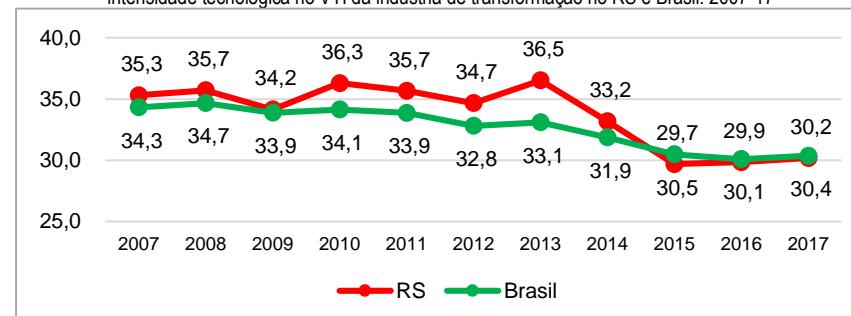
indústria na economia do País e do Estado, porém apenas do ponto de vista quantitativo, desconsiderando a qualidade dessa participação.

No que diz respeito a modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados, a emissão de CO₂ do Setor de Energia e de Processos Industriais Relativas ao PIB, no RS, ficou bastante estável nos últimos anos, em 0,10 (apenas em 2011 houve uma pequena redução para 0,9), enquanto, no País, foi de 0,12 a 0,14.

Outra meta diz respeito a fortalecer a pesquisa científica e melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais, incentivando a inovação e aumentando o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento, assim como os gastos públicos e privados nesse âmbito. No RS, dados da Pesquisa da Inovação (Pintec) apontam que, de 2011 a 2014, os dispêndios em P&D (interno e externo) das empresas da indústria extractiva e de transformação e de serviços selecionados cresceu de 0,35% do PIB para 0,37%. Esse percentual ainda é bem abaixo da média nacional, que variou, no mesmo período, de 0,52% para 57% do PIB. Do mesmo modo, os dispêndios do Governo Estadual em ciência e tecnologia (C&T)²⁵, em relação ao PIB, são menores do que a média dos governos estaduais no Brasil. De 2010 a 2016, o dispêndio do governo estadual variou de 0,02% do PIB para 0,10%, enquanto a média dos governos estaduais em 2016 foi 0,32%. Em termos de sofisticação da estrutura industrial, é possível observar que a participação dos setores industriais de alta e média alta tecnologia na estrutura da indústria de transformação do Brasil e do RS diminuíram entre 2007 e 2017. Conforme observado no Gráfico 35, a participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) da indústria de transformação do RS passou de 35,3% em 2007 para 30,2% em 2017, enquanto

no Brasil a participação desses setores caiu de 34,3% para 30,4% no mesmo período.

Gráfico 37 – Participação do Valor da Transformação Industrial (VTI) das indústrias de alta e de média-alta intensidade tecnológica no VTI da indústria de transformação no RS e Brasil: 2007-17



FONTE: IBGE, 2019.

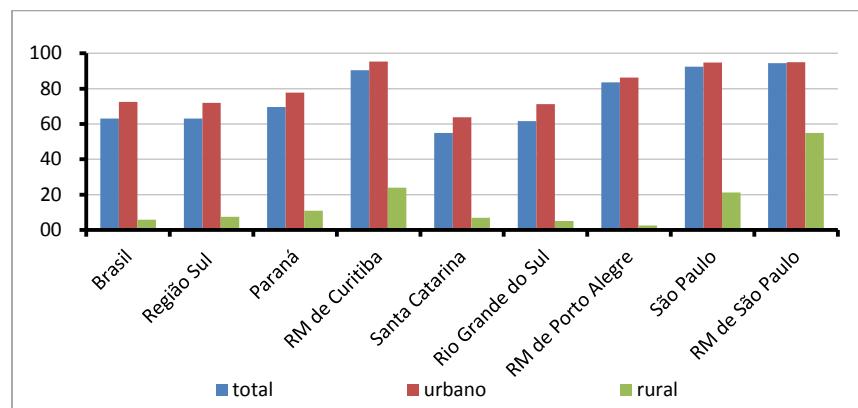
Cidades e comunidades sustentáveis

O Objetivo 11 pretende tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. A primeira meta pretende garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, assim como visa ao acesso a serviços básicos e à urbanização das favelas. A proporção de população urbana vivendo em assentamentos precários, assentamentos informais ou domicílios inadequados no RS, segundo o **Censo Demográfico 2010**, era de 31,1%. Segundo a **Síntese de Indicadores Sociais** (IBGE, 2019a), em 2015, no RS, 1,2% dos domicílios particulares permanentes tinha adensamento excessivo (na RMPA, esse número subia para 1,5%). Faltava banheiro exclusivo para 0,9% dos domicílios gaúchos. Já a proporção de domicílios abastecidos por rede geral de água, com esgotamento por rede coletora de esgoto ou pluvial e atendidos por serviço de coleta de lixo — aspectos também relacionados com o ODS da saúde — alcançava 61,6%. Na

²⁵ C&T é a soma de P&D com as atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC), que também são relevantes à geração e difusão de conhecimentos.

RMPA, subia para 83,5%. Esses percentuais aumentam quando se tratam de zonas urbanas, tendo percentuais muito baixos nas zonas rurais gaúchas (5,2%).

Gráfico 38 – Proporção de domicílios abastecidos por rede geral de água, com esgotamento por rede coletora de esgoto ou pluvial e atendidos por serviço de coleta de lixo no Brasil e na Região Sul — 2015



FONTE: IBGE, 2019a.

A segunda meta desse ODS diz respeito a proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços módicos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. Em Porto Alegre, por exemplo, de 2012 a 2015, cresceu o percentual da população que levava uma hora ou mais em seu tempo habitual de deslocamento para o trabalho, ultrapassando os 10% no final da série. Em 2016, Porto Alegre tinha cobertura de 47% das pessoas pela rede de transporte, ao passo que a RMPA como um todo tinha 23% — cobertura maior do que a Região Metropolitana (RM) de São Paulo (20%) e menor do que a RM do Rio de Janeiro (31%) (BRASIL, 2018).

Quanto à meta de reduzir o impacto ambiental negativo nas cidades, o percentual de energia renovável na matriz de transporte rodoviário, na RMPA, era próximo a 15% em 2010. Em 2012, alcançou-se o percentual mais baixo, próximo de 10%, para então voltar a crescer e ultrapassar os 15% em 2015. Em 2016, esse percentual, porém, caiu cerca de um ponto. Em relação à emissão de gases de efeito estufa por habitante a partir da venda de combustíveis líquidos, depois de terem aumentado as emissões em 2012-14, os valores voltaram a diminuir na RMPA, mas ainda não chegaram ao mesmo valor de 2010. Como apontado no ODS relativo à saúde, observou-se uma diminuição de mortes no trânsito no RS; na RMPA, também, vem diminuído o número de feridos por 100 mil habitantes, assim como o gasto com internações de feridos no trânsito (BRASIL, 2018).

DIMENSÃO INSTITUCIONAL – Eixo Sociedade com Qualidade de Vida e Eixo Estado Sustentável

Paz, justiça, instituições eficazes e meios de implementação

A busca do ODS 16 é por sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionando acesso à justiça para todos e construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Em relação à meta de reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade, os dados de 2015 mostram que o número de vítimas de homicídio intencional, por 100.000 habitantes, era de 28,7 no Brasil, de 23,4 na Região Sul e de 27,0 no RS. O **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** (2018) mostra que nos dois anos seguintes, 2016 e 2017, essa taxa foi de 25,3 no Estado.

Quando à meta de acabar com abuso, exploração, tráfico humano, bem como todas as formas de violência e tortura contra crianças, há dados relativos às ocorrências e tentativas de estupro, ainda que não especifiquem a idade (18

a 29 anos). As taxas de estupro, segundo o *Anuário* (2018), cresceram de 2016 a 2017, passando de 36,1 para 38,6. As taxas de tentativas de estupro também aumentaram, de 5,8 para 6,2.

No que diz respeito à promoção do Estado de Direito e à garantia de igualdade de acesso à justiça para todos, um dos indicadores para essa meta é a proporção de presos sem sentença em relação à população prisional. Tratava-se de mais de um terço (37,5%) no Brasil, em 2015, e esse número aumentou ainda mais em 2016 (40,2%) (IBGE, 2019).

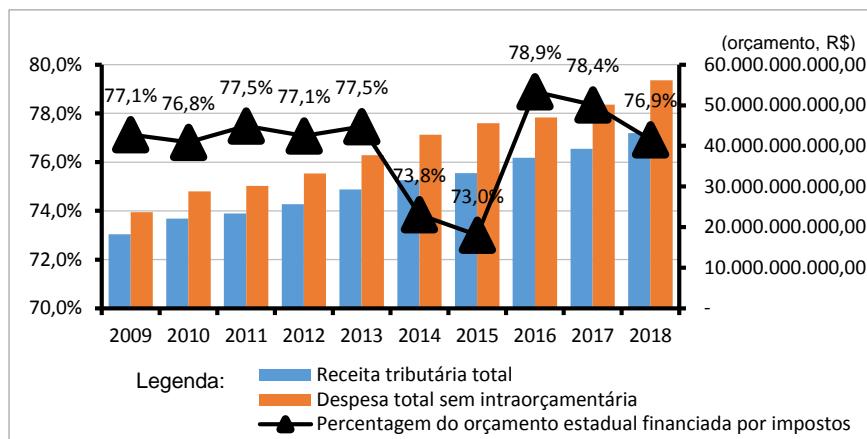
A meta de reduzir os fluxos financeiros e de armas ilegais e combater todas as formas de crime organizado encontra dados para sua avaliação tanto nas secretarias estaduais, quanto na Polícia Rodoviária Federal (PRF). A taxa, por 100 mil habitantes, de armas apreendidas divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do RS foi de 65,1 em 2016 e 83,7 em 2017. Na PRF, subiu de 1,1 para 2,1.

Para medir o desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, meta também relacionada com outra que pretende assegurar o acesso público à informação, o *ranking* da transparência do Ministério Públíco Federal (MPF) mostra que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul melhorou sua nota da primeira para a segunda avaliação (de 9,0 para 9,2), estando em oitavo lugar entre todos os estados da Federação, assim como os governos municipais do RS melhoraram de 6,06 para 7,38 entre 2015 e 2016, ocupando o terceiro lugar no *ranking* brasileiro.

O Objetivo 17 visa fortalecer os meios de implementar e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Quanto à meta de fortalecer a mobilização de recursos internos para melhorar a capacidade para arrecadação de impostos e outras receitas, considera-se o indicador receita de impostos/despesa total (incluída a aquisição líquida de ativos não financeiros). Adaptadas às finanças do Estado, no Setor Público Consolidado do Estado do

Rio Grande do Sul, as receitas tributárias, na média do período compreendido entre 2009 e 2018, cobrem aproximadamente 77% das despesas estaduais (excetuada a parcela intraorçamentária). De modo geral, pode-se dizer que os anos de 2014 e 2015 apresentaram redução dessa razão devido basicamente à queda na atividade econômica, que restringiu o aumento da arrecadação. Já no ano de 2016, embora o crescimento econômico não tenha sido retomado, houve aumento das alíquotas de ICMS e ITCMD, além de mudanças na legislação do IPVA, o que repercutiu positivamente na receita. Pelo lado da despesa, a suspensão do pagamento da dívida, aliada a outros esforços para conter o crescimento dos gastos permitiram o retorno do indicador aos patamares anteriores.

Gráfico 39 – Percentagem do orçamento do Governo Estadual financiada por impostos cobrados internamente no Rio Grande do Sul — 2009-18



FONTE: RIO GRANDE DO SUL (2019c).

As metas de aumentar a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis (desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, *status* migratório, deficiência, localização geográfica, etc.) e de se valer de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento



sustentável que complementem o PIB e apoiem a capacitação estatística correspondem a algumas ações em fase de implementação, além de outras possíveis.

PRINCIPAIS CONQUISTAS E DESAFIOS

O quadro dos ODS no Rio Grande do Sul mostra que parte dos indicadores da saúde encontra-se dentro das metas ou tem sinais de melhorias, com destaque à saúde materna e infantil, assim como à diminuição de mortes e feridos no trânsito. Os indicadores de renda apontam que a tarefa de erradicação da extrema pobreza e de redução da pobreza pela metade (relacionadas também com a fome) é uma tarefa menos vultuosa no Estado do que no País como um todo, especialmente se as políticas forem focadas em domicílios formados por arranjos com mulheres (pretas ou pardas) sem cônjuge e com filhos de até 14 anos. Quanto à promoção da agricultura sustentável, no último ranking disponível, o RS encontrava-se bem posicionado, o que também ocorre com o Governo do Estado e com as prefeituras municipais do RS em questão de transparência, responsabilidade e acesso à informação.

No que concerne à educação, no entanto, o RS necessita mais empenho do que a média brasileira para ampliar a educação infantil e melhorar a formação dos docentes desse nível, alcançar suas metas de qualidade na educação básica e combater a recorrente distorção idade-série. Não obstante, apresenta boas diretrizes para promover o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, a igualdade de gênero, a promoção de uma cultura de paz e a não violência. Ainda é bastante desigual a dedicação de horas ao trabalho doméstico e cuidados de pessoas entre gaúchos e gaúchas. Parte desse encargo pode ser decorrente da não universalização do ensino infantil no RS. Quanto à questão da segurança, em 2016 e em 2017, as taxas de homicídios

caíram, contudo aumentaram as taxas de estupro e de tentativas de estupros registradas no Estado, assim como o número de armas apreendidas.

Em relação ao objetivo de crescimento econômico sustentado e inclusivo, tanto o desempenho do PIB do Estado quanto do mercado de trabalho, especialmente para os jovens, ainda têm muito a melhorar. Deve-se trabalhar junto com o setor privado para aumentar a intensidade tecnológica e a inovação na produção estadual, com vistas a melhorar a posição relativa do Estado nesses indicadores, aumentando o valor adicionado e o emprego qualificado. Desse modo, pode se reverter a tendência de queda da participação dos setores *high-techs* e avançar em direção de uma economia mais baseada no conhecimento. Para isso, o Governo do RS terá o desafio de aumentar os dispêndios, como já vêm fazendo outros estados, em ciência e tecnologia, de forma articulada com o setor empresarial e aproveitando-se do potencial das universidades locais.

Quanto ao acesso ao saneamento, apesar dos maiores investimentos realizados pelas prestadoras de serviços em 2012, ainda há um percentual significativo da população do RS sem esse serviço. A proporção de gaúchos vivendo em assentamentos precários também é expressiva. No que diz respeito à água, ainda há muito espaço para aumentar a eficiência no seu uso. Além disso, o Estado pode ampliar em muito a participação das energias renováveis na sua matriz energética, já que se encontra bastante atrás da média nacional e dos outros estados da Região Sul. No que diz respeito às estratégias de redução de riscos de desastres relacionados ao clima e seus impactos, ainda há bastante espaço para incentivar que os municípios implementem tais estratégias.

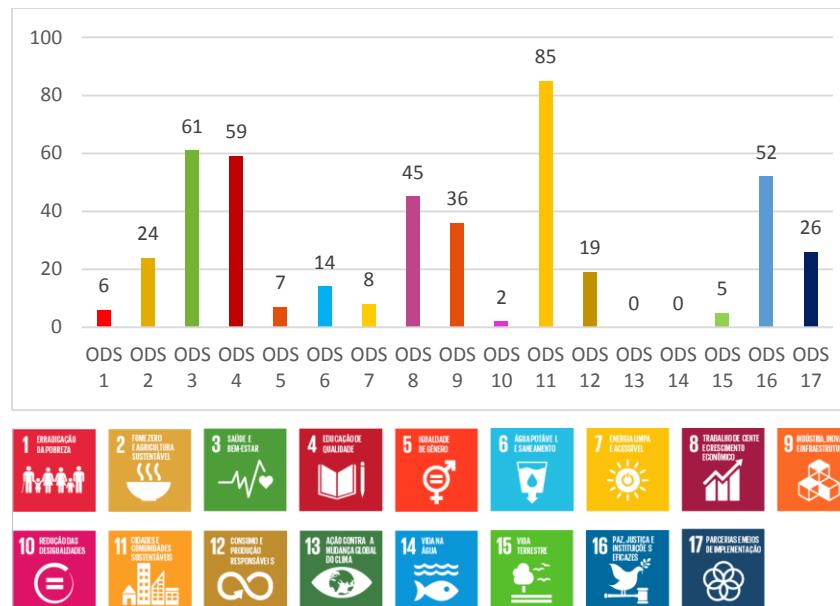
ODS NO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

Diante do quadro desenhado e dos desafios apresentados, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul assumiu o compromisso de dar tratamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no seu Plano Plurianual para o período 2020-2023. Nesse sentido, foram identificadas as iniciativas que contribuam direta ou indiretamente para a consecução das metas estabelecidas nessa agenda de desenvolvimento.

Das 413 iniciativas propostas nos Programas Temáticos finalísticos do Poder Executivo Estadual, 341 (82,5%) demonstram essa correspondência com um ou mais Objetivo. Maiores correspondências foram identificadas com o ODS 11, que busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”; o ODS 3, que visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos”; o ODS 4, cujo objetivo é “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida”; o ODS 16, comprometido com “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas” e, ainda, o ODS 8, voltado a “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos”.

Todos os eixos estratégicos apresentaram alinhamento com os ODS. No Eixo Sociedade com Qualidade de Vida foram identificadas 167 iniciativas alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; no eixo Desenvolvimento Empreendedor, 130. No eixo Governança e Gestão, foram identificadas 22 iniciativas relacionadas, sobretudo, com o ODS 11 – alinhamento equivalente às 3 iniciativas identificadas no eixo Estado Sustentável.

Gráfico 40 – Número de iniciativas do Plano Plurianual 2020-2023 com correspondência com cada Objetivo do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Sistema de Planejamento e Orçamento. PPA 2020-2023.



Inovação e Desenvolvimento na Economia Gaúcha

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável enfatiza o papel chave da ciência, tecnologia e inovação em viabilizar e acelerar as transformações globais em direção a um desenvolvimento sustentável e inclusivo, tanto nas economias avançadas como nas em desenvolvimento. A promoção da ciência, da tecnologia e da inovação – considerada uma rota vital para o processo de transformação estrutural, diversificação econômica, aumentos de produtividade e competitividade das economias – se destaca entre os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)²⁶.

Inicialmente inspiradas em um modelo linear do processo de inovação, impulsionado pelos avanços da ciência (*science-push*), as políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) tornaram-se mais complexas ao reconhecerem a diversidade de fatores e de atores envolvidos no processo de inovação. Tal concepção, vinculada à noção de sistemas de inovação, oferece a base conceitual que tem orientado a elaboração das políticas CT&I em uma perspectiva sistêmica. Nessa perspectiva, a inovação é resultado de um processo interativo entre organizações, instituições e estrutura socioeconômica, as quais influenciam o desenvolvimento, utilização e difusão das inovações²⁷. Dentro desse contexto, a política pública desempenha papel fundamental em intensificar a articulação do sistema de inovação, sobretudo nas economias em desenvolvimento, como brasileira e gaúcha, como forma de potencializar a realização de inovações.

Apesar de o Estado do Rio Grande do Sul deter hoje um sistema de inovação constituído pela presença de um conjunto de instituições importantes, como universidades de excelência, uma rede de parques e incubadoras tecnológicas e uma estrutura produtiva industrial diversificada, o desafio está na sua potencialização, através da maior articulação e cooperação de seus

atores²⁸. Para tanto, como forma de identificar as características e o desempenho do sistema de inovação regional, serão apresentados indicadores que retratem os esforços e os resultados da inovação das empresas do Estado em uma perspectiva comparada aos principais estados industrializados do País.

GASTO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) GOVERNAMENTAL E EMPRESARIAL

Os dispêndios em P&D representam uma parcela diferenciada dos dispêndios públicos e empresariais que capacitam as economias para a inovação tecnológica e são centrais na busca por soluções científicas e tecnológicas necessárias para enfrentar os desafios globais. O indicador formado pela relação entre os investimentos nacionais em P&D e o Produto Interno Bruto (PIB) é um dos mais utilizados para comparar os esforços dos países no setor. Apesar da importância crescente da ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento das economias e para a competitividade das empresas, não houve alteração significativa do patamar de investimento nacional em P&D nos últimos anos. Entre 2000 e 2016, o percentual aplicado em atividades de P&D no País cresceu 0,27 ponto percentual, passando de 1,00% para 1,27% do PIB. Em termos comparativos, observa-se que o volume investido pelo Brasil em P&D é significativamente menor do que o registrado em outras economias desenvolvidas, como exemplo de Japão (3,14%) e Estados Unidos (2,74%).

Outra característica observada no Brasil é o fato de os dispêndios públicos representarem maior parcela do dispêndio total. Em 2016, o governo brasileiro gastou 0,67% do PIB em P&D, que em termos proporcionais

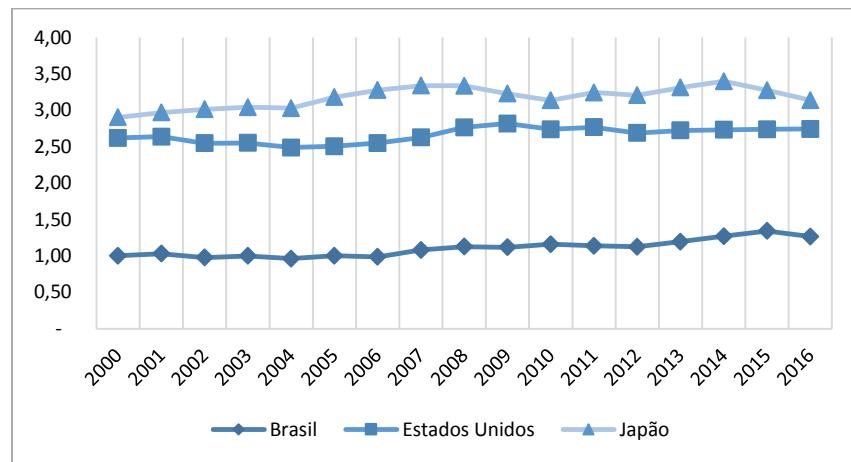
²⁶ UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *A Framework for Science, technology and innovation policy review: harnessing innovation for sustainable development*. UNCTAD, 2019.

²⁷ LUNDVALL, B. et al. *Handbook of innovation systems and developing countries: building domestic capabilities in a global setting*. Edward Elgar: UK, 2009.

²⁸ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. *Diretrizes estratégicas 2018/2028. RS, um estado de inovação*. Porto Alegre, 2018.

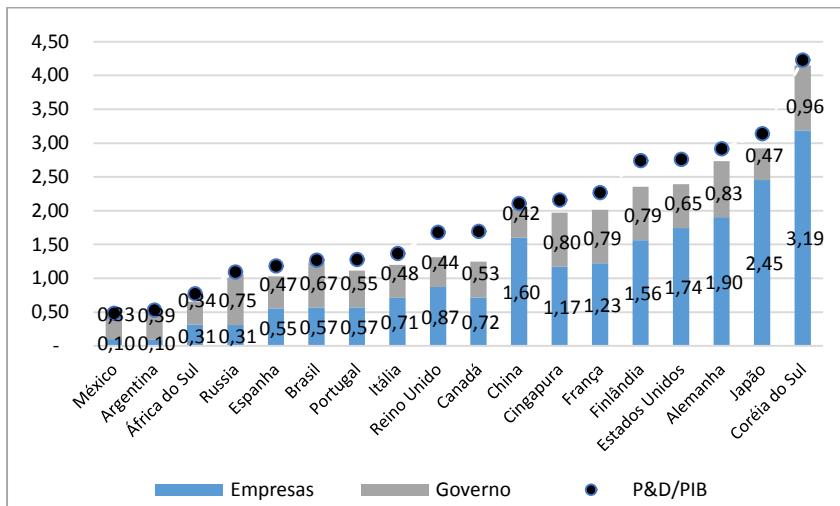
representa uma parcela maior do que a observada em alguns dos países que integram o G7, como Japão (0,47%), Reino Unido (0,44%), Itália (0,48%) e Canadá (0,53%). Por outro lado, a participação das empresas no total dos gastos em P&D representa 0,58% do PIB, evidenciando a importância do setor público como principal responsável pelos dispêndios nessas atividades, enquanto nos países mais avançados são as empresas que respondem pela maior parcela desses investimentos.

Gráfico 41 – Gasto em P&D (% PIB), em economias selecionadas – 2000-2016



Fonte dos dados brutos: Banco Mundial (2019).

Gráfico 42 – Gasto em P&D (% PIB), total e segundo setor de financiamento, em países selecionados: 2016



Fonte dos dados brutos: MSTI database (OCDE, 2019); MCTI (2019). Nota. Foram considerados apenas os dispêndios do governo e das empresas, desconsiderando os demais setores: ensino superior, instituições privadas sem fins de lucro e estrangeiro.

Em termos de volume de dispêndios empresariais, conforme informações da Pesquisa de Inovação²⁹, os dispêndios em P&D total (interno e externo) das empresas em relação ao PIB permaneceram estáveis no Brasil, crescendo suavemente de 0,55%, em 2011, para 0,58% em 2014. No Rio Grande do Sul, o total de dispêndios em relação ao PIB diminuiu de 0,66% para 0,41% no mesmo período, colocando o Estado como a quarta maior proporção entre os Estados analisados. Rio de Janeiro e São Paulo foram os estados que apresentaram maior proporção, com 0,93% e 0,85%, respectivamente.

²⁹ A Pesquisa de Inovação (PINTEC) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a cada três anos e cobre os setores da indústria, serviços, eletricidade e gás. A mais recente refere-se ao período 2012-2014.

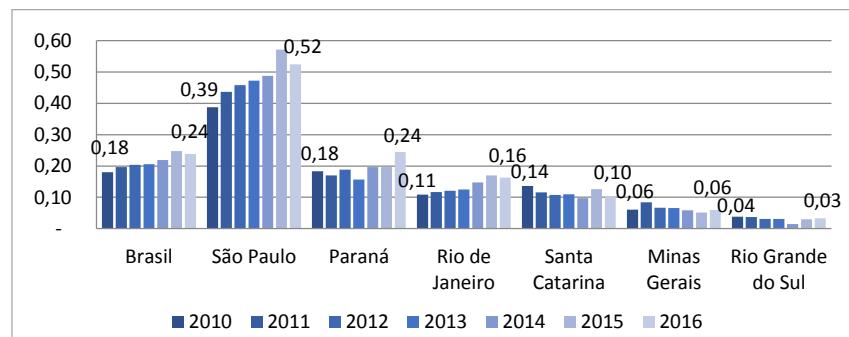
Tabela 25 – Gasto em P&D (% PIB) empresarial – estados selecionados – 2011, 2014

Unidades da Federação	P&D Empresarial (A)	
	2011	2014
BRASIL	0,55	0,58
Rio de Janeiro	1,16	0,93
São Paulo	0,60	0,85
Santa Catarina	-	0,60
Rio Grande do Sul	0,66	0,41
Paraná	0,51	0,36
Minas Gerais	0,48	0,35

Fonte dos dados Brutos: Sistema de Contas Regionais (IBGE); Pintec 2014 (IBGE, 2016)³⁰; MCTIC (2019).
Nota: P&D Total compreende o total de dispêndios das empresas da indústria e serviços selecionados.

Juntamente com os esforços do Governo Federal, os governos estaduais têm desempenhado papel importante no campo da Ciência e Tecnologia (C&T). Em 2016, o total de dispêndios dos governos estaduais em P&D representou 0,22% do PIB nacional, tendo como destaque o Estado de São Paulo, com dispêndios de 0,52% do PIB estadual em 2016, o que corresponde a 71,7% do total dos dispêndios realizados pelos estados no Brasil.

Gráfico 43 – Gasto governamental em P&D (% PIB), total e estados selecionados: 2010-2016



Fonte dos dados brutos: MCTIC (2019).

Comparado aos principais estados industrializados do País, o Rio Grande do Sul apresenta o menor nível de dispêndio do governo estadual em P&D em relação ao PIB, apenas 0,03% em 2016.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E PESQUISADORES EM P&D NAS EMPRESAS

O desenvolvimento científico e tecnológico de um estado ou de uma nação depende da existência de pessoal altamente qualificado para a realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento, difusão e utilização produtiva do conhecimento. Nesse sentido, a formação nas universidades em níveis de pós-graduação, mestrado e doutorado é condição importante para a realização de atividades de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e gestão de políticas e programas do setor de C&T. No Brasil, além da formação profissional, as universidades realizam a maior parte da pesquisa nacional, especialmente nas públicas. Como contraste, nas economias mais avançadas, que possuem sistemas de inovação desenvolvidos, a maior parte dos pesquisadores desenvolve as atividades nas empresas. Além das atividades de pesquisa, as universidades e institutos de pesquisa formam mestres e doutores para atuação em suas próprias unidades, bem como nas empresas e entidades que compõem o sistema nacional de ciência e tecnologia.

Cabe destacar o compartilhamento de recursos entre universidades e empresas como iniciativa fundamental na promoção da inovação. Para tanto, têm sido incentivadas, em âmbito nacional e estadual, ações que possibilitem o acesso das empresas às competências instaladas nas universidades, criando-se ambientes que sejam favoráveis ao desenvolvimento tecnológico, tais como parques tecnológicos e incubadoras de empresas, bem como o incentivo da relação universidade-empresa. Através desse processo interativo, o meio acadêmico gera e transfere conhecimentos significativos para o aproveitamento das oportunidades tecnológicas que abre para o meio empresarial. Para uma economia baseada em conhecimento e aprendizado, a esfera acadêmica é um

³⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Inovação (PINTEC 2014). Rio de Janeiro: IBGE, 2016.



importante agente do desenvolvimento ao oferecer suporte na construção das capacidades produtivas dinâmicas das empresas³¹.

Dada essa relevância, os governos ao redor do mundo têm buscado criar condições para uma maior promoção das relações universidade-empresa e de outros atores institucionais em um ambiente econômico e social mais amplo. No Rio Grande do Sul (como no Brasil) as relações universidade-empresa encontram-se em processo de construção e ainda distantes das experiências dos países desenvolvidos. Acelerar esse processo é indispensável para se aproximar do padrão de processo interativo intenso existente em nível mundial.

As informações do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) mostram que 33,7% dos grupos de pesquisa do Brasil relatam interação com empresas. No Rio Grande do Sul, 34,5% dos grupos de pesquisa possuem interação com empresas, posicionando o Estado com o 10º maior número de grupos de pesquisas com interação com empresas do País e o 3º entre os principais estados industrializados.

Tabela 26 – Número de grupos com relacionamento com empresas – Brasil e estados selecionados - 2016

Unidade da Federação	Nº de grupos que relataram relacionamentos (a)	Total de grupos (b)	(a)/(b) x 100
BRASIL	12.681	37.640	33,7
Rio de Janeiro	1.645	4.360	37,7
Santa Catarina	664	1.862	35,7
Rio Grande do Sul	1.242	3.601	34,5
Minas Gerais	1.196	3.477	34,4
São Paulo	2.473	7.447	33,2
Paraná	945	3.174	29,8

Fonte dos dados brutos: Diretório de Grupos do CNPq (2019).

Em termos de número de pesquisadores³², o aumento da quantidade dos com doutorado foi superior ao crescimento do total de pesquisadores entre 2010 e 2016, o que indica uma expansão qualificada dos recursos humanos no

³¹ MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES (MCTIC). Estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação: 2016-2022. Brasília, 2016.

sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. No mesmo período, o RS apresentou aumento de 53,2% do número total de pesquisadores e de 65,7% do número de pesquisadores com doutorado.

Tabela 27 – Número de pesquisadores cadastrados no DGP do CNPq - Brasil e estados selecionados – 2010, 2016

Unidades da Federação selecionadas	Pesquisadores			Pesquisadores Doutores		
	2010	2016	Var. %	2010	2016	Var. %
BRASIL	145.147	227.920	57,0	96.641	156.580	62,0
São Paulo	32.578	45.204	38,8	25.270	35.315	39,8
Rio de Janeiro	16.478	25.271	53,4	12.300	19.037	54,8
Minas Gerais	14.859	21.461	44,4	10.142	15.462	52,5
Rio Grande do Sul	12.778	19.573	53,2	8.418	13.946	65,7
Paraná	11.378	17.755	56,0	7.064	12.292	74,0
Santa Catarina	6.655	10.958	64,7	3.854	6.766	75,6

Fonte dos dados brutos: Diretório de Grupos do CNPq (2019).

Por grandes áreas do conhecimento, algumas áreas de pesquisa são consideradas mais diretamente relacionadas às atividades de ciência e tecnologia (C&T) e, dessa forma, são consideradas áreas núcleo em C&T em nível de pós-graduação. Sob o ponto de vista do desenvolvimento tecnológico (de produtos e processos produtivos), os cursos de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharias e Computação, Ciências Agrárias e Exatas e da Terra são áreas consideradas núcleo em tecnologia, e representam 57,4% dos pesquisadores cadastrados no DGP do CNPq, sendo 56,5% no RS.



Tabela 28 – Pesquisadores (%), por grandes áreas do conhecimento – estados selecionados -2016

Áreas do conhecimento	Brasil	RS	SC	PR	SP	RJ	MG
Ciências Humanas	22,2	22,9	22,2	21,8	19,5	22,1	20,0
Ciências da Saúde	15,8	15,6	12,6	13,0	19,2	16,9	14,9
Sociais Aplicadas	13,7	14,4	16,7	13,1	14,2	14,2	12,6
Engenharias e Computação	13,0	12,4	19,5	14,0	13,7	13,0	13,1
Ciências Agrárias	9,6	10,3	9,6	12,7	7,7	3,9	12,6
Exatas e da Terra	9,2	9,4	6,7	9,4	9,4	10,2	8,6
Ciências Biológicas	9,8	8,8	6,1	9,5	10,1	12,5	10,4
Ling., Letras e Artes	6,5	6,1	5,9	6,2	6,1	6,8	7,5
Outras	0,3	0,2	0,7	0,2	0,2	0,4	0,2

Fonte: dados brutos: Diretório de Grupos do CNPq (2019).³³

Nas empresas, segundo informações da Pesquisa de inovação 2014, das 115.390 pessoas ocupadas em atividades de P&D, 73.150 são pesquisadores. Deste total, 16,1% possuem pós-graduação, o que evidencia a necessidade de maior presença de mestres e doutores nos ambientes de inovação das empresas. No Rio Grande do Sul, a proporção de pesquisadores com pós-graduação nas empresas é menor do que a observada no Brasil. Em 2014, apenas 11,1% dos pesquisadores ocupados em P&D das empresas gaúchas são pós-graduados.

Portanto, apesar de o Brasil ter constituído um sistema robusto de ciência e tecnologia com fortalecimento da pesquisa e do pós-graduação, com avanços importantes na área de formação de recursos humanos e na ampliação da pesquisa nacional – com aumento significativo da participação brasileira na ciência mundial nas últimas décadas – esses avanços não se refletiram na melhoria dos indicadores tecnológicos das empresas. Para alcançar a proporção observada nas economias avançadas e nas economias emergentes em rápido processo de desenvolvimento, é fundamental o investimento na expansão e no fortalecimento de programas de apoio à inovação tecnológica nas empresas, através da ampliação da proporção de pesquisadores de maior qualificação em

atividades de P&D, como forma de gerar inovação e maior aprendizado tecnológico.

Tabela 29 – Percentual de pesquisadores com pós-graduação ocupados em P&D das empresas inovadoras - Brasil e estados selecionados - 2014

Unidades da Federação selecionadas	Total	Indústria	Serviços
BRASIL	16,1	12,0	26,7
Rio de Janeiro	23,2	29,8	12,7
Minas Gerais	13,9	12,9	16,9
Santa Catarina	12,5	7,6	22,8
Rio Grande do Sul	11,1	11,6	8,3
São Paulo	10,8	10,9	10,7
Paraná	6,8	6,0	11,7

Fonte: Pesquisa de inovação 2014 (IBGE, 2016).

ATIVIDADES INOVATIVAS NAS EMPRESAS

Além dos dispêndios em P&D, as empresas também investem em uma ampla variedade de atividades inovativas, as quais resultam em ativos tangíveis e intangíveis, que variam entre as empresas e setores. Existem dois tipos de atividades inovativas que as empresas empreendem na busca por inovação: P&D (pesquisa básica, aplicada ou desenvolvimento experimental); e outras atividades não relacionadas com P&D, envolvendo aquisição de bens, serviços e conhecimentos externos. A mensuração dos esforços alocados nessas atividades revela o empenho exercido para aprendizado e inovação pelas empresas.

Em relação às receitas líquidas das vendas, as empresas no Brasil investiram 2,5% de suas receitas em atividades inovativas, em 2014; no setor industrial, o investimento em atividades inovativas foi de 2,1%. No Rio Grande do Sul, a proporção de recursos das empresas destinados para atividades inovativas alcançou 2,2%, sendo 2,1% na indústria e 3,8% nas atividades de serviços selecionados.

³³ De acordo com o Manual Camberra, são consideradas áreas núcleo de C&T, os recursos humanos com formação e pesquisa nas áreas de Ciências da Saúde, Ciências Sociais, Engenharias e computação, Agrárias, Exatas e da Terra e Ciências Biológicas (OECD, 1995).

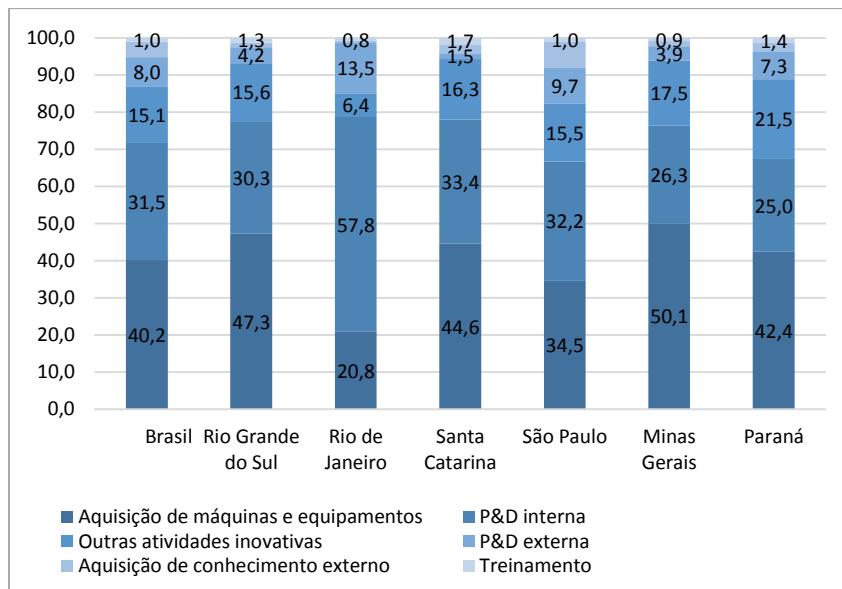
Tabela 30 – Dispêndios em atividades inovativas (% receita líquida das vendas), da indústria e serviços selecionados, no Brasil e Estados selecionados - 2014

Unidades da Federação selecionadas	Total	Indústria	Serviços
BRASIL	2,5	2,1	7,8
São Paulo	3,2	2,5	8,4
Rio Grande do Sul	2,2	2,1	3,8
Minas Gerais	2,1	2,0	6,5
Santa Catarina	1,9	1,8	12,0
Rio de Janeiro	1,8	1,3	5,6
Paraná	1,7	1,9	3,0

Fonte dos dados brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016).

Do total dos dispêndios em atividades inovativas, a aquisição de máquinas e equipamentos se destaca pela maior participação, correspondendo a 40,2% do total dos dispêndios das empresas brasileiras e 47,3% das empresas do RS. As atividades de P&D interna representam a segunda maior participação nos dispêndios com inovação no Brasil (31,5%) e nos demais estados analisados, com exceção do Rio de Janeiro, cuja participação no total dos dispêndios alcançou 57,8%. Portanto, a aquisição de máquinas e equipamentos constitui-se na principal forma de absorver conhecimentos e gerar inovações nas empresas do País.

Gráfico 44 – Estrutura do dispêndio das atividades inovativas da indústria - Brasil e Estados selecionados: 2012-2014



Fonte dos dados brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016)

Na indústria gaúcha, os setores que apresentam os maiores volumes de recursos destinados às atividades de inovação (que possuem informações disponíveis) são associados à indústria metalmecânica e atividades ligadas ao agronegócio, as quais representam parcela significativa da estrutura produtiva da indústria estadual e, portanto, exibem maiores volumes de recursos destinados a essas atividades. Destacam-se os esforços inovativos realizados pelas atividades de fabricação de produtos alimentícios (14,3%), seguidos de Outras máquinas e equipamentos (11,2%) e produtos de metal (9,3%). Observa-se que cada setor apresenta especificidades associadas aos respectivos



regimes tecnológicos e, portanto, diferenças associadas a fontes de conhecimento para a inovação, podendo ser interna ou externa à empresa³⁴.

Tabela 31 – Distribuição (%) dos dispêndios em atividades inovativas e em P&D da indústria de transformação – Rio Grande do Sul - 2014

Atividades da indústria	Participação no total dos dispêndios em atividades inovativas (%)	Participação no total dos dispêndios em P&D interno (%)
Indústria de transformação	100,0	100,0
Outras máquinas e equipamentos	11,2	8,9
Produtos de metal	9,3	8,3
Couros, artefatos de couro e calçados	3,5	5,0
Produtos alimentícios	14,3	1,6
Produtos químicos orgânicos	0,8	0,5
Demais atividades	60,8	75,6

Fonte dos dados brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016)

Em termos de participação no total recursos destinados à P&D, os maiores volumes de investimentos na indústria gaúcha estão relacionados a indústria metalmecânica, envolvendo a fabricação de Outras máquinas e equipamentos (8,9%), produtos de metal (8,3%), bem como em atividades tradicionais relacionadas a fabricação de couro e calçados (5,0%). No entanto, a intensidade dos dispêndios em P&D é maior nos setores de média e alta tecnologia, enquanto nos setores de menor intensidade tecnológica predominam outras atividades inovativas. A competitividade da economia gaúcha dependerá dos esforços de inovação das empresas em conjunto com o fortalecimento do sistema regional de inovação, através da articulação dos principais setores econômicos – tradicionais e emergentes – com o ambiente regional de ciência e tecnologia.

³⁴ As fontes podem ser internas (P&D interno, treinamento, projeto industrial e outras preparações técnicas e introdução de inovações tecnológicas no mercado) ou externas (aquisição externa de P&D, outros conhecimentos externos, software e aquisição de máquinas e equipamentos), cujos resultados permitem mostrar as diferentes fontes do processo de inovação entre os diferentes setores industriais.

DESEMPENHO INOVADOR DAS EMPRESAS

O conceito de inovação considera não apenas a introdução de novidades no mercado, mas também a implementação de produtos (bens e serviços) ou processos novos ou substancialmente aprimorados pelas empresas. Sob tal perspectiva, a inovação envolve desde a geração à adoção de novas tecnologias pelas empresas. Na maioria dos casos, as inovações são apenas novas para as empresas e relacionam-se à absorção de tecnologia e, portanto, à construção de competências e aprendizado tecnológico. As inovações podem ser de produtos, por meio da introdução de aperfeiçoamentos significativos do produto, ou de processos, através da introdução de novos ou aprimorados métodos de produção, envolvendo mudanças nas técnicas, máquinas, equipamentos ou softwares usados no processo de transformação de insumos em produtos.

Partindo dessas definições, a maior parte das empresas no Brasil constitui-se de empresas não-inovadoras. Ou seja, do universo de 132.529 empresas (da indústria e serviços selecionados) com 10 ou mais pessoas ocupadas, 47.693 introduziram algum tipo de introdução de inovação de produto e/ou de processo no triênio 2012-2014, representando uma taxa geral de inovação de 36,0%. A tabela a seguir mostra que 42,7% das empresas do Rio Grande do Sul introduziram alguma inovação no período de 2012-2014, o que representa uma proporção maior de empresas inovadoras no conjunto da população de empresas comparado aos principais estados industrializados e ao total do País. Considerando as empresas da indústria, a taxa de inovação foi de 41,7%, e no setor de serviços selecionados, de 52,4%³⁵, proporção maior do que a observada em âmbito nacional (de 36,4% e 32,4%) e demais estados.

³⁵ O setor de serviços selecionados é constituído das atividades de edição e gravação e edição de música; telecomunicações; atividades dos serviços de tecnologia da informação; tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas; serviços de arquitetura e engenharia, testes e análises técnicas; e pesquisa e desenvolvimento.

Tabela 32 – Taxa (%) de inovação total, indústria e nos serviços - Brasil e estados selecionados - 2012-2014

Unidades da Federação selecionadas	Total	Indústria	Serviços
BRASIL	36,0	36,4	32,4
Rio Grande do Sul	42,7	41,7	52,4
Santa Catarina	42,1	41,6	48,6
Paraná	38,4	40,0	21,1
Minas Gerais	34,9	35,5	29,1
São Paulo	34,1	34,2	34,3
Rio de Janeiro	26,1	25,2	29,2

Fonte dos dados brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016)

Tendo em vista que o Manual de Oslo³⁶ é o referencial conceitual e metodológico da Pesquisa de Inovação (IBGE), é possível estabelecer comparações com o desempenho inovativo de outros países. Considerando o conjunto de 28 países da União Europeia, 49,1% das empresas introduziram algum tipo de inovação em 2014 e, em 2016, a proporção de empresas inovadoras alcançou 50,6%³⁷. Quando considerado o conjunto de 15 países da União Europeia, a taxa de inovação é maior e alcançou 55,7% das empresas em 2014 e 57,0% em 2016. Tais resultados mostram que, comparativamente a esses países, o Brasil (e o RS) tem apresentado desempenho inferior em termos de ritmo de introdução de inovações pelas empresas.

Quando analisados o tipo de inovações (produto ou processo) e grau de novidade (nova para a empresa, nova para o mercado nacional e nova para o mercado mundial), apenas 3,8% das empresas do Brasil introduziram inovações de produtos consideradas novas para o mercado nacional e apenas 0,4% novas para o mercado mundial. No Rio Grande do Sul, a taxa de inovação de produtos novos para o mercado nacional foi de 4,8% e de 1,1% para o mercado mundial, posicionando o Estado com a maior proporção de empresas nesse tipo de inovação entre os estados selecionados. As inovações de processos novas para o setor nacional foram introduzidas por 2,8% das empresas no Brasil, e, em termos mundiais, por 0,3% das empresas. No Rio

Grande do Sul, essas proporções chegam a 3,3% e 0,3% das empresas, respectivamente.

Tabela 33 – Taxa (%) de inovação, por tipo e grau de novidade - Brasil e estados selecionados - 2012-2014

Unidades da Federação selecionadas	Produto novo para o mercado nacional	Produto novo no mercado mundial	Processo novo para o setor nacional	Processo novo em termos mundiais
BRASIL	3,8	0,4	2,8	0,3
Santa Catarina	4,5	0,2	1,8	0,4
São Paulo	5,2	0,6	3,8	0,5
Rio Grande do Sul	4,8	1,1	3,2	0,3
Rio de Janeiro	3,2	0,5	2,7	0,2
Paraná	2,5	0,3	2,2	0,1
Minas Gerais	4,5	0,2	3,0	0,1

Fonte dos dados brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016)

A diferença de desempenho inovador entre os estados reflete as diferenças associadas à combinação de intuições e estrutura produtiva. No Brasil, os setores que apresentam maior ritmo de introdução de inovações são os que integram o complexo eletrônico (68,3%); um segundo grupo, a indústria química (com uma taxa de inovação em torno de 50% das empresas), incluindo o setor farmacêutico e o refino de petróleo; e um terceiro grupo, com taxa de inovação em torno de 40%, reúne o segmento metalmecânico. Da mesma forma, no Rio Grande do Sul as atividades industriais que se destacam em termos de ritmo de inovações são vinculadas ao metalmecânico (fabricação de máquinas e equipamentos, produtos de metal e automotivo) e a indústria química. Nos setores de menor intensidade tecnológica o desempenho da inovação depende não apenas do aprendizado baseado nos dispêndios em P&D, mas, sobretudo, do aprendizado por meio da experiência associada ao processo produtivo.

³⁶ O Manual de Oslo, desenvolvido conjuntamente pelo Eurostat e a OCDE, oferece diretrizes para a coleta e a interpretação de dados sobre inovação de maneira internacionalmente comparável.

³⁷ EUROPEAN STATISTICAL OFFICE (EUROSTAT). *Community Innovation Survey*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/data/database>. Acesso em 10 jun. 2019.



SISTEMA DE INOVAÇÃO REGIONAL: FONTES DE INFORMAÇÃO E COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA

As empresas obtêm informações para seus projetos a partir de uma variedade de fontes que compõem o sistema setorial/regional de inovação. Diante da possibilidade de utilização de informações de diversas fontes presentes, a capacidade para desenvolver inovações dependerá das capacidades internas das empresas em absorver e combinar tais informações. Nesse sentido, a identificação das fontes das informações para a inovação pode ser um indicativo do processo de criação, disseminação e absorção de conhecimento. Por um lado, as empresas inovadoras desenvolvem atividades que produzam novos conhecimentos através da P&D, por outro, através da aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos incorporados em patentes, máquinas e equipamentos, artigos especializados, softwares, etc.

Diante das diferenças em termos de natureza do conhecimento tecnológico entre os setores, as empresas que estão engajadas na busca de inovações de produtos e/ ou processos originais tendem a fazer uso mais intenso das informações geradas nas instituições de produção de conhecimento tecnológico, como universidades e institutos de pesquisa. Nesse sentido, as informações da PINTEC (IBGE, 2016) mostram que as universidades são consideradas importantes para 8,8% das empresas inovadoras do RS; os institutos de pesquisa ou centros tecnológicos, para 5,3%; os centros de capacitação profissional, para 7,7%; e as instituições de testes, certificações, etc. para 9,1%. O departamento de P&D é considerado de alta importância para 14,0% das empresas inovadoras do Estado e para 10,9% das empresas inovadoras do Brasil.

Tabela 34 – Taxa de inovação de produto e processo conforme o grau de novidade, segundo atividades da indústria de transformação – Rio Grande do Sul – 2012-2014

Atividades da indústria e serviços selecionados	Inovação de Produto			Inovação de processo		
	Novo para a empresa	Novo para o mercado nacional	Novo no mercado mundial	Novo para a empresa	Novo para o setor nacional	Novo em termos mundiais
INDÚSTRIA TOTAL	15,7	4,9	1,2	33,7	3,3	0,3
Produtos alimentícios	29,1	1,0	0,1	37,6	1,2	0,3
Produtos do fumo	-	34,3	-	39,7	26,3	-
Couros, artefatos de couro e calçados	1,5	0,7	0,2	12,1	1,1	0,1
Produtos químicos orgânicos	-	47,3	-	55,4	-	-
Produtos de metal	16,9	4,8	1,0	39,3	5,0	0,2
Outras máquinas e equipamentos	9,1	15,5	11,6	50,8	3,1	-
Automóveis, caminhões e ônibus	-	20,0	-	40,0	-	-
Outras atividades da indústria	17,6	5,6	0,8	36,1	4,0	0,4

Fonte dos dados brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016)

Gráfico 45 – Percentual de empresas inovadoras que consideram as fontes de informação de alta importância no Brasil e RS: 2012-2014



Fonte dos dados brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016)

Tabela 35 – Taxa de cooperação das empresas inovadoras – Brasil – 2006 - 2014

Atividades da indústria	2006-2008	2009-2011	2012-2014
Total	10,4	16,7	15,3
Indústrias extractivas	14,1	6,3	5,0
Indústrias de transformação	10,0	16,0	14,6
Produtos alimentícios	10,5	18,1	11,1
Bebidas	20,8	12,5	22,7
Produtos do fumo	18,8	33,3	25,0
Produtos têxteis	6,9	11,1	16,4
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	7,7	9,1	7,3
Couros, artefatos de couro e calçados	4,6	12,8	19,3
Produtos de madeira	14,6	14,4	4,8
Celulose, papel e produtos de papel	12,9	25,5	9,1
Impressão e reprodução de gravações	7,8	13,5	8,7
Coque, de produtos derivados do petróleo	9,9	50,4	28,8
Produtos químicos	10,2	21,2	30,1
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	35,2	34,0	46,2
Produtos de borracha e plástico	12,4	18,3	12,0
Produtos de minerais não-metálicos	8,3	12,6	10,2
Metalurgia	8,6	9,2	21,8
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	7,3	13,6	13,1
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	16,8	23,6	30,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	8,7	23,8	26,1
Máquinas e equipamentos	13,9	26,7	16,5
Veículos automotores, reboques e carrocerias	13,3	20,2	22,9
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	17,7	11,3	23,3
Móveis	4,4	12,1	15,4
Produtos diversos	19,2	8,2	16,3
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	10,4	25,5	22,8

Fonte dos dados Brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016).

Os tipos mais distintos de parceria para a cooperação são clientes ou consumidores e fornecedores, indicando relações cooperativas estabelecidas na cadeia produtiva, por meio da relação usuário-fornecedor. Já a cooperação entre as empresas e a infraestrutura de ciência e tecnologia, como instituições de testes, ensaios e certificações e universidades e institutos de pesquisa, se estabelecem para um número menor de empresas. No Rio Grande do Sul, a cooperação com esse conjunto de instituições se estabelece para 20,9% e 14,5% das empresas inovadoras, respectivamente

Gráfico 46 – Percentual de empresas inovadoras com relação de cooperação com outras organizações, no Brasil e RS: 2012-2014



Fonte dos dados Brutos: Pesquisa de Inovação 2014 (IBGE, 2016).

Apesar de o Rio Grande do Sul deter hoje um sistema de inovação constituído por um conjunto de instituições importantes, como universidades,

parques tecnológicos e incubadoras, o desafio está em seu fortalecimento por meio da maior articulação e cooperação de seus atores. Nesse sentido, diante do cenário desafiador da economia gaúcha, em que aproximadamente 60% das empresas são não inovadoras, torna-se importante estabelecer um processo de desenvolvimento da cultura do conhecimento e da inovação nas empresas. A inserção na nova economia, mediada pela economia do conhecimento, requer uma mudança da concepção de economia industrial típica do século XX para a economia do conhecimento do século XXI. Tal mudança constitui-se em uma mudança de paradigma, em que o conhecimento, tecnologia e inovação são fundamentais. Desenvolver a cultura do conhecimento e da inovação nas empresas requer a adoção de instrumentos de política pública (como editais, chamadas públicas, financiamentos, etc.) que possam ser entendidos e utilizados pela maioria das empresas do Estado, caracterizadas pela baixa intensidade tecnológica e de micro e pequeno porte.

ESTRUTURA DA INDÚSTRIA E EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA GAÚCHA

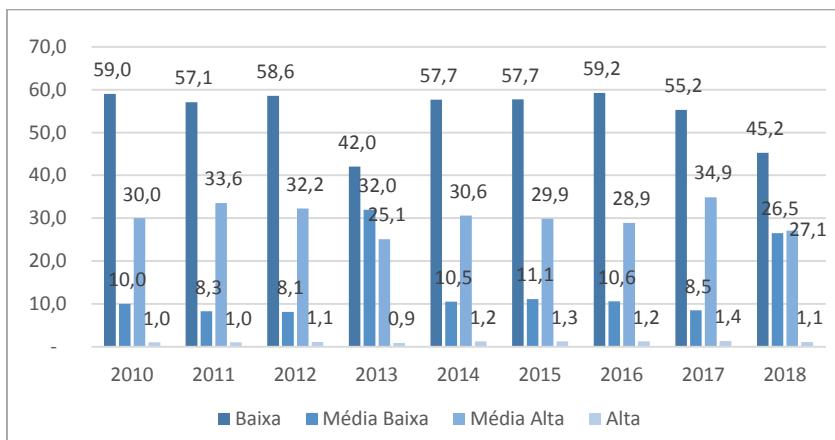
As evidências empíricas na economia mundial mostram que uma maior participação na produção de atividades de maior intensidade tecnológica (média-alta e alta tecnologia) denota maior nível de produtividade, atividade inovativa e progresso tecnológico. Portanto, quanto maior a complexidade da produção industrial em determinadas atividades, maior a probabilidade de “transbordamento” de conhecimento entre indústrias e setores³⁸. Por outro lado, as atividades de menor intensidade tecnológica (baixa e média-baixa) tendem a apresentar tecnologias maduras, quando não obsoletas, que pouco requerem introdução de inovações. Por outro lado, as indústrias de alta e média-alta tecnologia são dinâmicas e atuam próximas à fronteira do conhecimento e da tecnologia. Conforme pode ser observado na tabela a seguir, 69,2% do valor da transformação (VTI) da indústria do Rio Grande do Sul em 2017 foi gerado em atividades de menor intensidade tecnológica (baixa e média-baixa). Enquanto

³⁸ UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION (UNIDO). Competitive Industrial Performance Report 2018.

as indústrias de média-alta tecnologia representam 28,3%, e as indústrias de alta tecnologia, 1,9%.

Além da estrutura industrial, as vendas no mercado externo são um indicador tradicional de competitividade das empresas e setores produtivos. Ainda que as exportações sejam resultado de competências adquiridas pelas empresas e influenciadas também pelos movimentos conjunturais da taxa de câmbio, o desempenho exportador é informação importante para, juntamente com a análise de variáveis relacionadas à capacidade produtiva e tecnológica, orientar a avaliação das condições de sustentabilidade da estrutura produtiva e industrial vigentes. Do total de produtos exportados pela indústria de transformação gaúcha em 2018, 27,1% são produtos de média-alta tecnologia, e apenas 1,1%, de alta tecnologia. As exportações de baixa e média-baixa tecnologia representam 71,8% das exportações industriais do Estado.

Gráfico 47 – Participação (%) das exportações industriais do RS, por intensidade tecnológica – 2010-2018



Fonte: MDIC (2019).

Tabela 36 – Participação (%) setorial na indústria de transformação, por intensidade tecnológica – Rio Grande do Sul – 2010, 2015 e 2017

Setores	2010	2015	2017
Alta tecnologia	1,8	1,7	1,9
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1,2	1,2	1,2
Instrumentos médicos, odontológico e artigos ópticos	0,3	0,3	0,4
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,4	0,3	0,3
Fabricação de aeronaves	-	-	-
Média-Alta tecnologia	34,5	27,9	28,3
Produtos químicos	9,3	9,7	9,5
Máquinas e equipamentos	10,5	8,5	9,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	12,1	7,7	7,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,6	1,8	1,7
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,1	0,2	0,1
Média-Baixa tecnologia	21,9	23,8	21,9
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2,9	8,0	6,0
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	7,4	5,8	5,9
Produtos de borracha e de material plástico	4,4	4,8	4,4
Produtos de minerais não-metálicos	2,8	2,4	2,2
Metalurgia	3,0	1,5	1,9
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1,4	1,4	1,5
Construção de embarcações	0,5	1,3	0,7
Baixa tecnologia	41,4	45,2	47,2
Produtos alimentícios	14,3	20,5	21,6
Couros, artefatos de couro e calçados	7,7	6,8	7,2
Móveis	3,8	3,7	3,8
Celulose, papel e produtos de papel	1,8	2,7	3,2
Bebidas	3,3	2,9	3,0
Produtos do fumo	4,2	3,7	2,9
Produtos diversos	1,8	1,3	1,5
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	1,2	1,1	1,3
Produtos de madeira	1,2	1,0	1,2
Produtos têxteis	1,0	1,0	0,9
Impressão e reprodução de gravações	0,8	0,6	0,6

Fonte dos dados brutos: Pesquisa Industrial Anual 2017 (IBGE, 2019).

Nota: Participação no valor da transformação industrial (VTI) da indústria de transformação.

Dessa forma, a transformação estrutural da economia gaúcha em direção a setores de maior produtividade e intensivos em conhecimento dependerá de um amplo esforço de políticas públicas destinadas não apenas à capacitação das empresas, mas, também, ao fortalecimento do sistema regional



de inovação. Para tanto, é fundamental contar com a base técnico-científica existente em diversas instituições e polos tecnológicos do Estado, como centros técnicos, universidades e parques tecnológicos, de modo a permitir que as empresas menos inovadoras ingressem em um processo de “reconversão competitiva” por meio da capacitação para a inovação³⁹.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA GAÚCHA

Apesar de grande parte da indústria gaúcha ser baseada em setores tradicionais, é possível, a partir da mesma base tecnológica, transformá-la em criativa e inserida na nova economia intensiva em conhecimento. Nesse sentido, entre os caminhos possíveis para a inovação e para o desenvolvimento e competitividade das empresas do Estado, a economia criativa tem sido apresentada como uma trajetória possível de ser empreendida dentro do contexto da nova economia.

Para tanto, neste Plano Plurianual, são propostas ações por meio do Programa Temático “Acelera RS” como forma de estabelecer a integração dos ecossistemas regionais de inovação com empresas da economia tradicional, gerando novos negócios, novos empregos e uma estrutura produtiva mais intensiva em conhecimento, com maior valor agregado e mais competitividade. Serão “fomentados” a formação de agentes de inovação e o desenvolvimento de pesquisas aplicadas à melhoria dos processos produtivos, como forma de estimular a geração de novos empregos e negócios intensivos em conhecimento, de maior valor agregado e maior competitividade. Entre as ações programáticas, destacam-se: “**Ambientes de inovação**” visando incluir o Estado no mapa global da inovação, a partir da articulação dos principais agentes envolvidos no desenvolvimento e na difusão de inovações (sociedade civil, setor empresarial, universidades e governos); “**Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia**” com o objetivo de integrar os ecossistemas regionais de inovação com as empresas da economia tradicional, gerando novos negócios, novos empregos e uma matriz produtiva mais intensiva em

conhecimento, com maior valor agregado e mais competitiva por meio da formação de agentes de inovação e desenvolvimento de pesquisas aplicadas à melhoria dos processos produtivos; “**RS Criativo**”, como forma de apoiar e fomentar o desenvolvimento da economia criativa no RS por meio da qualificação, capacitação e fomento à formação de jovens empreendedores para a nova economia (economia criativa); “**Gestão da inovação**” como forma de mobilizar os principais atores envolvidos no sistema de inovação regional do RS de modo a conectar as potencialidades existentes e favorecer o estabelecimento de novas parcerias e a realização de projetos conjuntos envolvendo o Governo, a academia, o setor produtivo e a sociedade civil organizada; “**Fazer e viver a cultura no RS**” como forma de desenvolver a produção cultural do Estado, fomentando a realização de projetos, a geração de emprego e renda, a formalização dos trabalhadores da cultura e ampliando o acesso da população aos bens e atividades culturais.

No âmbito do agronegócio, tradicional setor produtivo gaúcho, as oportunidades de crescimento também são amplas e variadas e não se assentam exclusivamente na dotação de recursos naturais. A mudança tecnológica e organizacional constitui-se no principal vetor de crescimento da agropecuária, permitindo responder aos aumentos de demanda (por alimentos e matéria prima) a baixo custo, tanto para o mercado interno quanto para a exportação. Desde meados da década de 1990, a consolidação do pacote tecnológico voltado à produção de grãos combina inovações da biotecnologia (adaptação de sementes e transgenia), das indústrias química (defensivos agrícolas e fertilizantes) e de máquinas e equipamentos (plantio direto, microeletrônica embarcada, etc.), intensificando, assim, os encadeamentos entre a agricultura e a indústria de transformação e induz o surgimento de novos serviços especializados. Portanto, além da relevância como ofertante de matéria-prima para a indústria, a agropecuária destaca-se como demandante de insumos, bens de capital e serviços de alta sofisticação tecnológica. Nesses termos, a agricultura, em conjunto com a indústria e as atividades de serviços relacionadas à produção de conhecimento, reflete uma mudança de paradigma tecnológico, organizacional e produtivo que se inscreve no marco da

³⁹ Zawislack, P. Caminhos da inovação na indústria gaúcha. Porto Alegre: NITEC/UFRGS, 2015.



denominada revolução biotecnológica. A trajetória de desenvolvimento da agricultura gaúcha demonstra que os recursos naturais locais, quando mobilizados no ecossistema local de inovação, podem converter-se em fonte de acumulação de conhecimento que propicia aprendizado para a diversificação em direção a outras indústrias. Foi assim que o Rio Grande do Sul se converteu em “celeiro do Brasil” no século XX e conquistou uma posição de liderança na fabricação de máquinas e equipamentos para a agropecuária. No século XXI, o surgimento de novos insumos e equipamentos de uso específico na agricultura e de produtos à base de biomassa são exemplos de oportunidades para a indústria local.

A emergência de tecnologias *smart farming*, aliada à reconhecida *expertise* da indústria, universidades e centros de pesquisa gaúchos na oferta de inovações para a agricultura, cria novas oportunidades e desafios que podem ser aproveitados e expandidos, mediante políticas industriais e tecnológicas adequadas à realidade brasileira e sul-americana. Tais políticas podem ser desenhadas com o objetivo de promover não apenas a eficiência e os ganhos de produtividade na agropecuária (estratégia alinhada à agricultura exportadora de *commodities*), mas também aumentar a produção de variedade no âmbito da agricultura familiar e da indústria de alimentos, cuja estratégia encontra-se alinhada à necessidade de avançar na diferenciação de produto necessária para a agregação de valor. Diante desse contexto, o programa temático “**Campo em Ascensão**” tem o objetivo não apenas de assegurar a sanidade animal e vegetal dos produtos agropecuários, a idoneidade dos serviços e insumos e serviços utilizados na agropecuária, como também promover o cooperativismo e as cadeias produtivas agropecuárias, por meio do fomento à infraestrutura e à inovação tecnológica, bem como à pesquisa, à educação profissional inovadora,

à assistência técnica e à extensão rural, com vistas a agregar valor aos produtos, gerando emprego e renda no campo.

Tal estratégia não se constitui em aprofundar o processo de especialização regressiva em curso em muitos países da América Latina, mas, sim, desenvolver e fortalecer a ampla variedade de indústrias e cadeias produtivas, associadas à fabricação de insumos naturais, recicláveis, sintéticos e renováveis. O desenvolvimento de competências nessas atividades envolve o amplo esforço em educação, pesquisa e inovação, para promover as condições para uma transformação gradual da economia em direção a produtos e indústrias de maior valor agregado. Esses esforços, associados com avanços das ciências biológicas e de novos materiais, pesquisados nas universidades, polos e parques tecnológicos, têm a vantagem de gerar as condições para um posicionamento mais adequado da economia gaúcha no domínio das tecnologias da próxima revolução tecnológica, possivelmente no campo da biotecnologia, bioeletrônica, nanotecnologia, novos materiais e energia renováveis. A política de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico, mais do que recuperar a competitividade das empresas gaúchas, pode dar condições para o seu desenvolvimento futuro alcançar uma trajetória tecnológica própria e permitir uma nova forma de inserção competitiva na economia nacional e internacional.

Considerando todos esses aspectos, o Plano Plurianual busca, com seus 12 programas temáticos, oferecer alternativas para o desenvolvimento de um novo ciclo econômico, fundamentado na transformação digital, na inovação e na modernização e simplificação dos serviços do Estado.



NOVAS FAÇANHAS

Projeto de Lei do PPA 2020-2023 para a Assembleia Legislativa

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023 e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual – PPA, para o período 2020-2023, conforme o disposto no art. 149, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 10.336, de 28 de dezembro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 11.180, de 25 de junho de 1998, no que não contrariar as normas estabelecidas pela União.

Art. 2º Constituem os eixos estratégicos da administração pública estadual, direta ou indireta, orientadores do planejamento plurianual para o período 2020-2023:

- I - Estado Sustentável;
- II - Governança e Gestão;
- III - Desenvolvimento Empreendedor;
- IV - Sociedade com Qualidade de Vida.

Art. 3º O conteúdo do Plano Plurianual 2020-2023 encontra-se explicitado no Anexo desta Lei, no qual são apresentados os programas e ações programáticas.

Art. 4º Os programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumentos de organização das ações de Governo, ficam restritos àqueles integrantes do Plano Plurianual.

Art. 5º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

- I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - Programa Temático: programa de natureza finalística, que resulta em bens e/ou serviços ofertados diretamente à sociedade. Consiste em conjunto articulado de esforços intersetoriais que buscam dar tratamento a situações-problema socialmente identificadas sob um escopo temático comum, reconhecidas e declaradas pelo Governo como objeto de política pública;
- III - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: programa que produz bens e serviços típicos de Estado, ofertados ao próprio Estado, voltado a planejamento, formulação, gestão, coordenação, avaliação ou controle de políticas públicas, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos demais;
- IV - Programa de Crédito: programa destinado a expressar as operações das instituições de crédito do Estado, caracterizado por não comportar programação de dispêndio e por conter metas quantificadas e metas físicas, caracterizadas pelo volume de crédito concedido, pelo número de operações realizadas e/ou pelo número de beneficiários dessas operações;



V - Encargos Especiais: programa de natureza exclusivamente financeira, registrado por meio de iniciativas padronizadas, não figurando na programação do PPA 2020-2023, sendo apenas considerado para fins de estabelecimento do cenário financeiro que orientará a fixação das metas dos demais programas;

VI - Ação programática: conjunto viável de Iniciativas, com o qual se pretende tratar/abordar, eficazmente, as causas críticas de uma situação-problema e, assim, provocar-lhes mudanças no sentido esperado, no médio e longo prazos;

VII - Iniciativa: processo que, combinando apropriadamente os recursos adequados, produz bens e serviços com os quais se procura tratar/abordar as causas críticas de uma situação-problema.

VIII - Produto: bem e/ou serviço oferecido pela organização implementadora diretamente para beneficiários da uma Iniciativa;

IX - Meta: quantidade de produto que se deseja atingir em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada, deve ser específica e quantificável física e/ou financeiramente.

Art. 6º A programação constante do PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro do Estado, das suas autarquias, fundações e empresas estatais, das operações de crédito internas e externas, dos convênios com a União, das transferências obrigatórias e, subsidiariamente, poderá apontar recursos de parcerias com municípios e com a iniciativa privada.

§ 1º Os valores financeiros previstos nesta Lei são referenciais e não se constituem limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais que dela advirão, cujos parâmetros são definidos nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias.

§ 2º Os valores financeiros previstos nesta Lei estão vinculados às ações que constituem os programas do PPA 2020-2023, sendo previstas também ações não orçamentárias, às quais não estão associados recursos de natureza financeira.

Art. 7º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2020-2023 se constituem em referências a serem observadas pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 8º A exclusão, alteração ou inclusão de programas temáticos no PPA 2020-2023 será realizada por meio de projeto de lei de revisão ou de lei específica até 30 (trinta) dias antes do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual.

§ 1º Considera-se alteração de programa:

I - a modificação do título, do objetivo temático ou das metas físicas para o quadriênio;

II - a inclusão e a exclusão de valores financeiros.

§ 2º O projeto de lei que dispuser sobre a inclusão de programa temático no PPA 2020-2023 explicitará, no mínimo, os seguintes elementos:

I - título, objetivo temático, contextualização, indicadores temáticos, valor financeiro global, ações programáticas, indicadores de resultado, iniciativas, produtos principais, metas físicas e valores financeiros por ação;

II - indicação dos recursos que financiarão o programa temático proposto.

§ 3º Quando se tratar de alteração ou exclusão de programa, o projeto de lei de revisão do PPA 2020-2023 conterá exposição das razões que motivam a proposta



Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar, mediante decreto, as informações gerenciais e os seguintes atributos de programa temático do PPA 2020-2023:

- I – contextualização do Programa Temático;
- II – justificativa de Ação Programática;
- III – indicador temático;
- IV – indicador de resultado;
- V – meta física, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;
- VI - órgão coordenador de ação programática;
- VII - órgão responsável por iniciativa;
- VIII – regionalização de meta física.

Parágrafo único. As modificações referidas nos incisos do caput devem ser divulgadas no sítio oficial da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 10 O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, no que couber, e da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

§ 1º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito sob a coordenação da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme o Decreto 54.536, de 25 de março de 2019, que instituiu a Rede de Planejamento e Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul.

§ 2º O relatório de acompanhamento da execução dos programas do PPA, de que trata o “caput” deste artigo, será enviado pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa do Estado concomitantemente com o projeto de lei das diretrizes orçamentárias.

§ 3º O relatório mencionado no § 2º também deverá atender ao disposto no art. 12 da Lei Complementar n.º 10.336, de 28 de dezembro de 1994, atualizada pela Lei Complementar nº 11.180, de 26 de junho de 1998.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo I

Programas Temáticos

Poder Executivo

Eixo Estado Sustentável

Programa: SUSTENTABILIDADE FISCAL E NOVAS PARCERIAS

Temático

Objetivo Temático: Promover e garantir a gestão sustentável dos recursos públicos, otimizando e qualificando a entrega de resultados para o cidadão, por meio da revisão de processos de trabalho, da busca pela qualidade do gasto, do combate à evasão e à sonegação fiscal, bem como da busca por alternativas inovadoras de parcerias e gestão de ativos.

Contextualização: O programa Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias tem como foco temático o equilíbrio das contas públicas estaduais. Em um momento de lenta recuperação econômica e consequente frustração de receitas, o combate ao persistente desequilíbrio fiscal do Rio Grande do Sul recebe uma nova dimensão, o que requer um conjunto amplo de medidas, tanto sob a ótica da despesa quanto da receita.

Esse diagnóstico é apontado, por exemplo, pelo indicador de poupança corrente, calculado como a razão entre a despesa corrente e a receita corrente ajustada (excluídos os recursos destinados ao FUNDEB). Em 2017, as despesas superaram as receitas em 1,9% acima da média do período 2015-2017 (1,5%), o que confere ao Estado a nota C. Em comparação com as demais unidades federativas, apenas Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais apresentaram pior resultado no último ano observado. Em termos de liquidez, o RS tem dificuldades em cumprir as obrigações financeiras em virtude de indisponibilidade em caixa. Em 2017, as obrigações superaram em seis vezes as disponibilidades.

Quanto à capacidade de o Estado arcar com suas despesas com base na receita tributária própria – ou seja, sem considerar as transferências da União – o indicador de receitas tributárias representa 72,10% da despesa total, considerando a média do período 2015-2017, com aumento de 66,57% (2015) para 72,10% (2017). Vale lembrar que esse indicador é similar ao utilizado pela Organização das Nações Unidas no acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Diante dessas restrições orçamentárias, sobram poucos recursos para o investimento público estadual, o qual representou apenas 2,0% das despesas médias do intervalo 2015-2017, porém com ligeiro aumento de 1,4% (2015) para 2,0% (2017). Esse resultado restringe a capacidade produtiva, a oferta de serviços públicos de qualidade e o crescimento de longo prazo do nosso Estado. Nesse sentido, ações que visem melhorar a sustentabilidade das contas públicas, para as gerações presentes e futuras, são imprescindíveis para devolver a capacidade de investimento e os recursos financeiros necessários para a melhoria dos serviços públicos.

Dessa forma, o programa temático Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias tem como objetivo: “promover e garantir a gestão sustentável dos recursos públicos, otimizando e qualificando a entrega de resultados para o cidadão, por meio da revisão de processos de trabalho, da busca pela qualidade do gasto, do combate à evasão e à sonegação fiscal, bem como da busca por alternativas inovadoras de parcerias e gestão de ativos”.

Para atender ao objetivo proposto, o Estado do Rio Grande do Sul adotou estratégias materializadas em nove ações programáticas, as quais visam melhorar a arrecadação, fortalecer o planejamento no uso dos recursos, captar recursos, atuar na cobrança de dívidas e na gestão de passivos, otimizar o gasto, atacar a falta de transparência das despesas, controlar a ação pública, aprimorar a eficiência das estatais, preservar os recursos públicos, melhorar a qualidade do serviço público e atuar na resolução dos contenciosos fiscais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
74.204.681.499	74.146.879.104	57.802.395	Indicador de liquidez	Índice	5,69	Negativa
			Indicador de poupança corrente	%	108,90	Negativa
			Percentual da despesa total financiada com receita tributária	%	64,60	Positiva
			Percentual de investimentos sobre a receita corrente líquida	%	4,60	Positiva
			Percentual dos gastos com investimento em relação à despesa total	%	2,92	Positiva
			Resultado primário em relação ao serviço da dívida	Índice	0,20	Positiva

MODERNIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, DA CONCILIAÇÃO, DA CONSULTORIA, DA PROBIDADE, DA RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E DA GESTÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES							
Órgão Coordenador:	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO						
Resultado Esperado:	Garantia da tutela jurídica, judicial e extrajudicial, das políticas públicas. Incremento da cobrança judicial da dívida ativa. Implantação de novas tecnologias de informação e de inteligência fiscal. Fortalecimento da sistemática de gestão para mitigar os riscos fiscais de passivos contingentes. Aperfeiçoamento do controle sobre a economia gerada pela atuação jurídica da PGE. Incremento de medidas que promovam a redução da litigiosidade, especialmente por meio da atuação conciliatória. Fortalecimento do Sistema de Advocacia de Estado, da advocacia preventiva e da atuação consultiva para viabilização de políticas públicas.						
Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado	
0	0	0	Atividade Jurídica Executada	Unidade	1.262.564	1.350.000	
			Processo judicial eletrônico novo	%	50,5	70	
			Valores arrecadados da Dívida Ativa	R\$/ano	264.766.187	483.042.290	
			Valores economizados com a atuação jurídica	R\$/ano	250.640.732	477.693.544	
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta	
Aparelhamento das soluções tecnológicas de apoio ao sistema de advocacia de estado	PGE	Atualmente, mais de 50% dos processos judiciais novos ingressam por meio eletrônico. Isso implica a necessidade de aparelhamento das soluções tecnológicas de apoio ao Sistema de Advocacia Estadual. Para tanto, por meio desta iniciativa busca-se viabilizar o aparelhamento das soluções tecnológicas para a integração das plataformas de processo judicial eletrônico e para possibilitar a adoção de soluções digitais inovadoras, a fim de melhorar a conectividade e a operação dos sistemas judiciais e de garantir a integridade e a segurança das informações jurídicas. Assim, essa ação irá beneficiar todo o Sistema de Advocacia Estadual e os cidadãos com maior agilidade e transparéncia em relação aos serviços prestados e às informações geradas. Isso contempla: a formulação de um modelo de governança e gestão de TI para orientar o desenvolvimento tecnológico e direcionar a transformação digital; a modernização da infraestrutura do parque tecnológico de apoio ao Sistema de Advocacia Estadual; a construção de integrações sistêmicas com as diversas plataformas de processo judicial eletrônico; a modernização do sistema de controle de processos judiciais, cuja tecnologia consta desatualizada; e, por fim, o desenvolvimento de interfaces e aplicativos para viabilizar o acesso de gestores públicos e de cidadãos às informações gerenciadas e aos serviços prestados pelo Sistema de Advocacia Estadual.	0	Aplicativo m-gov desenvolvido	%	100	
				Integração sistêmica desenvolvida	%	80	
				Modelo de governança e gestão de TI formulado	%	100	
				Parque tecnológico modernizado	%	100	
				Sistema de controle de processos judiciais modernizado	%	100	
Aprimoramento da atuação voltada para a redução dos gastos e proteção dos recursos públicos	PGE	Por meio da atuação jurídica da PGE, o RS economiza, em média R\$ 485 milhões por ano, com base em registros acompanhados nos últimos 5 anos. Com a implementação dessa iniciativa busca-se modernizar o controle de processos judiciais com a implantação de mecanismo de mensuração da economia gerada na atuação jurídica para potencializar a geração de economias, a fim de reduzir os gastos e proteger os recursos financeiros do Estado.	0	Mecanismo de mensuração da economia gerada pela atuação jurídica implantado	%	100	
Desenvolvimento de competências e aperfeiçoamento profissional	PGE	Promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes de Procuradores do Estado e servidores, de forma a qualificá-los e atualizá-los com técnicas modernas e inovadoras que confirmaram efetividade na execução de suas atividades institucionais.	0	Qualificação realizada	h	66	



Fortalecimento da gestão dos passivos contingentes	PGE	O RS possui uma carteira de passivos contingentes e consolidados, sob gestão da PGE, estimada em mais de R\$ 80 bilhões, da qual há cerca de R\$ 25 bilhões em passivos contingentes prováveis e mais de R\$ 15 bilhões em passivos consolidados. Com a implementação das ações associadas a essa iniciativa pode-se melhorar a efetividade de controle de passivos contingentes a fim de proteger os recursos financeiros do Estado. Esta iniciativa contempla: i) Implementar medidas que promovam a redução da litigiosidade; e ii) Aprimorar a gestão dos passivos contingentes e consolidados.	0	Gestão dos passivos contingentes e consolidados aprimorada	%	100
				Medida para a redução da litigiosidade implementada	unidade	4
Modernização da Infraestrutura de apoio ao sistema de advocacia de estado	PGE	A Modernização da infraestrutura visa atender a interesse público do Estado do Rio Grande do Sul, porquanto irá proporcionar um espaço físico adequado para a Procuradoria-Geral do Estado executar com eficiência sua missão constitucional de viabilizar a orientação jurídica para implantação das políticas públicas, representação e defesa do interesse público no âmbito judicial e extrajudicial, liberando espaço ocupado pela Instituição para utilização de outras Secretarias de Estado que hoje pagam aluguel, gerando assim economia para o Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, objetiva-se empreender a construção da Sede Administrativa da PGE, cujo projeto executivo já está elaborado e aprovado, aguardando os procedimentos de contratação e a execução física da edificação.	0	Obra Executada	%	100
Recupera + R\$: Modernização do procedimento de recuperação de ativos e implantação de novas tecnologias de inteligência fiscal	PGE	O RS possui uma carteira de créditos inscritos em dívida ativa, sob gestão da PGE, que perfaz a soma de quase R\$ 40 bilhões. O indicador de cobrança da dívida ativa da PGE aponta que, em média, nos últimos 5 anos, foram recuperados R\$ 440 milhões por ano. Com a implementação das ações associadas a essa iniciativa pode-se melhorar essa capacidade de cobrança por meio da modernização de procedimentos. A iniciativa contempla as seguintes ações: i) Identificar a composição desse estoque de créditos inscritos ou não inscritos em dívida ativa; ii) Inovar as regras de pagamento de dívidas (penhora de faturamento, parcelamentos, uso de precatórios, alternativas negociais); iii) Evoluir o procedimento de arrecadação de receitas decorrentes dos créditos inscritos ou não inscritos em dívida ativa; iv) Estabelecer uma política institucional de recuperação de créditos e fortalecer a integração PGE/Receita Estadual; v) Modernizar os sistemas informatizados utilizados; vi) implantar tecnologias de inteligência fiscal.	0	Conjunto de regras de negociação e de pagamento de créditos modernizado	%	100
				Estoque de crédito judicial mapeado e avaliado	%	100
				Modelo de gestão dos créditos e procedimentos de arrecadação modernizado	%	100
				Política institucional de gestão de créditos instituída	%	100
				Sistema informatizado de cobrança judicial modernizado	%	100
				Tecnologia de inteligência fiscal implantada	%	100

Ação Programática: RS ATIVOS							
Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado	
76.783.510	27.020.114	49.763.396	Receita oriunda da alienação de imóveis inservíveis	R\$ (milhão)	5	60	
			Receita oriunda da compensação de dívidas	R\$ (milhão)	Não apurado	200	
			Receita oriunda de empreendimentos viabilizados por permuta por área construída	R\$ (milhão)	75,14	140	
			Taxa de execução do PRODOC SEPLAG/PNUD	%	5	100	
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta	
 Aprimoramento da governança e da eficiência das estatais	SEPLAG	Aprimoramento da governança e da eficiência das empresas estatais. Elaboração de relatório de acompanhamento econômico-financeiro e de Governança Corporativa. Disponibilização de informações por meio de portal.	0	Portal de informações sobre as Estatais implementado	unidade	1	
 Centro Integrado da Agricultura	SEAPDR	Construção de estrutura para abrigar a sede do Centro Integrado da Agricultura, através de permuta, unindo em um só local os recursos humanos e os serviços prestados pela SEAPDR em Porto Alegre.	200.000	Centro Integrado da Agricultura construído	%	100	
 Construção e reforma de prédios públicos	SEPLAG	Construção e reforma de prédios públicos. Recuperação e preservação dos prédios da Governadoria. Reestruturação, reforma e ampliação do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).	47.083.120	Prédio restaurado	m2	50.000	
 Implementação de novos modelos de negócio para a gestão patrimonial	SEPLAG	Regulamentação das modalidades de alienação de imóveis, implantação de Programa de permutas de imóveis por área construída – Sistema Prisional e Centros Administrativos Regionais (CAR), e estruturação de fundo de investimento imobiliário.	2.680.276	Fundo implementado	unidade	1	
 Otimização e racionalização do patrimônio do Estado	SEPLAG	Regularização registral de imóveis urbanos e rurais. Alienação de bens móveis e imóveis inservíveis. Remodelagem do sistema de transportes de serviço administrativo (central única e aplicativo). Ações para incrementar a receita patrimonial (faixas marginais, ilhas, entre outras).	26.401.751	Imóvel regularizado	unidade	1.000	
				Sistema remodelado	unidade	1	
 Simplificação e desburocratização da gestão dos ativos	SEPLAG	Mapeamento e revisão dos processos de gestão de ativos. Depuração, integração e desenvolvimento de novas funcionalidades por meio da implantação do patrimônio digital.	418.363	Sistema integrado	unidade	1	

Ação Programática: GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA FAZENDA**Resultado Esperado:** Garantia de atendimento e pagamento de inativos e pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da gestão dos recursos previdênciários.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
74.030.957.898	74.022.957.899	7.999.999	PAGAMENTO INTEGRAL DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$	1.302.637.994	1.470.000.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Gestão de aposentadoria e pensões do Poder Executivo	IPEPREVI	Custeio dos benefícios previdênciários aos inativos e pensionistas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.	65.862.042.614	Inativo FUNDOPREV Poder Executivo atendido	unidade	18
				Inativo Poder Executivo Regime Simples atendido	unidade	162.972
				Pensionista FUNDOPREV Poder Executivo atendido	unidade	59
				Pensionista Poder Executivo Regime Simples atendido	unidade	42.505
Gestão de Pensões dos Outros Poderes e Órgãos Autônomos	IPEPREVI	Custeio dos benefícios previdênciários dos pensionistas dos Outros Poderes e dos Órgãos autônomos relativo aos Regimes de Repartição Simples e Capitalizado.	1.641.519.710	Pensionista FUNDOPREV dos Outros Poderes atendido	unidade	1
				Pensionista Regime Simples dos Outros Poderes atendido	unidade	4
Pagamento de Aposentadorias - Poder Legislativo	AL	Pagamento de Aposentadorias - Poder Legislativo	871.125.469	Inativo FUNDOPREV Assembleia atendido	unidade	1
				Inativo Regime Simples Assembleia atendido	unidade	722
Pagamento de Aposentadorias - Defensoria Pública	DEFPUB	Pagamento de Aposentadorias - Defensoria Pública	368.512.933	Inativo FUNDOPREV Defensoria Pública atendido	unidade	2
				Inativo Regime Simples Defensoria Pública atendido	unidade	34
Pagamento de Aposentadorias - Ministério Público	MP	Pagamento de Aposentadorias - Ministério Público	631.489.603	Inativo FUNDOPREV - MP atendido	unidade	4
				Inativo Regime Simples - MP atendido	unidade	216
Pagamento de Aposentadorias - Tribunal de Contas	TCE	Pagamento de Aposentadorias - Tribunal de Contas	1.041.175.642	Inativo FUNDOPREV Tribunal de Contas atendido	unidade	3
				Inativo Regime Simples Tribunal de Contas atendido	unidade	140
Pagamento de Aposentadorias - Tribunal de Justiça	TJ	Pagamento de Aposentadorias - Tribunal de Justiça	3.567.703.933	Inativo FUNDOPREV Tribunal de Justiça atendido	unidade	23
				Inativo Regime Simples Tribunal de Justiça atendido	unidade	6.485
Pagamento de Aposentadorias - Tribunal de Justiça Militar	JME	Pagamento de Aposentadorias - Tribunal de Justiça Militar	36.928.927	Inativo Regime Simples Tribunal de Justiça Militar atendido	unidade	56

Pro Gestão RPPS-RS	IPEPREVI	Qualificação da gestão única do RPPS/RS; aperfeiçoamento da capacidade de investimento para obtenção do aumento do retorno; estruturação dos processos institucionais, proporcionando ao gestor uma visão abrangente através da melhoria na organização das atividades e processos, incluindo a qualificação Sistema de Compensação Previdenciária junto ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS e também os Regimes Próprios de Previdência Social de outros Entes da Federação; redução de custos e do retrabalho implementando o Processo Eletrônico Administrativo Previdenciário - PEA visando dar transparéncia e facilidade de acesso à informação; perpetuação de boas práticas, pela padronização, através da melhoria dos processos, bem como proporcionar o reconhecimento da Instituição no mercado onde atua, reduzindo o tempo de tramitação dos processos de aposentadoria; melhoria e adequação do espaço disponível para atendimento ao público, bem como sua locomoção, deslocamento e acessibilidade dentro do prédio.	10.459.067	Aposentação Unificada no IPE Prev implementada Censo de Ativos, Inativos, Pensionistas e dependentes atualizado COMPREV efetivado Espaço de Atendimento - Edifício Sede - qualificado Sistema de Controle de Arrecadação aprimorado	% % unidade % unidade	100 100 1 100 1
Processo Eletrônico Administrativo Previdenciário - PEA	IPEPREVI	Implantar o Processo Eletrônico Administrativo Previdenciário (PEA) para a concessão, renovação e restabelecimento de pensão por morte, com celeridade, segurança e veracidade.	0	Processo Eletrônico Administrativo Previdenciário - PEA implementado	%	100

Ação Programática: SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA FAZENDA**Resultado Esperado:** Adoção de medidas de contenção fiscal e otimização do gasto público, visando ao equilíbrio fiscal no longo prazo.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Resultado Primário	R\$ (milhão)	257,8	459,6

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Adesão ao Regime de Recuperação Fiscal	SEFAZ	O Regime de Recuperação Fiscal visa uma renegociação da dívida pública com a União para que o Estado ganhe um fôlego financeiro para cumprir com suas obrigações, além de possibilitar novas operações de crédito.	0	Acordo com a União assinado	unidade	1
 Programa de Qualidade do Gasto	SEFAZ	O programa de qualidade do gasto tem o objetivo de reduzir o custo de aquisição de produtos e serviços pela Administração Pública Estadual; monitorar e acompanhar as despesas por meio da sistematização do modelo de gestão do gasto público, com o objetivo de reduzir o desperdício e aumentar a eficiência; reestruturar processos de trabalho.	0	Economia global acumulada	R\$	949.400.000

Ação Programática: RS PARCERIAS							
Órgão Coordenador:	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA						
Resultado Esperado:	Qualificação da prestação de serviços e adequação da infraestrutura às necessidades atuais e futuras do Estado, por meio da captação de recursos privados para investimento, operação e manutenção.						
Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado	
994.000	970.000	24.000	Número de parcerias modeladas	Unidade	4		8
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta	
 Desenvolvimento de negócios e parcerias	SGGE	Institucionalização de normas e padrões para definição de projetos com capacidade para parcerias e captação de recursos para modelagens de projetos que contribuam para o desenvolvimento do Estado.	994.000	Contrato com terceiro setor assinado Edital de licitação publicado Estudo de pré-viabilidade concluído Modelagem de concessão elaborada Modelagem de parceria público privada elaborada	unidade unidade unidade unidade unidade	2 4 6 3 1	
 Qualificação e reestruturação do Parque Estadual da Guarita (Torres-RS)	SEDETUR	Elaboração e execução de um plano de qualificação da infraestrutura, da acessibilidade e do Bem Receber, modernização dos equipamentos e ampliação da oferta de atividades e serviços aos visitantes, por meio de parceria público-privada, incluindo investimentos em inovação tecnológica.	0	Parque reestruturado	unidade		1
 Realização de estudos para formatação jurídica de alternativas inovadoras de parcerias e gestão de ativos para o aperfeiçoamento dos serviços públicos	PGE	Realização de estudos para a formatação jurídica de alternativas inovadoras de parcerias e gestão de ativos para o aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados à sociedade pela Administração Pública Estadual com segurança, eficiência e economia. Para conferir maior agilidade e assertividade no suporte jurídico prestado pela PGE, será configurado e implantado um Núcleo focado na viabilização jurídica de novas parcerias e modelos de gestão de serviços públicos.	0	Núcleo de viabilização jurídica de novas parcerias e modelos de gestão de serviços públicos implantado	unidade		1

Ação Programática: MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA FAZENDA**Resultado Esperado:** Proteção e otimização do uso dos recursos públicos, por meio da modernização do sistema de controle interno e do aperfeiçoamento da transparência, com estímulo ao controle social.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Percentual de recursos públicos monitorados de forma automatizada	%	Não apurado	70

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Implantação da Lei Anticorrupção Estadual	SEFAZ	Implementação da avaliação e a certificação dos Programas de Integridade e o Processo Administrativo de Responsabilização previsto na Lei Anticorrupção estadual, fortalecendo a prevenção e o combate à corrupção.	0	Processo de Responsabilização julgado no prazo legal	%	100
Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria - MINA	SEFAZ	Estruturação de solução que, através de técnicas de Ciência de Dados (cruzamento de dados, mineração de dados, análise preditiva de dados e machine learning, dentre outras), atue como uma espécie de "malha fina" dos recursos públicos estaduais, encontrando inconsistências e indícios de irregularidades de forma proativa e automatizada, direcionando a intervenção da CAGE e otimizando os trabalhos de auditoria.	0	Recurso público monitorado de forma automatizada	%	70
 Portal da Transparência Unificado	SEFAZ	Reformulação do Portal da Transparência, para que atenda requisitos de usabilidade, acessibilidade e responsividade, com adequação da linguagem aos diversos públicos, unificando informações de todos os órgãos do Poder Executivo e utilizando ferramentas de inteligência artificial para melhorar a experiência do usuário.	0	Portal da Transparência Unificado disponibilizado	unidade	1

Ação Programática: RECEITA DIGITAL 2030**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA FAZENDA**Resultado Esperado:** Qualificação dos processos de tributação e fiscalização da Receita Estadual, com vistas à arrecadação eficiente e a cobrança simplificada para o cidadão.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
89.716.091	89.716.091	0	Acréscimo na arrecadação com Impostos	R\$ (milhão)	38.523	43.757

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Fiscalização Especializada	SEFAZ	Redesenho do processo de fiscalização, priorizando a prevenção, a especialização, o monitoramento próximo ao fato gerador, com uma organização em nível estadual e a gestão de riscos. O novo Modelo de Fiscalização Especializada terá como foco o cumprimento voluntário das obrigações pelo contribuinte, por meio de ações preventivas e repressivas. Para operar essa mudança, será necessário realizar a reestruturação administrativa dos processos de fiscalização, com a criação de estruturas especializadas na Receita Estadual e centralização de atividades de acompanhamento.	0	Monitoramento especializado realizado.	%	100
Gestão das Desonerações Fiscais	SEFAZ	Implantação de processo de Gestão de Desonerações Fiscais para qualificar o assessoramento na política tributária de renúncia fiscal e o monitoramento dos efeitos socioeconômicos e financeiros das desonerações concedidas, com proposta de revisão periódica da legislação. O processo será apoiado pelo sistema DEFIS (DEsonerações FIScais) em todo o ciclo, da concessão ao controle e revisão. Os dois painéis de acompanhamento serão para o monitoramento de conformidade (validações e travas na GIA, EFD) e para o acompanhamento dos efeitos econômico-fiscais e sociais (por setor/beneficiários) das desonerações fiscais.	0	Demonstrativo de desonerações publicado	unidade	1
Nota Fiscal Gaúcha - Educação	SEDUC	A iniciativa tem como finalidade repassar recursos para entidades beneficiadas pelo Nota Fiscal Gaúcha - Educação	22.916.091	Recurso repassado para entidade beneficiada pela Nota Fiscal Gaúcha	%	100
Nota Fiscal Gaúcha - Saúde	SES	A iniciativa tem como finalidade repassar recursos para entidades beneficiadas pelo Nota Fiscal Gaúcha - Saúde	24.000.000	Recurso repassado para entidade beneficiada pela Nota Fiscal Gaúcha	%	100
Nota Fiscal Gaúcha - SEFAZ	SEFAZ	Coordenar um conjunto de ações realizadas pela Secretaria da Fazenda que incluem incentivo à exigência por parte do cidadão da emissão de documento fiscal em suas aquisições e inclusão de seu CPF com a possibilidade de participação em sorteios de prêmios e de repasse de recursos públicos às entidades sociais participantes, de acordo com a indicação dos cidadãos, outorgando visibilidade concreta aos recursos originados na arrecadação tributária.	22.800.000	Sorteio mensal do NFG realizado	unidade	48
Nota Fiscal Gaúcha - Trabalho e Assistência Social	STAS	A iniciativa tem como finalidade repassar recursos para entidades beneficiadas pelo Nota Fiscal Gaúcha - Trabalho e Assistência Social.	20.000.000	Recurso repassado para entidade beneficiada pela Nota Fiscal Gaúcha	%	100

Nova Política de Relacionamento com o Cidadão	SEFAZ	Estabelecimento de nova política de relacionamento com o contribuinte com foco no diálogo, na facilitação do cumprimento de obrigações e na antecipação de problemas. Para ampliar o diálogo com o contribuinte, a política operará novos canais alternativos de autatendimento eletrônico, da adoção de callcenter, bem como buscará monitorar, solucionar e publicar um conjunto de dúvidas e problemas mais comuns com as respectivas soluções nos canais da Receita Estadual, tanto por meio do uso de Inteligência Artificial, quanto por meio de uma lista de Perguntas mais Frequentes (FAQ). Por sua vez, tendo em vista facilitar o cumprimento das obrigações tributárias, as atividades de atendimento serão centralizadas, visando à especialização, à simplificação dos processos e à padronização do serviço, otimizando e racionalizando recursos. Serão, ainda, disponibilizados novos serviços no DTE (Domicílio Tributário Eletrônico) do contribuinte na Internet. Por fim, em busca de eficiência, o cadastro terá atualizações automáticas, sem a necessidade de solicitação do contribuinte, por meio da REDESIM (Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios).	0	Novo Portal de Serviços implementado	unidade	1
				Novo serviço disponibilizado da Internet	unidade	1

Ação Programática: PLANEJAMENTO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**Resultado Esperado:** Fortalecimento e integração do planejamento das ações governamentais, bem como da captação de recursos técnicos e financeiros, para a qualificação do serviço público.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Taxa média de atingimento da meta física dos produtos do PPA	%	31	60

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio aos Municípios para Captação de Recursos	SAAM	Apoiar os Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, orientando-as para obtenção de recursos técnicos e financeiros junto às entidades estaduais, federais e internacionais.	0	Município apoiado	unidade	80
 Fortalecimento da captação de recursos técnicos e financeiros	SEPLAG	Mapeamento de novas fontes de financiamento, normatização de sistema de captação de recursos, divulgação de projetos financiados, análise de viabilidade econômico-financeira de projetos, implementação de Banco Integrado de Projetos Públicos (BIPP-RS).	0	Banco de projetos públicos implementado	unidade	1
 Fortalecimento dos instrumentos de planejamento	SEPLAG	Novas metodologias de planejamento. Implementação de novas ferramentas de gestão da informação.	0	Plataforma de gestão de informações gerenciais implementada	unidade	1

Ação Programática: MODERNIZAÇÃO FISCAL - PROFISCO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA FAZENDA**Resultado Esperado:** Aperfeiçoamento da gestão e da transparência fiscal do Estado, por meio da modernização dos processos financeiros, tributários e de resolução dos contenciosos fiscais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
6.230.000	6.215.000	15.000	Valor da Arrecadação do ICMS	R\$ (milhão)	34.804	38.110

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Profisco - PGE	PGE	Programa de Modernização dos Fiscos Estaduais, com o objetivo de implementar ações nas áreas de gestão fazendária, transparência, administração financeira e tributária, contencioso fiscal e gasto público, visando aprimorar e simplificar os serviços prestados pelas fazendas estaduais, otimizar o uso e o controle dos gastos públicos, bem como ampliar as receitas com tributos.	30.000	Profisco executado	%	50
Profisco - SEFAZ	SEFAZ	Programa de Modernização dos Fiscos Estaduais, com objetivo de implementar ações nas áreas de gestão fazendária, transparência, administração financeira e tributária, contencioso fiscal e gasto público, visando aprimorar e simplificar os serviços prestados pelas fazendas estaduais, otimizar o uso e o controle dos gastos públicos, bem como ampliar as receitas com tributos.	6.200.000	Profisco executado	%	50

Eixo Governança e Gestão

Programa: GOVERNO 4.0

Temático

Objetivo Temático: Entregar respostas ágeis e efetivas às demandas do cidadão e otimizar a prestação de serviços e de informações de maneira simples, clara e transparente, por meio do alinhamento estratégico entre níveis de governo, do desenvolvimento de soluções digitais intuitivas e do atendimento por servidores qualificados.

Contextualização: O programa temático Governo 4.0 tem como tema de concentração a qualificação da gestão pública para entregar aos cidadãos gaúchos serviços públicos modernos, ágeis e transparentes. A nova economia exige maior agilidade e transparência na prestação de serviços, e as novas tecnologias digitais apresentam-se como ferramentas fundamentais para ampliar a qualidade e o alcance dos serviços públicos prestados, bem como a competitividade do Estado do Rio Grande do Sul.

No Ranking de Competitividade dos Estados, o Rio Grande do Sul ocupou a quinta colocação em 2018, ao receber 60,4 pontos, atrás de São Paulo (89,1), Santa Catarina (76,6), Distrito Federal (73,6) e Paraná (69,8). Esse ranking é calculado com base em 68 indicadores e em 10 pilares estratégicos para o desenvolvimento, a citar: capital humano, educação, eficiência da máquina pública, infraestrutura, inovação, potencial de mercado, segurança pública, solidez fiscal, sustentabilidade social e sustentabilidade ambiental. No que diz respeito especificamente à eficiência da máquina pública, o RS desonta em primeiro lugar no indicador relacionado à transparência.

Na Escala Brasil Transparente (EBT), da Controladoria-Geral da União, porém, o Rio Grande do Sul ocupou a sexta colocação no ranking nacional em dados de 2018, o que evidencia espaço para o aperfeiçoamento desse quesito no Estado. A EBT avalia o acesso à informação pública tanto do ponto de vista da transparência pública passiva (por exemplo, a existência de canais de atendimento ao cidadão), quanto da transparência ativa, a qual envolve a publicação de informações em portais na internet, relativas às receitas e despesas, licitações e contratos, estrutura administrativa, servidores públicos, acompanhamento de obras públicas e outras.

Além da transparência, outro pilar fundamental da modernização da gestão pública envolve a progressiva prestação de serviços públicos digitais de maneira integrada, simples e orientada às necessidades do cidadão. Essa é a diretriz presente na Estratégia de Transformação Digital (E-Digital), lançada em 2018 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), em articulação com outras instituições e representantes da sociedade brasileira (Decreto nº 9.319/2018).

Diante disso, o programa temático Governo 4.0 tem o objetivo: “entregar respostas ágeis e efetivas às demandas do cidadão e otimizar a prestação de serviços e de informações de maneira simples, clara e transparente, por meio do alinhamento estratégico entre níveis de governo, do desenvolvimento de soluções digitais intuitivas e do atendimento por servidores qualificados”. Para isso, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul propõe oito ações programáticas, voltadas a promover o alinhamento estratégico e a integridade das instâncias de ação e decisão; prover dados e informações para a tomada de decisão e inovar nas plataformas de comunicação pública; oferecer serviços digitais mais ágeis, convenientes e simples; qualificar o atendimento ao público por meio do cuidado e do desenvolvimento do servidor; ampliar a eficiência de projetos, obras e compras públicas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
10.225.505,099	10.222.757,099	2.748.000	Escala Brasil Transparente	Ponto	9,32	Positiva
			Pontuação no Ranking de Competitividade dos Estados	Ponto	60,40	Positiva

Ação Programática: RS PESSOAS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Resultado Esperado: Qualificação da prestação dos serviços públicos e do atendimento aos usuários, por meio da promoção da saúde e da segurança do servidor e da implantação da gestão por competências, com foco no desenvolvimento e treinamento, na avaliação de desempenho, no recrutamento de lideranças e no adequado dimensionamento da força de trabalho. Fortalecimento da atuação em matéria de probidade administrativa e disciplinar e implementação de ações de ética e conformidade no serviço público.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
9.777.675.131	9.777.675.131	0	Número de servidores estaduais capacitados	Unidade	217	24.000
			Percentual de processos de RH automatizados	%	Não apurado	100
			Tempo médio de análise das demandas de Licença Saúde via PDI	Dia	Não apurado	15
			Tempo médio de tramitação do Processo Administrativo Disciplinar	Dias	732	670
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Gestão da Saúde do Servidor Público	IPESAUDE	Prevenir e recuperar a saúde dos servidores públicos estaduais e de seus dependentes, e de outros servidores de entes conveniados, através da oferta de plano de saúde que disponibilize consultas, exames e internações, bem como qualificar a infraestrutura e a gestão do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul. Desenvolver plataforma digital p/ migração dos serviços prestados presencial (inclusão de dependentes, substituição carteiras, etc) por Internet e App.	9.776.838.406	Atendimento prestado	unidade	15.000.000
 Implantação de ações de Promoção à Saúde e à Segurança do Servidor	SEPLAG	Atuação pró-ativa do PROSER da área de Segurança do Trabalho nos órgãos do Estado. Elaboração do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), do PCMSO (Programa de Controle Médio de Saúde Ocupacional), e do LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho).	0	Local vistoriado pelo engenheiro do trabalho	unidade	240
Implementação de programas de ética e conformidade no serviço público	PGE	O Estado necessita entregar respostas ágeis e efetivas às demandas do cidadão de acordo com os princípios éticos que regem a Administração Pública Estadual e em conformidade com os mecanismos de controle da conformidade previstos na legislação, nos regulamentos e nos procedimentos vigentes. Portanto, esta iniciativa contempla a implementação de programa de ética e conformidade, no âmbito do Sistema de Advocacia do Estado.	0	Programa de ética e conformidade implementado	%	100
 Modernização da gestão de pessoas	SEPLAG	Desenvolvimento de mapeamento de processos de trabalho e competências necessárias por cargo, definição da trilha de capacitação adequada às atividades, estruturação da Escola de Governo, implantação de sistema de avaliação de servidores, qualificação dos processos de recrutamento e seleção e dimensionamento da força de trabalho.	836.725	Escola de Governo estruturada	unidade	1
				Rede Gestão de Pessoas implantada	unidade	1
				Servidor avaliado	unidade	4.000
Modernização da perícia médica	SEPLAG	Recebimento das demandas junto à perícia médica médica via sistema PDI (pasta digital).	0	Demandas de licença saúde via PDI	%	100

Modernização da política e da legislação dos quadros de pessoal	PGE	O Estado necessita entregar respostas ágeis e efetivas às demandas do cidadão e, para isso, é imprescindível o aperfeiçoamento do atendimento prestado pelos servidores. No entanto, a desatualização da legislação e dos quadros de pessoal desfavorece a agilidade e a efetividade. Desse modo, essa iniciativa contempla a modernização da política e legislação dos quadros de pessoal.	0	Estudo para modernização da política e legislação dos quadros de pessoal realizado	unidade	2
---	-----	---	---	--	---------	---

Ação Programática: LICITA TRI LEGAL

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Resultado Esperado: Sustentabilidade das compras públicas, por meio da otimização de processo e capacidades organizacionais, tendo em vista a legalidade, a agilidade e a eficiência.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
3.346.902	3.346.902	0	Percentual de contratos administrativos de processos de compras realizado através do Sistema de Gestão de Contratos Públicos	%	Não apurado	100
			Percentual de itens, serviços e obras analisados em critérios de sustentabilidade	%	2	100
			Percentual de processos de serviços e obras realizados através do Sistema de Gestão de Compras	%	5	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Otimização das compras públicas	SEPLAG	Aprimoramento do processo de compras públicas, por meio da implementação de soluções digitais e da instituição de calendário de compras. Precificação das aquisições públicas com dados da nota fiscal eletrônica. Desburocratização e qualificação da relação Estado-fornecedor nas compras e contratações públicas.	3.346.902	Aquisição pública passível de precificação valorada com dados da nota fiscal eletrônica	%	100
Sustentabilidade nas compras públicas	SEPLAG	Realização de compras públicas com ênfase na sustentabilidade. Instituição de catálogo de itens sustentáveis.	0	Calendário de compras instituído	%	100
				Compra e contratação pública consolidada no sistema GCE	%	100
				Relação Estado-fornecedor nas compras e contratações públicas desburocratizada e qualificada	%	100
				Catálogo de itens sustentáveis estabelecido	%	100
				Sustentabilidade priorizada nas compras e contratações públicas	%	100



Ação Programática: RS ANALÍTICA**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**Resultado Esperado:** Ampliação do acesso ao conhecimento sobre a ação governamental e a realidade socioeconômica do estado, a partir da coleta, do registro e da produção de dados e informações e sua difusão por meio da publicação de estudos, pesquisas, avaliações e visualizações, qualificando a tomada de decisão de agentes públicos e privados.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
9.818.972	9.818.972	0	Número de acessos ao Geoportal	Unidade	1.740	11.000
			Número de indicadores produzidos	Unidade	0	5
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Aperfeiçoamento da formulação e da avaliação de políticas públicas	SEPLAG	Realização de estudos quantitativos e qualitativos de avaliação de políticas públicas.	0	Avaliação de política pública realizada	unidade	12
 Aperfeiçoamento da Gestão da Informação	SEPLAG	Fortalecimento da Gestão da Informação para tomada de decisão, implementação de arquitetura digital e elaboração de modelo de uso de ciência de dados.	1.870.081	Sistema mantido/atualizado	%	100
 Atualização dos Bancos de Dados Socioeconômicos	SEPLAG	Reestruturação e adequação dos bancos de dados socioeconômicos do Rio Grande do Sul existentes.	0	Banco de Dados Socioeconômicos atualizado	unidade	1
 Estudos aplicados	SEPLAG	Realização de estudos, diagnósticos e pesquisas aplicados, produção de indicadores.	0	Estudo divulgado	unidade	81
 Gerenciamento de Limites municipais	SEPLAG	Atendimento a solicitações provenientes de gestores municipais, de cidadãos e demandas do poder judiciário relativas a dúvidas de limites entre municípios, valor de áreas territoriais, localização de propriedades, entre outros. Atuação junto à Comissão de Assuntos Municipais da ALERGS, para análise de processos de correções de limites, e encaminhamento à SEFAZ dos dados utilizados no cálculo do retorno de ICMS aos municípios. Atualização sistemática da base cartográfica oficial de limites municipais.	0	Análise de limite municipal realizada	unidade	40
Gestão documental	SEPLAG	Efetivação da gestão documental no Poder Executivo Estadual, criando estratégias e procedimentos para garantir o adequado tratamento documental desde sua produção até a sua destinação final. Prestação, sob demanda, de orientações aos órgãos do Poder Executivo Estadual, quanto à utilização do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ-RS). Digitalização e disponibilização de documentos da SEPLAG.	0	Acervo da SEPLAG digitalizado	%	100
				Documento Acervo APERGS digitalizado	unidade	40.000
				Órgão orientado por demanda	unidade	100
 Implantação de práticas inovadoras de gestão	SEPLAG	Estabelecimento de cooperações técnicas para desenvolvimento de melhores práticas e inovação na gestão pública.	4.183.627	Cooperação técnica celebrada	%	100
 Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE)	SEPLAG	Ampliação do número de parceiros para compartilhamento de dados espaciais e adequação do geoportal às novas necessidades. Ampliação do número de Regiões Funcionais da base cartográfica digital contínua na escala 1:25.000, conforme previsto no Termo de Cooperação firmado com o Exército Brasileiro.	3.765.264	Base elaborada	km2	63.670
				Geoportal ampliado	unidade	1

Ação Programática: RS DIGITAL							
Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado	
288.049.948	288.025.948	24.000	Número de acessos ao Portal Tudo Fácil por semestre	Unidade	2.000.000	2.600.000	
			Percentual de serviços digitais conclusivos disponibilizados pela plataforma de serviços	%	11	100	
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta	
Adequação dos Sistemas existentes e desenvolvimento de novas funcionalidades	PROCERGS	Adequar os sistemas existentes e desenvolver novas funcionalidades, decorrentes do redesenho dos processos, eliminar duplicidades, aumentar conectividade, a capilaridade e a Inclusão Digital. A iniciativa envolve diversos órgãos do Estado (SGGE, SEPLAG, CC, além do órgão diretamente responsável por cada um dos processos envolvidos).	28.000.000	Sistema adequado/desenvolvido	%	100	
 Ampliação da InfoViaRS	PROCERGS	Incorporação de novas tecnologias, ampliação e qualificação da infraestrutura de conectividade com uma rede de alta velocidade e disponibilidade, abrangendo o máximo de municípios e aperfeiçoando a prestação de serviços do Estado, envolvendo serviços de transmissão de voz, dados e imagens. Envolve parceria/articulação com diversos órgãos do Estado e aporte de capital para os investimentos que vierem a ser aprovados. De acordo com o resultado de consultoria internacional sobre os serviços de rede do Estado, os investimentos ocorrerão em redes próprias nas cidades com maior densidade de edificações de órgãos do Estado. Serão atendidas 48 cidades abrangendo 1.095 edificações.	26.000.000	Rede de Comunicação de alta velocidade disponibilizada em todo o Estado	%	100	
 Ampliação do Tudo Fácil RS	SJCDH	Ampliação, qualificação e modernização dos serviços e espaços do Tudo Fácil.	10.800.000	Público atendido digitalmente - Aplicativo	unidade	3.200.000	
				Público atendido presencialmente	unidade	240.000	
				Serviço disponibilizado	unidade	60	
 Disponibilização do Governo na palma da mão de todo cidadão	SGGE	Transformação da experiência no relacionamento do cidadão com o Estado por meio da transformação digital. Identificação, priorização e digitalização dos serviços mais acessados pelo cidadão, de forma a aumentar os padrões de nível de serviço, melhorar as interações com os cidadãos e aumentar a eficiência.	684.000	Arquitetura digital implementada	%	100	
				Carta de serviços do estado atualizada	%	100	
				Serviço com identificação digital única implementado	%	100	
				Serviço constante na carta de serviços digitalizado	%	100	
Mapeamento, redesenho e informatização dos processos na perspectiva do cidadão	PROCERGS	Os serviços ofertados ao cidadão devem estar informatizados e oferecer agilidade, simplicidade e conveniência, explorando o potencial dos canais digitais e fornecendo uma melhor experiência no uso. A iniciativa envolve diversos órgãos do Estado (SGGE, SEPLAG, CC, além do órgão diretamente responsável por cada um dos processos envolvidos). O redesenho dos processos deve anteceder as iniciativas de informatização.	28.000.000	APP plataforma de serviço disponibilizado	%	100	
				Processo informatizado ao cidadão	%	100	

Modernização do Data Center da PROCERGS	PROCERGS	Compreende a permanente modernização da infraestrutura e inclui a ampliação da capacidade de armazenamento de dados e a permanente modernização do ambiente de servidores	32.000.000	Capacidade de armazenamento ampliada Parque de servidores atualizado	terabyte %	2.000 70
Prestação dos Serviços de TIC para o Setor Público	PROCERGS	Inclui os serviços de TIC prestados aos órgãos do Estado de modo a suportar o atendimento aos processos de missão crítica do Estado	134.565.948	Transação disponibilizada	unidade	97.538
Redesenho dos processos internos	PROCERGS	Redesenhar os processos internos com vistas à ampla informatização e com a perspectiva de eliminação de atividades repetitivas, com burocracia desnecessária e que não agregam valor. A iniciativa envolve diversos órgãos do Estado (SGGE, SEPLAG, CC, além do órgão diretamente responsável por cada um dos processos envolvidos).	28.000.000	Processo Transversal integrado e informatizado	%	100

Ação Programática: SISTEMA DE GOVERNANÇA 4.0**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**Resultado Esperado:** Consolidação de um sistema de governança único, que sirva ao alinhamento, à orientação, ao diálogo e a comunicação das prioridades de decisão, ação e de desenvolvimento de projetos estratégicos ao estado, aperfeiçoando a capacidade de resposta, a prestação de contas, a transparência e a entrega de resultados para o cidadão.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
2.799.365	2.775.365	24.000	Percentual de atingimento de metas pactuadas no Acordo de Resultados	%	53	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio ao desenvolvimento de projetos	EDP	Apoio aos órgãos da Administração Pública Estadual no desenvolvimento de projetos, programas e portfólios, por meio da utilização de ferramentas e modernas técnicas de projetos e processos, disponíveis na Autarquia, além da realização de parcerias com instituições públicas e privadas. A iniciativa visa garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis de Governo com a finalidade de contribuir para a modernização e para melhoria da eficiência do Estado do Rio Grande do Sul.	690.000	Projeto estratégico prioritário desenvolvido	%	100
Apoio ao gerenciamento de projetos	EDP	Auxílio aos órgãos da Administração Pública Estadual para o gerenciamento de projetos através da unidade de entrega onde o EDP poderá apenas apoiar como também fazer a co-gestão na execução e gerenciamento micro do projeto, por meio do uso de conhecimentos, métodos e técnicas inovadoras, com vista a maximização dos resultados atuando em situações emergenciais como "Blitz Team".	614.865	Metodologia para apoio na gestão de projetos disponibilizada	unidade	1
Implantação do Centro Virtual de Desenvolvimento e Gestão de Projetos	EDP	Disseminação da cultura do desenvolvimento e gestão de projetos na Administração Pública Estadual, por meio da estruturação e implementação de um Centro Virtual de Desenvolvimento e Gestão de Projetos, em um ambiente interativo com o uso de plataformas existentes, voltado à formação e qualificação de servidores do EDP e SGGE para utilização de metodologias inovadoras em gerenciamento e modernas técnicas de projetos e processos, orientados pela estratégia e foco nos resultados visando qualificar a gestão pública e os serviços prestados à sociedade.	200.000	Programa de capacitação disponibilizado	unidade	4
Implementação do Sistema de Governança 4.0	SGGE	Consolidação do Mapa Estratégico como norteador das prioridades de todos os órgãos, trazendo todos os colegiados à tomada de decisão e encaminhamento das prioridades de forma transversal, explicitando as instâncias de Governança (prioridades) e de Gestão (PPA-LDO-LOA).	814.500	Acordo de resultados pactuado	%	100
Integração de informações oficiais - Sistema GDG	CC	Aprimorar a troca de informações oficiais entre o Gabinete do Governador, Gabinete do Vice-Governador e Secretaria da Casa Civil e entre estes e os órgãos e entidades da administração direta e indireta, visando agilizar e controlar estas ações através da integração no Sistema de Gerenciamento de Demandas – GDG para o envio e recebimento de informações e documentos, habilitando as Secretarias de Estado e 11 entidades da administração indireta para o uso da ferramenta.	400.000	Capacitação da rede de gestão e governança disponibilizada	unidade	8
				Sistema de Governança 4.0 implementado	unidade	1



Modernização no relacionamento com entidades da sociedade civil	STAS	Modernização no relacionamento com entidades da sociedade civil a partir do sistema Gestão de Sistemas Sociais, que visa o registro de entidades da sociedade civil, a emissão de certificado de utilidade pública, bem como o cadastro de projetos sociais.	80.000	Entidade civil registrada	unidade	4.000
				Projeto social cadastrado	unidade	120
Padronização de convênios	CC	Padronizar os convênios e instrumentos congêneres para todas as Secretarias de Estado, por meio da edição de atos normativos e capacitação dos servidores, visando reduzir o número de devoluções para correção das minutas.	0	Ato normativo publicado	unidade	1
				Secretaria capacitada	unidade	23

Ação Programática: EFICIÊNCIA E ASSERTIVIDADE NO GERENCIAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**Resultado Esperado:** Entrega de projetos e obras de arquitetura e engenharia de prédios públicos estaduais com assertividade e qualidade, por meio de processos de elaboração e gestão eficientes, integrados, transparentes e confiáveis.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
10.700.000	8.000.000	2.700.000	Desconto médio anual obtido pelo Estado em obras licitadas utilizando o Sistema de Gestão de Obras	%	27	27

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação do uso do Sistema de Gestão de Obras - SGO	SOP	Implantação do Sistema de Gestão de Obras - SGO em órgãos do Estado que demandam projetos de arquitetura e engenharia, orçamentos e fiscalização de obras, utilizando-o como ferramenta de gestão de projetos e obras de edificações estaduais, através de integração com outros sistemas transversais do Estado.	8.000.000	Órgão do Estado habilitado para cadastrar demanda no Sistema de Gestão de Obras - SGO	unidade	20
Desenvolvimento do serviço de manutenção preventiva e corretiva de edificações e equipamentos públicos estaduais	SOP	Sistema de Manutenção das edificações e/ou equipamentos públicos do Estado elaborado. Descrição de procedimentos padrões para manutenção rotineira e permanente de edificações e equipamentos públicos segundo tipologia de uso elaborado. Manual de conservação de novas edificações e novos equipamentos públicos estaduais elaborado segundo tipologias de uso. Cadastramento de edificação e gestor responsável no Sistema de manutenção de preventiva de ativos do RS. Gestor usuário responsável pela edificação pública capacitado para os serviços de manutenções rotineiras de edificação e equipamento público.	0	Sistema implantado	%	75
Implantação da Estratégia BIMGov-RS (Building Information Modeling)	SOP	Aplicação da plataforma BIM no desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, orçamento e detalhamento e especificações técnicas para execução de obras.	2.700.000	Área projetada em tecnologia BIM	%	50
Prestação de serviços de arquitetura e engenharia para reforma ou construção de novas edificações e equipamentos públicos estaduais	SOP	Levantamento, vistoria e diagnóstico das edificações e/ou equipamentos públicos para atender as demandas apresentadas pelos órgãos demandantes e/ou SEPLAG. Definição do programa de necessidades por edificação. Priorização das demandas e planejamento das atividades. Elaboração de projetos de arquitetura e/ou engenharia e planilha orçamentária para construção de novas edificações ou equipamentos, adequação às normas de acessibilidade e Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. Fiscalização da execução de obras com Termo de Recebimento Provisório (TRP), de acordo com a Lei 8666/1993.	0	Obra fiscalizada e concluída com Termo de Recebimento Provisório (TRP)	m2	16.000
				Projeto de arquitetura e/ou engenharia elaborado	m2	16.000

Ação Programática: INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO**Resultado Esperado:** Inovação e modernização da comunicação pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com atenção às diversidades regionais, por meio da adoção de novas mídias e novas ferramentas tecnológicas de informação e comunicação.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
131.514.781	131.514.781	0	Número de acessos ao Portal do Governo do Estado	Unidade	400.000	1.200.000
			Número de seguidores às Redes Sociais do Governo do Estado	Unidade	100	233
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 TVE e FM Cultura	SECOM	Manutenção da programação TV e Rádio: continuar gerando conteúdos educativos, culturais e o mínimo de 5% de conteúdos jornalísticos diários.	4.705.065	Rádio mantida	unidade	1
 Comunicação Digital Governamental	SECOM	Inovação, aperfeiçoamento e facilitação da comunicação entre sociedade e governo através das redes sociais e ferramentas digitais, bem como otimização da prestação de serviços online à população.	1.400.000	Comunicação digital ampliada	%	100
Comunicação interna	SECOM	Desenvolvimento de atividades de Endomarketing e Comunicação Interna em todo Estado por meio de ações de valorização profissional, engajamento e informação sobre as ações governamentais. Desenvolvimento de um fluxo eficiente de informação, melhorando a relação entre o servidor e o Governo.	3.500.000	Canal de relacionamento entre gestor e os servidores criado	unidade	1
				Programa criado e implementado	unidade	1
Eventos institucionais do Estado	SECOM	Assessoramento, orientação e execução, de forma integrada, de eventos institucionais do Governo do Estado. Estabelecimento de fluxo de informações entre os órgãos do Governo e a SECOM.	3.109.716	Empresa licitada	unidade	1
Gestão da Comunicação Governamental	SECOM	Realização de cobertura jornalística da agenda diária do governador e divulgação das informações referentes às principais ações do governo a jornais, portais de internet, emissoras de rádio e televisão, por meio de releases da agência de notícias online do Estado e ferramentas de disparo de emails. Atendimento a jornalistas na busca de informações referentes à administração estadual. Realização de acompanhamento dos espaços destinados ao Governo do Estado na mídia e ampliação do acesso a informações a toda a sociedade.	1.300.000	Comunicação Governamental qualificada	%	100
Gestão da publicidade institucional do Estado	SECOM	Criação, aprovação, gestão e acompanhamento das campanhas e ações de publicidade e propaganda dos órgãos da Administração Direta e Indireta, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Gestão da política e aprovação de patrocínios das Autarquias, Empresas de Economia Mista e Empresas Públicas do Governo. Realização de pesquisas de mercado e opinião de serviços prestados. Fortalecimento, informatização e modernização das ações de publicidade do Governo do Estado.	112.000.000	Ação de publicidade realizada	%	100
				Campanha realizada	unidade	4
 Palácio Aberto	SECOM	Abertura do "Palácio" para debates de temas relevantes com a comunidade.	2.200.000	Evento realizado	unidade	32
 Regionalização da comunicação do governo do Estado	SECOM	Distribuição regional das informações das ações de governo através de comunicação digital e da publicidade.	1.900.000	Informação regionalizada	%	100

Sistema de relacionamento e comunicação	SECOM	Alinhamento estratégico da comunicação entre todos os níveis de governo, por meio de diretrizes, processos e rotinas de relacionamento. Elaboração de manual de orientação para ações de jornalismo, publicidade e comunicação digital.	1.400.000	Manual elaborado e divulgado	unidade	3
				Seminário de comunicação realizado	unidade	4
				Workshop realizado	unidade	4

Ação Programática: INTEGRIDADE E BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA
Órgão Coordenador: CASA CIVIL

Resultado Esperado: Integridade das organizações político-administrativas, por meio da adoção e promoção de boas práticas de governança pública relacionadas à ética, à probidade, à disciplina e à transparência, qualificando os agentes públicos e fortalecendo e ampliando os instrumentos de acesso à informação, ouvidoria e denúncia.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
1.600.000	1.600.000	0	Índice de efetividade nominal da qualificação	%	Não apurado	90
			Percentual de atendimento do SIC/LAI, Canal Denúncia e Ouvidoria	%	Não apurado	90
			Percentual de Planos de Integridade nos órgãos da Administração Pública Estadual	%	Não apurado	90

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Interação com a sociedade	CC	Desenvolvimento dos canais Ouvidoria, Denúncia, LAI e "Fale conosco".	1.600.000	Canal de comunicação do cidadão com o Poder Executivo Estadual aperfeiçoado	%	100
 Qualificação de Agentes Públicos nas áreas de Ética, Transparência, Controle Público e Integridade	CC	Aperfeiçoar o atendimento dos canais de interação com a sociedade (Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/LAI, Canal Denúncia e Ouvidoria-Geral do Estado – OGE) e o desenvolvimento de um sistema de integridade. Realizar eventos objetivando a qualificação técnica de agentes públicos estaduais em relação aos temas da transparência, ética, controle público e integridade. A qualificação técnica dos agentes públicos estaduais tornará possível alcançar os objetivos estratégicos traçados, especialmente aqueles voltados à elaboração de um Programa de Integridade no âmbito de cada órgão da Administração Pública Estadual.	0	Plano de integridade estadual elaborado	%	90
				Servidor qualificado	%	90

Eixo Sociedade com Qualidade de Vida

Programa: EDUCA+RS

Temático

Objetivo Temático: Garantir educação de qualidade para acompanhar a evolução do conhecimento, criando um ambiente favorável para diminuir as desigualdades sociais, fomentando o desenvolvimento integral em uma ambiência de empreendedorismo, inovação e inteligência.

Contextualização: O programa Educa+RS tem como área temática a qualidade do ensino e da aprendizagem e a preparação dos jovens para a nova economia. Outro desafio que se coloca para a educação do Estado do Rio Grande do Sul é a garantia do acesso e da permanência dos alunos na escola.

No que se refere à qualidade, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que o Rio Grande do Sul não atingiu as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio no ano de 2017. Tratando-se dos anos iniciais, o Rio Grande do Sul alcançou pontuação de 5,8, situando-se na décima posição entre os estados brasileiros, junto ao Acre e ao Rio de Janeiro, e abaixo da meta estabelecida, de 5,9. Em relação aos anos finais, o Estado alcançou pontuação de 4,6, a mesma do estado de Tocantins, situando-se também abaixo da meta, de 5,3. O pior desempenho do RS está no Ensino Médio, em que se alcançou pontuação de 3,7, situando-se na décima quinta posição, junto ao estado de Sergipe e bastante abaixo de meta, de 5,1.

Além da qualidade da educação, a permanência dos alunos nas escolas mostra-se como desafio a ser enfrentado. Segundo o INEP, o Estado apresentou uma taxa de abandono no Ensino Médio da rede pública estadual de 8,4% em 2017, acima das taxas das escolas com as mesmas características no Brasil (7,0%) e na Região Sul (8,0%).

Diante desse contexto, o programa temático Educa+RS tem como objetivo: “garantir educação de qualidade para acompanhar a evolução do conhecimento, com um ambiente favorável para diminuir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento integral, em uma ambiência de empreendedorismo, inovação e inteligência”. Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta cinco ações programáticas voltadas à formação continuada do profissional da educação, à melhoria das infraestruturas e das condições de acolhimento dos espaços escolares, à garantia do acesso e da permanência nas escolas e à qualificação da aprendizagem, com atenção à formação de habilidades e competências para a nova economia, reduzindo as taxas de reprovão, abandono e distorção idade-série e ampliando as possibilidades de inserção profissional dos jovens.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.805.098.773	2.497.181.224	307.917.549

Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Anos Finais	Índice	4,60	Positiva
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Anos Iniciais	Índice	5,80	Positiva
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Ensino Médio	Índice	3,70	Positiva
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) – Bloco Educação	Índice	0,73	Positiva

Ação Programática: GARANTIA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**Resultado Esperado:** Garantia do acesso universal e da permanência dos alunos na Educação Básica, priorizando a oferta de vagas, o transporte escolar e a alimentação e desenvolvendo estratégias interinstitucionais e ações transversais para o atendimento educacional integral do aluno.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
1.442.169.469	1.432.339.600	9.829.869	Taxa de permanência do Ensino Fundamental	%	98,9	99,5
			Taxa de permanência do Ensino Médio	%	91,6	98

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio à Alimentação Escolar	SEDUC	A democratização do acesso à Educação Básica com qualidade concorre diretamente com a elaboração de políticas públicas que assegurem a garantia da universalização do atendimento na rede pública estadual, em todos os níveis e modalidades de ensino. Dentre as ações que priorizam o atendimento com qualidade, podemos citar a alimentação escolar, dentre outros, contribuindo para a expansão e melhoria da Educação Básica. É necessário ressaltar que para a execução das ações que contribuem diretamente para a garantia do acesso, considerando as questões sociais e econômicas da sociedade, serão firmadas parcerias entre Governo Federal, Estado e Municípios, com vistas ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE , bem como com a complementação da alimentação pela Secretaria de Estado da Educação para o desenvolvimento de projetos específicos.	479.243.911	Aluno beneficiado pelo Programa de Alimentação Escolar	unidade	890.000
 Apoio a projetos e propostas pedagógicas visando a integração entre Gestão Educacional e Comunidade Escolar	SEDUC	Apoiar a implementação de projetos e atividades educacionais, sociais, esportivas e culturais, enfatizando a cultura da paz e a participação das comunidades para que seja fortalecido o sentimento de pertencimento nos espaços escolares. A aproximação entre a gestão e a comunidade escolar interferem diretamente na qualificação da infraestrutura, projetos pedagógicos e nos resultados da aprendizagem. Essa iniciativa proporciona melhoria na aprendizagem pela ampliação do atendimento educacional, por meio de Projetos como Escola em Tempo Integral, incluindo o Programa de Fomento à implementação de escolas em Tempo Integral, Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS, Crianças e Jovens escrevendo histórias, Projeto Escola Aberta para a Cidadania, Escola melhor - sociedade melhor, dentre outros, e demais atividades com a participação de toda comunidade escolar e Parcerias Público Privadas. Nessa iniciativa, é de suma importância a integração com órgãos governamentais e não governamentais, buscando parcerias em atividades transversais, atendendo a Educação Básica, fortalecendo ações de cidadania, por meio de Termos de Cooperação e outros Instrumentos Jurídicos , conforme Legislação Vigeante, cabíveis aos objetivos e metodologias propostas (Voucher, dentre outros) . Nesse contexto, é também importante a participação dos Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e Círculos de Pais e Mestres - CPMs.	67.597.860	Aluno no Programa em Tempo Integral atendido Aluno participante dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul Escola com Programa Escola Melhor-Sociedade Melhor atendida Escola com atividade/projeto educativo, social, cultural e esportivo realizado Escola com Programa em Tempo Integral implementado Escola com Programa Escola Aberta para a Cidadania implementada	unidade unidade unidade unidade unidade unidade	25.573 140.600 2.497 2.497 154 109



Apoio ao Transporte Escolar	SEDED	A democratização do acesso à Educação Básica com qualidade concorre diretamente com a elaboração de políticas públicas que assegurem a garantia da universalização do atendimento na rede pública estadual, em todos os níveis e modalidades de ensino. Dentre as ações que priorizam o atendimento com qualidade, podemos citar a viabilização do transporte escolar, dentre outros, contribuindo para o acesso, a expansão e melhoria da Educação Básica. É necessário ressaltar que para a execução das ações que contribuem diretamente para a garantia do acesso, considerando as questões sociais e econômicas da sociedade, serão firmadas parcerias entre Governo Federal, Estado e Municípios, com vistas ao atendimento do Programa Nacional do Transporte Escolar - PNATE, bem como o Programa Estadual de Transporte Escolar - PEATE, dentre outros. Para a execução do PEATE é importante a adesão dos Municípios ao Programa, uma vez que são as Prefeituras Municipais que atendem os alunos da rede pública estadual nos territórios.	776.970.557	Aluno atendido pelo Programa do Transporte Escolar	unidade	83.077
Implantação de ações educacionais, sociais e culturais por meio de parcerias com instituições governamentais e não governamentais	SEDED	Implantar, nas escolas da rede pública estadual, ações educacionais, sociais e culturais por meio de projetos/programas, reforçando a necessidade e importância das ações transversais, desenvolvendo estratégias interinstitucionais por meio do trabalho em rede, concentrando esforços para que a população em idade escolar, assim como as que estão fora dela, sejam atendidas. As ações transversais permeiam também pelo acompanhamento da realidade educacional, através do controle de vagas e turmas na rede pública estadual, da coleta de dados das escolas pelo Sistema ISE e Educacenso, que servem de base para repasse dos Programas Federais (Alimentação Escolar, PNATE, FUNDEB, dentre outros) que são de suma importância para o repasse de recursos para as escolas, bem como ações de fomento e incentivo ao regime de colaboração, visando a organização da rede estadual com a participação de outros entes. É importante ressaltar a relação de parceria estabelecida entre Estado e Associações mantenedoras de estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos através do repasse de recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, em especial as APAEs e Escola Família Agrícola, dentre outras.	114.388.023	Escola com organização da rede (municipalização, cessão de uso, termo de cooperação) implantada	unidade	365
				Escola com projeto/programa transversal implantado	unidade	210
				Instituição com projeto em parceria com entidade civil sem fim lucrativo implantado	unidade	149
				Turma da escola da rede pública estadual otimizada	unidade	33.685
Implantação de programa de acompanhamento pedagógico na educação profissional integrada ao ensino médio	FETLSVC	Oferecer reforço escolar através de aulas de reforço, monitoria e atividades pedagógicas no contraturno do aluno.	0	Aluno participante da atividade complementar	unidade	800
				Aluno participante da aula de reforço	unidade	800
				Atividade complementar realizada	h	320
				Aula de reforço ministrada	h	1.600
Implementação de ações de prevenção à violência nas escolas e comunidades escolares	SEDED	Proporcionar iniciativas educacionais de prevenção e controle da violência nos espaços escolares e comunidades, por meio de projetos institucionais, envolvendo parcerias com outros Órgãos governamentais e não governamentais. A SEDUC irá priorizar a implementação das CIPAVEs+, que são as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar, integrantes do Programa transversal RS Seguro, em parceria com as prefeituras municipais e outros órgãos estaduais, bem como todas as demais iniciativas que contribuam para a redução da violência, o que diretamente interfere no acesso e aprendizagem dos alunos. Dentre as iniciativas educacionais, cabe destacar o Projeto Escola Mais Paz, que consiste na formação de facilitadores de círculos de construção de paz, bem como de núcleos de justiça restaurativa nos municípios, em parceria com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH e a AJURIS.	3.969.118	Aluno beneficiado por ações de prevenção à violência escolar	unidade	880.000
				Escola com Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar - CIPAVE+ implementada	unidade	2.497
				Parceria para ações de prevenção à violência nos espaços escolares firmada	unidade	110

Ação Programática: EDUCAÇÃO PARA A NOVA ECONOMIA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Resultado Esperado: Desenvolvimento de novas habilidades e competências dos alunos, voltadas às necessidades atuais da sociedade e do mercado de trabalho, por meio da implementação da nova Matriz Curricular no Ensino Médio e Educação Profissional, bem como do Novo Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio, com foco na ciência, na criatividade, na tecnologia, na inovação e no empreendedorismo.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
7.810.827	7.810.827	0	Taxa de aprovação do Ensino Médio	%	69,4	80
			Taxa de distorção idade-ano do Ensino Médio	%	38,1	30
			Taxa de reprovação do Ensino Médio	%	22,2	12
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Atualização da matriz curricular no Ensino Médio Integrado e Educação Profissional voltada para nova economia	SEDUC	Atualização da matriz curricular no Ensino Médio Integrado e na Educação Profissional voltada à qualificação do jovem no mercado de trabalho da nova economia, atendendo as diretrizes do Novo Ensino Médio e Educação Profissional, por meio de estudos e formações continuadas. Essa iniciativa busca preparar os alunos com currículos associados à prática, atendendo as necessidades atuais da sociedade e despertando o empreendedorismo, inovação e novas tecnologias. A atualização da matriz curricular é uma das estratégias indispensáveis para melhorar a qualidade da oferta da educação profissional técnica de nível médio e Ensino Médio, como instrumento que possa contribuir para transformação da educação com qualidade para o fortalecimento do cidadão, auxiliando na superação das desigualdades regionais e locais, abrangendo os aspectos sociais, econômicos, tecnológicos. A capacitação e a qualificação dos profissionais que atuam no Ensino Médio Integrado e na Educação Profissional são necessárias para a atualização dos projetos político-pedagógicos, buscando parcerias com órgãos governamentais e não governamentais.	2.039.405	Escola com Matriz Curricular voltada para o jovem no mercado de trabalho da nova economia implantada	unidade	161
 Atualização de cursos oferecidos na Educação Profissional a partir dos Arranjos Produtivos Locais	SEDUC	Atualizar, qualificar e modernizar a oferta dos cursos da Educação Profissional e Médio Integrado, a partir dos Arranjos Produtivos Locais, visando à inserção do jovem no mercado de trabalho, conforme as potencialidades regionais. A iniciativa será implementada a partir de diagnóstico e pesquisa de cursos que contemplam as potencialidades regionais, possibilitando o acréscimo de matrículas na Educação Profissional, contribuindo para a redução da reprovação e do abandono escolar, inclusive com a possibilidade de metodologias balizadas em estudos não presenciais. Para a adaptação e a atualização dos cursos oferecidos, na metodologia de trabalho, serão incluídos o diagnóstico de potencialidades regionais e os itinerários formativos.	400.000	Aluno capacitado em curso oferecido na Educação Profissional à distância	%	20
				Aluno matriculado em curso oferecido na Educação Profissional e Médio Integrado	unidade	35.044
				Curso oferecido na Educação Profissional	unidade	362
				Plataforma de Educação Profissional à Distância implementada	unidade	1



Educar para Inovar	SICT	O projeto visa à capacitação de multiplicadores/professores, como forma de aprimorar as habilidades intrínsecas dos estudantes da rede pública de educação, focando no conhecimento intensivo e preparando-os para o mercado do futuro através da inovação tecnológica e do empreendedorismo intensivo em conhecimento. Para tanto, serão desenvolvidos, com o auxílio de entidades parceiras, kits didáticos para multiplicadores/professores e alunos para as temáticas: empreendedorismo intensivo em conhecimento, ciência da computação e inovação científica. Os kits serão disponibilizados aos beneficiários de 30 escolas-piloto através de plataforma virtual. Os multiplicadores/professores serão capacitados para o emprego das metodologias. Ao longo do processo de formação dos estudantes, serão realizados eventos semestrais de visitação a centros de referência na área (ecossistemas de inovação, instituições de ensino e pesquisa, entre outros), bem como evento anual de engajamento para a troca de experiências, sensibilização e reconhecimento de estudantes, professores e escolas.	459.415	Evento de sensibilização, mostra de projetos e premiações nacionais e internacionais apoiado Professor/multiplicador capacitado em formação empreendedora, computacional e científica Visita a Centros de Referência em Inovação e Empreendedorismo proporcionada	unidade unidade unidade	32 240 240
Implantação de novos cursos e ampliação de vagas nos cursos da educação profissional integrada ao ensino médio e pós médio	FETL SVC	Para a ampliação das vagas nos cursos técnicos e pós-médio é necessário implantar o novo referencial curricular gaúcho para o Ensino Profissional Integrado no Ensino Médio, com base na BNCC, visando à formação de alunos com competências e habilidades de acordo com as exigências da sociedade atual, voltadas para a nova economia, o empreendedorismo e a inovação tecnológica. Para isso, a equipe diretiva, professores e alunos deverão ser capacitados para a revisão e a readequação do projeto político pedagógico e do planejamento estratégico a partir do novo referencial curricular gaúcho.	0	Aluno matriculado em curso implantado Curso implantado Planejamento Estratégico revisado e implantado Plano de Curso atualizado Projeto Político Pedagógico revisado Vaga criada	unidade unidade unidade unidade unidade unidade	128 4 4 16 4 128
Implantação do Novo Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio com base na BNCC	SEDUC	Implantar o novo referencial curricular gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio, a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, visando à formação de alunos com competências e habilidades de acordo com as exigências da sociedade atual, voltadas para a nova economia, o empreendedorismo e a inovação tecnológica. Para a concretização dessa iniciativa, as equipes diretivas, professores e alunos deverão ser capacitados para elaboração e reformulação de seus projetos político-pedagógicos, tanto no Ensino Fundamental quanto Médio, a partir do Novo Referencial Curricular Gaúcho.	1.984.558	Escola com Novo Ensino Médio implantado Escola com o Programa Jovem RS Conectado no Futuro implementado Escola de Ensino Fundamental e Médio com Projeto Político Pedagógico reformulado/implantado	unidade unidade unidade	1.086 2.497 2.497
Implementação de propostas pedagógicas pautadas no empreendedorismo, inovação e criatividade nos ambientes escolares	SEDUC	Adequar as propostas pedagógicas do Novo Ensino Médio e Educação Profissional focadas no Empreendedorismo, Inovação, Criatividade e Tecnologia, buscando atender os Projetos de Vida dos alunos. O que se espera dessa iniciativa é que os alunos procurem melhores condições de integração com seus anseios e perspectivas preparados para o mercado de trabalho e para nova economia, incentivados pela realização de pesquisas científicas e mostras de trabalhos e projetos técnicos, pedagógicos e tecnológicos regionais, estaduais e até mesmo internacionais. A participação da comunidade escolar e das parcerias públicas e privadas são fundamentais para a realização dessa iniciativa, estabelecendo ações conjuntas voltadas para a melhoria, qualidade e sucesso do aluno, por meio do aprimoramento de seus conhecimentos, podendo desta forma estabelecer relações ainda mais diretas com seus projetos de vida.	2.927.449	Aluno participante de trabalhos, mostras, feiras e projetos científicos e tecnológicos Escola com projeto desenvolvido por meio de Parceria público-privada Mostra de trabalhos da Educação Profissional/Ensino Médio realizada	unidade unidade unidade	70.088 60 32

Ação Programática: FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Resultado Esperado: Aperfeiçoamento do processo educacional na rede pública estadual, por meio do fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação, com foco no desenvolvimento de habilidades e competências que acompanhem as mudanças tecnológicas e as novas tendências educacionais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
33.439.042	33.439.042	0	Percentual de Profissionais de Educação da Rede Pública Estadual qualificados com formação continuada	%	Não apurado	100
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Aperfeiçoamento dos profissionais de educação por meio de formação continuada	SEDUC	Proporcionar a formação continuada dos profissionais de educação e gestores que atuam nas escolas da Rede Estadual de Ensino, de modo presencial e à distância, atendendo as especificidades constantes nas propostas pedagógicas e que incluem todos os temas transversais e diversidades. A realização dessa iniciativa ocorrerá através de formações abrangendo temáticas diversas, com destaque para o Novo Ensino Médio, novo referencial curricular gaúcho, com base na BNCC, e Jovem RS Conectado no Futuro. Serão implementados um Centro Virtual de Formações e um Centro de Mídias do RS, visando à qualificação profissional que favoreça a socialização de novas metodologias, a troca de experiências e a construção de novos conhecimentos.	33.439.042	Centro de mídias do RS implantado Centro Virtual de Formações implementado Gestor da escola qualificado Professor participante das formações do Novo Ensino Médio qualificado Profissional de educação capacitado em formações com temáticas diversas Profissional de educação capacitado em Tecnologia da Informação Seminário/Encontro/Conferência realizado	unidade unidade unidade unidade unidade unidade unidade	30 1 4.994 10.000 20.500 86.800 800
 Integração nas ações sistemáticas entre as diretrizes da SEDUC, Coordenadorias Regionais de Educação e Escolas da Rede Pública Estadual	SEDUC	Buscar uma educação pública de qualidade entre SEDUC, Coordenadorias Regionais de Educação e Escolas da Rede Pública Estadual, integrando as diretrizes e políticas públicas educacionais da mantenedora às ações executadas na escola, por meio de Contratos de Gestão. Os contratos serão elaborados entre a Secretaria de Educação, CREs e Escolas, através da elaboração de Planos de Ação que serão monitorados sistematicamente por ferramentas de governança para atingimento de metas, em parceria com o Centro de Gestão e Inovação - CEGIN, instituído na Secretaria de Estado da Educação. Cabe ressaltar que o Plano de Ação da escola deve priorizar as propostas pedagógicas para o atingimento das metas, incluindo proposta de formação continuada.	0	Escola com Plano de Ação implementado e monitorado pelo CEGIN	unidade	2.497
 PRO DOCENTE +Formação inicial e continuada	UERGS	Oferta de formação inicial e continuada para grupos de professores da educação básica, no que tange às metodologias de ensino e aprendizagem, ministrada nas diferentes regiões do Estado, podendo ser realizada em parceria com outras instituições.	0	Professor da educação básica capacitado	unidade	4.000

Ação Programática: **QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS**

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Resultado Esperado: Melhora das condições de acesso e permanência dos alunos no espaço escolar da rede pública estadual, por meio da qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica, priorizando atividades educacionais pautadas em uma proposta de educação modernizadora e empreendedora, voltada para a nova economia.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
1.306.262.677	1.008.174.997	298.087.680	Percentual de escolas com espaços pedagógicos e administrativos qualificados	%	20	70

Percentual de escolas com intervenção na rede física

%

25

70

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio administrativo, manutenção e qualificação das escolas da Educação Básica.	SEDUC	Viabilizar a manutenção, a gestão e a administração do processo educacional da Rede Estadual de Ensino, incluindo Escolas de Educação Básica, de forma centralizada/descentralizada, envolvendo as despesas contínuas de manutenção e apoio, tais como água, energia, locações, encargos, vigilância, locações, estagiários, despesas com gestão informatizada, incluindo manutenção dos sistemas tecnológicos e implementação dos mesmos.	453.150.354	Escola de Educação Básica com manutenção centralizada/descentralizada (água, energia, saneamento, locação, vigilância, dentre outros) atendida	unidade	2.497
 Apoio administrativo, manutenção e qualificação das escolas da Educação Profissional	SEDUC	Viabilizar a manutenção, a gestão e a administração do processo educacional das Escolas de Educação Profissional e da SUEPRO, de forma centralizada e descentralizada, envolvendo as despesas contínuas de manutenção e apoio, tais como água, energia, locações, encargos, vigilância, locações, estagiários e insumos.	8.372.295	Rede Estadual de Ensino com gestão informatizada mantida e implementada (escolas+CREs+SEDUC)	unidade	2.528
 Implementação de ações que possibilitem a qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas de Educação Básica	SEDUC	Proporcionar manutenção, reformas, ampliações e construções na infraestrutura física dos espaços escolares da Educação Básica, visando à preservação e à conservação do patrimônio público, bem como a melhoria dos espaços para que possam ser propiciados ambientes favoráveis à aprendizagem, priorizando os conceitos de sustentabilidade ambiental e os planos de prevenção e combate a incêndio - PPCIs. A rede estadual, atualmente com 2.497 escolas, apresenta necessidade contínua de investimentos na estrutura física pelo próprio desgaste pelo tempo de edificação, por situações de intempéries e pelas exigências atuais para atendimento da demanda escolar na Educação Básica.	314.057.042	Escola com ampliação no espaço escolar realizada	unidade	80
				Escola com atendimento emergencial efetivado	unidade	800
				Escola com espaço esportivo e cultural qualificado	unidade	40
				Escola com PPCI - Plano de Prevenção e combate a incêndio implantado	unidade	2.000
				Escola com reforma na estrutura física realizada	unidade	400
				Escola nova construída	unidade	8
 Implementação de ações que possibilitem a qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas de Educação Profissional	SEDUC	Qualificar a infraestrutura física, didática/pedagógica e administrativa das escolas de Educação Profissional, priorizando a manutenção dos estabelecimentos de ensino e proporcionando espaços mais atualizados, modernizados e tecnológicos. Proporcionar melhorias com relação à manutenção dos espaços escolares da Educação Profissional por meio da autonomia financeira das escolas. Destacamos a manutenção, reformas, ampliação e construção na infraestrutura física desses espaços escolares, visando à preservação e à conservação do patrimônio público, bem como à melhoria dos espaços pedagógicos, para que possam ser propiciados ambientes favoráveis à aprendizagem.	75.309.421	Atendimento emergencial nas Escolas de Educação Profissional realizado	unidade	40
				Escola de Educação Profissional ampliada	unidade	8
				Escola de Educação Profissional construída	unidade	3
				Escola de Educação Profissional reformada	unidade	20
				Escola de Educação Profissional com equipamentos, laboratórios, mobiliário básico e materiais diversos beneficiada	unidade	161
				Escola de Educação Profissional com programa de autonomia financeira e pedagógica atendida	unidade	161

 <p>Implementação de fluxos nos processos administrativos, visando a resultados mais rápidos e imediatos</p>	SEDUC	<p>Implementar fluxos nos processos administrativos, integrando sistemas de informações gerenciais que possam contribuir para a agilidade e a eficiência no atendimento das demandas. Essa iniciativa envolve os módulos do sistema ISE, de secretarias de escolas, dados de turmas e alunos, do gerenciamento e do processo de matrículas e dos diários de classe on-line.</p>	0	Aluno com Diário de Classe acompanhado	unidade	880.168
				Escola com Diário de Classe implementado	unidade	2.497
				Escola com sistema integrado de fluxos implementado	unidade	2.497
 <p>Melhoria e/ou construção de novas edificações/equipamentos escolares</p>	SOP	<p>Levantamento, vistoria e diagnóstico das edificações e/ou equipamentos escolares para atender as demandas apresentadas pela SEDUC. Definição do programa de necessidades por escola. Priorização das demandas e planejamento das atividades. Elaboração de projetos de arquitetura e/ou engenharia e planilha orçamentária para construção de novas edificações ou equipamentos, adequação às normas de acessibilidade e Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. Fiscalização da execução de obras com Termo de Recebimento Provisório (TRP), de acordo com a Lei 8666/1993 e com recursos financeiros obtidos pela SEDUC.</p>	0	Obra fiscalizada e concluída com Termo de Recebimento Provisório (TRP)	m2	100.000
				Projeto de arquitetura e/ou engenharia elaborado	m2	100.000
 <p>Qualificação da rede pública estadual, com aquisição de materiais e equipamentos básicos, pedagógicos e tecnológicos</p>	SEDUC	<p>Qualificar a rede pública estadual, CREs e SEDUC, com aquisição de equipamentos básicos, mobiliários, materiais didáticos, pedagógicos e tecnológicos que atendam as necessidades atuais das escolas, priorizando as propostas pedagógicas e as atividades transversais, culturais e sociais que contribuam para a consolidação das políticas públicas voltadas a melhorias nos resultados e índices educacionais. Proporcionar melhorias com relação à manutenção e ao investimento nos espaços escolares da Educação Básica, por meio da autonomia financeira das escolas, abrangendo aspectos administrativos, pedagógicos e de gestão.</p>	451.636.203	Equipamento tecnológico adquirido e qualificado	unidade	21.860
				Escola de Educação Básica atendida com programa de autonomia financeira e pedagógica	unidade	2.497
				Escola atendida com material didático qualificado	unidade	1.600
				Escola atendida com software educacional	unidade	1.960
				Escola com Biblioteca e laboratórios (ciências, informática, etc) qualificada	unidade	1.600
				Escola com equipamento tecnológico contemplado	unidade	1.930
				Escola com espaço maker implantado	unidade	445
				Escola com materiais diversos equipada	unidade	1.400
				Escola com mobiliário básico adquirido	unidade	2.400
 <p>Segurança Pública para a Comunidade Escolar</p>	SSP	<p>Realização do patrulhamento nas escolas das redes pública e privada, com vistas a garantir a tranquilidade e o ambiente propício ao ensino. Continuidade e ampliação dos programas de preservação ao uso de drogas e de promoção da cultura de não violência, tais como PROERD e o Papo de Resposta.</p>	3.737.362	Aluno atendido pelo PAPO DE RESPONSa (Polícia Civil)	unidade	315.808
				Aluno atendido pelo projeto BOMBEIRO NA ESCOLA	unidade	8.000
				Aluno do PROERD formado	unidade	410.000
				Visita realizada pela Patrulha Escolar da BM a estabelecimentos de ensino	unidade	242.545

Ação Programática: QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**Resultado Esperado:** Qualificação da aprendizagem e consequente melhora dos índices educacionais, por meio da implementação de propostas inovadoras de acompanhamento dos alunos, especialmente de anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, com vistas à maior taxa líquida de matrículas no Ensino Fundamental e Médio e a à redução da reaprovação, da distorção idade-ano e do abandono escolar.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
15.416.758	15.416.758	0	Percentual de escolas do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico, Adequado e Avançado - Anos Finais	%	35,2	47,2
			Percentual de escolas do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico, Adequado e Avançado - Anos Iniciais	%	15,7	27,7
			Percentual de escolas do Ensino Fundamental, em Matemática, classificadas como Básico, Adequado e Avançado - Anos Finais	%	41,5	53,5
			Percentual de escolas do Ensino Fundamental, em Matemática, classificadas como Básico, Adequado e Avançado - Anos Iniciais	%	41,9	53,9
			Percentual de escolas do Ensino Médio, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico, Adequado e Avançado	%	50,1	62,1
			Percentual de escolas do Ensino Médio, em Matemática, classificadas como Básico, Adequado e Avançado	%	51,4	63,4
			Taxa de distorção idade-ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental	%	34,2	25
			Taxa de distorção idade-ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	%	12,8	9,8
			Taxa de reaprovação Anos Finais do Ensino Fundamental	%	20	10
			Taxa de reaprovação Anos Iniciais do Ensino Fundamental	%	8,5	5

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio a ações pedagógicas para redução dos índices de reaprovação escolar	SEDUC	Implementar ações pedagógicas, por meio de projetos e programas, que objetivem a redução da reaprovação no Rio Grande do Sul, por meio de metodologias não presenciais e aulas de reforço, dentre outros. Considerando que a taxa de reaprovação no RS no Ensino Fundamental é de 14,7, ocupando o 5º lugar entre os estados com maior reaprovação, e no Ensino Médio é de 22,2, detendo a pior taxa entre os estados, é necessária a implementação de iniciativas para a evolução desses indicadores educacionais, incluindo avaliações sistemáticas.	2.000.000	Escola com Projeto para redução dos índices de reaprovação implantado/implementado	unidade	1.600
 Apoio a Educação de Jovens e Adultos	SEDUC	Qualificar a oferta de educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino, conforme a diversidade e a especificidade dessa modalidade, com ações pedagógicas que atendam as exigências da sociedade atual. Proporcionar um ensino voltado para a nova economia, preparando para o mercado de trabalho, utilizando dos recursos tecnológicos que promovam a cidadania, a participação cidadã, as habilidades e as competências desses jovens e adultos. A partir da realidade da oferta e da demanda, as inovações educacionais poderão atender as polarizações regionais, com utilização de metodologias de ensino presenciais associadas ao ensino à distância, visando atender as necessidades e a realidade dessa clientela.	993.464	Aluno atendido na Educação de Jovens e Adultos	unidade	85.431

	Apoio a implantação/implementação de escolas estaduais cívico-militares	SEDUC	Implantar escolas cívico-militares, bem como implementar as já existentes na rede pública estadual, com novos modelos de gestão de alto nível nos padrões empregados nos colégios militares, visando a altos índices de resultados.	800.000	Escola com projeto cívico-militar implantando/implementado	unidade	7
	Apoio ao acompanhamento da situação do aluno na escola	SEDUC	Implementar o preenchimento da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI on-line para prevenir a evasão e evitar o abandono escolar, acompanhando e monitorando constantemente esse movimento dos alunos, visando à elaboração de ações para a redução de abandono e reprovação escolar. Essas ações são implementadas em rede entre as escolas, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, as secretarias de Estado, as prefeituras municipais e demais órgãos e instituições.	993.464	Aluno acompanhado pela FICAI	%	100
	Implantação de projetos de alfabetização com foco no processo ensino-aprendizagem dessa etapa	SEDUC	Implantar projetos de alfabetização, a partir dos resultados do SAERS e outros diagnósticos pedagógicos, por meio de intervenções com foco no processo ensino-aprendizagem durante a alfabetização, contribuindo para a redução da distorção idade-ano desde a primeira etapa de escolarização. Estabelecer diretrizes e metas educacionais para os anos iniciais da alfabetização, ressaltando a importância dessa etapa em todo o processo ensino-aprendizagem, bem como o papel do professor, sua metodologia e seu comprometimento para o sucesso do processo educacional.	2.000.000	Aluno atendido por projeto de alfabetização	unidade	120.000
	Implantação dos Projetos de Aceleração RS para os anos finais do Ensino Fundamental	SEDUC	Implantar os projetos de Aceleração RS para os anos finais do Ensino Fundamental, bem como para a transição do 5º para o 6º ano, visando à redução da distorção e menores repercuções no ingresso do aluno no Ensino Médio. O efeito esperado dessa iniciativa está diretamente relacionado à redução das taxas de reprovação e de distorção idade-ano na escolarização do Ensino Fundamental, contribuindo para uma maior taxa líquida de matrículas no Ensino Fundamental e Médio.	2.000.000	Aluno atendido pelo Projeto Aceleração RS	unidade	30.000
					Escola com Projeto Aceleração RS implementado e monitorado	unidade	400
	Implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul - SAERS	SEDUC	Realizar a avaliação em larga escala, universal e censitária nas escolas da Educação Básica da rede pública estadual, visando ao acompanhamento do processo educacional para elaboração de políticas públicas, buscando a evolução dos indicadores educacionais. O SAERS, que é esse sistema de avaliação, poderá ser aplicado nas redes municipais e particulares por adesão. Para garantir a série histórica dos resultados do SAERS, os anos avaliados são o 3º e o 6º ano do Ensino Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio. A partir dos resultados da avaliação, a SEDUC estabelece as metas e planos de ação para desenvolvimento das atividades pedagógicas voltadas à melhoria dos indicadores de resultados, incluindo reprovação, abandono e correção de fluxo. Cabe destacar que uma das ações que será implementada diretamente a partir dos resultados do SAERS é o Projeto Aluno Presente, voltado à correção de fluxo.	5.156.048	Escola com o Projeto Aluno Presente voltado à correção de fluxo implantado	unidade	2.497
	Manutenção da Excelência no Ensino do Colégio Tiradentes	SSP	Busca da continuidade na excelência do ensino do Colégio Tiradentes, proporcionando educação de alto nível. A presente iniciativa também abrange o ensino supletivo e a creche Tio Chico.	1.473.782	Aluno formado	unidade	1.964

Programa: EVOLUÇÃO SUSTENTÁVEL

Temático

Objetivo Temático: Promover o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de ações de proteção e gestão ambiental e do fortalecimento das práticas de educação ambiental.

Contextualização: O programa temático Evolução Sustentável tem como foco de atenção a proteção do meio ambiente, em sintonia com o desenvolvimento. A questão ambiental ganhou maior destaque, em nível global, a partir da década de 1970, marcada pela cooperação política para tratar de questões relacionadas ao meio ambiente. No entanto, foi a partir do final dos anos 1980, com o Relatório Brundtland, que se estabeleceu a visão de desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas necessidades. Apesar da abundância dos recursos naturais do Rio Grande do Sul, observa-se sua degradação, causada, entre outros processos, pela poluição dos cursos d'água e pela redução da cobertura vegetal.

No que se refere à qualidade do ar, nas regiões de monitoramento da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM), o percentual de dias com Índice de Qualidade do Ar bom alcançou 89,4%, aumentando 9,5% entre 2013 e 2017. Em relação à qualidade da água, o número de dias com Índice de Qualidade da Água ótimo, muito bom e bom chegou a 89,4% na Bacia do Guabá e a 93% na Bacia do Litoral entre abril de 2016 e maio de 2018. No entanto, é importante destacar que rios como o Gravataí, o Caí e os Sinos estão entre os mais poluídos do Brasil, devido aos despejos de esgotos domésticos e de efluentes de parques industriais de grande potencial poluidor dos ramos coureiro-calçadista, petroquímico e metalúrgico. Merece atenção também o número de municípios com inundações que, entre 2013 e 2016, atingiu 52% do total estadual.

Diante disso, o programa Evolução Sustentável tem como objetivo temático: "promover o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de ações de proteção e gestão ambiental e do fortalecimento das práticas de educação ambiental". Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta três ações programáticas direcionadas à proteção e preservação da fauna e da flora gaúchas, do desenvolvimento de práticas de gestão ambiental e da implantação de sistemas para prevenir ou mitigar a ocorrência de desastres.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
190.084.028	167.551.456	22.532.572	Índice de qualidade do ar	%	89,40	Positiva
			Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres por 100 mil habitantes	por 100 mil habitantes	384,70	Negativa

Ação Programática: GESTÃO EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Órgão Coordenador: CASA MILITAR

Resultado Esperado: Proteção e defesa civil efetiva, com redução de eventuais danos, por meio do gerenciamento sistêmico de ações voltadas a prevenir ou mitigar a ocorrência de desastres naturais e tecnológicos, ampliando a capacidade de resposta a eventos não evitados.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
48.334.109	45.921.219	2.412.890	Percentual de dados disponíveis no banco de dados para macrodrenagem	%	Não apurado	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Aperfeiçoamento da Comissão Estadual P2R2	CM	Desenvolver ações de prevenção e resposta às emergências envolvendo produtos perigosos através da Comissão Estadual P2R2, da sistematização do ingresso de recursos, de ações de fiscalização e capacitação	0	Ação de capacitação realizada	unidade	18
 Desenvolvimento de cursos de capacitação voltados à proteção e defesa civil	CM	A iniciativa consiste em fornecer aos integrantes do sistema nacional de proteção e defesa civil dos níveis estadual e municipal, assim como à população em geral, os conhecimentos necessários para atuar e minimizar os riscos e a exposição ao desastre de uma comunidade potencialmente afetada.	0	Ação de fiscalização realizada	unidade	72
 Desenvolvimento, manutenção e expansão do Sistema de Gerenciamento de Risco e Desastre	CM	Reunião de trabalho e aperfeiçoamento da Comissão Estadual P2R2 realizada	16			
 Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre	METROPLAN	Desenvolvimento de cursos de capacitação voltados à proteção e defesa civil	1.425			
 Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre	METROPLAN	Elaboração de estudos de alternativas e concepções para prevenção de cheias da Bacia do Rio Caí para beneficiar a população atingida. Concluir os EIA-RIMA e Projetos Executivo das Bacias do Rio dos Sinos, Gravataí, Gravataí e Afluentes (Arroio Feijó) e Município de Eldorado do Sul. Execução de obras estruturantes na Bacia do Rio Gravataí e Afluentes (Arroio Feijó). Parceria com outros entes e/ou instituições na captação de recursos para conclusão do Plano Metropolitano de Proteção Contra Cheias, elaboração do Plano Desenvolvimento Urbano Integrado - PDU, Integração dos Planos de Desenvolvimentos Regionais, Elaboração de Plano de Drenagem com banco de dados em nível regional e municipal, Planejamento Integrado utilizando as sub-bacias para controle da ocupação do solo e zoneamento entre municípios.	45.921.219	Sistema baseado em software de gestão de proteção e defesa civil estruturado	%	100
		Banco de dados para macrodrenagem em nível regional e municipal nas Bacias dos rios Caí, Arroio Feijó, Sinos, Gravataí e município de Eldorado do Sul elaborado		Complementação dos Estudos de Concepção e Alternativa, Estudos de Impacto Ambiental, Projeto Básico, Projeto Executivo, e Obras Estruturantes na Bacia do Rio Caí implantado	%	100
				Estudo de Impacto Ambiental, Projeto Básico, Projeto Executivo, e Obras Estruturantes na Bacia do Rio dos Sinos implantado	%	100
				Estudo de Impacto Ambiental, Projeto Básico, Projeto Executivo, e Obras Estruturantes na Bacia do Rio Gravataí implantado	%	100
				Estudo de Impacto Ambiental, Projeto Básico, Projeto Executivo, e Obras Estruturantes na Bacia do Rio Gravataí e Afluente (Arroio Feijó) implantado	%	100
				Estudo de Impacto Ambiental, Projeto Básico, Projeto Executivo, e Obras Estruturantes no Município de Eldorado do Sul implantado	%	90

Reaparelhamento e Modernização da Defesa Civil Estadual	CM	A iniciativa consiste na formulação de termos de referência dos produtos da iniciativa, com as devidas especificidades da atividade de Defesa Civil, para fins de estabelecermos atas de registro de preço que permitam adquirir tais itens, conforme disponibilidade orçamentária.	2.412.890	Equipamento de informática, periféricos e comunicação adquirido	unidade	50
				Veículo adquirido	unidade	10

Ação Programática: PREVENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Órgão Coordenador: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Resultado Esperado: Proteção dos biomas, da fauna e da flora gaúchos, por meio de ações de conservação, restauração e fiscalização ambiental.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
28.418.757	22.582.666	5.836.091	Percentual da estratégia nacional para conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. (GEE -	%	0	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Pro-espécies) implantada			
				Produto	Unidade de Medida	Meta	
 Fiscalização, prevenção e repressão a Ilícitos ambientais	SSP	Manutenção e intensificação da fiscalização ambiental realizada pelos órgãos de segurança pública, a fim de evitar a degradação ambiental e de responsabilizar os infratores.	9.180.364	Operação realizada e/ou apoiada pelo Comando Ambiental da Brigada Militar	unidade	876	
				Percentual de mapeamento e vistoria de madeireiras em áreas de plantio realizado	%	60	
				Perícia ambiental realizada	unidade	1.874	
				Pessoa beneficiada por atividade de educação ambiental	unidade	12.090	
				Prisão realizada pelo Comando Ambiental da Brigada Militar	unidade	11.250	
				Procedimento policial relativo a crimes ambientais remetido pela Polícia Civil	unidade	6.692	
 RS BIO	SEMA	Ações integradas com foco no desenvolvimento sustentável e nas necessidades socioambientais do Estado do Rio Grande do Sul, congregando as demandas vinculadas à conservação, à recuperação e ao uso sustentável dos ecossistemas no RS.	19.238.393	Área de soltura de animais silvestres nativos cadastrada	unidade	4	
				Programa Estadual de Controle de Espécies Exóticas invasoras - Invasoras RS implantado	%	100	
				Projeto Coneta RS - Formação de trilhas de longo curso e corredores Ecológicos do Estado do Rio Grande do Sul - implantado	%	100	
				Projeto de conservação de butiás implantado	%	100	
				Projeto de incentivo à criação de meliponíneos implantado	%	100	
				Projeto de incentivo ao manejo do gado campo nativo implantado	%	100	
				Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade do Pampa e do Pantanal terrestre implantado	%	100	

Ação Programática: PROMOÇÃO DE GESTÃO AMBIENTAL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**Resultado Esperado:** Promoção do uso equilibrado e sustentável dos recursos naturais em meio urbano e rural, por meio de ações de educação e gestão ambiental.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
113.331.162	99.047.571	14.283.591	Número de novos planos de bacias hidrográficas elaborados	Unidade	0	8

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Ações integradas de Educação Ambiental	SEMA	Desenvolver e apoiar atividades de educação ambiental no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura e no Rio Grande do Sul.	11.238.393	Agenda Ambiental na Administração pública implementada	%	100
 Espaço de Educação Ambiental Inclusiva	FADERS	Contribuição à educação e conscientização ambiental pela manutenção e desenvolvimento do Espaço de Educação Ambiental Inclusiva estabelecido na Unidade de Atenção Ocupacional - CAZON/FADERS.	0	Capacitação de gestores e técnicos municipais	unidade	32
 Gestão Ambiental	SEMA	Elaborar e implementar, em conformidade com suas atribuições legais, as atividades de planejamento, monitoramento, licenciamento, fiscalização e cadastramento. Apoiar a construção de ferramentas que possibilitem o planejamento de uso dos recursos naturais, os quais orientam o licenciamento e monitoramento das atividades antrópicas.	12.244.686	Plano estadual de educação ambiental implementado	%	100
 Gestão Ambiental de Rodovias Pedagiadas	EGR	Adequação e implantação de atividades de controle e gestão ambiental nos 908,480 km de rodovias estaduais administrados pela Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR. Concluir o diagnóstico ambiental da malha viária administrada pela EGR, obter os dados de medidas preventivas/corretivas a serem implementados futuramente e implantar a Supervisão Ambiental.	215.138	Programa Educar para sanear implementado	%	100
 Gestão Recursos Hídricos	SEMA	Gerir o Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH), propondo e executando as ações de planejamento e gestão de recursos hídricos, através do Plano Estadual de Recursos Hídricos, bem como a outorga e a fiscalização dos Recursos Hídricos. Regulamentar a operação e o uso dos equipamentos e mecanismos de gestão dos recursos hídricos, tais como redes hidrometeorológicas, banco de dados hidrometeorológicos, cadastros de usuários das águas, gerenciamento das concessões e administração de atos inerentes às outorgas de uso de água.	19.238.393	Agenda Ambiental na Administração pública implementada	%	100
				Balanço hídrico consolidado e publicado	%	100
				Barragem vistoriada	unidade	480
				Plano estadual de recursos hídricos publicado	%	100
				Programa estadual de revitalização de bacias implementado	%	100
				Rede de monitoramento mantida	%	100
				Relatório anual de recursos hídricos publicado	unidade	4



Piano Estadual de
Saneamento - PLANESAN -
RS

SEMA

Elaboração do Plano Estadual de Saneamento do RS, compreendendo tanto as zonas urbanas quanto as zonas rurais, de forma a possibilitar a criação de mecanismos de gestão pública da infraestrutura relacionada aos quatro eixos do saneamento básico.

19.238.393

Conjunto de programas, projetos e ações e sistema de governança para acompanhamento formulado

unidade

1

Detalhamento dos programas e do sistema de governança e avaliação elaborado

unidade

1

Diagnóstico regional dos sistemas existentes elaborado

unidade

1

Identificação das demandas, avaliação crítica e formulação das diretrizes e estratégias elaborada

unidade

1

Relatório de Salubridade Ambiental elaborado

unidade

1



Sustentabilidade e Gestão
ambiental Integrada

FEPAM

Elaborar estudos e diagnósticos ambientais do Estado. Executar o monitoramento ambiental. Licenciar e fiscalizar atividades efetivamente ou potencialmente poluidoras de modo a assegurar o cumprimento da legislação ambiental.

51.156.159

Procedimento de licenciamento atualizado e unificado

%
unidade

100

Quantidade de documentos licitatórios emitido

unidade

24.000

Vistoria e fiscalização executada

unidade

8.000

Volume máximo processos em estoque em análise mantido

unidade

3.400

Programa: RS CIDADANIA

Temático

Objetivo Temático: Promover uma sociedade mais próspera, igualitária e participativa, por meio da geração de oportunidades de inclusão social e de vivência de cultura, esporte e lazer, em sinergia com as ações de educação, saúde e segurança.

Contextualização: O programa RS Cidadania tem como temática a inclusão social e a garantia dos direitos dos cidadãos, o que envolve o combate à pobreza e ao desemprego, a proteção social, bem como o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE), entre 2016 e 2017, o percentual de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza aumentou no Rio Grande do Sul, acompanhando a tendência nacional. Enquanto, nesse período, esse percentual aumentou de 2,8 para 3,4 no Rio Grande do Sul, no Brasil, o aumento foi de 6,6 para 7,4%. Ademais, o RS possui a maior concentração de pessoas em situação de extrema pobreza na Região Sul, onde a média aumentou de 2,4% para 2,9%.

Nesse mesmo período, a desigualdade social no Rio Grande do Sul voltou a diminuir, após um aumento substancial entre 2015 e 2016. Segundo a PNAD, em 2016, o Coeficiente de Gini do Estado era de 0,492, diminuindo para 0,486 em 2017. Semelhantemente aos dados relacionados à extrema pobreza, o Estado possuía menor desigualdade em relação ao Brasil, mas maior em relação à região Sul. Enquanto em escala nacional esse coeficiente diminuiu de 0,524 para 0,521, no Sul, a diminuição foi de 0,473 para 0,469.

Diante desse contexto, o programa temático RS Cidadania tem como objetivo: “promover uma sociedade mais próspera, igualitária e participativa, por meio da geração de oportunidades de inclusão social e de vivência de cultura, esporte e lazer, em sinergia com as ações de educação, saúde e segurança”. Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta oito ações programáticas, voltadas à promoção de oportunidades de trabalho e renda; à proteção social e à promoção de direitos, especialmente de grupos vulneráveis; à proteção e à reinserção de socioeducandos; ao acesso e ao desenvolvimento da cultura, do esporte e do lazer, bem como ao acesso à moradia digna.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
541.329.655	481.730.060	59.599.595	Índice de distribuição de renda (Gini)	Ponto	0,49	Negativa
			Percentual de jovens que não estudam nem trabalham	%	17,70	Negativa
			Percentual de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza	%	3,40	Negativa

Ação Programática: RS CIDADANIA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Resultado Esperado: Proteção e promoção dos direitos humanos, da acessibilidade e da inclusão, com respeito às particularidades dos indivíduos e grupos sociais, especialmente grupos vulneráveis por questões de gênero, idade, condição social, deficiência e orientação sexual.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
43.809.067	33.064.851	10.744.216	Percentual de Municípios do COREDE Representados na Plenária do Fórum Estadual Permanente	%	60	90
			Percentual de satisfação dos usuários dos serviços do Procon RS	%	Não apurado	60
			Percentual de satisfação dos usuários dos serviços do Tudo Fácil	%	Não apurado	60
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
	SJCDH	Ampliação do atendimento por meio do fortalecimento dos Fundos Públicos	12.984.268	Beneficiário de projeto realizado por meio de parceria ou convênio	unidade	24.000
				Pessoa capacitada em Marco Regulatório da Sociedade Civil	unidade	2.000
	SJCDH	Aperfeiçoamento da defesa dos direitos do consumidor	21.669.788	Campanha educativa e preventiva realizada	unidade	8
				Curso da Escola Superior de Defesa do Consumidor realizado	unidade	1
				Observatório das Relações de Consumo implantado	unidade	1
				Operação de fiscalização realizada	unidade	480
				Serviço em Plataformas Digitais disponibilizado	unidade	1
	SJCDH	Aperfeiçoamento do Planejamento, da Cidadania e dos Direitos Humanos	1.540.000	Mapa Social disponibilizado	unidade	1
				Pessoa em situação de violação de direitos atendida e encaminhada	unidade	480
				Profissional da rede capacitado	unidade	2.000
	FADERS	Atenção à PCD e à PcAH referencial a metodologias de atendimento e inclusão	315.000	Atendimento prestado a PCD / PcAH/Sd	unidade	140.000
				Cidadão beneficiado por Passe Livre Intermunicipal	unidade	70.200
				Paratleta acompanhado	unidade	1.000
				Passe Livre Digital implantado	unidade	1
	FADERS	Construção de uma Cultura de Acessibilidade	321.670	Campanha de conscientização realizada	unidade	4
				Espaço para Cultura, Esporte e Lazer dotado de acessibilidade	unidade	4
				Exposição Temática realizada	unidade	2
				Município participante da Praia Acessível	unidade	35
				Semana Estadual da PCD coordenada	unidade	4

	Fortalecimento da cidadania por meio de Espaços de Participação e Deliberação	SJCDH	Privilégio de espaços de atuação intersetorial de Conselhos, Comitês e Comissões como política de governo, com a implantação da Escola de Conselhos.	130.000	Conselheiro Tutelar e de Políticas de Direitos capacitado	unidade	1.200
					Escola de Conselhos implantada	unidade	1
	Fortalecimento das Políticas de Atendimento às Mulheres	SJCDH	Implantação de Núcleos Regionais de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, em especial na área rural. Realização de capacitação e assessoramento às redes de proteção intersetoriais sobre atendimento e encaminhamento ágil para as mulheres vítimas de violência. Promoção de campanhas e ações sobre direitos, prevenção das violências, igualdade de gênero e meios para realizar denúncias.	120.000	Assessoramento realizado	unidade	800
					Atendimento realizado devido à denúncia 0800	unidade	400
					Núcleo Regional implantado	unidade	4
					Profissional capacitado e atualizado para o atendimento às mulheres vítimas de violência	unidade	800
	Fortalecimento do Atendimento por meio da Rede Intersetorial	FPERGS	Fomento ao sistema de atendimento das medidas de proteção e à rede de prevenção. Fortalecimento das políticas de atendimento na primeira infância e rede socioassistencial preventiva, além da articulação intersetorial.	0	Criança e jovem com doenças e/ou deficiências atendido	unidade	800
					Criança e jovem com doenças e/ou deficiências encaminhado para a Rede	unidade	1.440
	Gestão do Conhecimento para a Atenção às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Altas Habilidades / Superdotação	FADERS	Superação de fragilidades nas Políticas de Inclusão pela produção e difusão de conhecimento científico acerca da Atenção às PcD e PcAH/Sd, gerando aperfeiçoamento de metodologias de atendimento, subsídios para proposição e execução de políticas públicas, reflexão da praxis, bem como respostas e ações agêis e significativas contra violação de direitos e ausência de serviços inclusivos.	280.000	Assessoramento prestado	unidade	1.000
					Pessoa capacitada para a atenção à PcD e à PcAH	unidade	30.000
	Implantação da Rede de Serviços Integrados - Casas da Cidadania	SJCDH	Fortalecimento do desenvolvimento, prevenção e promoção dos espaços públicos, com Centro de Referência em Direitos Humanos ao Cidadão, disponibilizando a rede de serviços públicos integrados e transversais, através das Casas da Cidadania (atendimento e serviços de forma integrada e intersetorial, presencial e digital).	1.953.000	Casa da Cidadania implantada	unidade	4
					Observatório Social implantado	unidade	1
					Serviço Digital implantado	unidade	1
	Inclusão social e reintegração do egresso do Sistema Prisional	SEAPEN	Promoção do acompanhamento social do egresso e sua reintegração com objetivo de enfrentamento à vulnerabilidade social e redução da reincidência.	4.200.000	Egresso acompanhado	%	50
	Promoção da Acessibilidade e Inclusão por meio da Articulação de Políticas Públicas	FADERS	Enfrentamento à atuação fragmentada e setorizada do Estado na execução de Políticas Sociais e suas implicações na exclusão, segregação e isolamento das PcD e PcAH/Sd, mediante atividades coordenadas para a articulação de iniciativas e proposições de Políticas Públicas de Acessibilidade e Inclusão nas diferentes esferas e áreas de atuação do Estado.	295.341	Fórum Temático promovido	unidade	40
					Município atingido em evento de articulação	unidade	1.080
					Plenária do Fórum Permanente realizada	unidade	40

Ação Programática: POD+: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**Resultado Esperado:** Redução da ocorrência de ciclos de violência e letalidade na trajetória de adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, por meio da criação e manutenção de Centros da Juventude e a oferta de cursos de qualificação profissional, reforço escolar, atividades culturais e esportivas, atendimento psicossocial e encaminhamento às redes de saúde, assistência social e educação.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
50.130.000	15.130.000	35.000.000	Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 24 anos	por 100 mil habitantes	0,88	0,76
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Fortalecimento da Gestão POD+	SJCDH	Fortalecimento e qualificação da Gestão SJCDH/POD + Programa de Oportunidades e Direitos, fomentando a mudança de paradigma dos serviços à disposição da população gaúcha, utilizando-se de um Modelo de Gestão para Resultados, através de ferramentas de tecnologia e de monitoramento e avaliação. Cumprimento de metas programáticas e operativas, baseadas em um Planejamento Estratégico, com definição de funções e metas para cada Departamento, com a finalidade de executar de forma eficiente o POD +, em parceria com outras entidades não governamentais e com a sociedade civil. Além disso, dar publicidade de seus atos e entregas do Programa de Oportunidades e Direitos.	3.000.000	Evento realizado	unidade	2
 Fortalecimento das Políticas de Atenção à Juventude – Centros da Juventude	SJCDH	Investimento na autonomia dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, permitindo-lhes desenvolver independência e sentimento de pertencimento à sua comunidade de origem e consciência cidadã sobre seus direitos.	10.510.000	Bolsa para jovens multiplicadores disponibilizada	unidade	340
				Centro da Juventude implementado	unidade	6
				Centro da Juventude construído	unidade	1
				Fórum Permanente da Juventude implementado	unidade	2
				Jovem atendido nos Centros da Juventude	unidade	7.200
				Jovem capacitado	unidade	3.000
				Jovem participante do POD + inserido no ensino fundamental e médio	unidade	12.000
 Fortalecimento e implantação de políticas para a juventude	SJCDH	Fomento a políticas públicas para a juventude, através de estudos e diagnósticos. Utilização das novas tecnologias 4.0 que integrarão os domínios físicos, digitais, com ênfase na juventude. Oficinas de capacitação e experimentação, diagnóstico e orientação vocacional. Efetivação da inclusão social através do oferecimento de serviços públicos de educação continuada para o aumento da escolaridade e Apoio financeiro para permanência na escola e redução da evasão escolar.	120.000	Jovem capacitado em oficina	unidade	1.200
				Jovem liderança formada (incubação de projetos com tecnologias avançadas)	unidade	300
				Jovem participante em curso, seminário, capacitação ou encontro	unidade	2.000
				Plataforma online criada para atualização e divulgação das informações	unidade	1



Modernização do Processo de Ressocialização

SJCDH

Qualificar o atendimento socioeducativo oferecido pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) contribuindo para a redução da superlotação e os níveis de reincidência entre os adolescentes .

32.000.000

Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) construído

unidade

3

Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) equipado

unidade

3

Centro de convivência e Profissionalização equipado- CECONP

unidade

1

Centro de convivência e Profissionalização reformado- CECONP

unidade

1

Sala de video conferência implementada

unidade

1

Servidor qualificado

unidade

300

Sistema de Acompanhamento do Socioeducando - SAS implantado

unidade

1

Video monitoramento implantado

unidade

1



Prevenção Situacional e Qualificação da Segurança Pública

SJCDH

Oferecer espaços de convivência comunitária mais seguros e com acessibilidade universal para pessoas com deficiência, dotados de policiamento comunitário oferecido de forma integrada entre o município e o estado; promover a reapropriação pela comunidade desses espaços e o sentimento de pertencimento estimulando a prática de relações sociais virtuosas e pacíficas. Realização de formação continuada para efetivos policiais que atuarão no policiamento comunitário das áreas abrangidas pelo Programa. Implementação do policiamento comunitário e da integração do efetivo policial frente à comunidade, com as bases comunitárias e delegacia cidadã, bem como monitorar, cientificar e fortalecer a integridade das instituições de segurança pública.

4.500.000

5ª Delegacia Cidadã na Lomba do Pinheiro construída

unidade

1

5ª Delegacia Cidadã na Lomba do Pinheiro implementada

unidade

1

Auditório implementado

unidade

1

Base Comunitária implementada

unidade

1

Base móvel implementada

unidade

3

Certificação do Adequado Funcionamento do controle interno da Policia nos territórios emitida

unidade

1

Efetivo policial capacitado

unidade

25

Sistema de gestão e monitoramento implantado

unidade

1

Ação Programática: RECONECTADO VIDAS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Resultado Esperado: Preservação e proteção da vida de crianças e adolescentes ameaçadas de morte, vulneráveis ou em cumprimento de medidas socioeducativas, por meio da qualificação dos atendimentos e do acolhimento institucional, bem como da oferta de oportunidades de reinserção social.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
260.595.487	259.815.888	779.599	Percentual de alunos com distorção idade-ano entre os atendidos pelas políticas de justiça, cidadania e direitos humanos	%	46	32
			Percentual de crianças e adolescentes que estão frequentando a escola entre os acompanhados pelas políticas de justiça, cidadania e direitos humanos	%	Não apurado	100
			Percentual de crianças e adolescentes reinseridos na família no prazo legal	%	Não apurado	80
			Percentual de pessoas acompanhadas entre as inseridas nos Programas de Proteção à Vida	%	Não apurado	100
			Percentual de reingresso de socioeducandos na FASE	%	30,4	28
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Adequação, qualificação e manutenção do atendimento ao socioeducando e fortalecimento da rede intersetorial	FASE	Manutenção e qualificação do atendimento socioeducativo e das estruturas físicas da FASE. Implantação e equipagem de novos Centros de Atendimento Socioeducativo de internação e de semiliberdade, visando atender à regionalização do atendimento, à diminuição da superlotação e à adequação das estruturas físicas e do atendimento aos parâmetros previstos no SINASE. Reforma e ampliação dos centros de atendimento da FASE de acordo com as normas regulamentadoras vigentes. Manutenção e ampliação dos módulos de operação do Sistema de Acompanhamento do Socioeducando. Garantia da promoção sistemática dos fóruns deliberativos e de encaminhamentos previstos no SINASE e outros que se entendam necessários.	241.862.445	Centro de atendimento e sede reformado, ampliado e equipado	unidade	16
				Centro de Atendimento Socioeducativo ampliado	unidade	1
				Espaço de acolhimento a familiares construído e equipado	unidade	7
				Novo Centro de Atendimento Socioeducativo construído e equipado	unidade	3
				Novo Centro de Semiliberdade implantado	unidade	2
				Participante da sociedade civil em fórum e seminário sobre socioeducação realizado	unidade	800
				Socioeducando atendido	unidade	12.400
 Aperfeiçoamento do atendimento ao socioeducando por meio da qualificação do Plano Individual de Atendimento – PIA	FASE	Fortalecimento, qualificação e garantia do processo de elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento, por meio de capacitação continuada dos analistas e da realização de fóruns de discussão sobre o PIA Egresso e Círculos de Compromisso, para auxiliar aos socioeducandos no processo de reconhecimento de suas habilidades e capacidade de ressignificar seus projetos de vida. Orientação e encaminhamento das famílias para as políticas e serviços de inclusão social, por meio da articulação com a rede, desde a inclusão do adolescente jovem no programa de execução de medidas socioeducativas.	0	Família orientada e encaminhada para a rede socioassistencial	unidade	80
 Aperfeiçoamento do atendimento por meio da qualificação do Plano Individual de Atendimento - PIA e Práticas de Justiça Restaurativa em Rede	FPERGS	Fortalecimento, qualificação e garantia do processo de elaboração e execução do Plano Individual de Atendimento (PIA) do acolhido, em suas diferentes etapas com promoção de Fóruns de discussão sobre o PIA dos acolhidos. Promoção, motivação e apoio a famílias, de origem ou extensas e outros vínculos, de crianças e adolescentes e ou demandas específicas, com práticas restaurativas e círculos de construção de paz, além de manutenção de suporte material e financeiro, conforme demandas apresentadas.	100.000	Acolhido atendido por Prática de Justiça Restaurativa	unidade	144
				Atendimento ao acolhido aperfeiçoado	unidade	1.280
				Família orientada e encaminhada à rede de atendimento	unidade	800
				Prática de Justiça Restaurativa realizada	unidade	200

	Aperfeiçoamento do Programa RS sem Drogas	SJCDH	Certificação de entidades nas competências do Departamento de Políticas Públicas sobre Drogas (DEPPAD) visando qualificar os serviços prestados aos usuários e familiares quando do tratamento em Comunidades Terapêuticas.	120.000	Entidade certificada	unidade	50
	Execução e ampliação dos Sistemas de Proteção e do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)	SJCDH	Execução, ampliação e fortalecimento do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). O Programa possui convênio com o governo federal, com repasse de verbas, e sua execução se dá por meio de parcerias com entidades da sociedade civil. É acompanhado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, com articulação em nível nacional.	3.273.443	Criança e adolescente protegido	unidade	320
	Execução, ampliação e fortalecimento do Programa de Proteção a Testemunha Ameaçada de Morte – PROTEGE	SJCDH	Execução, ampliação e fortalecimento do Programa Estadual de Proteção , Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas - PROTEGE. Programa com recurso federal, executado no Estado.	3.869.599	Testemunha ameaçada protegida	unidade	480
	Fortalecimento da intersectorialidade e promoção da garantia dos direitos aos socioeducandos egressos da FASE	SJCDH	Garantia da promoção sistemática dos fóruns deliberativos e de encaminhamentos previstos no SINASE e outros que se entendam necessários, promovendo a mobilização e responsabilização de todos os setores: Fórum das Medidas Socioeducativas	0	Participante da sociedade civil no fórum e no seminário sobre socioeducação	unidade	80
	Fortalecimento das políticas de inclusão social dos egressos de medidas socioeducativas	SJCDH	Fortalecimento da vinculação dos egressos de medidas socioeducativas ao POD Socioeducativo, por meio de parcerias com OSCs. Ampliação das políticas de inclusão social, através da articulação com os municípios, com destaque para os que possuem unidades da FASE, oferecendo alimentação, transporte e bolsas-auxílio aos que aderem ao programa. Aumento da oferta de cursos profissionalizantes, ampliando a inclusão dos egressos no mercado de trabalho.	8.060.000	Egresso vinculado ao POD com benefício assegurado	unidade	4.400
	Implantação da Central Reguladora de Vagas (CRV) e do sistema de audiências por videoconferência	FASE	Realização de parceria com órgãos do poder judiciário para implantação da Central Reguladora de Vagas (CRV), com o objetivo de regular o ingresso de socioeducandos em privação de liberdade no Estado, diminuindo os índices de lotação das unidades da FASE e qualificando o atendimento institucional. Implantação do sistema de audiências por videoconferência dentro dos Centros de Atendimento da FASE, diminuindo custos e riscos gerados em deslocamentos de custódia.	0	Socioeducando atendido em audiência judicial por videoconferência	%	30
	Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde em Regime de Internação e Semiliberdade (PNAISARI)	FASE	Implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde em Regime de Internação e Semiliberdade (PNAISARI), do Ministério da Saúde, em consonância com as políticas de saúde do SUS, por meio da implementação e implantação dos Planos Operativos Locais e Planos de Ações e Metas, com assessoramento da Secretaria Estadual de Saúde e execução pela Secretarias Municipais de Saúde e dos Ambulatórios de Saúde dos Centros de Atendimento. Estímulo à autonomia, ao autocuidado e ao projeto de vida mais saudável, diminuindo a mortalidade da população adolescente e jovem adulto.	0	Atendimento a socioeducando em ações de assistência e tratamento de saúde	unidade	12.000
	Implantação, qualificação e manutenção do Atendimento de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente	FPERGS	Implantação e adequação das estruturas físicas, mobiliárias, de equipamentos e recursos humanos para qualificação do atendimento de Acolhimento Institucional. Modernização dos processos administrativos e das condições de trabalho e saúde dos servidores. Implantação de programa de acolhimento institucional específico para crianças e adolescentes ameaçados de morte no RS.	450.000	Criança e adolescente ameaçado de morte e egresso da Fase acolhido	unidade	480
					Espaço de acolhimento institucional reformado e adequado	unidade	30
					Jovem acolhido em espaço adequado	unidade	1.280

 <p>Melhoria de edificações e/ou equipamentos existentes ou implantação de novas edificações para internação socioeducativa</p>	SOP	<p>Levantamento, vistoria e diagnóstico das edificações e/ou equipamentos públicos para atender as demandas apresentadas pela SJCDH. Definição do programa de necessidades por edificação. Priorização das demandas e planejamento das atividades. Elaboração de projetos de arquitetura e/ou engenharia e planilha orçamentária para construção de novas edificações ou equipamentos, adequação às normas de acessibilidade e Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio. Fiscalização da execução de obras com Termo de Recebimento Provisório (TRP), de acordo com a Lei 8.666/1993 e com recursos financeiros obtidos pela SJCDH</p>	0	Obra fiscalizada e concluída com Termo de Recebimento Provisório (TRP)	m2	12.000
				Projeto de arquitetura e/ou engenharia elaborado	m2	12.000
 <p>Qualificação do fazer pedagógico na socioeducação</p>	FASE	<p>Promoção da qualificação do fazer pedagógico do atendimento escolar (educação formal), da educação cidadã e da qualificação profissional, incidindo na diminuição da defasagem escolar e no aumento da possibilidade de inserção no mercado de trabalho enquanto egressos da FASE.</p>	2.700.000	Centro de Atendimento com espaço escolar qualificado	unidade	5
				Centro de Convivência e Profissionalização (CECONP) reformado e equipado	unidade	1
				Socioeducando inserido em curso com certificação no CECONP e em todos os CASEs	unidade	2.320
 <p>Redução dos ciclos de violência por meio de Práticas de Justiça Restaurativa</p>	SJCDH	<p>Desenvolvimento de Práticas de Justiça Restaurativa voltadas para os seguintes segmentos: comunidade escolar dos seis territórios do Programa de Oportunidades e Direitos; municípios do RS Seguro; socioeducandos atendidos no meio aberto (CRAS/CREAS) e no meio fechado (FASE).</p>	160.000	Escola com Prática Restaurativa na Socioeducação desenvolvida	%	14
				Prática Restaurativa na Socioeducação desenvolvida	unidade	4
				Profissional capacitado em Práticas Restaurativas	unidade	480
 <p>Ressignificação de práticas violentas do(a) socioeducando(a) por meio de práticas restaurativas</p>	FASE	<p>Ampliação e fortalecimento da justiça restaurativa, práticas restaurativas e da cultura de paz na FASE, promovendo a ressignificação de comportamentos violentos e a atuação do socioeducando nesse contexto, contribuindo para uma mudança de postura nas relações pessoais e familiares, possibilitando a superação dos ciclos de violência em sua trajetória de vida.</p>	0	Prática restaurativa realizada em Centros de Internação e Semiliberade	unidade	391

Ação Programática: PROTEÇÃO À VIDA E PROMOÇÃO DO TRABALHO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resultado Esperado: Redução da desigualdade social e melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio da qualificação da proteção social e da oferta de oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
70.668.368	70.578.347	90.021	IDCRAS médio do Estado do RS	Índice	3,61	5
			IDCREAS médio do Estado do RS	Índice	2,71	5
			Percentual de aproveitamento das vagas ofertadas no SINE	%	36,3	40
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Acesso universal à alimentação adequada e saudável	STAS	Coordenação da Política de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável, através de campanhas sobre alimentação saudável e adequada e da gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Promoção de apoio e manutenção ao CONSEA e apoio a projetos de acesso a alimentos junto à Assistência Social dos municípios.	1.540.891	Campanha sobre alimentação saudável e adequada realizada	unidade	8
 Ações de desenvolvimento e qualificação profissional	STAS	Promover o desenvolvimento e a qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Articulação com a sociedade civil para a oferta cursos de capacitação, bem como, promover a orientação para o trabalho. Elaboração de convênios visando à promoção de vagas para cursos profissionalizantes. Elaboração de parcerias com utilização de recursos do Fundo Estadual de Apoio à Inclusão Produtiva – FEAIP.	1.061.086	Pessoa orientada	unidade	200
 Ações de inclusão social	FGTAS	Atendimento prioritário de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Fomento e oferta de serviços por meio de entidades do terceiro setor e de grupos de interesse da sociedade civil, promoção e fomento de atividades nas áreas de saúde, educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, justiça, assistência jurídica e segurança pública, voltadas a famílias, idosos, adultos, imigrantes, adolescentes e crianças, na perspectiva de contribuir para o acesso aos direitos sociais básicos. Apoio a projetos de desenvolvimento local por meio da promoção de capacitações para OSCs e a disponibilização de espaços físicos. Recursos do Tesouro do Estado, parcerias e de convênios.	7.608.487	Atendimento realizado no Vida Centro Humanístico	unidade	540.000
 Ações de orientação e preparação para o mundo do trabalho	FGTAS	Orientação e informação ao trabalhador com o intuito de possibilitar o conhecimento de suas habilidades e características pessoais dentro do contexto do mundo do trabalho. Atua com grupos de jovens em idade escolar (Sine na Escola), de usuários das agências FGTAS/SINE (oficinas e palestras) e de trabalhadores em geral (seminários). Recursos do tesouro.	420.000	Curso, palestra e oficina realizada, voltada à inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social	unidade	135
				Projeto de desenvolvimento local apoiado	unidade	29
				Serviço de Ente Público e OSC instalado no Vida Centro Humanístico	unidade	75
				Serviço de revitalização realizado no Vida Centro Humanístico	unidade	6
				Aluno orientado por intermédio do projeto Sine na Escola	unidade	36.000
				Campanha de divulgação realizada	unidade	52
				Oficina realizada para inserção e reinserção no mundo do trabalho	unidade	204
				Seminário realizado sobre o mundo do trabalho	unidade	72

 <p>Ações de promoção de trabalho e renda</p>	<p>FGTAS</p>	<p>Promoção da inserção de trabalhadores no mercado formal, a partir da captação de vagas junto a empresas e encaminhamento dos candidatos de acordo com o perfil da vaga oferecida pelas Agências FGTAS/Sine do RS. Encaminhamento do benefício do Seguro-Desemprego. Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social. Realização de treinamentos e seminários de capacitação para os agentes do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. A intermediação de mão de obra é realizada a partir do sistema informatizado - Sistema Emprega Brasil, Portal Mais Emprego - e operacionalizado pelas Agências FGTAS/SINE do Estado. Ações voltadas para públicos prioritários: recolocação de pessoas monitoradas pelo Seguro-Desemprego; ação específica de empregabilidade e orientação profissional para trabalhadores com deficiência; ação específica de empregabilidade e orientação profissional para jovens; ação específica de empregabilidade e orientação profissional para público em geral. Recursos do Tesouro do Estado e Recursos Federais através do Fundo do Trabalho.</p>	19.031.491	Beneficiário do Seguro-Desemprego reinserido no mercado de trabalho	unidade	12.000
				Carteira de trabalho emitida	unidade	720.000
				População atendida via Intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego	unidade	5.160.000
				Trabalhador inserido no mercado de trabalho	unidade	120.000
				Vaga de trabalho captada	unidade	320.000
 <p>Acolher Animal</p>	<p>STAS</p>	<p>Implantação da política estadual de assistência aos animais domésticos urbanos e rurais e aos animais comunitários de famílias em situação de vulnerabilidade social, em parceria com os municípios, órgãos federais e com a rede de proteção animal do RS. Realização de campanhas de sensibilização e educação contra maus tratos dos animais. Promover a regulamentação de leis relacionadas à proteção animal.</p>	6.265.000	Campanha de sensibilização e educação realizada	unidade	8
				Esterilização realizada	unidade	40.000
				Legislação e regulamentação de leis ligadas à proteção animal realizada	unidade	7
				Pessoa capacitada	unidade	1.600
<p>Apoio ao Programa Social da CEASA</p>	<p>SEAPDR</p>	<p>Recuperação do espaço físico do Programa Social da CEASA/RS, por meio de reformas estruturais e aquisição de câmara fria a fim de garantir a qualidade e sanidade dos produtos a serem doados pelo Programa Prato para Todos.</p>	265.000	Câmara fria instalada	unidade	1
				Reforma estrutural no espaço destinado ao Programa Social da CEASA realizada	unidade	1
 <p>Aprimoramento da gestão estadual da Assistência Social</p>	<p>STAS</p>	<p>Aprimoramento das gestões estadual e municipais na execução da política de assistência social, por meio de implantação dos módulos FEAS / Vigilância Socioassistencial/CadÚnico integrados ao GSS - Gestão de Sistemas Sociais. O sistema busca automatizar o processo de adesão e prestação de contas do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS. Visa também melhorar o monitoramento, o acompanhamento e a análise dos municípios. Apoio e manutenção do Conselho Estadual Assistência Social.</p>	940.000	Conselho apoiado	unidade	4
				Sistema implantado	unidade	1
 <p>Articulação com o terceiro setor e empresas para desenvolvimento de projetos sociais</p>	<p>STAS</p>	<p>Apoio técnico de projetos sociais, visando ao desenvolvimento social do Estado. Monitoramento e avaliação dos projetos do terceiro setor, através da Lei da Solidariedade. Fomento a ações de assistência social e inclusão produtiva através de editais públicos, buscando a qualificação de pessoas e entidades para propiciar maior inserção no mercado de trabalho. Elaboração de parcerias com utilização de recursos do Fundo Estadual de Apoio à Inclusão Produtiva – FEAIP.</p>	1.744.065	Entidade com projetos sociais apoiada	unidade	200

 Desenvolvimento do artesanato gaúcho	FGTAS	Apoio à organização do trabalho artesanal no RS, habilitando o artesão para o exercício da profissão. Emissão da carteira profissional (Carteira Artesão PGA); registro no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB). Apoio à realização de feiras municipais de artesanato e à participação e comercialização dos produtos em feiras. Revitalização das Casas do Artesão no RS e expansão para outros municípios do estado. Disponibilização de um canal pela internet para fomento à comercialização de produtos artesanais. Efetivação da qualificação profissional, priorizando regiões em desenvolvimento e em condição de vulnerabilidade social. Recursos financeiros de fontes próprias do Programa Gaúcho do Artesanato - PGA, do Tesouro do Estado e de convênios .	1.252.262	Artesão com produção divulgada em canal na internet FGTAS/PGA	unidade	2.016
				Artesão contemplado com espaços de comercialização em feiras e eventos	unidade	7.070
				Artesão qualificado por meio de cursos, oficinas e palestras	unidade	14.737
				Carteira de Artesão PGA e PAB emitida	unidade	33.145
				Casa de artesão aberta	unidade	34
 Educação permanente para o aprimoramento e qualificação da rede socioassistencial	STAS	Realização de ações de educação permanente e apoio técnico aos municípios visando ao aprimoramento e qualificação da rede socioassistencial, através de oficinas, mesas redondas, seminários, entre outros, para orientação e capacitação dos gestores e trabalhadores municipais.	1.200.000	Gestor e trabalhador do SUAS Municipal capacitado	unidade	5.800
				Município apoiado e capacitado para ampliação cadastral do Cadastro Único	unidade	497
				Município apoiado tecnicamente no Programa Acessuas Trabalho	unidade	348
				Município apoiado tecnicamente no Programa Criança Feliz	unidade	320
				Município apoiado tecnicamente no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	unidade	490
				Oficina realizada pelo Acessuas Trabalho e Criança Feliz	unidade	60
 Fortalecimento e incentivo ao empreendedorismo de economia popular solidária	STAS	Promoção de apoio técnico para Empreendimentos Econômicos Solidários, visando à disseminação dos princípios do comércio justo e do consumo consciente. Incentivo à organização de feiras de economia popular solidária e apoio ao Conselho Estadual.	1.550.000	Conselho do setor apoiado	unidade	4
				Feira e/ou empreendimento de artesanato gaúcho apoiado	unidade	24
				Feira e/ou empreendimento de Economia Popular Solidária apoiado	unidade	8
 Orientação, qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores	FGTAS	Orientação e qualificação profissional e de empreendedorismo para trabalhadores. Oferta de qualificação para trabalhadores assalariados e profissionais autônomos. Qualificação de empreendedores por meio de cursos de formação em cooperativismo e demais formas coletivas de organização do trabalho. Qualificação de micro e pequenos empreendedores com cursos em gestão de negócios, em parceria com outras instituições. Promoção do fomento e da orientação aos trabalhadores sobre as formas alternativas de geração de trabalho e renda. Efetivar o encaminhamento de trabalhadores ao Microcrédito Produtivo Orientado nas Agências FGTAS/SINE, em parceria com o Programa Gaúcho do Microcrédito (SEDETUR).	1.762.981	Pessoa encaminhada às instituições de microcrédito pelas Agências FGTAS/Sine	unidade	14.619
				Trabalhador orientado sobre as formas alternativas de geração de trabalho e renda	unidade	24.150
				Trabalhador qualificado por meio de cursos e oficinas	unidade	3.888
 Programa Social da CEASA/RS	CEASA	Oferta de produtos hortifrutigranjeiros excedentes de produção à população carente e a instituições assistenciais cadastradas pela CEASA/RS - Programa Prato para Todos.	150.500	Alimento doado pelo programa	kg	2.283.000
				Pessoa atendida pelo programa	unidade	370.000



Qualificação no atendimento da política estadual de assistência social	STAS	Qualificação no atendimento da política estadual de assistência social. Por meio de apoio técnico, educação permanente aos gestores e trabalhadores e repasse de recurso aos Fundos Municipais de Assistência Social, nas modalidades CREAS, CRAS, Centro Dia, Residência Inclusiva. Busca-se melhorar a assistência do usuário que será atendido na esfera municipal. Promover o acolhimento de provisório de pessoas e de seus acompanhantes, que estejam em trânsito e sem condições de auto sustento durante o tratamento de doenças graves fora da localidade de sua residência.	25.876.605	Acolhimento realizado - Casas da Solidariedade	unidade	12.960
				Beneficiário atendido na residência inclusiva cofinanciada	unidade	120
				Beneficiário atendido no Centro Dia cofinanciado	unidade	19.200
				Cofinanciamento aos Fundos Municipais realizado	unidade	497
				Gestor e trabalhador do SUAS apoiado tecnicamente	unidade	17.200

Ação Programática: **QUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS**

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA CULTURA

Resultado Esperado: Ampliação do acesso e da utilização das instituições culturais do Estado, a partir da qualificação e preservação dos espaços físicos e acervos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
39.122.209	38.486.213	635.996	Percentual de Instituições com PPCI e acessibilidade em boas condições	%	0	100
			Percentual de Instituições Culturais com estrutura em boas condições	%	0	100
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Conclusão da obra da Casa de Música da OSPA	FOSPA	Realização da III Fase da Obra através de projetos incentivados Rouanet e LIC. Parceria das secretarias SOP, SEDAC, SEPLAG.	0	Casa de Música da Ospa concluída	unidade	1
 Finalização da obra do Teatro da Ospa	SEDAC	Finalização da construção do novo teatro da OSPA, incorporando a orquestra, a administração e a escola de música em um só local, propiciando melhores condições de trabalho e economicidade.	500.000	Teatro construído	unidade	1
 Manutenção das Instituições Culturais do Estado	SEDAC	Garantir as despesas de manutenção dos bens culturais e históricos das diversas instituições culturais - museus, bibliotecas e casas de cultura do Estado.	36.824.153	Instituição Cultural mantida	unidade	25
 Qualificação estrutural do complexo do Teatro São Pedro	FTSP	Manutenção do Teatro São Pedro em boas condições e conclusão das obras do Complexo Multipalco, para oferecer uma gama maior de atividades culturais e de formação para a comunidade.	222.856	Obra concluída	unidade	1
 Realização de atividades de Educação Patrimonial	SEDAC	Desenvolvimento de oficinas e atividades de Educação Patrimonial junto ao público frequentador dos espaços culturais sob a responsabilidade da Sedac, assim como junto às comunidades que apresentam relação com bens tombados em nível estadual por todo o território do Estado do RS.	424.800	Atividade / Oficina de educação patrimonial realizada	unidade	7
 Recuperação de acervos dos museus gaúchos	SEDAC	Restauração de acervos do Museu Histórico Farroupilha através de um acordo de cooperação com a UFPEL. Restauração do acervo do Museu Júlio de Castilhos através de acordos de cooperação ou projetos de incentivo à cultura. Restauração do acervo do Museu Hipólito José da Costa através dos recursos do edital de recuperação de bens lesados do Ministério Público. Aquisição de mobiliário para a qualificação das reservas técnicas dos Museus do Estado através das leis de incentivo à cultura ou doações empresariais. Utilização de sistema de informação para disponibilizar informações sobre os acervos para o público externo.	424.800	Acervo museológico disponibilizado ao público	unidade	9
 Requalificação de museus por meio de parceria público-privada	SEDAC	Recuperação do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul através de parceria público-privada e das Leis de Incentivo à Cultura; requalificação do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e do Museu Estadual do Carvão através de parceria público-privada e Leis de incentivo à Cultura. Recuperação do Parque Histórico de Bento Gonçalves através de parceria com a prefeitura Municipal de Cristal. Elaboração de sistemas de sustentabilidade econômica para todas as instituições através de parcerias com o setor privado.	300.000	Museu recuperado através de parceria público privada	unidade	4

Restauração e requalificação
de prédios históricos culturais

SEDAC

Restauração da estrutura física do Museu Júlio de Castilhos, do Museu Hipólito José da Costa e do Memorial do Rio Grande do Sul com recursos do PAC Cidades Históricas do Governo Federal. Restauração das estruturas do MARGS com recursos do Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça. Restauração das estruturas da Casa de Cultura Mário Quintana com recursos oriundos da Lei Rouanet. Execução de mais uma etapa da restauração da Biblioteca Pública do Estado com recursos oriundos do edital do BNDES.

425.600

Prédio histórico restaurado ou requalificado por
intermédio de programas de governo

unidade

6

Ação Programática: ACESSO À CULTURA E AO ESPORTE E LAZER**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA CULTURA**Resultado Esperado:** Promoção do acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, por meio da oferta de uma programação cultural e esportiva de qualidade, bem como da disponibilização de espaços para formação artística e a realização de atividades esportivas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
15.234.653	11.244.890	3.989.763

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Ampliação da oferta de projetos de esporte, cultura e lazer na FASE	FASE	Sedimentação e ampliação da oferta de projetos de esporte, cultura e lazer na FASE, garantindo sua execução e o acesso dos socioeducandos às atividades com vistas a promover sua saúde integral, em articulação com as demais atividades socioeducativas. Fortalecimento das práticas de leitura e da produção de texto pelos socioeducandos.	0	Atividade esportiva e cultural realizada	unidade	52
 Ampliação de ofertas de esporte, cultura e lazer a grupos vulneráveis	SJCDH	Ampliação das ofertas de esporte, cultura e lazer a grupos vulneráveis, por meio de parcerias e convênios com Organizações da Sociedade Civil/OSC e com Prefeituras Municipais, nas regiões dos COREDEs, nos municípios do RS SEGURO.	40.000	Socioeducando atendido em atividades dirigidas nas salas de leitura da FASE	unidade	782
 Apoio à integração de municípios para a promoção de meta cultural conjunta	SAAM	Apoio a integração dos municípios de médio e pequeno porte para a promoção de atividades culturais conjuntas entre municípios visando incentivar e estabelecer uma identidade cultural.	0	Socioeducando participante em atividade esportiva e cultural continuada	unidade	1.430
 CETE Sustentável	SEL	Busca tornar a estrutura do CETE autossustentável, visando diminuir o custo de manutenção, identificando e explorando potenciais fontes de renda existentes que possam gerar recursos para custear as despesas. Esta ação será viabilizada a partir de contratos ou convênios para exploração dos espaços economicamente viáveis. A qualificação da estrutura ocorrerá a partir de obras de reforma e resultará na diminuição dos custos de manutenção, por meio de convênio federal. A ordenação da ocupação será efetuada a partir da elaboração de regimento interno e do convênio com as entidades ligadas ao esporte.	435.000	Ação cultural apoiada	unidade	80
 Disponibilização de uma programação artística de qualidade no Teatro São Pedro	FTSP	Oferta de programação de atividades artísticas e culturais de qualidade para a comunidade, nas áreas de música, dança, teatro e circo.	8.147.219	Atividade oferecida por meio de entidade/profissional cadastrado	unidade	20
				Entidade regularmente conveniada para uso do CETE	unidade	20
				Frequentador do CETE cadastrado	unidade	3.500
				Profissional regularmente cadastrado para uso do CETE	unidade	20
				Reforma do CETE concluída e entregue	%	100
 Implantação de novos centros de treinamento esportivo	SEL	Identificação de novos espaços para centros de treinamentos regionais valorizando e complementando iniciativas já existentes nos municípios. Os centros de treinamento serão estabelecidos a partir de convênios e parcerias com municípios e federações.	3.722.647	Centro de treinamento esportivo implantado	unidade	4
				Frequentador participante de centro de treinamento esportivo	unidade	400
 Realização das atividades da Escola e da Orquestra da Ospa	FOSPA	Realização da temporada artística da Fundação OSPA com a realização de espetáculos dos seus corpos artísticos (Coro Sinfônico, Orquestra, OSPA Jovem, Banda Sinfônica, Camerata Jovem, Coro Jovem, Coro Infanto-Juvenil), bem como a manutenção das demais atividades pedagógicas e de formação musical da Escola, através dos recursos próprios, tesouro do Estado e projeto incentivado pela Lei Rouanet, bem como a manutenção das demais atividades pedagógicas e de formação musical da Escola.	2.889.787	Aluno atendido pela Escola da Ospa	unidade	400
				Apresentação da Escola da Ospa Realizada	unidade	145
				Apresentação da Ospa realizada	unidade	200
				Público contemplado em apresentações da Escola da Ospa	unidade	40.000
				Público contemplado em apresentações da Ospa	unidade	160.000

Ação Programática: AÇÕES HABITACIONAIS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO

Resultado Esperado: Redução do déficit habitacional existente no Estado, regularização fundiária de áreas públicas ocupadas e formalização de escrituras de imóveis da COHAB-RS aos moradores habilitados.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
20.317.937	15.217.937	5.100.000	Carência habitacional para famílias de baixa renda no RS	Unidade	239.000	223.107

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Produção Habitacional	SOP	Contratação de novos empreendimentos, diretamente ou em parcerias, e conclusão de ações habitacionais em execução, para famílias de baixa renda nas regiões do Estado.	2.550.000	Unidade Habitacional de Interesse Social (HIS) concluída	unidade	4.000
Regulariza RS - Regularização Fundiária e Urbana	SOP	Transferência da propriedade de imóveis remanescentes da COHAB-RS para mutuário com autorização para escritura, comprador com "contrato de gaveta" e morador sem documentação de compra e venda. Levantamentos topográficos para a retificação cartorial da gleba de terra de propriedade do Estado e dos lotes ocupados pelas famílias de baixa renda. Ações de assistência social para a identificação e levantamento cadastral das famílias de baixa renda nos aglomerados subnormais cujas áreas são de propriedade do Estado. Elaboração de estudos e projetos urbanísticos e de engenharia sanitária. Obras para urbanização e saneamento dos lotes. Emissão de termos de legitimação fundiária para legalizar a habitação das famílias nas áreas do Estado.	17.767.937	Unidade Habitacional de Interesse Social (HIS) contratada	unidade	6.000
				Escritura definitiva assinada (COHAB)	unidade	3.600
				Família assistida por aluguel social	unidade	100
				Família assistida por Termo de Legitimação Fundiária	unidade	2.469
				Gleba do Estado com regularização cartorial	unidade	4
				Lote com melhoria de infraestrutura	unidade	1.716

Ação Programática: FOMENTO E PROMOÇÃO DO ESPORTE**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER**Resultado Esperado:** Ampliação da participação e da divulgação de atletas gaúchos em competições, a partir do fomento de projetos esportivos e da promoção de circuitos esportivos e paraesportivos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
41.451.934	38.191.934	3.260.000	Número de atletas do RS de alto rendimento disputando competições nacionais e internacionais	Atleta	27	40

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Capacitação de proponentes de projetos esportivos	SEL	Ampliação e qualificação de proponentes de projetos esportivos direcionados ao Pró-Esporte e a outros editais de fomento. Os cursos serão executados por profissionais da SEL no modo presencial e serão distribuídos na capital e no interior, sendo publicizados pelo site e redes sociais.	128.000	Curso ofertado	unidade	32
				Proponente de projeto esportivo capacitado	unidade	800
 Desenvolvimento e permanência dos atletas gaúchos	SEL	Fomento à permanência e ao desenvolvimento dos atletas gaúchos para conquista de novas faixas no esporte por meio da concessão do bolsa atleta e do custeio de passagens, hospedagem e alimentação a esportistas que participam de competições nacionais e internacionais representando o Estado do Rio Grande do Sul. Os atletas beneficiados serão selecionados a partir de editais	7.050.000	Atleta beneficiado com alimentação e/ou passagem e/ou hospedagem e/ou inscrição	unidade	500
				Atleta beneficiado pelo bolsa atleta	unidade	45
 Divulgação do esporte gaúcho	SEL	Disponibilização de informação à população sobre eventos esportivos, atletas competidores e mecanismos de fomento. Serão implementadas agendas e um sistema de chancela de eventos esportivos. As campanhas serão efetuadas considerando a utilização de materiais impressos e digitais.	170.000	Campanha publicitária sobre eventos e atletas competidores realizada	unidade	7
				Campanha publicitária sobre mecanismo de fomento realizada	unidade	1
 Fomento ao Esporte	SEL	Fomentar os programas de incentivo ao esporte do estado do RS a partir dos recursos disponibilizados pela Lei Pelé. Os recursos serão disponibilizados a partir do lançamento de editais.	6.240.000	Projeto com recurso da Lei Pelé viabilizado	unidade	80
 Pró-Esporte RS	SEL	Promoção e qualificação dos programas de incentivo ao esporte do estado do RS. O sistema de gestão informatizado auxiliará na implementação das políticas públicas ampliando o acesso e a transparência. Os projetos serão viabilizados a partir do lançamento de editais (do Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte) e projetos aprovados para captação de recursos a partir da lei de incentivo ao esporte.	15.200.000	Projeto com recurso do Pró-Esporte (FEIE) viabilizado	unidade	75
				Projeto com recurso do Pró-Esporte (LIE) viabilizado	unidade	200
				Sistema de Informação do Pró-Esporte implantado	%	100
 Promoção do circuito esportivo e paradesportivo	SEL	Realização do calendário esportivo e promoção de novas ações da SEL no interior do Estado com o objetivo de fomentar o esporte gaúcho promovendo o seu crescimento em todas as modalidades. Promoção da inclusão social e desportiva e realização de eventos de rendimento aos atletas e iniciantes do esporte. O circuito será viabilizado a partir de editais de inscrição e da licitação dos serviços, ou convênios com prefeituras.	12.573.934	Atividade esportiva realizada	unidade	7
				Participante de atividades esportivas	unidade	8.000



Reestruturação do esporte gaúcho	SEL	Reformulação do modelo de organização e execução da política pública desportiva, envolvendo a comunidade. Busca-se, a partir desta ação, um planejamento de longo prazo para o esporte. Essa iniciativa será viabilizada através de conferências que resultarão no Plano Estadual de Esporte. Com o mesmo fim também será implantado o Sistema Estadual de Esporte. O auxílio à regularização das entidades de esporte se dará a partir de estudo da situação de cada entidade e da proposição de uma forma de regularização, através de uma nova lei de refis ou acordo judiciais ou extrajudiciais. A regularização auxiliará na reestruturação do esporte de forma a possibilitar novos convênios com as entidades para que prestem serviços especializados esportivos, tendo em vista tratar-se das federações e associações representantes de cada uma das modalidades esportivas.	90.000	Conferência para construção do Plano Estadual do Esporte realizada	unidade	18
				Entidade regularizada - Federações e Associações.	unidade	20
				Participante da Conferência	unidade	540

Programa: RS SEGURO

Temático

Objetivo Temático: Recuperar a sensação de segurança da população, por meio do fortalecimento das instituições e da atuação efetiva, em sinergia com a sociedade, buscando a maior qualidade na prestação dos serviços.

Contextualização: O programa temático RS Seguro dá tratamento a uma das prioridades do Governo do Estado do Rio Grande do Sul: o combate à violência e à criminalidade. Essa temática destaca-se por seus efeitos diretos sobre a qualidade de vida dos cidadãos, bem como sobre a atividade econômica. Garantir a tranquilidade pública e promover a paz social são imperativos para o desenvolvimento socioeconômico do nosso Estado.

No que se refere ao número de mortes violentas no Rio Grande do Sul, a taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes, divulgada pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), do Ministério da Justiça, aponta uma diminuição em 2018, situando-se abaixo da média brasileira. Os CVLI compreendem os homicídios, latrocínios e lesão corporal seguida de morte. Em 2015, essa taxa era de 28,9, acima da média nacional, de 26,1. Ocorreu um aumento até o ano de 2017. A partir daí houve uma diminuição de 31,3 (2017) para 23,6 (2018) no Rio Grande do Sul e de 29,6 (2017) para 25,5 (2018) no Brasil.

No entanto, esses dados apontam para a necessidade de dar continuidade às políticas públicas que resultaram na diminuição dessa taxa, ao mesmo tempo em que são estruturadas políticas de prevenção, inclusive para crimes leves, como roubos de veículos e a pedestres. Ademais, a proteção à integridade material e à vida deve abranger não só ações de repressão, como também políticas intersetoriais de prevenção à violência.

Nesse sentido, o programa RS Seguro tem como objetivo: “recuperar a sensação de segurança da população, por meio do fortalecimento das instituições e da atuação efetiva, em sinergia com a sociedade, buscando a maior qualidade na prestação dos serviços”. Para tanto, o Governo do Estado apresenta quatro ações programáticas, voltadas tanto para a qualificação do serviço e do atendimento dos sistemas de segurança pública e prisional quanto para a promoção de políticas transversais que atendam à juventude e lhe proporcionem novas oportunidades, especialmente nos municípios mais violentos do Estado.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
6.405.743,787	6.085.415,289	320.328,498	Taxa de mortalidade por causas violentas	por 100 mil habitantes	29,27	Negativa
			Taxa de roubo a pedestres	por 100 mil habitantes	456,30	Negativa
			Taxa de roubo de veículos	por 100 mil veículos	238,17	Negativa

Ação Programática: CIDADÃO MAIS SEGURO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**Resultado Esperado:** Redução da criminalidade e da violência no estado, por meio da qualificação do sistema de segurança pública, recuperando a sensação de segurança do cidadão.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
1.829.387.483	1.818.237.483	11.150.000	Número de ocorrências de latrocínio	Unidade	91	77
			Número de vítimas de homicídio doloso	Unidade	2.326	2.130
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Enfrentamento à violência contra vulneráveis	SSP	Aprimoramento das ações de Polícia que buscam combater a violência cometida contra grupos vulneráveis, bem como das diversas formas de violência doméstica, de forma integrada e qualificada.	20.844.810	Exame pericial em vulnerável realizado	unidade	42.548
				Procedimento Policial remetido por delegacia especializada	unidade	180.748
				Visita realizada pela Patrulha Maria da Penha	unidade	102.898
				Vítima de violência doméstica atendida pela Patrulha Maria da Penha	unidade	73.001
 Policiamento comunitário	SSP	Execução do Policiamento Comunitário de modo a fomentar a transversalidade das ações da Brigada Militar com a comunidade e demais setores da sociedade, de maneira a atuar preventivamente, coadunando com a redução de índices de criminalidade.	2.000.000	Base móvel comunitária disponibilizada	unidade	8
				Visita comunitária realizada	unidade	261.755
 Qualificação da polícia judiciária para a repressão qualificada ao crime	SSP	Aprimoramento e especialização da Polícia Judiciária, dando ênfase a investigações dotadas de recursos modernos e tecnológicos, e incremento das atividades cartorárias, buscando assim a elucidação de crimes, a diminuição dos indicadores de criminalidade e, consequentemente, propiciando um maior retorno para a sociedade. Tal iniciativa, que se traduz na busca do aumento da sensação de segurança para o cidadão Gaúcho, será realizada em conjunto com a sociedade, inclusive mediante a celebração de parcerias.	537.073.310	Inquérito policial remetido	unidade	634.620
				Procedimento de adolescente infrator remetido	unidade	74.976
				Termo Circunstanciado remetido	unidade	396.344
 Qualificação da prevenção e combate a sinistros e das ações de busca e salvamento e defesa civil	SSP	Coordenação e execução das atividades típicas do Corpo de Bombeiros. Para que sejam ampliadas as atividades relacionadas com a prevenção e combate a sinistros, ações de busca e salvamento e de defesa civil, poderão além dos recursos disponíveis, ser celebradas parcerias com a sociedade civil, buscando fornecer ao cidadão pronta resposta diante de eventos que possam colocar em risco a vida dos cidadãos.	169.590.549	Alvará e Certificado de Licenciamentos expedido	unidade	377.278
				Estabelecimento vistoriado	unidade	415.438
				Percentual de áreas de risco mapeado	%	100
 Qualificação das ações de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública	SSP	Aprimoramento das ações de Polícia Ostensiva e da preservação da ordem pública, realizadas de forma integrada e qualificada, a fim de ampliar a preservação e a pronta resposta no enfrentamento ao crime. Tal iniciativa, voltada ao aumento da sensação de segurança para o cidadão gaúcho, será realizada em conjunto com a sociedade, inclusive mediante a celebração de parcerias.	1.023.198.103	Arma de fogo apreendida	unidade	23.963
				Barreira policial realizada	unidade	493.708
				Ocorrência atendida	unidade	2.871.437
				Pessoa abordada/identificada	unidade	22.188.834
				Prisão realizada	unidade	451.462
				Veículo fiscalizado	unidade	12.689.579

Qualificação dos serviços
periciais e de identificação

SSP

Aprimoramento dos serviços periciais e de identificação tendo como norte a eficiência e a efetividade, de forma a atender os anseios da comunidade. Tal iniciativa, que se traduz na busca do aumento da sensação de segurança para o cidadão gaúcho, será realizada em conjunto com a sociedade, inclusive mediante a celebração de parcerias.

76.680.711

Acréscimo de trabalhos expedidos pelo IGP por
ano

unidade

213.710

Emissão de carteiras de identidade aumentada

unidade

1.042.709

Ação Programática: FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Resultado Esperado: Melhoria do atendimento e da capacidade de resposta da segurança pública ao cidadão, por meio da eficientização de processos, do aparelhamento, da modernização tecnológica e da ampliação de serviços.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
3.509.805.489	3.259.402.391	250.403.098	Apreensão de drogas	kg	20.804	22.519
			Tempo médio de entrega de perícias	Dia	63	50
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Adequação da Infraestrutura de atendimento da Segurança Pública	SSP	Disponibilização de espaços físicos adequados ao atendimento ao cidadão, bem como a realização das atividades meio e fim dos órgãos de Segurança Pública, visando à melhoria da prestação de serviços à sociedade.	36.617.542	Estrutura física adequada ao atendimento disponibilizada na BM	m2	10.000
				Estrutura física adequada ao atendimento disponibilizada na PC	unidade	26
				Estrutura física adequada ao atendimento disponibilizada no CBM	unidade	1
				Estrutura física adequada ao atendimento disponibilizada no IGP	m2	5.000
 Ampliação e Melhoria dos Serviços Técnicos do Detran ao Cidadão	DETRAN	Criação e melhoria de serviços que diminuam a distância entre o DETRAN e o cidadão, melhorando a imagem da Autarquia, no que se refere ao atendimento e à comunicação	2.937.673.454	CNH emitida	%	100
				CRLV - O certificado de registro e licenciamento de veículo emitido	%	100
				Serviço digital disponibilizado para o cidadão	unidade	48
 Fortalecimento da capacidade de resposta ao cidadão por meio do reaparelhamento da Segurança Pública	SSP	Reposição e modernização dos recursos materiais necessários ao cumprimento da missão constitucional dos Órgãos de Segurança Pública, através da aquisição de equipamentos, de itens de proteção, de armamento, de veículos, de implementos, entre outros.	208.544.609	Armamento adquirido para a Brigada Militar	unidade	4.000
				Armamento adquirido pela Polícia Civil	unidade	4.100
				EPI adquirido para a Brigada Militar	unidade	12.000
				EPI adquirido para o CBM	unidade	440
				EPI adquirido pela Polícia Civil	unidade	6.440
				Equipamento Pericial adquirido	unidade	1.000
				Veículo adquirido pelo IGP	unidade	88
				Viatura adquirida para a Brigada Militar	unidade	720
				Viatura adquirida pela Polícia Civil	unidade	1.740
				Viatura adquirida pelo CBM	unidade	22
 Gabinete de Gestão integrada - GGI	SSP	Elaboração e Execução de Políticas voltadas à gestão integrada de processos e decisões nos Órgãos de Segurança Pública, integração entre os Órgãos do Sistema de Segurança Pública Estadual e de outros entes Federativos, assim como destes com a sociedade. Objetiva-se a diminuição dos entraves burocráticos e institucionais para viabilizar um melhor atendimento ao cidadão.	0	Gabinete de Gestão Integrada Regional implantado	unidade	6

	Instalação efetiva das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs)	SSP	Implementação das Áreas Integradas da Segurança Pública (AISPs), a fim de facilitar a integração dos Órgãos de Segurança Pública, aprimorando o atendimento ao cidadão.	0	Área Integrada de Segurança Pública (AISP) instalada	unidade	10
	Programa de incentivo ao aparelhamento da Segurança Pública - PISEG	SSP	Estruturação do Programa de incentivo ao aparelhamento da Segurança Pública - PISEG, criado pela Lei nº 15.224/2018, para o fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública.	0	Carteira priorizada realizada	%	70
	Promoção da qualidade de vida e da saúde dos profissionais de Segurança Pública	SSP	Redução do absentismo a partir do cuidado com a saúde do servidor, tanto no campo físico quanto no campo emocional, vislumbrando um maior bem estar e, consequentemente, melhor atendimento dos anseios do cidadão.	192.885.262	Atendimento realizado na Policlínica da Polícia Civil	unidade	100.000
	Qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica	SSP	Modernização dos sistemas de tecnologia da informação, tanto em termos de hardware quanto de software, de forma a qualificar e agilizar o atendimento ao cidadão, quer sejam os serviços de urgência ou não.	134.084.622	Atendimento realizado no sistema de saúde da Brigada Militar	unidade	492.000
					Equipamento de radiocomunicação adquirido para a Brigada Militar	unidade	1.040
					Equipamento de TI adquirido para a Brigada Militar	unidade	1.000
					Equipamento de TI adquirido para a Polícia Civil	unidade	6.292
					Equipamento de TI adquirido para o Corpo de Bombeiros Militar	unidade	500
					Equipamento de TI adquirido pelo IGP	unidade	1.000
					Quartel da Brigada Militar conectado à InfoVIA do Estado	unidade	60

Ação Programática: ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**Resultado Esperado:** Redução da superlotação do sistema prisional, promovendo um ambiente digno e adequado ao cumprimento da pena na sua dupla dimensão, de retribuição e efetiva ressocialização, reduzindo os índices de reincidência.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
1.058.670.815	999.895.415	58.775.400	Índice de Retorno	%	71,4	66

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Geração de vagas qualificadas no Sistema Prisional	SEAPEN	Redução da superlotação através da construção de novos presídios, da recuperação e da ampliação das estruturas existentes, além da ampliação de vagas com o uso da monitoração eletrônica.	86.742.945	Casa modelo APAC implantada	unidade	5
				Vaga prisional gerada	unidade	5.000
 Melhoria das edificações prisionais existentes e novas construções para suprir a carência de vagas prisionais	SOP	Apoio na elaboração de projetos de arquitetura e/ou engenharia e planilha orçamentária para construção de novas edificações ou equipamentos, adequação às normas de acessibilidade e Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio, conforme Decreto nº 54.525/2019. Fiscalização da execução de obras com recursos financeiros obtidos pela SEAPEN e outros órgãos demandantes	0	Obra fiscalizada e concluída com Termo de Recebimento Provisório (TRP)	m2	56.000
				Projeto de arquitetura e/ou engenharia elaborado	m2	56.000
 Promoção do caráter educativo da pena	SEAPEN	Ampliação da oferta de estudo, capacitação profissional e vagas de trabalho prisional e prestação de assistência social, jurídica e psicológica ao preso, visando sua ressocialização.	4.400.000	Preso condenado estudando	%	7
				Preso condenado trabalhando	%	35
 Qualificação e inovação tecnológica do Sistema Prisional	SEAPEN	Aumento da implantação de audiências por videoconferência nas casas prisionais, identificação biométrica, proposta de nova legislação, estimulando o uso da monitoração eletrônica nas progressões de regimes.	90.300.000	Estabelecimento prisional com identificação biométrica implantada	%	100
				Estabelecimento prisional com videoaudiência implantada	unidade	30
				Tornozeleira eletrônica disponibilizada	unidade	10.000
 Tratamento e assistência ao apenado	SEAPEN	Promover o tratamento e a assistência ao apenado, bem como prover os meios necessários para manutenção e funcionamento do sistema prisional.	877.227.870	Estabelecimento prisional mantido	%	100

Ação Programática: POLÍTICAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA COM FOCO TERRITORIAL**Órgão Coordenador:** GABINETE DO VICE-GOVERNADOR**Resultado Esperado:** Redução dos ciclos de violência na trajetória de jovens em situação de vulnerabilidade e risco, por meio da oferta de alternativas e oportunidades atrativas, especialmente nas áreas da educação, da assistência, da saúde e do trabalho e renda.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
7.880.000	7.880.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Implantação das ações previstas nos Planos de Ação Territoriais junto aos Municípios do Programa RS Seguro	SJCDH	Execução do plano de ação anual junto aos municípios priorizados no Programa RS Seguro, conforme planejamento realizado em conjunto com o Comitê Executivo do Programa.	80.000	Ação executada conforme Plano Anual	%	100
 Implementação de ações de prevenção à violência nas escolas e comunidades escolares - RS Seguro	SEDUC	Proporcionar iniciativas educacionais de prevenção e controle da violência nos espaços escolares e comunidades por meio de projetos institucionais, envolvendo parcerias com outros órgãos governamentais e não governamentais. A SEDUC irá priorizar a implementação das CIPAVEs+, que são as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar, integrante do programa transversal RS Seguro, em parceria com as prefeituras municipais e outros órgãos estaduais, bem como todas as demais iniciativas que contribuam para a redução da violência, o que diretamente interfere no acesso e aprendizagem dos alunos. Dentre as iniciativas educacionais, cabe destacar o Projeto Escola Mais Paz, que consiste na formação de facilitadores de círculos de construção de paz, bem como de Núcleos de Justiça Restaurativa nos municípios, em parceria com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH e com a AJURIS.	0	Aluno beneficiado por ações de prevenção à violência escolar	unidade	880.000
 Apoio ao acompanhamento da situação do aluno na escola - RS Seguro	SEDUC	Implementar o preenchimento da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente - FICAI on-line para prevenir a evasão e evitar o abandono escolar, acompanhando e monitorando constantemente esse movimento dos alunos, visando à elaboração de ações para a redução de abandono e reaprovação escolar. Essas ações são implementadas em rede entre as escolas, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, as secretarias de estado, prefeituras municipais e demais órgãos e instituições.	0	Aluno acompanhado pela FICAI	%	100
 Implantação das ações previstas nos Planos de Ação Territoriais junto aos Municípios do Programa RS Seguro	SICT	Execução do plano de ação anual junto aos municípios priorizados no Programa RS Seguro, conforme planejamento realizado em conjunto com o Comitê Executivo do Programa	0	Ação executada conforme Plano Anual	%	100
 Implantação de aplicativo de proteção às mulheres vítimas de violência	SES	Implantação da tecnologia para a proteção de mulheres vítimas de violência no RS.	0	Aplicativo implantado	%	100



Incentivo à implantação dos Centros de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.	SES	Criar estratégias e articular com os municípios a habilitação dos Centros de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Integrar fluxos de atendimento dos diferentes serviços (delegacias especializadas, serviços de saúde, perícia médico-legal, serviços socioassistenciais, varas especializadas, Ministério Público e Defensoria Pública, entre outros), através de ações coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento, à escuta especializada e ao atendimento integral dessa população. Capacitar os profissionais da rede de proteção em metodologias não revitimizantes de atenção às vítimas.	5.200.000	Serviço habilitado	unidade	8
Tô Ligado - Conectando trajetórias	STAS	Promoção da proteção social integral de jovens em risco de evasão escolar, visando prevenir situações de violências e potencializar a inserção no mundo do trabalho e a qualificação profissional, por meio da implementação de Comitês Territoriais Municipais, gestão de casos e articulação em rede da assistência social, trabalho, saúde e educação nos territórios do Programa RS SEGURO.	2.600.000	Banco de dados para oportunidades de trabalho implantado	unidade	1

Comitê intersetorial implantado	unidade	18
Diagnóstico local e socioassistencial realizado	unidade	18
Jovem orientado para o Empreendedorismo	unidade	24.800
Jovem orientado pelo SINE na Escola	unidade	29.200
Pessoa qualificada	unidade	6.200
Vaga de educação permanente do SUAS ofertada	unidade	496

Programa: SAÚDE CIDADÃ

Temático

Objetivo Temático: Promover a prevenção e melhorar a assistência à saúde da população, baseada na integralidade do cuidado, com atenção à qualidade, à resolutividade e à otimização da aplicação dos recursos públicos.

Contextualização: O programa temático Saúde Cidadã tem como foco a promoção da prevenção e a melhora da assistência à saúde, respeitando os preceitos fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), garantidos na Constituição Federal de 1988, quais sejam: a universalidade, a equidade, a integralidade, a regionalização e a hierarquização, a resolutividade, a descentralização, a participação dos cidadãos e a complementaridade do setor privado. De acordo com o bloco saúde do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE), o Estado encontra-se no patamar classificado como alto desenvolvimento em 2016, demonstrando uma constante evolução ao longo dos últimos anos. No entanto, quando se avaliam as condições gerais de saúde, que refletem os problemas relacionados à prevenção, à disponibilidade de infraestrutura assistencial e às condições para o diagnóstico de doenças, observa-se um índice inferior aos dos anos anteriores. No que tange às condições em saúde materno-infantil, a análise evidencia um constante crescimento do indicador nos últimos 10 anos. Nesse contexto, o programa temático Saúde Cidadã objetiva: "promover a prevenção e melhorar a assistência à saúde da população, baseada na integralidade do cuidado, com atenção à qualidade, à resolutividade e à otimização da aplicação dos recursos públicos". Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta quatro ações programáticas, voltadas à saúde da gestante, do feto e da criança; à prevenção e à redução das mortes por causas externas e por doenças infectocontagiosas; à promoção da qualidade de vida e à melhoria do acesso aos serviços de saúde.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
14.955.588,199	14.772.192,488	183.395,711	Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) – Bloco Saúde	Ponto	0,82	Positiva
			Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica	%	26,17	Negativa
			Taxa de Mortalidade Infantil	por 1.000 nascidos vivos	9,68	Negativa

Ação Programática: REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EVITÁVEIS MATERNO, FETAL E INFANTIL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA SAÚDE**Resultado Esperado:** Redução da morbimortalidade por causas evitáveis materno, fetal e infantil, por meio da qualificação da rede, do acesso e do atendimento a gestantes, puérperas, neonatos e crianças de até 2 anos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
154.851.039	154.851.039	0	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	Unidade	54	42
			Percentual de parto normal	%	37,42	39,5
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Acompanhamento de bebês egressos de UTI em serviços especializados	SES	Qualificar o acompanhamento dos egressos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal em ambulatório especializado em nível hospitalar (Ambulatório de Seguimento de Egressos), durante os primeiros dois anos de vida.	7.600.000	Ambulatório de egresso de UTI neonatal mantido	unidade	13
 Estímulo ao atendimento às gestantes, em especial as de alto risco	SES	Ampliar os serviços de referência Ambulatório de Gestante de Alto Risco (AGAR) para o pré-natal de alto risco em todas as regiões de saúde. Manter e ampliar os leitos de gestante de alto risco. Realizar encontros do Comitê Estadual de Prevenção da morte materna e reativar o Comitê de Mortalidade Infantil e fetal.	18.500.000	Leito de Gestante de Alto Risco ampliado	unidade	97
 Melhoria de acesso a bebês de risco em leitos de UTI	SES	Implantar o Sistema GERINT em hospitais prioritários (leito ocupado mediante registro da ocupação por sistema de regulação).	40.000.000	Leito de UTI neonatal e pediátrica regulado de forma informatizada	%	100
 Organização da rede de atenção ao parto de forma regionalizada	SES	Qualificar o acesso ao parto de risco habitual em maternidades estruturadas e seguras.	88.751.039	Serviço cofinanciado pelo Estado ampliado	unidade	86

Ação Programática: REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA SAÚDE**Resultado Esperado:** Redução da morbimortalidade por causas externas e doenças infectocontagiosas, por meio da realização de ações educativas de saúde mental, de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de segurança no trânsito.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
417.844.806	408.544.806	9.300.000	Número de casos de Aids em menores de 5 anos	unidade	13	7
			Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	Unidade	1.980	1.170
			Percentual de cura de casos novos de tuberculose	%	62	75
			Taxa de mortalidade no trânsito	por 100 mil habitantes	14,7	11,1
			Taxa de mortalidade por Aids	por 100 mil habitantes	10,1	8,3
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Ampliação das Abordagens nas Fiscalizações de Trânsito	DETRAN	Cumprir o papel de agente educador e fiscalizador, por meio da fiscalização, orientação e da conscientização de condutores em relação ao comportamento no trânsito.	23.600.000	Fiscalização de trânsito ampliada	unidade	703.820
 Campanha de Prevenção de Acidentes	DAER	Promoção de campanhas de comunicação para prevenção de acidentes na malha rodoviária estadual.	4.000.000	Campanha por segurança no trânsito realizada	unidade	4
 Educação para o Trânsito na Rede Escolar e no Sistema Estadual de Trânsito	DETRAN	A educação para o trânsito nas escolas do RS visa à mudança de cultura, garantindo a sistematização, a continuidade, a interdisciplinaridade e a internalização de valores éticos e morais fundamentais para a formação cidadã e transformação social.	32.300.000	Profissional capacitado para atuar com o tema Trânsito	unidade	6.700
 Educação para o Trânsito Seguro	EGR	Realização junto aos usuários da malha rodoviária pedagiada, no âmbito de atuação da EGR, de ações de educação pela Segurança no Trânsito, através da implementação de atividades educativas, campanhas, ações de fiscalização e conscientização, inclusive com as demais esferas de governo, promovendo a transversalidade.	759.314	Campanha realizada	unidade	4
 Fiscalização Rodoviária de Veículos	DAER	Execução de ações de controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade nos serviços de transporte de passageiros nas rodovias estaduais, realizando o monitoramento de veículos com a utilização de medidores eletrônicos de velocidade fixos: pardais e lombadas.	39.000.000	Veículo monitorado	unidade	1.420.000
 Fortalecimento da Política Estadual de Saúde Mental	SES	Ampliar e qualificar o acesso, a oferta de serviços e os dispositivos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial. Planejar, elaborar e executar ações junto aos municípios incluindo capacitações e eventos com foco na redução da violência e dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, na prevenção do suicídio, na promoção da vida e da saúde mental como um todo. Estabelecer parcerias e termos de cooperação para o desenvolvimento de pesquisas. Fortalecer os Comitês e Grupos técnicos que lidam com a temática.	190.000.000	Atendimento psicossocial ambulatorial realizado	unidade	1.154.792
				Capacitação e evento realizado	unidade	26
				Dispositivo da rede de atenção psicossocial ampliado	unidade	3.770
				Unidade especializada em saúde mental de criança e adolescente contratualizada	unidade	7

 Prestação de Serviços de Atendimento aos Usuários	EGR	Prestação de serviços de socorro rodoviário com a remoção de veículos e resgate médico aos usuários. Os serviços de resgate médico serão terceirizados com a contratação de empresa especializada. A remoção de veículos será realizada por contratação de terceiros ou de forma direta pela EGR, com seus próprios recursos e com credenciamento para disponibilização de guinchos destinados à remoção de veículos com pane mecânica ou acidentados.	9.585.492	Praça de pedágio com ambulância disponibilizada	unidade	9
				Praça de pedágio com serviço de remoção de veículos disponibilizado		
 Programa "Vida no Trânsito"	SES	Desenvolver ações de vigilância e prevenção de lesões e mortes no trânsito e promoção da saúde.	20.000.000	Município com Programa "Vida no Trânsito" implantado	unidade	18
 Publicidade Educativa de Trânsito	DETRAN	Criar campanhas que trabalhem a noção de empatia no contexto do trânsito, dentro de uma perspectiva em que condutores, pedestres, motociclistas e outros participes reconheçam-se como iguais, todos com direitos e obrigações para que o trânsito seja um ambiente mais seguro.	46.600.000	Campanha publicitária realizada	unidade	12
 Redução das doenças infectocontagiosas	SES	Implementar ações de saúde voltadas para a redução das doenças infectocontagiosas (hepatites, tuberculose, HIV/Aids, Sífilis, entre outras). Produzir e distribuir material educativo, técnico, bem como realizar capacitações, eventos, seminários e cursos. Incentivar pesquisas, a formação em serviço e a constituição de Comitês temáticos. Estabelecer e/ou manter termos de cooperação, convênios e contratos.	52.000.000	Capacitação e evento realizado	unidade	40
				Cuidado em IST/AIDS/HIV ampliado e pactuado por serviço especializado	unidade	23
				Cuidado em tuberculose ampliado	%	75

Ação Programática: PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE

Resultado Esperado: Promoção da qualidade de vida, por meio de campanhas de vacinação e de ações de promoção da prática do esporte e da alimentação saudável, com especial atenção à primeira infância e ao processo de envelhecimento.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
100.672.180	100.672.180	0	Taxa de mortalidade prematura por doenças crônicas não transmissíveis	por 100 mil habitantes	357,89	329,26

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Alimentação saudável: Valorização do Arroz	IRGA	Realização de atividades de conscientização sobre a importância e os benefícios do consumo de arroz e seus coprodutos, por meio do Programa Provarroz, à população.	2.862.180	Pessoa sensibilizada	unidade	565.500
 Gestão de comunicação em saúde	SES	Desenvolver campanhas educativas de promoção da saúde e prevenção de doenças.	16.280.000	Campanha e evento realizado	unidade	32
 Implantação de Núcleos de Esporte e Lazer	SEL	Implementação de núcleos de esporte e lazer em espaços públicos que possuam circulação de pessoas. Estes núcleos tem como objetivo incentivar a prática esportiva e combater o sedentarismo. Os núcleos serão estabelecidos a partir de convênios e parcerias com municípios e federações.	130.000	Núcleo de esporte e lazer implantado	unidade	4
 Promoção da Primeira Infância Melhor (PIM)	SES	Qualificar as ações de promoção da primeira infância. Expandir a Política da Primeira Infância Melhor (PIM), com foco em crianças e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, incrementando o sistema de informações e estratégias desenvolvidas. Elaborar, produzir e distribuir materiais educativos, técnicos e de campanhas. Estabelecer e/ou manter termos de cooperação, convênios e contratos. Desenvolver projetos de pesquisas científicas na temática.	74.500.000	Capacitação e evento realizado	unidade	84
				Família atendida pelo Programa Primeira Infância Melhor	unidade	40.000
				Município com Programa Primeira Infância Melhor implantado	unidade	265
 Promoção do envelhecimento saudável	SES	Estimular a rede de atenção integral à saúde da pessoa idosa por meio de campanhas, formações de cuidadores, implantação dos serviços de psicogeriatria (Rede de Atenção Psicossocial - RAPS) e dos serviços macrorregionais especializados. Qualificar a assistência farmacêutica do idoso através de um programa para uso racional de medicamentos. Certificar as Unidades Básicas de Saúde na condição de Unidade Amiga do Idoso em parceria com a Organização Pan Americana da Saúde (OPAS). Fortalecer parcerias e Termos de Cooperação. Apoiar os municípios na execução de ações e programas com foco na visitação domiciliar do idoso. Padronizar o atendimento SUS no que se refere às Instituições de Longa Permanência para idosos. Qualificar a regulação das consultas e procedimentos eletivos para os maiores de 80 anos. Estabelecer protocolos clínicos.	6.500.000	Curso para Cuidador de Idoso realizado	unidade	8
				Política estadual de saúde integral do idoso implantada	unidade	1
				Serviço de psicogeriatria vinculado à Rede de Atenção Psicossocial implantado	unidade	1
				Serviço macrorregional de Atenção Integral à saúde da pessoa idosa implantado	unidade	7
				Unidade Básica de Saúde Amiga do Idoso certificada	unidade	250
 Promoção do uso racional de agrotóxicos e recomendações da Receita Agronômica	SEAPDR	Informação e educação dos usuários de produtos agrotóxicos sobre controle, produção, distribuição e utilização desses produtos, a fim de propiciar uma melhor qualidade e segurança ao consumidor de produtos de origem vegetal. Capacitação de técnicos da área agrícola, por meio de seminários/palestras de boas práticas, a fim de minimizar o risco de intoxicação por manejo de agrotóxicos.	400.000	Analise de resíduos de agrotóxicos em produtos vegetais realizada	unidade	400
				Material de divulgação produzido	unidade	20.320
				Seminário/palestra realizado	unidade	200

Ação Programática: MELHORIA DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA SAÚDE**Resultado Esperado:** Melhoria do acesso aos serviços de saúde e assistência farmacêutica, por meio do aperfeiçoamento da organização da rede, do aumento da resolutividade da Atenção Primária e da regulação de consultas e exames especializados.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
14.282.220,174	14.108.124,463	174.095,711	Cobertura de Estratégia Saúde da Família	%	60,04	68
			Cobertura do atendimento pré-hospitalar de urgência	%	91	100
			Cobertura hemoterápica pública	%	72	80
			Cobertura populacional estimada de Saúde Bucal na Atenção Básica	%	43,41	47,91
			Número de solicitações de consultas feitas fora da referência das redes de alta complexidade	Unidade	4.913	2.457
			Número de solicitações de consultas feitas fora da referência das redes de média complexidade	Unidade	35.022	17.511
			Percentual de internações reguladas	%	45	75
			Percentual de medicamentos de responsabilidade estadual com estoque crítico	%	29,2	5
			Percentual de municípios infestados por Aedes aegypti	%	50	10
			Percentual de repasse de financiamento do componente básico da Assistência Farmacêutica	%	32,62	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Aprimoramento da Assistência Farmacêutica	SES	O aprimoramento será realizado por meio de um conjunto de ações e iniciativas que visam fortalecer o papel no Estado no apoio técnico e no cofinanciamento das ações e serviços da Assistência Farmacêutica em nível ambulatorial aos Municípios. Desta forma, serão realizadas ações como: a publicação da Política Estadual de Assistência Farmacêutica; a elaboração da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais; a reorganização da estrutura e dos processos de Assistência Farmacêutica estadual; o desenvolvimento de ações para implantação do cuidado farmacêutico e do monitoramento do uso de medicamentos por parte da população; a utilização de recursos financeiros para a aquisição de medicamentos sob responsabilidade do Estado; o fomento à implementação e qualificação das ações e serviços de assistência farmacêutica nos Municípios; o repasse financeiro aos municípios da contrapartida estadual no âmbito do Componente Básico da Assistência Farmacêutica.	2.796.000,000	Medicamento padronizado disponibilizado à população	%	95
				Município cofinanciado pelo Estado para Componente Básico da Assistência Farmacêutica	unidade	497
				Política Estadual de Assistência Farmacêutica publicada	unidade	1
				Relação Estadual de Medicamentos Essenciais publicada	unidade	1
				Solicitação digital de medicamentos implantada	unidade	1



Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde

SES

Desenvolver ações de Vigilância Sanitária monitorando e fiscalizando produtos e serviços de interesse à saúde para prevenir e minimizar os riscos à população; Promover a descentralização para os municípios e coordenar o sistema estadual de vigilância sanitária. Desenvolver ações de Vigilância Epidemiológica monitorando o perfil de ocorrência de doenças transmissíveis e não transmissíveis, doenças transmitidas por vetores, entre outras doenças e agravos, elaborando diretrizes e avaliando o impacto das ações de prevenção e controle, definindo as prioridades para subsidiar as políticas que executam as ações de saúde no âmbito da atenção primária, secundária e terciária; Planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução de ações de imunizações no nível estadual; Desenvolver ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador dos agravos relacionados ao trabalho , vigilância dos ambientes/processos de trabalho, coordenação da política de saúde do trabalhador, gestão da Rede de CERESTS e URESTs, visando a redução da morbimortalidade por causas relacionadas ao trabalho. Desenvolver ações de Vigilância Ambiental para identificar , monitorar, mapear, e controlar insetos, vetores e animais, contaminantes do solo, ar e água que podem transmitir ou causar riscos e doenças à população; Articular respostas aos desastres naturais, acidentes com produtos perigosos e eventos extremos. Executar apoio diagnóstico laboratorial das doenças e produtos de interesse em saúde pública no Laboratório de Saúde Pública – LACEN. Realizar apoio diagnóstico e terapêutico em situações de intoxicações exógenas e acidentes por animais peçonhentos no Centro de Informações Toxicológicas - CIT. Realizar pesquisas para desenvolvimento de testes diagnósticos de interesse em saúde pública no Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CDCT.

146.108.051

Análise de resíduos de agrotóxicos ampliada

unidade

325

Capacitação e evento realizado

unidade

140

Cobertura vacinal da campanha contra influenza ampliada

%

90

Cobertura vacinal de tríplice viral, dose única, em crianças de 1 ano de idade, ampliada

%

95

Hospital com Núcleo de Segurança do Paciente cadastrado no NOTIVISA ampliado

%

95

Hospital com UTI, classificado como alta adesão as práticas de segurança do paciente, ampliado

%

70

Imagem em conformidade com os requisitos do simulador de mama ampliado

%

90

Município com programa de controle do tabagismo ampliado

unidade

350

Município com Vigilância da Saúde do Trabalhador implantado

unidade

497

Município que utiliza o Sistema de Vigilância Sanitária - SIVISA ampliado

unidade

497

População que utiliza água com desinfecção fornecida por sistema de abastecimento e soluções alternativas coletivas ampliada

%

95



Melhoria ou construção de edificações para atenção à saúde

SOP

Levantamento, vistoria e diagnóstico das edificações e/ou equipamentos para atender as demandas apresentadas pela SES. Definição do programa de necessidades para atendimento da demanda. Priorização das demandas e planejamento das atividades. Elaboração de projetos de arquitetura e/ou engenharia e planilha orçamentária. Fiscalização da execução de obras com recursos financeiros obtidos pela SES ou outros órgãos.

0

Obra fiscalizada e concluída com Termo de Recebimento Provisório (TRP)

m2

20.000

Projeto de arquitetura e/ou engenharia elaborado

m2

20.000



Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde

SES

Informatização das Centrais Estadual de Regulação Hospitalar e Ambulatorial e das Centrais Regionais (CRSs); Implementação informatizada dos Sistemas de Urgência; Implantação da Central Estadual de Regulação de Saúde Mental; Desenvolvimento de sistemas para busca ativa de casos de iminência de suicídio e agressão, através de algoritmo de inteligência artificial; Qualificação e informatização dos processos de trabalho da Central Estadual de Transplantes; Cofinanciamento estadual para manutenção e ampliação das bases do SAMU e das Unidades de Pronto Atendimento 24 horas - UPA 24h; Transportes de urgência e emergência regulados (aéreo e terrestre através de UTI móvel); Compra de procedimentos e internações hospitalares (regulado/judicial); Manutenção das centrais de regulação; Cooperação com o Centro de Comando e Controle do Estado (CCCE/RS); Implementação e qualificação das Tecnologias de informação no SUS; Integração informatizada entre a Regulação Estadual e as centrais de regulação municipais.

1.079.413.073

Aplicativo de Urgências Públicas em Saúde implantado

%

100

Atendimento pré-hospitalar de urgência ampliado

%

100

Central Estadual de Regulação Ambulatorial informatizada

%

100

Central Estadual de Regulação de Saúde Mental implantada

%

100

Central Estadual de Regulação Hospitalar informatizada

%

100

Emergência hospitalar integrada com o Sistema Atendimento Pré Hospitalar SAPH/SAMU

%

100

Sistema Estadual de Transplantes informatizado

%

100



Qualificação da Ouvidoria do SUS

SES

Ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, valorizando a escuta do cidadão, enquanto voz de avaliação da qualidade da gestão do SUS.

4.380.000

Capacitação e evento realizado

unidade

4

Ouvidoria do SUS municipal ampliada

unidade

39

Ouvidoria Regional do SUS ampliada

unidade

19

 Regionalização e Organização das Redes	SES	<p>Constituição das redes prioritárias de atenção ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade com base nas necessidades de saúde identificadas inclusive dos hospitais próprios, com ampliação do número de leitos. Constituição das redes de atenção significa identificar os pontos de atenção com as devidas condições técnicas, credenciá-los e/ou habilitá-los, devidamente contratualizados com as respectivas referências submetidas às instâncias de pactuação, com ações e serviços de saúde reguladas pelos respectivos gestores. As redes de atenção consideram como ponto de atenção, também, os consórcios, unidades próprias e serviços públicos municipais. Quanto à contratualização e ao monitoramento das ações e serviços prestados, qualificar os processos de controle e avaliação.</p>	8.390.319.050	Hospital Regional de Santa Maria com serviço hospitalar implantado	%	100
				Leito de saúde prisional ampliado	unidade	104
				Leito SUS clínico, cirúrgico e UTI disponibilizado	%	98
				Rede hemoterápica pública reorganizada	%	80
				Rede prioritária de atenção ambulatorial e hospitalar contratualizada	%	100
 Resolutividade da Atenção Primária em Saúde	SES	<p>Ampliar e qualificar a Atenção Primária em Saúde (APS), priorizando o modelo de Estratégia de Saúde da Família, o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), as equipes com cofinanciamento estadual e a Política Estadual de Incentivo para Qualificação da Atenção Básica (PIES). Habilitar, implantar e ampliar os diferentes serviços em todos os níveis de atenção à saúde, qualificando o acesso e a oferta. Implantar e implementar as políticas de saúde por Ciclos Vitais, Transversais e de Promoção da Equidade e desenvolver ações inovadoras, incluindo o uso do TelessaudeRS/Telemedicina e novas tecnologias com o objetivo de qualificar a saúde nos municípios. Utilizar a Planificação e as Unidades Laboratório como estratégia de fortalecimento da atenção à saúde a partir da APS. Produzir e distribuir material educativo, técnico, bem como realizar capacitações, eventos, seminários e cursos. Incentivar pesquisas, a formação em serviço e a constituição de Comitês temáticos. Estabelecer e/ou manter termos de cooperação, convênios e contratos.</p>	1.810.000.000	Capacitação e evento realizado	unidade	213
				Centro de especialidade odontológica ampliado	unidade	49
				Equipe de Atenção Básica de Saúde Prisional ampliada	unidade	45
				Equipe de Saúde Bucal ampliada	unidade	1.147
				Equipe de Saúde da Família ampliada	unidade	2.449
				Laboratório Regional de protése dentária ampliado	unidade	105
				Município beneficiado com recurso para a qualificação da Atenção Básica	unidade	497
				Município com o Programa Saúde na Escola implantado	unidade	473
				Processo de Planificação da Atenção à Saúde implantado	unidade	497
 Valorização da Residência Integrada em Saúde	SES	<p>Fortalecer o Programa de Residência Integrada em Saúde (RIS) desenvolvido pela Escola de Saúde Pública (ESP), compreendendo os Programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional em Saúde. Qualificar as ênfases e os campos de práticas, tendo a ESP como referência na criação e na manutenção de Programas de RIS descentralizados no Estado.</p>	56.000.000	Bolsa de residência disponibilizada	unidade	720

Eixo Desenvolvimento Empreendedor

Programa: ACELERA RS

Temático

Objetivo Temático: Modernizar e agregar valor à produção por meio do fomento à educação empreendedora e ao incentivo à qualificação tecnológica e às empresas da nova economia, gerando emprego e renda.

Contextualização: O programa temático Acelera RS aborda os temas de inovação tecnológica, economia criativa, economia da cultura e desenvolvimento do empreendedorismo. A modernização e a qualificação tecnológica são ações importantes para devolver a competitividade ao Estado do Rio Grande do Sul.

A dinâmica recente (2011-2017) do indicador de produtividade do trabalho na indústria de transformação do Rio Grande do Sul apresentou incrementos entre 2011-2015, mas declínio a partir de então. Em 2017, o valor da transformação industrial totalizou 126,2 mil por pessoal ocupado, o que manteve o RS no sexto lugar no ranking nacional. Outro dado que registrou variação desfavorável foi a taxa de inovação de produto ou de processo. Entre 2006-2008 e 2012-2014, o percentual de empresas inovadoras sobre o total caiu 2,4 pontos percentuais, indo para 41,7%, mas o resultado esteve acima da média nacional (36,4%), conforme o último período analisado. Quanto aos registros de patentes, também foi verificado um declínio na densidade dos depósitos de patentes por milhão de habitantes, de 72 (2011) para 67 (2017) – mesmo assim, está acima do resultado do País.

No que tange às atividades econômicas direta ou indiretamente relacionadas à cultura, segundo a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério da Economia (RAIS), em dezembro de 2017, estavam registrados 96.340 empregos formais no setor, ligeiramente acima do resultado para o último mês de 2010 (93.154). Vale destacar que esse dado permaneceu abaixo do esperado pelo Plano Nacional de Cultura (PNC), que tem como uma de suas metas o aumento em 95% no emprego formal do setor cultural de 2010 a 2020.

Diante desse quadro, o programa temático Acelera RS tem o objetivo de: "modernizar e agregar valor à produção por meio do fomento à educação empreendedora e do incentivo à qualificação tecnológica e às empresas da nova economia, gerando emprego e renda". Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta cinco ações programáticas, as quais visam fomentar a inovação em setores tradicionais, estimular o empreendedorismo, fomentar novos negócios intensivos em conhecimento e desenvolver a economia criativa e a cultura como atividades econômicas no Estado.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
262.865.642	261.071.722	1.793.920	Percentual de pessoal ocupado técnico-científico	%	1,13	Positiva
			Produtividade do trabalho na indústria de transformação	R\$	126,20	Positiva

Ação Programática: GESTÃO DA INOVAÇÃO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÉNCIA E TECNOLOGIA**Resultado Esperado:** Geração de inovações por meio de projetos cooperativos, a partir da promoção de um ambiente que identifique, informe, aproxime e consolide parcerias estratégicas envolvendo as quatro hélices da inovação (sociedade civil organizada, setor produtivo, academia e governo).
Realizar programas e projetos que apoiem a cooperação para a inovação de forma articulada.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
4.695.416	4.695.416	0	Taxa de crescimento de projetos de inovação cooperativa em desenvolvimento	%	Não apurado	27,3

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Fortalecimento das Cadeias Produtivas de Produtos Premium	SICT	Desenvolvimento de ações que estimulem o setor produtivo a agregar valor aos produtos produzidos no RS, promovendo a inovação com introdução de tecnologia, inovação no seu processo, o acesso a mercados de produtos Premium e a divulgação dos Produtos Premium gaúchos. Articulação da cadeia produtiva mapeando as ações de inovação emergentes, as de médio e as de longo prazo que deverão ser executadas para cada setor beneficiado. Realização das ações identificadas no mapeamento. Atuação junto ao produtor que deseja introduzir uma inovação no negócio, ajudando a fornecer respostas às suas necessidades, identificando parceiros, fontes de recursos e agilidade na concretização dos processos. Promoção e divulgação dos Produtos Premium e desenvolvimento de uma ferramenta didática que servirá como guia para o produtor que quiser implementar inovação no seu produto.	1.922.319	Guia do Produtor de Produtos Premium criado	unidade	1
 Observatório da Inovação	SICT	Identificação e disponibilização de informações sobre inovação de maneira organizada, capaz de subsidiar novas iniciativas e a tomada de decisão por parte do poder público e privado. Tem por objetivo o desenvolvimento de um sistema de monitoramento sobre os principais indicadores de inovação para fornecer estudos analíticos.	173.772	Conjunto de informações sobre inovação disponibilizado	unidade	4
 Parcerias estratégicas para inovação	SICT	Atração de investimentos nacionais, internacionais e de outros Estados do Brasil e Promoção internacional dos empreendimentos gaúchos na nova economia. Esta iniciativa se estrutura em cinco etapas: 1) Mapeamento de interesses 2) Articulação para a participação e realização de parcerias, eventos, rodadas de negócios, missões etc. 3) Formalização de acordos, protocolos e projetos conjuntos com parceiros estratégicos e beneficiários, incluída aí, a própria SICT. 4) Monitoramento e acompanhamento de ações. 5) Avaliação, acompanhamento e apresentação de resultados. Espera-se que sejam viabilizadas ações como: capacitação técnica, aprendizado e implementação de melhores práticas em inovação, ciéncia e tecnologia; ampliação de networking estratégico; criação de oportunidades para geração de negócios inovadores (startups), desenvolvimento conjunto de tecnologias (entre instituições parceiras), e ampliação da visibilidade nacional e internacional do Rio Grande do Sul como local de inovação. Potenciais instituições parceiras incluem entidades como FIERGS, SEBRAE, SENAI, parques, polos tecnológicos e incubadoras.	2.599.325	Evento realizado	unidade	4
				Internacionalização apoiada	unidade	4
				Missão realizada	unidade	12
				Participação em eventos externos efetuada	unidade	20

Ação Programática: AMBIENTES DE INOVAÇÃO							
Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado	
10.880.117	9.520.117	1.360.000	Índice da qualidade da Pós-Graduação	Unidade	0,89	1	
			Intensidade Tecnológica do Emprego na Estrutura Produtiva	Unidade	0,57	0,8	
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta	
 Conecta: rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais	SICT	Visa conectar as escolas da rede estadual de educação na rede de fibra ótica de alta velocidade. A fim de alcançar os objetivos propostos, diversos atores deverão ser mobilizados. Nesse processo, será central a participação da Secretaria Estadual da Educação, pois é a responsável pelas políticas públicas ligadas às escolas estaduais. A ela caberá auxiliar na obtenção de dados, levantamentos, etc, além de, futuramente, desenhar programas e projetos que deem efetividade à infraestrutura que será implementada com a presente proposta. Outros atores importantes são a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, AES Sul, CEEE, Eletrosul, Banrisul, PROCERGS, PROCEMPA, Exército, prefeituras municipais, instituições de ensino e pesquisa e a sociedade em geral.	4.471.145	Aluno conectado	unidade	105.600	
 INNOVA - Desenvolvimento e implantação de Ecossistemas Regionais de Inovação no RS	SICT	O Innova RS é uma ação da política de Estado para incluir o Rio Grande do Sul no mapa global da inovação a partir da articulação entre as quatro hélices da inovação – a sociedade civil organizada e os setores empresarial, acadêmico e governamental – em diversas regiões do Estado em prol de uma agenda comum de desenvolvimento econômico e social. Com base em experiências internacionais exitosas, propõe-se pactuações entre estas quatro partes nas regiões: Metropolitana e Litoral, Sul, Fronteira Oeste e Campanha, Central, Noroeste e Missões, Produção, Serra e Hortências, e Vales. Alinhamento e coordenação das ações dos diversos stakeholders dos Ecossistemas Regionais de Inovação por meio da pactuação das entidades representativas de cada região e da formalização da mesa gestora, para tornar o Estado um lugar capaz de gerar, reter e atrair pessoas empreendedoras, negócios e investimentos intensivos em conhecimento.	6.033.728	Ecossistema Regional de Inovação estabelecido	unidade	5	
				Evento estadual dos Ecossistemas de Inovação promovido	unidade	4	
				Livro produzido	unidade	1	
				Projeto de inovação executado	unidade	24	
 PRO DOCENTE + Capacitação de docentes para nova economia	UERGS	Capacitação de docentes para nova economia e uso das tecnologias no ensino aprendizagem.	0	Docente capacitado	unidade	200	
 PROJETO IDEA-S UERGS Formação Continuada	UERGS	Oferta de formação continuada para grupos de professores, no que tange às metodologias de ensino e aprendizagem, ministrada nas diferentes regiões do Estado.	0	Aluno formado em curso de pós-graduação	unidade	560	



Sensibilização em Inovação	SICT	Projeto de sensibilização da sociedade e dos meios de comunicação a fim de facilitar uma compreensão mais ampla a respeito do tema inovação e, consequentemente, engajar mais pessoas na construção de um ecossistema de inovação robusto no Estado. Dentro do projeto, busca-se divulgar o tema Inovação de forma clara e simples, para que seja compreendido e absorvido pela sociedade gaúcha (empresas, universidades, governos, escolas, pessoas de todas as classes sociais). Acredita-se que a partir do entendimento do conceito inovação e suas formas de aplicabilidade, torna-se mais viável incluir a temática na paisagem do RS para tornar o Estado mais atrativo para se investir e morar.	375.244	Formador de opinião capacitado Inovador premiado - Prêmio Gaúcho de Inovação	unidade unidade	15 40
----------------------------	------	---	---------	---	--------------------	----------

Ação Programática: CONHECIMENTO EM INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Resultado Esperado:** Formação de agentes de inovação e desenvolvimento de pesquisas aplicadas à melhoria dos processos produtivos, para gerar novos empregos e negócios intensivos em conhecimento, com maior valor agregado e competitividade.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
210.925.309	210.925.309	0	Índice da produção científica nas áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática	Índice	0,85	1
			Índice de inserção de Mestres e Doutores na Indústria	Índice	0,47	0,7
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio ao desenvolvimento de pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento humano	FETL SVC	Desenvolvimento de proposta pedagógica da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, adequada e focada no empreendedorismo, inovação, criatividade e tecnologia, para preparar os jovens para o mercado de trabalho e para a Nova Economia. A partir do incentivo às pesquisas científicas, tecnológicas, mostras de trabalhos, projetos técnicos e pedagógicos, será possível oportunizar aos jovens qualificação para a formação de profissionais empreendedores. Também será possível oferecer aos educadores espaços de construção de novas metodologias de ensino como forma de aprimorar as habilidades dos estudantes. Visa também oferecer cursos de extensão e oportunidades de publicação em revistas e periódicos e a participação em eventos científicos, feiras, olimpíadas, simpósios, palestras e seminários, além de oferecer formação continuada, que favoreça a socialização de novas metodologias, troca de experiências e construção de novos conhecimentos e um ambiente inovador para o ensino. Será estimulado a criação e o desenvolvimento de novas empresas, que abriguem novos negócios e estimulem a transformação de resultados das pesquisas em produtos e serviços, incentivando as incubadoras.	680.000	Aluno concluinte de curso de extensão realizado	unidade	8.000
 Fomento à pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação	FAPERGS	Oferta de auxílios e bolsas em todas as áreas do conhecimento visando o desenvolvimento sustentável do estado do RS através da pesquisa científica, tecnológica e de inovação, da articulação entre as instituições de ensino e pesquisa e o setor produtivo – a fim de melhorar a competitividade das cadeias produtivas, fortalecer o mindset empreendedor inovador e a retenção de talentos no ecossistema inovador do RS e criar oportunidades de geração de novos negócios inovadores (startup) -, do aumento de investimento em PD&I e do estímulo à formação de recursos humanos qualificados, com ênfase em tecnologias portadoras de futuro. Promoção da capacitação de multiplicadores com foco no empreendedorismo intensivo em conhecimento (Startup Labs) e desenvolvimento de ações estratégicas e parcerias que promovam a conexão entre as tecnologias portadoras de futuro e os setores estratégicos da economia regional (TechFuturo).	193.485.221	Auxílio à pesquisa e a inovação concedido	unidade	2.000
 IDEA-S UERGS Atualiza: atualização dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC)	UERGS	Revisão, ajustes e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de ensino superior público estadual, com vistas à inovação e tecnologias portadoras de futuro.	0	Bolsa Concedida	unidade	7.200
				Curso de graduação ofertado, com PPC atualizado	unidade	32

	Pesquisa em Saúde	SES	<p>Estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico para a qualificação das ações de saúde, com base no planejamento estratégico da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECTIS) e da Política de Pesquisa da SES (PPSES). Estabelecer a Agenda de Prioridades de Pesquisa em Saúde e incentivar a difusão de trabalhos técnicos e científicos, divulgando resultados das pesquisas desenvolvidas. Incentivar parcerias relativas à PECTIS, tais como a parceria com a Rede de Saúde Humana, Animal e Ecossistemas (FIOCRUZ) e Programa Pesquisa para o SUS (MS/DECIT e FAPERGS), entre outras. Manter o Comitê Gestor da PECTIS/PPSES e organizar a estrutura executiva dessas políticas na SES/RS.</p>	3.500.000	Parceria estabelecida	unidade	20
					Projeto de pesquisa implementado	unidade	16
	Startup Labs: Empreendedorismo Intensivo em Conhecimento	SICT	<p>Promover a capacitação de multiplicadores com foco no empreendedorismo intensivo em conhecimento, especificamente gestores e mentores dos ambientes de inovação e professores dos cursos de graduação das universidades do RS; apoiar/articular a participação dos empreendedores e gestores desses ambientes em eventos relacionados ao empreendedorismo intensivo em conhecimento; formação de multiplicadores para disseminar a cultura do empreendedorismo intensivo em conhecimento; articulação/apoio nas ações de benchmarking entre os ambientes de inovação existentes e estímulo/apoio para realização de eventos na área de empreendedorismo, criatividade e inovação; fazer um inventário das startups gaúchas.</p>	10.267.124	Capacitação realizada	unidade	8
					Edital publicado	unidade	4
					Evento realizado	unidade	7
					Feira e missão apoiada	unidade	32
					Rodada de negócios realizada	unidade	12
	Tech Futuro: tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos	SICT	<p>Desenvolvimento de ações estratégicas e parcerias que promovam a conexão entre as tecnologias portadoras de futuro e os setores estratégicos da economia regional, conforme previsto nas diretrizes estratégicas de inovação (2018-2028), aprovadas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de transformar a matriz econômica do Estado em uma economia intensiva em conhecimento.</p>	736.964	Edital de pesquisa aplicada em área das tecnologias portadoras de futuro realizado	unidade	4
					Evento anual de celebração realizado	unidade	4
					Iniciativa de inovação aberta realizada	unidade	4
					Profissional qualificado em áreas estratégicas das tecnologias portadoras de futuro	unidade	300
					Projeto Formalizado	unidade	20
					Visita técnica promovida entre grupos de pesquisa, ICTs e empresas	unidade	20
					Workshop regional organizado	unidade	16
	UERGS 4.0 - Incorporação de tecnologia e pesquisa aplicada.	UERGS	<p>Desenvolvimento de projetos de pesquisa, incorporando tecnologias portadoras de futuro.</p>	2.256.000	Bolsa de iniciação científica concedida	unidade	564
					Projeto de pesquisa ativo	unidade	540
					Solicitação de depósito de patente realizada, com transferência de tecnologia.	unidade	4

Ação Programática: RS CRIATIVO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA CULTURA**Resultado Esperado:** Desenvolvimento da Economia Criativa no estado como alternativa de geração de emprego e renda, por meio da oferta de informação, capacitação e formação para empreendedores criativos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
1.324.800	1.218.800	106.000	Percentual do setor cultural no emprego formal	%	3,32	3,45

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Capacitação e formação na área da economia criativa	SEDAC	Criação do Espaço Hub Criativa Birô, na Casa de Cultura Mário Quintana para "Ciclos de Residência Criativa", espaço coworking e duas salas especiais para capacitação no local. Realização de caravanas de interiorização com cursos e oficinas de qualificação de empreendedores criativos. Além de realização de Edital do Ciclo de Residência Criativa.	524.800	Caravana realizada	unidade	36
 Disponibilização de pesquisa e informações sobre Economia Criativa	SEDAC	Diagnóstico e pesquisa realizada através de quadro técnico da SEPLAG e convênio com instituições de ensino e FAMURS. Disponibilização de dados coletados através de plataforma online.	400.000	Empreendedor capacitado no Ciclo de Residência Criativa	unidade	720
 Realização de atividades de internacionalização na área da Economia Criativa	SEDAC	Apoio a empreendedores da Economia Criativa à participação em eventos nacionais e internacionais, bem como realização de rodada de negócios com a participação de investidores.	400.000	Espaço Hub Criativa Birô qualificado e ampliado	unidade	1
				Pessoa capacitada no Hub Criativo e nas caravanas de interiorização	unidade	35.200
				Pesquisa publicada	unidade	24
				Plataforma online implantada	unidade	1
				Empreendedor participante em rodada de negócios	unidade	2.400
				Rodada de negócio realizado	unidade	12

Ação Programática: FAZER E VIVER A CULTURA NO RS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA CULTURA**Resultado Esperado:** Desenvolvimento e profissionalização da cadeia produtiva da cultura no estado, por meio do apoio e fomento a projetos e a espaços de formação e de participação da sociedade.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
35.040.000	34.712.080	327.920	Taxa de variação do número de estabelecimentos de Atividades Artísticas, Criativas e de Espetáculos	%	Não apurado	15,8

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Fomento à cultura	SEDAC	Incremento e qualificação do financiamento às atividades culturais, colaborando para a execução do Plano Estadual de Cultura, Rede RS Pontos de Cultura e Modernização de Bibliotecas, desenvolvendo as cadeias produtivas, estimulando a profissionalização, promovendo e facilitando o acesso, estimulando novas iniciativas e disponibilizando sistema eletrônico para apresentação e acompanhamento dos processos.	35.000.000	Biblioteca modernizada	unidade	32
				Ponto de Cultura implantado	unidade	21
				Recurso da Lei de Incentivo à Cultura liberado	R\$	160.000.000
				Recurso do Fundo de Apoio à Cultura investido	R\$	56.000.000
 Programa de Formação e Qualificação na Área Cultural	SEDAC	Implantação do programa de qualificação técnica, através de cursos especializados realizados pelos institutos e instituições da SEDAC para profissionalização na área cultural.	20.000	Curso de qualificação técnica realizado	unidade	70
				Pessoa qualificada em curso realizado	unidade	6.000
 Sistema Estadual de Cultura	SEDAC	Difusão, valorização e internalização na comunidade cultural dos princípios do Sistema Estadual de Cultura.	20.000	Conferência Estadual de Cultura realizada	unidade	1
				Evento e ação cultural realizada	unidade	40

Programa: CAMPO EM ASCENSÃO

Temático

Objetivo Temático: Promover a qualidade da produção agropecuária, investindo na inovação tecnológica, na educação profissional, na assistência técnica, na extensão rural, na infraestrutura e no cooperativismo, com vistas a agregar valor ao produto e gerar emprego e renda no campo.

Contextualização: O programa Campo em Ascensão tem como área temática a qualidade dos serviços e da produção da agricultura e da pecuária gaúchas, setores importantes para a economia do Estado do Rio Grande Sul em termos de produção, exportações e geração de empregos.

Não obstante, a população ocupada na agropecuária gaúcha caiu 16,5% no intervalo 2012-2018, com base em dados da PNAD/IBGE. Por outro lado, a renda da Agropecuária, em termos per capita (Valor Adicionado Bruto em relação ao número de pessoas ocupadas no setor) aumentou 14,0% no mesmo período, o que pode ter relação com a redução no primeiro indicador. Quanto ao grau de sofisticação, as exportações do agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul tornaram-se menos sofisticadas entre 2012 e 2018, o que é refletido na redução do índice de complexidade das vendas externas do setor, conforme o Atlas da Complexidade Econômica da Universidade de Harvard.

Diante dessa situação, o programa temático Campo em Ascensão tem o objetivo de “promover a qualidade da produção agropecuária, investindo na inovação tecnológica, na educação profissional, na assistência técnica, na extensão rural, na infraestrutura e no cooperativismo, com vistas a agregar valor ao produto e gerar emprego e renda no campo”. Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta cinco ações programáticas, as quais visam garantir a sanidade animal e vegetal, promover novos negócios, aumentar a produtividade rural e estimular a comercialização dos produtos agrícolas, facilitar o acesso a serviços digitais para o trabalhador do campo, bem como melhorar o acesso à infraestrutura básica na zona rural.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
524.320.959	388.160.080	136.160.879

Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
Índice de complexidade das exportações	Índice	-0,60	Positiva
Número de pessoas ocupadas na agropecuária gaúcha	Unidade	634.000,00	Positiva
Valor Adicionado Bruto (VAB) por pessoa ocupada na agropecuária gaúcha	R\$	54,30	Positiva

Ação Programática: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**Resultado Esperado:** Qualificação do processo produtivo no meio rural, a partir da divulgação das alternativas tecnológicas disponíveis e em desenvolvimento para atender o trabalhador do campo.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
287.425.099	205.342.240	82.082.859	Taxa de crescimento das publicações técnicas	%	Não apurado	25

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Pesquisa para orzicultrura	IRGA	Realização de atividades na área de pesquisa para o desenvolvimento de cultivares de arroz irrigado convencionais e híbridos resistentes a doenças e adaptadas às condições de solo e clima do Estado do Rio Grande do Sul, produção de sementes básicas e genéticas pelo IRGA, monitoramento da qualidade de água e solo, pesquisa sobre arroz.	137.254.198	Amostra de sementes, solo e água analisada	unidade	28.000
 Promoção de maior interação na área de tecnologia e divulgação das tecnologias agropecuárias dos órgãos estaduais	SEAPDR	Promoção de maior interação entre setor público e privado para difundir tecnologias no setor agropecuário. Incentivo à interação entre órgãos de pesquisa agropecuária e órgãos de extensão rural. Compartilhamento de conhecimento visando a minimização de riscos à sanidade animal e vegetal. Divulgação de informações agropecuárias dos órgãos estaduais aos produtores rurais e profissionais da área. Publicação de Boletim Técnico, circular técnica, Revista Pesquisa Agropecuária Gaúcha e boletim anual Radiografia da Agropecuária Gaúcha.	21.966.335	Atividade de recomendação de boas práticas agrícolas realizada	unidade	500
 Transferência de tecnologia	IRGA	Oferecimento de serviços de extensão e difusão de tecnologia realizados pelo Irga, a fim de produzir mais arroz e com menor custo. Trabalhando questões como eficiência produtiva, equidade produtiva, viabilidade econômico financeira e empregos na produção orzícola, dentre outros.	128.204.566	Cultivar desenvolvido	unidade	2
				Boletim anual publicado	unidade	4
				Produtor rural, profissional de nível médio e superior capacitado	unidade	8.000
				Publicação técnica gerada	unidade	12
				Unidade demonstrativa implantada	unidade	40
				Produtor assistido pela ATER	unidade	120.000

Ação Programática: SERVIÇOS DIGITAIS PARA O CAMPO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Resultado Esperado: Desenvolvimento e divulgação de alternativas de serviços e de atendimento digitais disponibilizados ao produtor rural, ampliando seu acesso e utilização.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
43.253.719	43.253.719	0	Percentual de serviços disponíveis da plataforma Agricultura com Acesso Digital	%	0	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Agricultura com Acesso Digital	SEAPDR	Agrupamento de todos os serviços digitais disponíveis ao público externo (agricultor/produtor/empresa) em uma plataforma online (site responsivo) da SEAPDR e ampliação de outros serviços com acesso digital, como forma de modernizar e desburocratizar os processos operacionais e atendimentos.	39.070.092	Aplicativo disponibilizado	%	100
 Aperfeiçoamento do fluxo de informação de dados das fiscalizações e articulação para a integração dos sistemas informatizados das Secretarias	SEAPDR	Criação e implementação do módulo de ação fiscal, a fim de agilizar o fluxo de trabalho e a gestão dos dados das fiscalizações, e articulação para a integração de sistemas de secretarias visando à melhoria nos serviços prestados aos produtores rurais (Sistemas integrados - SDAxSOL, SIGAxSOL, SIGAxReceita Estadual).	4.183.627	Módulo de ação fiscal disponibilizado	%	100
				Sistema integrado disponibilizado	%	100

Ação Programática: NOVOS NEGÓCIOS E COMERCIALIZAÇÃO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Resultado Esperado: Estímulo à comercialização e à criação de novos negócios de produtos agrícolas, por meio da oferta de capacitação e de apoio técnico e logístico para as cooperativas e as agroindústrias familiares, bem como do fomento ao diálogo e ao desenvolvimento das cadeias agropecuárias gaúchas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
124.088.719	91.477.444	32.611.275	Percentual de agroindústrias no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	%	12	12
			Percentual de cadeias agropecuárias beneficiadas por programas de fomento	%	50	100
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Interação e diálogo com cadeias produtivas agropecuárias	SEAPDR	Representação das cadeias produtivas e encaminhamento de seus pleitos junto ao governo federal. Fomento ao diálogo, através de reuniões, entre os agentes das cadeias produtivas agropecuárias.	0	Reunião de câmara setorial e temática realizada	unidade	80
 Abastecimento de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul	CEASA	Organização do abastecimento de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul, auxiliando o crescimento dos produtores, atacadistas e varejistas, promovendo uma formação de preços saudável, através de um centro de oferta e procura, disponibilizando serviços como limpeza, segurança, manutenção, fiscalização de embalagens, classificação e sanidade de produtos, informação de mercado e retorno do ICMS aos municípios, visando a harmonia dos interesses dos clientes, empregados, acionistas e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.	4.505.525	Alimento comercializado no complexo CEASA/RS	t	2.525.000
 Apoio à comercialização e fortalecimento dos sistemas locais e regionais de abastecimento	SEAPDR	Apoio à comercialização e fortalecimento dos sistemas locais e regionais de abastecimento da agroindústria familiar.	7.315.165	Usuário beneficiado pelo complexo da CEASA/RS	unidade	24.000
 Apoio agricultura familiar e camponesa	SEAPDR	Apoio aos cooperados da agricultura familiar e camponesa com sustentabilidade e com melhores condições.	418.362	Feira de negócio apoiada	unidade	200
 Apoio ao aumento de agroindústrias familiares	SEAPDR	Aumento de agroindústrias familiares e de pequeno porte legalizadas no âmbito sanitário, ambiental e fiscal através do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) e do Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).	621.362	Projeto produtivo implantado	unidade	29
 Apoio ao cooperativismo visando o fomento à participação em mercados privados e institucionais	SEAPDR	Divulgação das vantagens da cooperação no campo. Apoio ao desenvolvimento do cooperativismo, com melhoria de sua eficiência produtiva e da capacitação dos cooperados/associados com o intuito de proporcionar escala de produção para acesso a novos mercados privados e institucionais.	1.673.450	Agroindústria de base ecológica inclusa no PEAF	unidade	40
				Empreendimento legalizado	unidade	600
				Homologação de indicação ao SUSAF realizada	unidade	480
				Projeto agroindustrial apoiado	unidade	1.000
				Agricultor e cooperativa beneficiada com ações/ATER	unidade	320
				Assessoramento realizado	unidade	28
				Cooperativa atendida com diagnóstico	unidade	21
				Cooperativa beneficiada com plano de gestão	unidade	21
				Cooperativa/associação qualificada	unidade	35

 Fomento a cadeias agropecuárias gaúchas	SEAPDR	Prospecção de oportunidades e coordenação de ações em prol de cadeias produtivas.	76.943.580	Câmara temática do MERCOSUL e comércio exterior criada	unidade	1	
				Capacidade de armazenagem do grão de milho ampliada	t	500.000	
				Programa de fomento desenvolvido	unidade	2	
Qualificação do Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	SEAPDR	Apoio e realização de feiras e eventos. Melhorias e benfeitorias no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil.	7.600.000	Benfeitoria realizada	unidade	4	
				Evento apoiado	unidade	4	
				Feira realizada	unidade	4	
Reestruturação da CEASA	CEASA	SEAPDR	Busca de recursos federais/estaduais ou parcerias para reforma estrutural da CEASA, melhorando as condições de operação do complexo e reduzindo os custos de manutenção patrimonial, através de obras de recuperação do asfalto, redes de água e esgoto, drenagem, sinalização viária e obras complementares das pistas de rolamento.	25.011.275	Reforma estrutural da CEASA realizada	unidade	1

Ação Programática: SANIDADE ANIMAL E VEGETAL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**Resultado Esperado:** Garantia da qualidade dos produtos da agropecuária gaúcha e conquista da Certificação de Zona Livre de Febre Aftosa sem vacinação, por meio da adoção de medidas de defesa e controle da sanidade animal e vegetal e da criação de legislação específica para aplicação terrestre de agrotóxicos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
22.443.974	22.443.974	0	Percentual de atendimento às condições para obtenção da Certificação de Zona Livre de Febre Aftosa	%	13	100
			Percentual de conformidade das análises de resíduos de agrotóxicos em produtos de origem vegetal e de produtos vitivinícolas	%	88	90
			Percentual de empresas comerciantes e/ou prestadoras de serviço na aplicação de agrotóxicos com registro ativo	%	64,53	80
			Percentual de estabelecimentos com certificação auditados	%	15	30
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Certificação de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação	SEAPDR	Reconhecimento Internacional de Estado Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação, pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), a fim de propiciar a abertura de novos mercados e a consequente melhora na economia da produção de proteína animal do Estado.	8.259.533	Atividade de mitigação de risco implantada	%	100
				Modernização das Inspetorias de Defesa Agropecuária realizada	unidade	48
				Módulo de Inspeção à Campo concluído	%	100
				Projeto Fronteira executado	%	100
 Controle e prevenção de doenças infecciosas em animais de produção	SEAPDR	Coleta de dados e amostras em propriedades rurais e realização de diagnóstico laboratorial pelo Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (IPVDF), a fim de controlar e prevenir doenças infecciosas em animais de produção.	0	Relatório oficial com dados epidemiológicos de doenças importantes para a cadeia produtiva emitido	unidade	48
 Criação de legislação específica para aplicação terrestre de agrotóxicos	SEAPDR	Estabelecimento de regras (Lei Estadual) para a aplicação de agrotóxicos a fim de reduzir a deriva, a intoxicação do trabalhador rural e a contaminação ambiental.	0	Legislação elaborada e publicada	%	100



Defesa e inspeção animal e vegetal	SEAPDR	Assegurar a sanidade animal e vegetal, garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores através da vigilância, da capacitação, do monitoramento e da inspeção sanitária, bem como assegurar a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária. Diminuição das irregularidades na produção de sementes, minimizando o risco de uso de sementes desconhecidas, a fim de levar sementes de qualidade ao produtor com menor custo de produção.	13.766.079	Análise de projetos realizada	%	100
				Análise fiscal de agrotóxicos realizada	unidade	200
				Análise laboratorial realizada	unidade	24.000
				Auditória de manutenção SUSAF atendida	%	100
				Auditória nos serviços de inspeção municipal demandada pelo MAPA realizada	%	100
				Barreira fitossanitária executada	unidade	4.800
				Barreira sanitária realizada	unidade	4.000
				Capacitação Realizada	unidade	60
				Coleta de microvinificação realizada	unidade	1.200
				Estabelecimento de comércio/produtor de vinhos e derivados de uva fiscalizado	unidade	800
				Fiscalização de insumos realizada	unidade	7.188
				Inspeção de vinhos e derivados da uva e do vinho a granel realizada	unidade	240
				Módulo de emissão de laudos do Laboratório de Referência Enológica concluído	%	100
				Monitoramento de enfermidades com inquérito sorológico realizada	%	100
				Monitoramento de praga realizado	unidade	1.200
				Permissão de Trânsito Vegetal emitida	unidade	200.000
				Produtor orientado com produção integrada e rastreabilidade	unidade	1.600
				Propriedade com certificação em brucelose e tuberculose fiscalizada	%	100
				Propriedade com certificação fiscalizada	unidade	600
				Supervisão em estabelecimento registrado na DIPOA realizada	%	50
				Unidade Consolidadora fiscalizada	unidade	120
Projeto de Educação Sanitária na Área Vegetal	SEAPDR	Disseminação de conhecimento e informação aos envolvidos na cadeia produtiva a fim de conscientizar o produtor quanto às boas práticas agrícolas.	418.362	Ação de educação sanitária vegetal realizada	unidade	304
Qualificação profissional inovadora na área de defesa sanitária animal	SEAPDR	Oferta de cursos de treinamento, capacitação e atualização para profissionais e fiscais da área agropecuária pelo IPVDF (Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor), a fim de gerar maior eficiência no controle e prevenção de doenças em animais e prestar atendimento mais qualificado ao produtor.	0	Profissional capacitado	unidade	160
Realização de cursos, palestras e dias de campo com produtores rurais	SEAPDR	Divulgação das ações de diagnóstico e pesquisa em sanidade vegetal e animal no Estado visando ao aumento do número de diagnósticos de doenças e pragas com importância para as cadeias produtivas animal e vegetal.	0	Evento realizado	unidade	80

Ação Programática: COMBATE À INFRAESTRUTURA PRECÁRIA NO CAMPO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**Resultado Esperado:** Melhoria da infraestrutura a serviço das famílias no campo, conclusão de barragens e da intercooperação de associações rurais e cooperativas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
47.109.448	25.642.703	21.466.745	Percentual de comunidades atendidas com poços perfurados	%	Não apurado	100
			Percentual de propriedades atendidas com ações de infraestrutura com patrulhas mecanizadas	%	50	100
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio a infraestrutura rural	SEAPDR	Promoção de ações de construção de reservatórios e poços artesianos, projetos de conservação de solo, água e preservação de nascentes. Ações de infraestrutura com patrulhas mecanizadas com maquinário próprio.	4.000.000	Açude e reservatório para uso múltiplo construído	unidade	2.000
				Nascente com água de qualidade protegida	unidade	1.000
				Poço tubular construído	unidade	400
				Projeto (terraço, curva de nível, nascente, cisterna, reservatório) executado	unidade	200
				Projeto de irrigação para pequena propriedade executado	unidade	600
				Propriedade atendida com patrulha mecanizada	unidade	4.000
				Via de acesso à propriedade recuperada	unidade	1.200
 Apoio à intercooperação para melhoria da infraestrutura das cooperativas	SEAPDR	Apoio à intercooperação para melhoria da infraestrutura das cooperativas	0	Cooperativa/ associação beneficiada com ações/ATERS	unidade	70
				Cooperativa/associação beneficiada com intercooperação	unidade	25
 Aumento na disponibilidade de linhas de crédito para cooperativas e associações investirem em melhoria da infraestrutura	SEAPDR	Prospecção de linhas de financiamento para o cooperativismo/associativismo junto a bancos, entidades e organizações de cooperativismo, bem como captação de recursos junto aos Ministérios.	0	Cooperativa beneficiada	unidade	4
 Auxílio a municípios em situação de emergência	SEAPDR	Auxílio a municípios que entrem em situação de emergência por questões climáticas.	0	Município atendido por demanda da Defesa Civil	unidade	28
 Barragem Jaguari	SEAPDR	Garantia do abastecimento de água para as comunidades nos períodos de estiagem e aumento da área irrigada com a conclusão da barragem e canais de irrigação.	11.931.177	Área irrigada	ha	65.000
				Canal de irrigação construído	%	100
				Reservatório de água construído	%	100
 Barragem Taquarembó	SEAPDR	Garantia do abastecimento de água para as comunidades nos períodos de estiagem e aumento da área irrigada com a conclusão da barragem e canais de irrigação.	11.931.182	Área irrigada	ha	52.400
				Canal de irrigação construído	%	100
				Reservatório de água construído	%	100



Mais Água, Mais Renda

SEAPDR

Ampliar a área irrigada no Estado.

8.000.000

Área alagada

ha

400

Área irrigada

ha

20.000

Projeto de irrigação elaborado

unidade

1.200

Reservatório construído

ha

1.000



Melhoria da infraestrutura básica das famílias rurais em situação de pobreza

SEAPDR

Melhoria da infraestrutura básica para elevar as condições de vida das famílias do campo.

11.247.089

Estrada em assentamento rural recuperada

km

4.040

Família cadastrada para melhoria habitacional

unidade

1.400

Família com água para consumo e saneamento implantado

unidade

6.852

Família com sistema de energia solar implantado

unidade

330

Programa: DESENVOLVE RS

Temático

Objetivo Temático: Fortalecer a atividade econômica, estimulando as potencialidades regionais, por meio da participação social, da melhoria da infraestrutura dos municípios, da qualificação da mão de obra e do fomento à inovação e à modernização da produção.

Contextualização: O programa Desenvolve RS tem como área o desenvolvimento, com especial atenção às regiões. As características do território do Rio Grande do Sul indicam desigualdades regionais marcantes entre o nordeste do Estado e o restante das regiões. Ao mesmo tempo, o Estado possui instrumentos institucionais importantes para atuar com o objetivo de diminuir essas desigualdades.

A criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), no início da década de 1990, embora tenha se constituído como uma iniciativa governamental, originou uma institucionalidade regional autônoma, que tem atuado politicamente no planejamento e no desenvolvimento regional. Adicionalmente, os COREDEs têm coordenado a participação dos atores regionais nos instrumentos formais de planejamento, via Planos Plurianuais e Orçamentos Anuais.

Os estudos de longo prazo RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial, de 2014, e o Caderno 5: Perspectivas para o Equilíbrio Territorial e o Desenvolvimento Regional, do Futuro RS, de 2017, elaborados pela Secretaria de Planejamento do Rio Grande do Sul, indicam que, até 2015, estava ocorrendo uma desconcentração virtuosa do desenvolvimento socioeconômico do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul em direção ao norte do Estado. Essa desconcentração pode ser observada a partir dos dados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), de renda e do crescimento do emprego dos segmentos de média-alta tecnologia, principalmente ligados ao setor metalmecânico. No entanto, a partir da crise econômica de 2015, esses segmentos entraram em crise, e passaram a ganhar importância as regiões com base agroalimentar. Dessa forma, na verdade, a recente desconcentração está mais ligada à perda de importância de segmentos de maior tecnologia na indústria estadual, presentes nas regiões de maior desenvolvimento. Dados do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria nas Regiões Funcionais de Planejamento, entre 2011 e 2015, indicam esse processo de perda de participação das regiões mais industrializadas. No caso do Rio Grande do Sul, o VAB da indústria era de 26,6% em 2011, diminuindo para 23,2% em 2015. As Regiões Funcionais 3 e 1, que concentram a maior parte da indústria de média-alta tecnologia estadual, tiveram diminuição no período, respectivamente, de 41,6% para 32,4% e de 29,3% para 26%.

Diante desse contexto, o programa temático Desenvolve RS tem como objetivo: "fortalecer a atividade econômica estimulando as potencialidades regionais, por meio da participação social, da melhoria da infraestrutura dos municípios, da qualificação da mão de obra e do fomento à inovação e à modernização da produção".

Para atingir esse objetivo, serão desenvolvidas oito ações programáticas que visam formar profissionais da nova economia nas regiões, fortalecer a competitividade dos setores produtivos gaúchos, desenvolver o turismo gaúcho, apoiar a internacionalização de empresas, bem como prover infraestrutura nos municípios e oportunidades de formação e desenvolvimento profissional nas zonas rurais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
880.625.955	812.312.453	68.313.502	Participação da indústria de transformação no Valor Adicionado Bruto (VAB) total	%	23,20	Positiva
			Taxa de convergência da renda per capita regional	R\$ per capita	0,20	Negativa

Ação Programática: INVEST RS

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Resultado Esperado: Aumento da competitividade das cadeias produtivas e inserção das empresas gaúchas no mercado internacional, a partir da disponibilização de uma estrutura ágil para articular a atração de investimentos internacionais para os setores produtivos gaúchos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
6.435.103	6.435.103	0	Participação das exportações no PIB	%	17,3	19,3

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio a empresas em feiras internacionais	SEDETUR	Apoio à participação de empresas em feiras de caráter internacional, através do suporte financeiro na contratação total ou parcial de estande.	4.856.764	Empresa apoiada	unidade	100
 Atração de investimentos e promoção comercial	SEDETUR	Articulação com entidades (FIERGS, FARSUL, FECOMÉRCIO, FEDERASUL, SEBRAE, BADESUL e BRDE) para assinatura do acordo de cooperação que institucionaliza o novo formato do programa para fomentar a atração e ampliação de investimentos no RS, bem como a promoção comercial de empresas gaúchas no mercado internacional.	1.578.339	Feira/estande apoiada	unidade	48
				Empresa apoiada	unidade	200
				Evento realizado	unidade	13
				Missão de atração de investimentos realizada	unidade	16
				Missão de promoção comercial realizada	unidade	12

Ação Programática: INDUÇÃO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Resultado Esperado:** Desenvolvimento científico e tecnológico das regiões, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação voltados às novas tecnologias e à inovação, com atenção às potencialidades locais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
6.964.600	6.964.600	0	Número de publicações	Unidade	139	1.000
			Taxa de sucesso dos cursos de graduação	%	50	55
			Taxa de sucesso dos cursos de pós-graduação	%	70	75
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 IDEA-S UERGS Empreende: oferta de cursos vinculados às potencialidades regionais	UERGS	Oferta de cursos de graduação em diversas regiões do Estado, vinculados às potencialidades regionais, podendo ocorrer em parceria com outras instituições.	5.636.600	Bolsa de monitoria concedida	unidade	478
				Bolsa prodiscência concedida	unidade	1.369
				Curso de graduação ofertado	unidade	39
 IDEA-S UERGS Extensão: capacitação de pessoas em novas tecnologias, economia criativa e inovação	UERGS	Execução de ações e projetos de extensão com abrangência estadual, para capacitação de pessoas em novas tecnologias, economia criativa e inovação, podendo ser realizada em parceria com outras instituições.	1.328.000	Ação de extensão realizada	unidade	910
				Bolsa de extensão concedida	unidade	332
				Empresa júnior implementada	unidade	4
				Pessoa beneficiada com ação de extensão	unidade	490.000
				Projeto de extensão realizado	unidade	840
 IDEA-S UERGS PROPPG: oferta de cursos de pós-graduação no interior do Estado	UERGS	Oferta de cursos de pós-graduação em todas as regiões do Estado, para graduados nas diversas áreas do conhecimento, podendo ocorrer em parceria com outras instituições.	0	Curso de pós-graduação lato sensu ofertado	unidade	34
				Curso de pós-graduação stricto sensu ofertado	unidade	22
				Produção científica publicada	unidade	1.000

Ação Programática: RS COMPETITIVO

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Resultado Esperado: Aumento da competitividade do sistema produtivo gaúcho e da sustentabilidade econômica e financeira dos empreendimentos, a partir do assessoramento técnico, da capacitação e da formação de empresários gaúchos em práticas de gestão e inovação tecnológica, com o objetivo de aperfeiçoar processos produtivos, produtos e serviços.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
16.901.521	14.754.059	2.147.462	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais ocupadas no trabalho formal	%	67,6	80

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Atração de investimentos através da disponibilização de incentivos financeiros e adequação de áreas industriais para novos empreendimentos	SEDETUR	Reformulação dos programas FUNDOPEM/INTEGRAR e DISTRITOS para o formato digital; ampliação de divulgação dos incentivos; otimização dos espaços industriais através da implantação de melhorias com obras de adequação da infraestrutura e da municipalização de Distritos Industriais; e assessoramento e repasse de recursos financeiros aos municípios na implantação da suas áreas industriais.	3.672.000	Distrito industrial municipalizado	unidade	4
				Município atendido com repasse	unidade	8
				Assessoramento técnico realizado	unidade	24
				Empresa apoiada pelo FUNDOPEM/INTEGRAR (Termos de Ajuste assinados)	unidade	57
				Empresa instalada em distrito industrial (PROEDI)	unidade	32
				Obra de infraestrutura realizada	%	100
				Plataforma digital (Distrito Digital) implantada	%	100
 Capacitação técnica para gestão de setores prioritários	SEDETUR	Articulação de parcerias para capacitação dos setores prioritários, com ênfase em gestão e inovação.	0	Instituição com parceria estabelecida	unidade	48
Cartas de Crédito de Consórcio	BAC	Alocar recursos através de consórcio para a aquisição de bens duráveis móveis, imóveis ou serviços por autofinanciamento aos clientes.	0	Valor de carta de crédito de consórcio comercializado	R\$	5.286.000
Credenciamento à Vero de novos estabelecimentos comerciais	BC	Prospectar novos clientes por meio da equipe de vendas especializada e da rede de agências Banrisul. Credenciamento de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras. Principais bandeiras transacionadas são: Banricompras, Mastercard, Visa, Banrícard e outras.	0	Estabelecimento habilitado à rede Vero	unidade	303.425
 Fortalecimento de cadeias de valor	SEDETUR	Definição de setores prioritários para apoio de programas, estruturação do plano de ação para fortalecimento e consolidação do segmento com acesso à inovação tecnológica, mercados e melhoria da competitividade.	2.430.554	Arranjo produtivo apoiado	unidade	4
				Rede de cooperação apoiada	unidade	16
				Setor estratégico apoiado	unidade	20
 Implementação de um sistema de governança	SEDETUR	Implantação/reestruturação das câmaras de fomento, de arranjos produtivos (NEAT), redes de cooperação e setores estratégicos.	0	Sistema de governança implantado	unidade	1



Movimentação/Armazenamento de Cargas e Digitalização/Guarda de Documentos	BAGERGS	Proporcionar solução logística de armazenamento e movimentação de cargas, buscando o desenvolvimento regional no ramo do Comércio Exterior, por meio da prestação de serviços especializados e de qualidade. Ofertar serviços de gestão documental, visando a melhoria da produtividade e automação de tarefas, levando agilidade e eficiência aos empresários, o que possibilita o foco nos seus negócios. A manutenção contínua desses serviços, contribui para a geração de empregos e movimenta o mercado no qual se insere.	0	Espaço para armazenagem disponibilizado	m3	103.383
RS Fomento Financeiro	SEDETUR	Estruturação em conjunto e atualização de política pública para fomento financeiro. Oficialização de parcerias entre os participantes. Lançamento e divulgação do programa. Monitoramento das operações realizadas.	10.798.967	Instituição com parceria estabelecida	unidade	27

Ação Programática: RS TURISMO SUSTENTÁVEL							
Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado	
5.759.831	5.759.831	0	Número de rotas/roteiros turísticos ofertados	Unidade	220	264	
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta	
 Apoio ao acesso às linhas de crédito, financiamento e fomento na atividade turística	SEDETUR	Formulação de planos de atração de investimentos, bem como criação de oportunidades para a sua promoção; realização de estudos e pesquisas de oportunidades de investimentos; divulgação de informações acerca das oportunidades de investimento e financiamento na atividade turística; estabelecimento de parcerias público-privadas; divulgação de linhas de crédito e modalidades de financiamento; incentivo ao associativismo, ao cooperativismo e ao empreendedorismo.	0	Agente privado orientado	unidade	2.200	
				Gestor público capacitado	unidade	1.000	
 Apoio e incentivo ao desenvolvimento do turismo nos municípios	SAAM	Apoiar os municípios para o desenvolvimento da atividade turística e fomentar a sua inclusão nos roteiros e rotas turísticas do estado. Acompanhar os estudos e projetos desenvolvidos identificando a vocação turística dos municípios.	0	Governança e Região do Turismo apoiada	unidade	27	
				Município apoiado	unidade	28	
 Estruturação de novos produtos e destinos, promovendo a ampliação e a diversificação da oferta turística	SEDETUR	Prestação de assessoria técnica à estruturação de novos produtos e destinos, organização dos segmentos turísticos prioritários, promoção de encontros técnicos e estudos de posicionamento de mercado, visando à inserção de novos destinos e produtos no mercado estadual e nacional, bem como apoio à comercialização dos produtos por meio de rodadas de negócios, feiras e workshops. Realização de jornadas técnicas para trabalhar a segmentação da oferta e tendências do turismo.	280.000	Jornada realizada	unidade	16	
				Novo produto e destino desenvolvido	unidade	27	
 Fomento ao Turismo	SEDETUR	Proposição de Lei de Incentivo ao Turismo (Lei Pró-Turismo), complementada pela alteração da Lei nº 12.959 de 9/5/2008, que instituiu o Fundo Estadual de Turismo - FUNDETUR,	0	Projeto de desenvolvimento turístico do RS apoiado financeiramente pela Lei de Incentivo ao Turismo	unidade	100	
 Implementação da gestão descentralizada nas regiões turísticas do RS	SEDETUR	Atuação, continuada e permanente, na sensibilização, mobilização e na difusão do conhecimento técnico para institucionalizar as Instâncias de Governanças Regionais (IGRs), pilares do processo de gestão descentralizada formulado no Programa de Regionalização do Turismo (Ministério do Turismo/Governo Federal). Apoio financeiro às estruturação física e técnico-operacional das IGRs, intervindo para eliminar gargalos e facilitar processos de parcerias e cooperação, de acordo com o estágio organizacional/situacional de cada território, respeitadas as suas características culturais e dinâmica de relacionamento interinstitucional.	120.000	IGR institucionalizada	unidade	14	
 Implementação de programa de qualificação permanente voltado aos agentes públicos e privados da cadeia produtiva	SEDETUR	Firmação de convênios e termos de parceria com instituições de ensino e profissionalizantes; realização de cursos EAD para a rede pública de professores/escolas introduzindo o Turismo como tema transversal; ampliação da oferta de vagas e de capacitações para inserção no mercado de trabalho e qualificação dos serviços.	0	Agente privado capacitado	unidade	6.800	
				Gestor público capacitado	unidade	1.900	



Implementação de um Plano de Marketing para o Turismo RS

SEDETUR

Elaboração de Plano de Marketing Turístico do Destino RS; execução de ações promocionais, publicitárias e de apoio ao posicionamento mercadológico; apoio à comercialização dos produtos e destinos RS; fomento ao turismo interno; valorização e promoção da identidade cultural das regiões turísticas; participação do RS nos eventos promocionais e profissionais realizados no Brasil e Exterior.

4.554.863

Evento realizado

unidade

14

Participação realizada

unidade

95



Reestruturação do Observatório do Turismo RS

SEDETUR

Criação de plataforma web e sistema de dados e informações turísticas; realização de estudos e pesquisas primárias de demanda doméstica e internacional; implantação de equipamentos tecnológicos em rede; Centros de Atenção ao Turista.

804.968

Equipamento tecnológico adquirido

unidade

1

Estudo sobre a atividade turística disponibilizado

unidade

26

Estudo sobre a atividade turística publicado na plataforma digital

unidade

27

Pesquisa realizada

unidade

6

Plataforma digital do Observatório implantada

unidade

1

Ação Programática: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA

Órgão Coordenador: SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E APOIO AOS MUNICÍPIOS

Resultado Esperado: Desenvolvimento territorial em consonância com o Estatuto das Metrópoles e melhoria da mobilidade urbana, por meio da oferta de ações integradas de infraestrutura viária e de transporte coletivo de passageiros.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
68.797.948	53.895.908	14.902.040	Índice de Pavimentação de vias públicas urbanas	km	Não apurado	30
			Índice de Planos Diretores Integrados ao Sistema Regional de Planejamento Assessorado	Índice	Não apurado	30
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Aperfeiçoamento do Ordenamento Territorial das Regiões Metropolitanas e Aglomerados	METROPLAN	Formulação de políticas e diretrizes que promovam a organização territorial e o desenvolvimento sustentável, através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI. Assessoramento técnico aos municípios na elaboração e/ou revisão dos planos diretores dos municípios de atuação. Apoio e assessoramento aos municípios através de compatibilizações de ações governamentais. Realização de projetos e estudos de gestão integrada para o desenvolvimento sustentável e integrado dos municípios que compõem as Regiões Metropolitanas ou Aglorações Urbanas conforme as diretrizes do Estatuto da Metrópole. Articulação de instrumentos de governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano e regional. Regularização e organização à Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Revisão da legislação para Planejamento Urbano.	846.722	Estatuto da Metrópole aplicado	%	100
 Aperfeiçoamento do Planejamento e da Mobilidade Urbana nas Regiões Metropolitanas, Aglorações Urbanas e Regionais	METROPLAN	Promoção de estudos, acompanhamento, anteprojetos, projetos e obras de engenharia nas intervenções para requalificar e ampliar o sistema estruturante viário. Formular políticas e diretrizes que promovam o desenvolvimento econômico e sustentável das regiões metropolitanas, aglorações urbanas e municípios através de ações integradas nas esferas Federal, Estadual e Municipal, em articulação com as secretarias do Estado e COREDEs. Acompanhar as obras de engenharia para requalificar e implantar sistema estruturante de transporte metropolitano de passageiros nas Regiões Metropolitanas e Aglorações Urbanas.	745.867	Compatibilização das ações governamentais qualificada	unidade	4
 Aperfeiçoamento do Programa Passe-Livre Estudantil	METROPLAN	Manutenção, expansão e aperfeiçoamento da operacionalização do Programa Estadual do Passe Livre Estudantil. Requalificação do sistema TI. Alinhamento estratégico entre os diferentes entes públicos, entidades e operadores. Qualificação da equipe técnica. Adequação dos critérios na concessão do benefício. Readequação da legislação vigente. Legislação revisada.	40.460.000	Infraestrutura viária qualificada	km	60
				Projeto de revitalização dos municípios analisado	unidade	10
				Reestruturação da intervenção viária implantada	km	10
				Aluno beneficiado com Passe Livre estudantil	unidade	3.600
				Atendimento realizado	unidade	74.000
				Entidade e Órgão integrado para concessão do benefício	%	100
				Sistema do Passe Livre Estudantil qualificado	%	60



Aperfeiçoamento e qualificação do Sistema de Transporte Metropolitano

METROPLAN

Conclusão do Plano de Gestão do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros no âmbito da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA. Elaboração do Plano de Gestão do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros no âmbito da Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG) e das aglomerações (Aulinor e Ausul). Regularizar as concessões do serviço de transporte metropolitano de passageiros na Região Metropolitana de Porto Alegre. Aprimorar os serviços de transporte na RMSG e Aglomerações Urbanas (Aulinor e Ausul). Aperfeiçoamento do sistema de gestão de informações do transporte metropolitano coletivo de passageiros através de melhorias na operacionalização do sistema. Implantação de banco de dados integrados. Qualificação no atendimento ao usuário do transporte metropolitano coletivo de passageiros, Melhoria na fiscalização e controle da frota de veículos de transporte metropolitano de passageiros. Qualificar os escritórios regionais. Reformas, ampliação e manutenção dos Terminais Metropolitanos e aglomerações. Requalificação do sistema viário metropolitano.

24.905.359

Adequação na comunicação digital e banco de dados implantado

%

100

Escritório da Aglomeração Urbana qualificado

%

100

Escritório na Região Metropolitana da Serra Gaúcha qualificado

%

100

Plano de Gestão no âmbito da aglomeração urbana do Litoral Norte elaborado

%

100

Plano de Gestão no âmbito da aglomeração urbana do Sul elaborado

%

100

Plano de Gestão no âmbito da Região Metropolitana da Serra Gaúcha elaborado

%

100

Plano de Gestão no âmbito da Região Metropolitana de Porto Alegre elaborado

%

100

Serviço aperfeiçoado

%

100

Sistema integrado com os diferentes modais

%

100

Sistema viário metropolitano ampliado

km

20

Sistema viário metropolitano qualificado

km

30

Terminal metropolitano qualificado

unidade

3

Terminal no aglomerado qualificado

%

100



GTC - Gestão do Transporte Coletivo

DAER

Desenvolvimento do sistema de gestão do transporte coletivo e conclusão do módulo de cadastramento da frota, objetivando agilizar e democratizar o acesso às empresas de fretamento para a emissão das listas de passageiros, bem como a gestão das informações administrativas e operacionais de cada empresa, em até um ano e meio, bem como promover a integração com os demais órgãos do Estado (SEFAZ, SSP e DETRAN).

1.840.000

Sistema de gestão desenvolvido

unidade

1

Ação Programática: DESENVOLVIMENTO REGIONAL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**Resultado Esperado:** Qualificação da oferta de serviços conforme as demandas e as necessidades regionais, a partir da integração das diferentes metodologias de regionalização e da simplificação do processo de participação popular na tomada de decisão pública.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
6.342.000	6.278.000	64.000	Percentual de eleitores participantes na votação da Consulta Popular	%	8,99	15
			Percentual de participação online na Consulta Popular	%	79,1	100
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio ao desenvolvimento da gestão municipal	SAAM	Apoio aos municípios de menor capacidade estatal para o desenvolvimento e qualificação da gestão municipal. Elaboração de Cartilha de serviços públicos oferecidos aos municípios pelas esferas federal e estadual.	0	Cartilha elaborada	%	100
 Desenvolvimento do planejamento de longo prazo	SGGE	Visa dotar o Rio Grande do Sul de instrumentos de planejamento implementados e medidos, com horizonte temporal de décadas, propiciando uma visão de futuro de mais longo prazo, objetivos e metas do estado construídos de forma permanente e colaborativa pelo governo e a sociedade, permitindo a articulação de iniciativas para a consolidação dos cenários positivos desejados.	438.000	Plano RS+20 elaborado	unidade	1
 Desenvolvimento por meio da Participação Popular	SGGE	Atualização sistêmica dos mecanismos de participação da sociedade nas decisões de interesse público e construção de soluções que simplifiquem, engajem e garantam maior efetividade e equidade da ação participativa no desenvolvimento das regiões do território do RS.	5.650.000	Novo modelo de Consulta Popular implementado	unidade	1
 Implementação da regionalização integrada	SGGE	Alinhamento das diversas regionalizações da Administração Pública Estadual existentes, com a perspectiva de simplificação da vida do cidadão no acesso e atendimento de seus direitos, bens e serviços públicos.	254.000	Participação popular digital ampliada	%	100
				Nova regionalização do Estado implementada	%	100

Ação Programática: INCENTIVO À PERMANÊNCIA NO CAMPO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**Resultado Esperado:** Propiciar melhores condições de permanência no campo para o agricultor familiar convencional ou de base ecológica, pecuarista, produtor de leite, jovem e públicos especiais, por meio do fomento da produtividade, diversificação da produção e comercialização.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
753.889.952	702.889.952	51.000.000	Percentual de barragens acompanhadas	%	Não apurado	100
			Percentual de hectares de terra com medição topográfica	%	Não apurado	100
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio a famílias em vulnerabilidade social cadastradas no CadÚnico (Segunda Água)	SEAPDR	Acesso à construção de cisternas, micro-águedas, instalações de pequenos sistemas de irrigação e à capacitação para agricultores em vulnerabilidade social, de forma a estimular a produção, aumentar a renda e consequentemente, promover a sua segurança alimentar e hídrica e reduzir a penosidade do trabalho.	4.000.000	Agricultor beneficiado com tecnologias sociais para segurança alimentar e hídrica	unidade	2.300
 Apoio e desenvolvimento da agricultura familiar	SEAPDR	Aumento da produção, da competitividade e da rentabilidade da atividade agrícola, especialmente da fruticultura e da oleicultura, por meio da diversificação das atividades, do acesso a recursos e a novas tecnologias, da qualificação das atividades e da redução da penosidade do trabalho	7.677.896	Agricultor beneficiado	unidade	800
				Projeto produtivo apoiado	unidade	400
 Apoio e desenvolvimento da cadeia produtiva do leite e pecuária	SEAPDR	Aumento da produção e da competitividade da atividade agropecuária através do acesso a recursos, novas tecnologias, qualificação das atividades e consequente melhoria da produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade de forragem, diversificação da atividade, redução de penosidade do trabalho e agregação de valor a subprodutos da pecuária.	1.673.450	Agricultor e pecuarista beneficiado	unidade	800
				Projeto produtivo apoiado	unidade	400
 Apoio e desenvolvimento de sistemas de base ecológica (PABE / PLEAPO)	SEAPDR	Suporte técnico e financeiro para agricultores de base ecológica para a diversificação, aumento da produção e da competitividade através do acesso a recursos, novas tecnologias, à qualificação das atividades e a troca de experiências que ampliem o conhecimento e o acesso a espaços de comercialização. Organização de eventos de base ecológica, de sementes e mudas locais, tradicionais ou crioulas, de plantas alimentícias não convencionais e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares. Atendendo à Lei nº 15.222/18, que institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana, bem como o Decreto Estadual 54.459/18 que regulamenta a referida Lei.	418.362	Evento PLEAPO/PABE realizado	unidade	40
				Projeto produtivo PLEAPO/PABE apoiado	unidade	100
 Aumento da renda das famílias no campo	SEAPDR	Melhoria da geração de renda e capacidade produtiva buscando permanência das famílias no campo com qualidade de vida, em especial os assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas, agricultores em situação de extrema pobreza, pescadores artesanais e aquicultores. Busca de acordo para o ordenamento pesqueiro junto ao CONGAPES (Conselho Gaúcho de Aquicultura e Pesca Sustentáveis).	7.931.217	Beneficiário apto para confecção de artesanato/prestação de serviço	unidade	400
				Beneficiário com acesso aos mercados institucionais	unidade	700
				Diagnóstico da cadeia produtiva pesqueira realizado	unidade	4
				Projeto produtivo apoiado	unidade	12.516
				Unidade de processamento e agroindústria implantada	unidade	36



Capacitação, assistência técnica e extensão rural

SEAPDR

Fortalecimento do agricultor por meio de assistência técnica (ATERS - Assistência Técnica e Extensão Rural e Social) continuada para aumentar e diversificar sua produção, sendo capacitado nas diversas atividades produtivas em cada segmento, com acesso à informação e tecnologias, com apoio para construção e desenvolvimento de projetos produtivos sustentáveis, em especial sendo beneficiado com políticas públicas, dessa forma aumentando sua renda.

668.000.000

Agricultor capacitado em agroecologia

unidade

7.272

Agricultor familiar capacitado

unidade

32.040

Agroindústria capacitada

unidade

600

ATERS de base ecológica realizada

unidade

15.000

ATERS para agricultores familiares realizada

unidade

211.000

ATERS para agroindústrias familiares do PEAF e potenciais realizada

unidade

750

ATERS para assentados, reassentados, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e piscicultores realizada

unidade

18.800

ATERS para beneficiários de feiras apoiadas pela SEAPDR realizada

unidade

1.640

ATERS para produtores de leite e pecuaristas familiares realizada

unidade

31.900

Produtor de leite e pecuarista familiar capacitado

unidade

14.280



Formação, educação, profissionalização e capacitação para o desenvolvimento rural e apoio à permanência do jovem no campo

SEAPDR

Incentivo à permanência dos jovens no campo, com melhores condições de acessar e de concluir o Ensino Médio em cursos técnicos agrícolas comunitários e da rede pública estadual, com infraestrutura apropriada e com apoio financeiro para implementar projetos produtivos em sua propriedade, assegurando sucessão rural. Formação integral de jovens rurais familiares, baseada na Pedagogia da Alternância, visando ao desenvolvimento rural baseado em sistemas agrícolas que busquem sustentabilidade e a permanência dos jovens no campo, como estratégia de diversificação produtiva e agregação da valor e renda.

9.142.166

Bolsa concedida

unidade

2.000

Escola técnica apoiada

unidade

27

Jovem com formação integral em escolas comunitárias apoiado

unidade

720

Projeto produtivo apoiado

unidade

400



Programa Troca-troca de Sementes

SEAPDR

Acesso a sementes de qualidade com menor custo, aumento da produtividade e da competitividade da atividade agrícola.

47.000.000

Saca de semente disponibilizada

unidade

840.000



Regularização fundiária e ambiental

SEAPDR

Promoção da regularização fundiária e ambiental dos imóveis, contribuindo para a produção das famílias, em especial para famílias rurais de assentamentos, reassentamentos e de agricultores familiares.

8.046.861

Acervo fundiário digitalizado

unidade

1

Agricultor de área indígena indenizado

unidade

22

Agricultor de assentamento/reassentamento rural com titulação de imóvel emitido

unidade

860

Barragem acompanhada e ação de segurança realizada

unidade

192

Imóvel com cadastro rural implantado

unidade

4.791

Levantamento topográfico realizado

ha

57.353

Processo de terras públicas discriminado e apto para regularização

ha

200

Ação Programática: APOIO À QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO**Resultado Esperado:** Acesso ao saneamento básico e adequação das estradas vicinais em comunidades urbanas e rurais dos municípios gaúchos, através da execução de obras de recuperação, manutenção e expansão.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
		Percentual de municípios atendidos por ações de saneamento		%	3	24
15.535.000	15.335.000	200.000				

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Apoio à manutenção das estradas vicinais	SOP	Melhorar a situação das estradas vicinais, que na maioria dos Municípios tratam-se de suas principais vias, garantindo regularidade no transporte escolar qualidade e tempo para o escoamento da produção agropecuária, além da segurança no trânsito tanto para veículos como para transeuntes.	15.335.000	Via vicinal recuperada e adequada	km	12.000
 Perfuração de poços, redes e módulos sanitários	SOP	Perfuração de poços tubulares profundos, implantação de redes de distribuição de água, implantação de redes de drenagem pluvial e execução de módulos sanitários.	200.000	Família beneficiada por saneamento	unidade	11.000

Programa: RS INFRAESTRUTURA

Temático

Objetivo Temático: Integrar os atuais e os novos modais de transporte de maneira eficiente e segura, por meio da modernização da infraestrutura logística, bem como garantir o acesso à energia, ao abastecimento de água e ao saneamento básico.

Contextualização: O programa RS Infraestrutura tem como foco temático a ampliação e a qualificação da infraestrutura e da logística no Estado. Esses serviços são essenciais para a recuperação da atividade econômica e a melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

Segundo o Ranking de Competitividade dos Estados, o RS encontra-se na 14ª posição no tocante à infraestrutura disponibilizada, recebendo nota inferior à média nacional em 2018. Dentre os piores indicadores avaliados nesse pilar, encontram-se o custo do saneamento básico e a qualidade da energia elétrica – esse último, em especial, com forte impacto sobre a possibilidade de expansão da produção e da produtividade.

Quanto à infraestrutura de esgoto, em 2017, o tratamento do esgoto urbano coletado alcançou 80,97%, o que permitiu ao Estado atingir a meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Contudo, o percentual da população atendida com esgoto sanitário totalizou apenas 35,89% em 2017, o que representa aproximadamente 1 ponto percentual de crescimento anual desde 2014.

No que se refere à população urbana atendida com abastecimento de água, a cobertura encontra-se praticamente universalizada (97,37%, em 2017). Vale lembrar a meta de 98,0% estabelecida para o Rio Grande do Sul pelo PLANSAB para 2018 e de 100% para 2023. As perdas de água na rede de distribuição, porém, aumentaram de 33,21% (2014) para 38,19% (2017), enquanto as metas do PLANSAB são de 33,0% (2018) e de 32,0% (2023).

Ainda que acima da média nacional no Ranking de Competitividade no que tange à qualidade das rodovias, a precariedade da malha rodoviária estadual pode ser verificada por meio de análise dos dados da qualidade das estradas no período 2005-2017. De acordo a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), houve aumento no percentual de rodovias em estado regular, péssimo e ruim, com concomitante redução nas estradas em estado ótimo ou bom. No último ano observado, apenas 1,5% das rodovias gaúchas estavam em estado ótimo, 22,2% em estado bom, 33,1% em estado regular, 34,7% em estado ruim e 8,5% em estado péssimo. Vale destacar, ainda, que 30,47% das estradas gaúchas não são pavimentadas, segundo dados do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER).

Diante dessa situação, o programa temático RS Infraestrutura tem o objetivo de: “integrar os atuais e os novos modais de transporte de maneira eficiente e segura, por meio da modernização da infraestrutura logística, bem como garantir o acesso à energia, ao abastecimento de água e ao saneamento básico”. Para isso, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul apresenta seis ações programáticas voltadas para a geração e a disponibilização de energia, a ampliação da cobertura de água e esgoto, o aumento da qualidade e da segurança nas rodovias e a diminuição do custo logístico, por meio da integração intermodal.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
32.636.442,771	26.602.796,102	6.033.646,669	Custo de Combustíveis	Ponto	67,70	Positiva
			Índice de atendimento urbano de água	%	97,38	Positiva
			Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água	%	35,89	Positiva
			Índice de tratamento de esgoto	%	80,97	Positiva
			Percentual de energias renováveis na geração de energia elétrica	%	85,30	Positiva
			Percentual de estradas pavimentadas	%	69,53	Positiva
			Qualidade da Energia Elétrica	Ponto	79,90	Positiva

Ação Programática: TRANSPORTES: INTEGRAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INTERMODAL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**Resultado Esperado:** Ampliação da integração intermodal, com aumento da participação do modal hidroviário no transporte de cargas e do aeroportuário no transporte de passageiros, visando contribuir para a redução dos custos logísticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
180.431.276	71.474.143	108.957.133	Movimentação de Aeronaves - Aeroportos Regionais	Unidade	17.039	18.743
			Movimentação de Passageiros - Aeroportos Regionais	Unidade	351.005	386.106
			Movimentações Portuárias	Tonelada	61.500.784	79.319.000
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Ampliação e Reaparelhamento do Aeroporto de Santo Ângelo	SELT	Ampliação e reaparelhamento do aeroporto mediante a aquisição de equipamentos e a ampliação da infraestrutura física: equipamentos de auxílio e navegação como farol rotativo, de balizamento em led, Precision Approach Path Indicator (PAPI), VHF Omnidirectional Range (VOR); equipamentos para operação visual e por instrumentos (VFR/IFR não precisão, diurna/noturna; aumento da pista de rolamento (taxiway) e dos afastamentos; ampliação do pátio para posicionamento de até 6 aeronaves de grande porte e da cerca patrimonial; construção das Áreas de Segurança de Fim de Pista (RESA), vias de serviço, nova edificação do terminal de passageiros, estacionamento, seção contra incêndio, Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA)/Torre de Controle (TWR).	44.000.000	Equipamento de auxílio à navegação aérea instalado	unidade	1
				Infraestrutura construída	unidade	1
				Terminal construído	unidade	1
 Implementação das políticas públicas previstas no PELT	SGGE	O Plano Estadual de Logística de Transporte (PELT-RS) tem por objetivo implementar o planejamento estratégico de logística e transportes do Estado a fim de indicar as necessidades de ampliações de capacidade da rede viária.	120.000	PELT atualizado	unidade	1
				Plano de ação anual elaborado	unidade	4
 Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário	SELT	Modernização e manutenção das condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços. As atividades a serem desenvolvidas constituem-se de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária e objetivam a ampliação e a qualificação necessárias ao aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros. Para a consecução das obras e serviços necessários será realizada a contratação de consultoria e de projetos para os aeroportos regionais e internacionais novos ou existentes bem como contratação de consultoria para estudos de demanda, impacto ambiental e localização de sítios aeroportuários.	95.950.265	Aeroporto mantido	unidade	10
				Aeroporto modernizado	unidade	2
 Plano de Fomento à Integração Intermodal	SELT	Fomento à integração intermodal no setor transportador de cargas envolvendo os modais rodoviário, hidroviário, aéreo e ferroviário mediante a implementação de investimentos previstos nos estudos setoriais existentes e nas demandas do setor transportador objetivando a melhoria e qualificação da infraestrutura intermodal e de armazenagem objetivando a racionalização do sistema transportador a redução dos custos logísticos e a ampliação da competitividade.	361.011	Plano de fomento à integração intermodal realizado	unidade	1

Reestruturação dos Portos e
Hidrovias do RS

SUPRG

Implementação de processo de desenvolvimento e modernização do modelo de gestão setorial adaptando-o às crescentes demandas do setor transportador das exigências do Estado e da União. Transformação da Autarquia em Empresa Pública, assegurando-lhe autonomia administrativa e financeira para a sua operação, visando garantir a manutenção da naveabilidade do sistema hidroviário, mediante a viabilização dos serviços de dragagem e a sinalização náutica do canal de acesso do complexo portuário de Rio Grande e da malha hidroviária, por meio de parcerias com a União e com o setor privado, além da adequação dos calados e dos berços de atracação dos Portos do RS. Visando ainda modernizar a infraestrutura de apoio a operação implementando atividades necessárias ao atendimento das legalidades e melhorias, como adequações nos armazéns, rede elétrica e prédios administrativos. Aumento da segurança da navegação, dotando o Complexo Hidroportuário gaúcho de um sistema integrado de gerenciamento de informações do tráfego de embarcações dotado de tecnologia de monitoramento ambiental. Garantia e fomento permanente da disponibilidade operacional dos portos e suas respectivas infraestruturas para recebimento de mercadorias e embarcações de longo curso, cabotagem e navegação interior que atendam as respectivas áreas de influência, através da modernização da estrutura de acostagem e da superestrutura portuária, garantindo ainda a integração das políticas voltadas aos distritos industriais do RS e às áreas portuárias e retroportuárias com o foco no crescimento do setor industrial da região sul e na competitividade do Estado.

40.000.000

Canal de acesso dragado

m3

20.000.000

Canal de acesso sinalizado

%

100

Hidrovia dragada

m3

9.555.876,6

Hidrovia sinalizada

%

100

Infraestrutura de acostagem modernizada e
mantida

m

2.465

Infraestrutura de apoio a operação modernizada
e mantida

%

80

Infraestrutura de armazenagem modernizada e
mantida

%

60

Infraestrutura intermodal modernizada e
mantida (VTMIS)

%

100

Projeto porto indústria implantado e mantido

%

100

Ação Programática: AMPLIA RS: AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**Resultado Esperado:** Melhoria das condições de superfície da malha rodoviária pavimentada, de seus níveis de serviço, da segurança viária e da integração regional, por meio dos investimentos em conservação, restauração e ampliação da malha rodoviária estadual e das obras de arte especiais, visando estancar seu processo de depreciação.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
2.480.781.465	404.281.023	2.076.500.442	Indicador de Irregularidade Longitudinal da Malha Rodoviária Pavimentada - IRI	%	74,6	80

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Ampliação de Capacidade de Rodovia Pedagiada	EGR	Aumento da capacidade das rodovias pedagiadas por meio de sua duplicação, implantação de terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços relativos a todos os projetos de engenharia, desapropriações de imóveis, projetos ambientais, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções, serviços complementares, supervisão e fiscalização.	5.224.878	Rodovia pedagiada com capacidade ampliada	km	2,66
 Ampliação de Capacidade de Rodovias	DAER	Aumento da capacidade dos eixos rodoviários através da duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação de terceiras e quarta faixas de trânsito, em pontos críticos que possuem alto índice de acidentes, em avenidas que reduzem drasticamente a velocidade e estradas que necessitam de aumento da sua capacidade de atender a demanda de tráfego, com a finalidade de adequá-las aos volumes de tráfego, aprimorando suas condições de mobilidade e segurança. Compreende a execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, obras de arte correntes e especiais, sinalização, interseções e serviços complementares.	314.000.000	Rodovia com capacidade ampliada	km	62
 Atividades Preliminares Para Realização de Investimentos em Obras Rodoviárias	DAER	Realização de todas as ações necessárias à viabilização de investimentos na malha rodoviária estadual. Envolve gastos destinados às desapropriações de imóveis para execução ou manutenção de obras rodoviárias. Compreende o acompanhamento e apoio técnico à fiscalização de obras, realização de controle de qualidade e aferição de quantitativos de serviços executados em obras de construção, manutenção, restauração de rodovias e de obras de arte especiais, além de prover as superintendências regionais de outros serviços de apoio técnico necessários ao bom desempenho de suas funções, tais como: serviços de topografia, avaliação de pavimento, readequação de projetos, sondagens, ensaios, além de atividades de apoio a serviços ambientais. Abrange ainda a contratação de empresas especializadas na elaboração de estudos e projetos finais de engenharia.	95.500.000	Projeto final de engenharia realizado	unidade	12
 Conservação e Manutenção de Rodovias	DAER	Conservação e manutenção das rodovias pavimentadas e não pavimentadas, compreendendo a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada (manual ou mecânica), terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, manutenção do pavimento como operações de tapa-buracos, remendos localizados, reperfilagem e camada final de rolamento, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização.	366.004.823	Rodovia com pavimento conservado	km	10.631,68

	Construção de Acessos Municipais	DAER	Aumento da extensão da rede rodoviária possibilitando integração das comunidades a toda a malha existente, beneficiando um número maior de usuários. Envolve todos os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, obras complementares, drenagem, interseções, obras de arte correntes e sinalização.	440.504.548	Acesso municipal construído	unidade	30
	Construção de Rodovias	DAER	Busca executar todos os serviços destinados a expandir e qualificar o sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção de rodovias arteriais, coletoras e locais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, interseções, construção, substituição de obras de arte correntes, sinalização, serviços complementares e custos referentes ao meio ambiente.	304.100.000	Rodovia construída	km	121
	Construção e Restauração de Obras de Arte Especiais	DAER	Visa executar todos os serviços destinados a expansão e qualificação das Obras de Arte Especiais (Pontes, viadutos, passagens inferiores, obras de contenção, passarelas e túneis) do sistema rodoviário estadual, visando aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas, trazendo benefícios socioeconômicos a um número maior de comunidades. Compreende a construção, reconstrução, restauração e ampliação de capacidade das Obras de Arte Especiais, incluindo todos os trabalhos referentes a projetos de engenharia, desapropriações, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, serviços complementares, custos referentes ao meio ambiente, supervisão e fiscalização.	106.000.000	Obra de arte especial construída	unidade	18
					Obra de arte especial restaurada	unidade	5
	Gestão das Faixas de Domínio da Malha Rodoviária	DAER	Executar ações de planejamento, controle, fiscalização, gerenciamento, segurança e qualidade da gestão das faixas de domínio das rodovias estaduais, integradas através de solução de gestão (software), bem como atualizar a legislação Estadual e as normativas necessárias ao processo de gestão das faixas de domínio da malha rodoviária estadual.	12.776.200	Legislação Estadual e normativa atualizada	unidade	2
					Serviço de cadastro e georreferenciamento da malha concluído	km	7.000
					Serviço de implantação de marcos GPS concluído	unidade	800
					Serviço de inspeção programada e atendimento ao usuário realizado	unidade	640
					Solução de Gestão implantada	%	100
	Implantação do Plano Diretor de Transporte Intermunicipal de Longo Curso	DAER	Llicitação dos 14 (quatorze) mercados instituídos pela lei 14.834/16 que compreendem o universo total de linhas intermunicipais de longo curso sob jurisdição do DAER e atendem todo o território gaúcho, bem como a licitação de mais de 200 rodoviárias das 4 categorias existentes e também das agências rodoviárias. O produto final será a concessão dos 14 mercados e de todas estas agências e estações rodoviárias previstas, distribuídas a partir de 2019.	0	Estação rodoviária concedida	unidade	338
					Mercado de transporte concedido	unidade	14
	Manutenção e Conservação de Rodovia Pedagiada	EGR	Conservação e manutenção das rodovias pedagiadas. Os serviços compreendem basicamente a conformação da plataforma estradal, revestimento primário, roçada manual ou mecânica, terraplenagem, sinalização vertical e horizontal, obras de arte correntes e especiais, operação tapa-buracos e reperfilagem, conservação da faixa de domínio, melhorias em trevos e travessias urbanas, serviços de meio ambiente, serviços de supervisão e fiscalização. Os serviços e os projetos necessários à realização das obras serão contratados pela EGR junto a firmas especializadas.	195.957.715	Rodovia pedagiada mantida e conservada	km	898,87

	Obras na Malha Rodoviária Pedagiada	EGR	Realização de melhorias na malha rodoviária pedagiada estadual com a implantação de interseções e obras de arte especiais visando aprimorar as condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas e aumentando a segurança dos usuários. A EGR mediante processo licitatório contratará o projeto e a execução dos serviços.	18.921.957	Intersecção rodoviária implantada	km	4
					Obra de arte especial implantada	unidade	1
	Operação Continuada de Fiscalização de Cargas	DAER	Execução de ações de planejamento, controle, gerenciamento, segurança e fiscalização da qualidade dos serviços de transporte de cargas nas rodovias estaduais.	24.850.000	Ponto de fiscalização em operação contínua instalado	unidade	10
					Veículo de carga fiscalizado	unidade	1.853.500
	Qualificação de Rede Viária - Convênios	DAER	Visa executar obras viárias destinadas a estender ou qualificar a rede viária municipal, ou segmentos de rodovia estadual diretamente ligada aos municípios, possibilitando maior integração, mobilidade, escoamento de produção e maiores benefícios sociais. Envolve os serviços referentes a construção, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras de arte especiais e obras complementares, bem como a aquisição de equipamentos para que, de forma consorciada, seja promovida a execução de pavimentação asfáltica. As obras e os serviços serão realizados mediante convênios firmados entre o DAER e os Municípios, sendo responsabilidade do DAER o repasse de uma parcela dos recursos necessários. As obras serão realizadas pelos municípios, com acompanhamento do DAER.	45.000.000	Obra viária executada	unidade	44
	Regulação da concessão de rodovias	AGERGS	Regulação (de qualidade e econômico-financeira) da concessão de rodovias. Orientar a confecção e homologar os editais e contratos. Exercício de atividades decorrentes da concessão referente às atribuições da AGERGS. (base legal: Lei 10.931 de 09/01/97 atualizada até a lei 13.696, de 05/04/2011, art. 3º, parágrafo único, alínea c, e art.4º, inciso: VII.	4.500.000	Contrato homologado	unidade	5
					Edital homologado	unidade	3
					Rodovia regulada	unidade	5
	Restauração de Rodovia Pedagiada	EGR	Restauração das rodovias pedagiadas, realizando obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como restauração de obras de arte correntes especiais, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização. A EGR mediante processo licitatório contratará a execução dos serviços.	185.641.344	Rodovia pedagiada restaurada	km	573,94
	Restauração e Manutenção de Pavimento	DAER	Restauração e manutenção das rodovias pavimentadas, incluindo-se obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e serviços complementares, bem como recuperação, construção ou ainda reconstrução de obras de arte correntes, serviços de meio ambiente, supervisão e fiscalização.	361.800.000	Pavimento restaurado e mantido	km	402

Ação Programática: USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS MINERAIS E GÁS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**Resultado Esperado:** Ampliação da oferta de carvão mineral e gás natural, bem como desenvolvimento do mercado de biometano, visando ao uso eficiente e sustentável dos recursos minerais do estado.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
483.661.528	290.064.517	193.597.011	Volume médio de gás natural distribuído	m3/dia	2.118.082	2.461.753

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Ampliação da rede de distribuição de gás e o desenvolvimento de melhorias operacionais dos sistemas de distribuição	SULGAS	Expansão da rede de distribuição de gás e da carteira de clientes, conjugando investimentos em expansão urbana e atendimento a novos municípios. Também é considerada a oferta de gás natural no modal comprimido (GNC) a regiões afastadas da rede de distribuição. Os investimentos compreendem desde a aquisição de sistemas e/ou equipamentos operacionais até a construção de redes de infraestrutura de distribuição fundamentadas na ampliação da capacidade de fornecimento, na segurança operacional e na robustez da malha de distribuição de gás, agregando valor para aos clientes e sociedade.	191.534.829	Cliente atendido	unidade	31.378
 Desenvolvimento do mercado de biometano no estado	SULGAS	A ação será realizada através do incentivo à implantação de projetos de produção distribuída de Biometano em diferentes regiões funcionais, que possam produzir e fornecer o energético a partir de distintos substratos com vistas à injeção na rede de distribuição. Para a consecução é prevista a realização de Chamada Pública para seleção de propostas para aquisição de Biometano. A Sulgás até 2023, se propõem a adquirir 22.000 m ³ /dia de Biometano de Produtores contratados na Chamada Pública que está sendo realizada em 2019.	20.125.478	Rede de distribuição de gás natural ampliada	km	257,3
 Diagnóstico regulatório do gás	AGERGS	Levantamento de dados acerca do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, obtendo assim um diagnóstico geral do funcionamento e das necessidades deste mercado, com vistas à regulação. (base legal: Lei: 10.931 de 09/01/97 atualizada até a lei 13.696, de 05/04/2011, art. 3º, parágrafo único, alínea i e art.4º, inciso VII).	2.234.435	Volume de gás distribuído	m3/d	2.461.753
Expansão da mineração do carvão mineral	CRM	Expansão da mineração do carvão através da implantação de novas unidades de mineração, conforme sucesso de empreendimentos associados a estas unidades mineiras em leilões de energia ou outros mercados que venham a ser viabilizados.	16.800.000	Diagnóstico do gás realizado	unidade	1
				Nova unidade de mineração implantada	%	100

Minera RS	SEMA	Dinamizar o aproveitamento do carvão mineral. O Rio Grande do Sul detém cerca de 90% dos recursos brasileiros de carvão mineral, sendo necessárias ações para a ampliação da sua utilização e maior participação na matriz energética estadual e nacional, considerando-se as inúmeras vantagens de sua utilização. Este energético constitui-se claramente como uma das grandes oportunidades de desenvolvimento socioeconômico do RS, seja como fonte energética básica, ou como ponto de apoio para expansão de importantes ramos industriais. Estimular a cadeia produtiva e a promoção da política de fomento ao setor através de Minerais Estratégicos e Portadores de Futuro. Neste cenário, a elaboração de uma política de estado, fundamentada em estudos e pesquisas tecnológicas, se apresenta como caminho para a ampliação da utilização e aproveitamento sustentável do carvão mineral.	19.228.393	Política de mineração elaborada Política de mineração implantada	unidade unidade	1 1
Produção e fornecimento de carvão mineral	CRM	Produção e fornecimento de carvão mineral com poder de calor de 3.300 kcal/kg para abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota da CGTEE e outros mercados de menor porte.	208.000.000	Carvão mineral energético produzido	t	8.240.000
Programa de Incentivo ao Uso Sustentável do Carvão Mineral - PROCARVÃO-RS	SEMA	Atração de novos investimentos através de estímulo à instalação de empresas complementares às cadeias produtivas e empresas de prestação de serviços; articulação junto às instituições financeiras do Estado, da União e de organismos internacionais para a atração de investimentos voltados ao desenvolvimento do Polo Carboquímico do RS; ampliação das formas de captação e de divulgação de vagas de trabalho no setor; criação de plano de apoio ao desenvolvimento sustentável dos municípios que integram a região; ampliação da formação de mão-de-obra na temática do uso sustentável do carvão (carboquímica e termoelétrica).	19.238.393	Procarvão RS implementado	%	100
Regulação técnica, comercial e econômico-financeira do mercado de gás canalizado	AGERGS	Execução da regulação do gás no Estado do Rio Grande do Sul. (base legal: Lei: 10.931 de 09/01/97 atualizada até a lei 13.696, de 05/04/2011, art. 3º, parágrafo único, alínea i, e art. 4º, inciso VII).	6.500.000	Serviço de distribuição e comercialização do gás canalizado regulado	unidade	4

Ação Programática: FORTALECIMENTO E INOVAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**Resultado Esperado:** Disponibilidade de energia elétrica para os cidadãos e as empresas gaúchas, por meio da manutenção e da ampliação da geração e da transmissão de energia elétrica no estado, com investimentos em eficiência e sustentabilidade.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
27.774.990,797	25.787.467,198	1.987.523,599	Número de interrupções ocorridas (FEC)	Unidade	4,17	6,97
			Número de reclamações recebidas (FER)	por 1.000 unidades	1,6	12
			Percentual da disponibilidade Média da Geração Hidrelétrica (DGH60)	%	93,91	93,91
			Percentual de ativos da Rede Básica (QRB)	%	99,33	99,33
			Percentual de ativos provenientes das Demais Instalações de Transmissão (QDIT)	%	95,46	98,65
			Percentual de Satisfação do Consumidor (IASC)	%	70,73	70,73
			Tempo médio de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC)	Hora	6,93	6,93
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Eficienização Energética	CEEE-D	A Eficienização Energética é uma obrigação das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com a ANEEL. Consiste em aplicar, no mínimo, 0,5% da receita operacional líquida ao ano, em ações de combate ao desperdício de energia.	92.299,877	Investimento em projetos de eficienização realizado	%	0,5
 Expansão da Geração	CEEE-GT	Ampliar a capacidade de produção de energia objetivando a ampliação do mercado e da rentabilidade.	365.167.162	Potência eólica instalada expandida	Mw	52,5
				Potência hidroelétrica instalada expandida	Mw	8
 Expansão da Transmissão	CEEE-GT	Construir linhas de transmissão e subestações de energia elétrica visando aumentar a confiabilidade e a capacidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT.	1.284.835.065	Capacidade de transmissão expandida	MVA	956
 Expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de distribuição	CEEE-D	Construir redes de distribuição de energia elétrica para aumentar a confiabilidade e a capacidade das instalações de distribuição na área de concessão da CEEE-D.	17.837.583.842	Capacidade de rede de distribuição expandida	kVA	408.204
				Unidade consumidora regularizada	unidade	18.800
 Expansão, renovação e melhoria das instalações de Subtransmissão	CEEE-D	Construir subestações e linhas de transmissão de energia elétrica para aumentar a confiabilidade e a capacidade das instalações de subtransmissão da área de concessão da CEEE-D.	6.112.981.170	Capacidade Linhas de Transmissão expandida	km	120
				Capacidade de subtransmissão expandida	MVA	276,25
 Geração de Energia Fotovoltaica no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil	SEAPDR	Instalação de painéis fotovoltaicos nos telhados do Parque de Exposições Assis Brasil (PEEAB), em Esteio, tornando-o autosuficiente em energia elétrica. Além de ser um projeto ecológico, pois produzirá energia limpa com a luz do sol, permitirá reduzir o gasto mensal com energia elétrica. A energia solar produzida pelos painéis fotovoltaicos será convertida em energia elétrica que poderá ser usada para abater o consumo de órgãos do Estado, pois o excedente é reaproveitado através de um medidor bidirecional, com saldo de armazenamento vigente por 5 anos.	7.000.000	Painel fotovoltaico em funcionamento	unidade	100

Manutenção e Operação da Geração	CEEE-GT	Manter e operar o parque gerador objetivando a melhoria da confiabilidade, qualidade, segurança e rentabilidade da produção de energia elétrica.	796.788.831	Energia disponibilizada	%	92,43
Manutenção e Operação da Transmissão	CEEE-GT	Executar as programações de manutenção preventiva e preditiva de subestações e linhas de transmissão e operar a rede básica de transmissão da CEEE-GT de maneira a garantir o bom funcionamento do sistema.	1.148.628.375	Qualidade da Operação e Manutenção	%	98
 Pesquisa e Desenvolvimento - (P&D)	CEEE-D	O programa de P&D é uma obrigação das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com a ANEEL. Consiste em aplicar, no mínimo, 0,2% da receita operacional líquida ao ano, em projetos de inovações tecnológicas.	46.122.953	Investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento realizado	%	0,2
 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	CEEE-GT	O programa de P&D é uma obrigação das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica com a ANEEL. Consiste em aplicar, no mínimo, 0,4% da receita operacional líquida ao ano, em projetos de inovações tecnológicas.	39.154.029	Investimento em Projetos de P&D realizado	%	0,4
 PRO ENERGIA RS	SEMA	Realizar estudos e projetos para os setores energético compreendendo o uso de energias alternativas. Viabilizar empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia através das políticas públicas, de incentivos e de mobilização dos diversos atores estaduais necessários ao fortalecimento e diversificação da matriz energética do Estado, aliado aos potenciais eólicos, de biomassa, solarimétricos, de pequenas centrais hidrelétricas, objetivando expandir a geração e atender a crescente demanda por energia.	44.429.493	Atlas de Recursos Hídricos para geração de energia elaborado	unidade	1
				Balanço Energético Anual elaborado	unidade	4
				Energia Forte no campo implementado	%	100

Ação Programática: AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**Resultado Esperado:** Ampliação da cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado, por meio de sua expansão e sustentabilidade operacional.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
1.666.292.393	260.000	1.666.032.393	Nível de Universalização de Água Urbano (NUA)	%	96,55	97,31
			Nível de Universalização de Esgoto Urbano Conectado (NUE-C)	%	14,95	40,34
			Nível de Universalização de Esgoto Urbano Disponibilizado (NUE-D)	%	18,65	46,29

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Ampliação do número de municípios conveniados na área de saneamento	AGERGS	Proposição de novos convênios, incrementando o número de municípios conveniados. (base legal: Lei: 10.931 de 09/01/97 atualizada até a lei 13.696, de 05/04/2021, art. 3º, parágrafo único, alínea a, e art. 4º, inciso: VII).	260.000	Convênio saneamento realizado	unidade	12
 Expansão e Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	CORSAN	Expandir as redes e ligações de água; substituir redes de água; otimizar e/ou melhorar o sistema de abastecimento; ampliar o sistema de abastecimento considerando o crescimento vegetativo; ampliar o número de economias atendidas.	154.217.602	Economia de Água atendida	unidade	370.928
 Expansão e Melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	CORSAN	Expandir as redes e ligações de esgoto; dar manutenção em redes de esgoto; ampliar os sistemas de esgotamento sanitário; implantar sistemas de esgotamento sanitário, ampliar o número de economias com sistemas de esgoto sanitário disponibilizado; ampliar o número de economias conectadas.	1.393.562.690	Capacidade instalada de tratamento de esgoto ampliada	m3	87.153.408
				Economia de esgoto atendida	unidade	198.805
				Economia de esgoto disponibilizada	unidade	231.708
				Rede de esgoto assentada	m	1.612.493
				Volume de esgoto coletado e tratado ampliado	m3	48.713.764
 Sustentabilidade Operacional e Institucional	CORSAN	Mantar o parque de medidores e incrementar a medição em novas ligações visando ao atendimento do crescimento vegetativo; Otimizar os custos operacionais por meio de ações em gestão de custos, gestão de perdas de água, eficientização energética, entre outras; Agir preventivamente nos sistemas, com apoio das tecnologias disponíveis, no sentido de prevenir/mitigar faltas de água.	118.252.101	Hidrômetro instalado ou substituído	unidade	1.429.607
				Reclamação de falta de água reduzida	unidade	69.939
				Redução de perdas realizada	%	34,48

Ação Programática: PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVIÇOS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**Resultado Esperado:** Qualificação da prestação de serviços públicos de infraestrutura no estado, por meio da realização de parcerias e privatizações, protegendo o interesse público por meio da adequada regulação das atividades.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
50.285.312	49.249.221	1.036.091	Custo de Saneamento Básico	Índice	4,4	4

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização e Reestruturação Societária da CORSAN - IPO - CORSAN	CORSAN	Qualificação e incremento da prestação de serviços formando parcerias com setor privado e 3º setor; realização de diagnóstico da empresa e modelagem da preparação para abertura de capital com a definição do tipo de capitalização pública para organização do arranjo societário, se conversíveis em ações; ajuste e melhoria dos índices financeiros para atração de investidores; contratação de empresa de consultoria e definição dos intermediários financeiros (underwriter); apresentação da oferta para o mercado (roadshow, palestras, eventos, prospectos e notificações); abertura da Oferta com Lançamento do Bookbuilding; governança.	0	IPO realizada	unidade	1
Contratação de PPP em Esgoto na RMPA	CORSAN	Realização da concessão administrativa da operação dos serviços de esgotamento sanitário - RMPA.	0	Conselho de Governança da PPP implantado	unidade	1
Parcerias Corsan	CORSAN	Realização de parcerias para potencializar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diferentes regiões do Estado; elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de PPP's - Value for Money (VFM); arranjo institucional com poderes concedentes para lançamento dos editais de licitação.	0	Contrato assinado	unidade	1
Parcerias Corsan	CORSAN	Edital de licitação de novas PPPs lançado		unidade	2	
Privatização	SEMA	Estruturação da modelagem mais adequada para cada companhia, com meta de capitalização, ajuste e melhoria dos índices financeiros para atração de investidores e garantia de atingimento das metas para concessão dos serviços junto a agências reguladoras.	19.238.393	Modelagem de alienação executada	unidade	3
Privatização	SEMA	Modelagem do processo de alienação definida		unidade	3	
Privatização	SEMA	Projeto de lei para regulação dos serviços de distribuição de gás aprovado		unidade	1	
Regulação dos serviços públicos delegados do Rio Grande do Sul	AGERGS	Homologação de contratos, orientação para a confecção de editais, busca da modicidade tarifária e o justo retorno dos investimentos, fixação, reajuste, revisão e homologação tarifas, fiscalização da qualidade dos serviços, aplicação de sanções decorrentes da inobservância da legislação, moderação e arbitragem de conflitos de interesse, entre outros. (base legal: Lei: 10.931 de 09/01/97 atualizada até a lei 13.696, de 05/04/2011).	31.046.919	Carteira de editais e contratos examinada	unidade	40
Regulação dos serviços públicos delegados do Rio Grande do Sul	AGERGS	Participação social por meio de audiências e consultas públicas fomentada		unidade	80	
Regulação dos serviços públicos delegados do Rio Grande do Sul	AGERGS	Participação social por meio de pesquisa com os usuários voluntários fomentada		unidade	4	
Regulação dos serviços públicos delegados do Rio Grande do Sul	AGERGS	Qualidade dos serviços delegados monitorada e fiscalizada		unidade	604	
Regulação dos serviços públicos delegados do Rio Grande do Sul	AGERGS	Serviço de Energia elétrica monitorado e fiscalizado (convênio Aneel)		unidade	160	
Regulação dos serviços públicos delegados do Rio Grande do Sul	AGERGS	Tarifa dos serviços delegados monitorada e regulada		unidade	44	

Programa: SIMPLIFICA RS

Temático

Objetivo Temático: Incentivar a competitividade e promover a sustentabilidade dos negócios, por meio da simplificação da legislação tributária, da desregulamentação e da revisão e redução dos processos burocráticos.

Contextualização: O programa Simplifica RS tem como foco a melhoria do ambiente de negócios para aqueles que querem produzir e investir no Rio Grande do Sul. A realidade dos empreendedores é repleta de obstáculos, como a demora nos trâmites burocráticos, as dificuldades para licenciamento e alvarás e uma legislação incompatível com as demandas dos novos tempos. Isso inibe novos investimentos e reduz a longevidade das empresas, o que prejudica a competitividade e a eficiência do Estado.

A vasta quantidade de normas que regem a vida do cidadão e do empreendedor cria barreiras ao crescimento econômico, o que exige uniformização, simplificação e redução das normas estaduais que regulamentam as atividades econômicas, visando facilitar e estimular o desenvolvimento e o crescimento de atuais e novos negócios no Estado. A desburocratização e a simplificação dos processos objetiva facilitar e acelerar o desenvolvimento das empresas, melhorar a vida das pessoas, reduzir o retrabalho existente na Administração Pública e proteger o Estado.

Nesse sentido, o programa temático Simplifica RS tem como objetivo: “incentivar a competitividade e promover a sustentabilidade dos negócios, por meio da simplificação da legislação tributária, da desregulamentação e da revisão e redução dos processos burocráticos”. Para tanto, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul adota estratégias materializadas em três ações programáticas, voltadas para a redução do excesso de burocracia, da facilitação do investimento produtivo e financeiro privado e da eficientização dos processos de licenciamento.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
121.159.228	107.038.958	14.120.270	Razão de empresas abertas no ano em relação à população potencialmente ativa	por mil habitantes	2,47	Positiva

Ação Programática: FACILITA INVESTIDOR**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**Resultado Esperado:** Estímulo ao investimento privado, por meio da simplificação e otimização do processo de abertura e formalização de empresas, bem como da qualificação da intermediação de valores mobiliários e da gestão de fundos de investimentos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
1.807.903	1.000.000	807.903	Percentual de municípios integrados à RedeSimples	%	30	90

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Gestão de Fundos de Investimentos	BCV	Gerir Fundos de Investimento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul buscando agregar valor através de estratégias de gestão de recursos que otimizem resultados e preservem o capital investido, com foco nas necessidades dos investidores e de acordo com o seu perfil, tendo sempre presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparéncia inerentes ao mercado e investidores.	0	Valor em fundo de Investimento gerido	R\$	38.740.990,81
Implantação de procedimentos que visem à agilização e eficiência das ações do Programa Sala do Investidor	SEDETUR	Facilitação das ações, junto aos órgãos do Governo, do empresário que venha a investir no Estado do Rio Grande do Sul; modernização e uniformização de documentos dos organismos estaduais que concorrem ao sistema; implantação de plataforma digital única, pela qual a Sala do Investidor acompanhará os projetos de investimento cadastrados; implantação de Plano de Marketing para maior divulgação do potencial oferecido pela Sala do Investidor aos empresários do RS e oriundos de outras unidades da Federação.	0	Plano de Marketing implantado	%	100
Intermediação de Títulos e Valores Mobiliários negociados nas Bolsas de Valores	BCV	A Banrisul Corretora tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.	0	Plataforma digital implantada	%	100
Junta Comercial Integrada	JUCISRS	Interlocução e trabalho conjunto com os órgãos estaduais para aprimorar as integrações já existentes, bem como otimizar o fluxo de análise de registro empresarial. Constituição de grupos de trabalho, digitalização do acervo documental, análise de processos e instrução de usuários, gerenciamento de mídias sociais e sítios de internet.	1.807.903	Projeto de Investimento acompanhado	unidade	200
				Receita de Corretagem obtida	R\$	61.840.271,22
				Sistema integrado implantado	%	40

Ação Programática: DESBUROCRATIZAÇÃO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**Resultado Esperado:** Revisão, uniformização, simplificação e redução de normas e procedimento burocráticos, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento dos atuais e novos negócios, melhorar a vida das pessoas, proteger o Estado e reduzir o retrabalho na Administração Pública.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
220.000	200.000	20.000	Percentual de normativas em desuso revogadas	%	0,66	15
			Representação da PGE em outros órgãos (Agentes Setoriais)	Unidade	23	28
			Tempo médio de tramitação na consultoria jurídica	dias	100	60
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Gestão de Desburocratização e Empreendedorismo	SGGE	Ações para tornar o Estado mais simples e ágil para o cidadão até o final de 2022, através da simplificação do acesso e dos processos relativos aos serviços pelo cidadão, ao empreendedor e ao próprio Estado, através da revisão de normativas infralegais resultando no "Revogação".	220.000	Mapa da desburocratização publicado	unidade	1
Modernização da legislação e da regulamentação para melhoria do ambiente de negócios	PGE	Fortalecimento da advocacia preventiva e da orientação e consultoria jurídicas com foco na modernização da legislação, da regulamentação e dos procedimentos para melhoria do ambiente de negócios. Por meio desta iniciativa, busca-se elaborar estudos de medidas para modernização da legislação tributária e desburocratização.	0	Estudo de medidas para modernização da legislação tributária e desburocratização realizado	unidade	4
RS Uniforme	PGE	Por meio desta iniciativa prioritária busca-se a uniformização do processo administrativo no âmbito Estadual, a fim de modernizar e desburocratizar os procedimentos, promovendo maior segurança jurídica e transparência aos atos administrativos.	0	Projeto de lei para disciplinar o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual proposto	unidade	1

Ação Programática: MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E SISTEMAS NA ÁREA AMBIENTAL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**Resultado Esperado:** Modernização da legislação ambiental e dos sistemas de licenciamento, garantindo a proteção do meio ambiente de maneira equilibrada com a promoção das atividades econômicas.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
119.131.325	105.838.958	13.292.367	Tempo médio de análise geral de processo de licenciamento	Dia	180	180

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
 Desenvolvimento e integração dos sistemas informatizados	SEMA	Melhorias nos sistemas informatizados: SICAR e SOL. O Sistema de Cadastro Rural - SICAR é o registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais, e o Sistema Online de Licenciamento Ambiental - SOL é um canal de atendimento unificado e integrado, com entrada única de processos, que permitirá aos usuários acompanhar a tramitação pelos sites da SEMA e FEPAM. Esta iniciativa tem por objetivo promover a identificação e a integração das informações ambientais das propriedades e posses rurais, visando o planejamento ambiental, monitoramento e combate ao desmatamento; bem como aprimorar e expandir o atual modelo quantitativo de emissões de outorga de uso da água a fim de garantir agilidade e transparência ao sistema, além de agregar a este o módulo de outorga de qualidade da água. Ainda, integrar os sistemas de licenciamento.	19.238.383	Sistema de Cadastro Rural - SICAR implantado	%	100
 Modernização da legislação ambiental	SEMA	Promoção da atualização da legislação ambiental, buscando estabelecer uma legislação que melhor harmonize a proteção ambiental com o desenvolvimento socioeconômico e institucional, visando ao bem-estar da população gaúcha e manutenção da nossa biodiversidade. Alteração do Código Ambiental Estadual, buscando corrigir e/ou diminuir os efeitos de atividades degradadoras ou poluidoras e atuar sobre áreas/temas que o atual Código não contempla, visando ao bem-estar e qualidade de vida da população. O escopo da proposta para consecução deste objetivo compreende a atualização e inclusão de termos e conceitos importantes da área, alinhando-se às legislações federais vigentes, buscando identificar claramente os atores proponentes e priorizando a síntese e objetividade para tomada de decisões, com eliminação de artigos que repetem outras legislação ou que não tenham função efetiva. Adicionalmente, define os fluxos e a criação de instrumentos para desburocratização e atualiza prazos de vigência de licenças e de procedimentos de análise buscando a uniformização, sendo objetivo e coerente no que poderá ser exigido pelos gestores. Prover segurança para equipe técnica junto a eventuais problemas jurídicos, com a elaboração de critérios claros para revisões ou considerações junto aos atos técnicos do processo licenciatório.	19.238.393	Código Florestal atualizado	unidade	1
				Modernização da legislação de uso das águas implantada	unidade	1
				Plano de uso público de unidades de conservação estadual implantado	unidade	4



Modernização do Sistema de outorga do uso de água - SIOUT

SEMA

A outorga é um instrumento necessário para o gerenciamento dos recursos hídricos, pois permite o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, possibilitando uma distribuição mais justa e equilibrada desse recurso. O foco deste projeto abrange o uso consciente, a preservação da qualidade, a equidade social e a viabilidade econômica de empreendimentos através do desenvolvimento de ações que agilizem as demandas de outorga sem comprometer a disponibilização das águas às gerações futuras. Aprimoramento e expansão do atual modelo quantitativo de emissões de outorga de uso da água a fim de garantir agilidade e transparência ao sistema, e agregar a este o módulo de outorga de qualidade da água.

19.228.393

Sistema de outorga de uso de água - SIOUT modernizado

%

100



Modernização do Sistema online de licenciamento ambiental - SOL

FEPAM

A modernização do Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL) será capaz de aprimorar e ampliar os benefícios gerados aos usuários, através de um atendimento unificado mais ágil e da otimização dos procedimentos internos da SEMA e da FEPAM. Este projeto inclui ações de incorporação de novas ações/serviços ao sistema e a incorporação plena ao sistema de controle administrado pela FEPAM

61.426.156

Sistema online de licenciamento ambiental - SOL modernizado

%

100

Programa de Crédito

Programa: PROGRAMA DE CRÉDITO**Crédito**

Objetivo Temático: Suprir, por meio da intermediação financeira, as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades produtivas do Estado.

Ação Programática: CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**Resultado Esperado:** Aumento do número de empresas no Estado e consequente promoção do desenvolvimento regional, por meio do aumento da oferta de crédito para setores estratégicos e do apoio financeiro e técnico a municípios, especialmente em projetos de COREDEs de baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese).

Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
Nº de Projetos realizados	Unidade	7.575	9.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Valor de operações de crédito aprovadas para setores e regiões do RS	BADESUL	O crédito para o desenvolvimento econômico corresponde aos financiamentos aprovados pelo Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS para a execução privada e pública de projetos de investimento na economia do Rio Grande do Sul.	0	Valor das operações de crédito aprovadas para setores e regiões do RS.	R\$	1.685.250.000

Ação Programática: PROGRAMA BANRISUL DE CRÉDITO E FOMENTO**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA FAZENDA**Resultado Esperado:** Intermediação financeira para suprir as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades produtivas do Estado.

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Indicador de Resultado Fluxo de Concessão de Crédito	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
							Índice	1
Cartão BNDES	BANRISUL	Disponibilizar limite rotativo às pequenas e micro empresas com repasses do BNDES.		0	Recurso do BNDES disponibilizado	R\$	202.227.006,18	
CEF – Saneamento para Todos - FGTS	BANRISUL	Repasso de recursos destinados à saneamento no âmbito do Programa Saneamento para Todos com recursos do FGTS.		0	Recurso do FGTS disponibilizado	R\$	26.647.382,39	
FEB – Setor Público - Recursos Próprios Banrisul	BANRISUL	Disponibilizar crédito com recursos do Banrisul a Municípios, com vistas ao fomento para aquisição de máquinas, equipamentos e em determinadas situações obras civis, a fim de redução de custos de manutenção e atendimento das necessidades das populações locais.		0	Recurso do Banrisul disponibilizado	R\$	91.915.246,57	
Financiamento à Comercialização Agropecuária	BANRISUL	Financiar com recursos próprios e do BNDES/Finame a comercialização e armazenagem de produtos agropecuários.		0	Recurso de financiamento à comercialização agropecuária disponibilizado	R\$	4.542.281.771,07	
Financiamento a Industrialização Agropecuária	BANRISUL	Financiar com recursos próprios e do BNDES/Finame as atividades de beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários.		0	Recurso de financiamento à industrialização disponibilizado	R\$	1.030.808.992,55	
Financiamento ao Custeio Agropecuário	BANRISUL	Financiar com recursos próprios do Banrisul o custeio de lavouras e criação de animais.		0	Recurso de financiamento ao custeio agropecuário disponibilizado	R\$	8.383.461.756,59	
Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social	BANRISUL	Repassar recursos obtidos do BNDES, para o desenvolvimento econômico, social e urbano do Estado, para pessoas físicas e jurídicas dos setores industrial, comercial, rural e de prestação de serviços.		0	Recurso de financiamento ao desenvolvimento econômico e social disponibilizado	R\$	130.578.704,25	
Financiamento ao Investimento Agropecuário	BANRISUL	Financiar com recursos repassados do BNDES/Finame e próprios a aquisição de animais, máquinas, equipamentos agrícolas, construção de unidades de beneficiamento e infraestrutura nas propriedades.		0	Recurso de financiamento ao investimento agropecuário disponibilizado	R\$	1.486.153.846,15	
Financiamento ao Microcrédito	BANRISUL	Financiar operações de microcrédito produtivo, disponibilizando recursos aos empreendedores formais e informais que necessitam de recursos para prover seus negócios, dinamizando e incrementando a economia do RS com a geração de renda e postos de trabalho.		0	Recurso de financiamento ao microcrédito disponibilizado	R\$	46.000.000	
Financiamento para a Educação	BANRISUL	Destinar linhas de crédito para suprir a demanda de capital de giro de investimentos em modernização de infraestrutura física e tecnológica das Universidades do Estado.		0	Recurso de financiamento para a educação disponibilizado	R\$	1.095.865.070,35	
Financiamento para a Saúde	BANRISUL	Atender as necessidades de hospitais públicos e privados, clínicas e laboratórios que prestam atendimentos à saúde.		0	Recurso de financiamento para a saúde disponibilizado	R\$	4.554.119.102,13	
Financiamento para Aquisição ou Construção de imóveis	BANRISUL	Atender a necessidade de aquisição ou construção de imóveis residenciais e não-residenciais.		0	Recurso de financiamento para aquisição ou construção de imóveis disponibilizado	R\$	3.159.775.525,63	
Financiamento para Capital de Giro	BANRISUL	Atender as necessidades de capital das micro, pequenas e médias empresas de todos os segmentos da economia do Estado.		0	Recurso de financiamento para capital de giro disponibilizado	R\$	10.390.183.896,92	
Financiamento para Crédito Universitário	BANRISUL	Linha de crédito destinada ao financiamento da semestralidade dos estudantes de ensino superior.		0	Recurso de financiamento para crédito universitário disponibilizado	R\$	38.932.807,68	

Financiamento para Exportações	BANRISUL	Atender a necessidade de apoio à produção e à comercialização do segmento através de linhas de crédito específicas.	0	Recurso de financiamento para exportações disponibilizado	R\$	3.045.251.103,87
Financiamento para pagamento de ICMs	BANRISUL	Disponibilizar recursos para pagamento dos tributos.	0	Recurso de financiamento para pagamento de ICMS disponibilizado	R\$	41.964.769,98
Financiamento para Projetos Sustentáveis	BANRISUL	Linha de crédito destinada a aquisição de equipamentos sustentáveis.	0	Recurso de financiamento para projetos sustentáveis disponibilizado	R\$	48.666.009,6
FINEP	BANRISUL	Repassar recursos obtidos da FINEP, com intuito de fomentar a ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.	0	FINEP	R\$	28.000.000
Plano de Agroecologia e Produção Orgânica	BANRISUL	Ampliar o acesso dos agricultores a sementes, mudas e propágulos crioulos e nativos.	0	Plano de Agroecologia e Produção Orgânica	unidade	800

Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
84.861.910.332	82.763.449.828	2.098.460.504

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AGERGS**Órgão Coordenador:** AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
82.865.661	64.625.426	18.240.235

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	AGERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	35.453.846			
Publicidade Institucional	AGERGS	Publicidade Institucional	1.200.000			
Remuneração de Pessoal	AGERGS	Remuneração de Pessoal	46.211.815			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BAC**Órgão Coordenador:** BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
18.495.731	18.495.731	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BAC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	10.176.000			
Publicidade Institucional	BAC	Publicidade Institucional	3.800.000			
Remuneração de Pessoal	BAC	Remuneração de Pessoal	4.519.731			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BADESUL**Órgão Coordenador:** CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
253.311.027	253.311.027	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BADESUL	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	90.653.589			
Publicidade Institucional	BADESUL	Publicidade Institucional	8.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	BADESUL	Qualificação de Recursos Humanos	1.400.000			
Remuneração de Pessoal	BADESUL	Remuneração de Pessoal	153.257.438			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BAGERGS**Órgão Coordenador:** BANRISUL - ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
95.182.183	95.182.183	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BAGERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	61.141.171			
Publicidade Institucional	BAGERGS	Publicidade Institucional	920.330			
Remuneração de Pessoal	BAGERGS	Remuneração de Pessoal	33.120.682			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BANRISUL**Órgão Coordenador:** BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
10.875.379.289	9.461.554.814	1.413.824.475

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BANRISUL	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.413.824.475			
Publicidade Institucional	BANRISUL	Publicidade Institucional	552.700.000			
Remuneração de Pessoal	BANRISUL	Remuneração de Pessoal	8.908.854.814			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BC**Órgão Coordenador:** BANRISUL CARTÕES S.A.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
417.459.856	172.776.190	244.683.666

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	244.683.666			
Publicidade Institucional	BC	Publicidade Institucional	143.646.814			
Remuneração de Pessoal	BC	Remuneração de Pessoal	29.129.376			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BCV**Órgão Coordenador:** BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
125.793.486	125.793.486	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	BCV	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	114.145.673			
Publicidade Institucional	BCV	Publicidade Institucional	1.529.514			
Remuneração de Pessoal	BCV	Remuneração de Pessoal	10.118.299			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CC**Órgão Coordenador:** CASA CIVIL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
211.983.339	211.783.339	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	40.454.638			
Remuneração de Pessoal	CC	Remuneração de Pessoal	171.528.701			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEASA**Órgão Coordenador:** CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
90.306.100	90.306.100	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CEASA	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	40.252.275			
Publicidade Institucional	CEASA	Publicidade Institucional	320.000			
Remuneração de Pessoal	CEASA	Remuneração de Pessoal	49.733.825			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEED**Órgão Coordenador:** CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.844.561	1.844.561	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CEED	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.844.561			
Remuneração de Pessoal	CEED	Remuneração de Pessoal	0			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEEE-D**Órgão Coordenador:** COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.169.374.392	2.162.919.297	6.455.095

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CEEE-D	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	258.797.398			
Publicidade Institucional	CEEE-D	Publicidade Institucional	3.231.707			
Remuneração de Pessoal	CEEE-D	Remuneração de Pessoal	1.907.345.287			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEEE-GT**Órgão Coordenador:** COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.388.974.979	1.373.792.601	15.182.378

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CEEE-GT	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	124.988.520			
Publicidade Institucional	CEEE-GT	Publicidade Institucional	4.021.818			
Remuneração de Pessoal	CEEE-GT	Remuneração de Pessoal	1.259.964.641			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CIENTEC**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
5.700.000	5.700.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CIENTEC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.100.000			
Remuneração de Pessoal	CIENTEC	Remuneração de Pessoal	2.600.000			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CM**Órgão Coordenador:** CASA MILITAR

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
47.684.166	47.484.166	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	20.490.590			
Remuneração de Pessoal	CM	Remuneração de Pessoal	27.193.576			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CORSAN**Órgão Coordenador:** COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
8.303.144.679	8.303.144.679	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CORSAN	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.988.911.803			
Publicidade Institucional	CORSAN	Publicidade Institucional	6.914.788			
Qualificação de Recursos Humanos	CORSAN	Qualificação de Recursos Humanos	10.595.001			
Remuneração de Pessoal	CORSAN	Remuneração de Pessoal	4.296.723.087			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CRM**Órgão Coordenador:** COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
308.460.000	308.460.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	CRM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	116.000.000			
Publicidade Institucional	CRM	Publicidade Institucional	388.000			
Qualificação de Recursos Humanos	CRM	Qualificação de Recursos Humanos	72.000			
Remuneração de Pessoal	CRM	Remuneração de Pessoal	192.000.000			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DAER**Órgão Coordenador:** DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
687.022.971	665.022.971	22.000.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	DAER	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	390.655.341			
Publicidade Institucional	DAER	Publicidade Institucional	2.800.000			
Qualificação de Recursos Humanos	DAER	Qualificação de Recursos Humanos	6.000.000			
Remuneração de Pessoal	DAER	Remuneração de Pessoal	287.567.630			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DETRAN**Órgão Coordenador:** DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
555.948.230	511.049.045	44.899.185

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	DETRAN	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	155.501.174			
Remuneração de Pessoal	DETRAN	Remuneração de Pessoal	400.447.056			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDP**Órgão Coordenador:** ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
21.781.195	21.581.195	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	EDP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.007.123			
Publicidade Institucional	EDP	Publicidade Institucional	680.000			
Qualificação de Recursos Humanos	EDP	Qualificação de Recursos Humanos	610.000			
Remuneração de Pessoal	EDP	Remuneração de Pessoal	18.484.072			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EGR**Órgão Coordenador:** EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
194.385.410	194.385.410	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	EGR	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	120.723.819			
Publicidade Institucional	EGR	Publicidade Institucional	22.003.855			
Remuneração de Pessoal	EGR	Remuneração de Pessoal	51.657.736			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FADERS**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
58.754.626	58.634.626	120.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FADERS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	12.196.000			
Publicidade Institucional	FADERS	Publicidade Institucional	160.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FADERS	Qualificação de Recursos Humanos	39.999			
Remuneração de Pessoal	FADERS	Remuneração de Pessoal	46.358.627			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FAPERGS**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
26.509.679	25.507.402	1.002.277

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FAPERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	12.114.082			
Publicidade Institucional	FAPERGS	Publicidade Institucional	800.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FAPERGS	Qualificação de Recursos Humanos	100.000			
Remuneração de Pessoal	FAPERGS	Remuneração de Pessoal	13.495.597			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FASE**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
832.201.983	832.141.983	60.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FASE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	48.031.656			
Publicidade Institucional	FASE	Publicidade Institucional	12.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FASE	Qualificação de Recursos Humanos	800.000			
Remuneração de Pessoal	FASE	Remuneração de Pessoal	783.358.327			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FEPAM**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
233.759.622	233.489.622	270.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FEPAM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	8.160.000			
Publicidade Institucional	FEPAM	Publicidade Institucional	1.055.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FEPAM	Qualificação de Recursos Humanos	1.055.000			
Remuneração de Pessoal	FEPAM	Remuneração de Pessoal	223.489.622			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FETLSVC**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
211.016.641	202.078.969	8.937.672

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FETLSVC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	48.418.700			
Publicidade Institucional	FETLSVC	Publicidade Institucional	0			
Qualificação de Recursos Humanos	FETLSVC	Qualificação de Recursos Humanos	200.000			
Remuneração de Pessoal	FETLSVC	Remuneração de Pessoal	162.397.941			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FGTAS**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
201.407.719	201.407.719	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FGTAS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	36.916.501			
Publicidade Institucional	FGTAS	Publicidade Institucional	62.754			
Qualificação de Recursos Humanos	FGTAS	Qualificação de Recursos Humanos	670.000			
Remuneração de Pessoal	FGTAS	Remuneração de Pessoal	163.758.464			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FOSPA**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
55.791.314	55.591.314	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FOSPA	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	6.339.628			
Remuneração de Pessoal	FOSPA	Remuneração de Pessoal	49.451.686			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FPERGS**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
432.769.745	430.846.611	1.923.134

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FPERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	107.572.133			
Publicidade Institucional	FPERGS	Publicidade Institucional	20.000			
Qualificação de Recursos Humanos	FPERGS	Qualificação de Recursos Humanos	70.000			
Remuneração de Pessoal	FPERGS	Remuneração de Pessoal	325.107.612			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FTSP**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
6.087.061	6.087.061	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	FTSP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	1.854.366			
Remuneração de Pessoal	FTSP	Remuneração de Pessoal	4.232.695			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GVG**Órgão Coordenador:** GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
9.403.979	9.203.979	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	GVG	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.728.538			
Publicidade Institucional	GVG	Publicidade Institucional	400.000			
Remuneração de Pessoal	GVG	Remuneração de Pessoal	6.275.441			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IPEPREVI**Órgão Coordenador:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
244.495.844	244.495.844	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	IPEPREVI	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	104.727.583			
Publicidade Institucional	IPEPREVI	Publicidade Institucional	200.000			
Qualificação de Recursos Humanos	IPEPREVI	Qualificação de Recursos Humanos	627.544			
Remuneração de Pessoal	IPEPREVI	Remuneração de Pessoal	138.940.717			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IPESAUDE**Órgão Coordenador:** INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
190.200.014	176.677.189	13.522.825

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	IPESAUDE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	97.195.365			
Publicidade Institucional	IPESAUDE	Publicidade Institucional	418.362			
Qualificação de Recursos Humanos	IPESAUDE	Qualificação de Recursos Humanos	836.725			
Remuneração de Pessoal	IPESAUDE	Remuneração de Pessoal	91.749.562			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IRGA**Órgão Coordenador:** INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
247.895.406	205.417.065	42.478.341

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	IRGA	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	136.283.256			
Publicidade Institucional	IRGA	Publicidade Institucional	6.604.978			
Remuneração de Pessoal	IRGA	Remuneração de Pessoal	105.007.172			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - JUCISRS**Órgão Coordenador:** JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
64.892.603	64.892.603	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	JUCISRS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	45.003.409			
Publicidade Institucional	JUCISRS	Publicidade Institucional	200.000			
Qualificação de Recursos Humanos	JUCISRS	Qualificação de Recursos Humanos	200.000			
Remuneração de Pessoal	JUCISRS	Remuneração de Pessoal	19.489.194			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - METROPLAN**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
76.418.280	76.135.500	282.780

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	METROPLAN	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	31.849.316			
Publicidade Institucional	METROPLAN	Publicidade Institucional	89.999			
Remuneração de Pessoal	METROPLAN	Remuneração de Pessoal	44.478.965			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PGE**Órgão Coordenador:** PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.137.625.190	1.116.618.035	21.007.155

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	PGE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	132.918.710			
Publicidade Institucional	PGE	Publicidade Institucional	146.000			
Qualificação de Recursos Humanos	PGE	Qualificação de Recursos Humanos	490.000			
Remuneração de Pessoal	PGE	Remuneração de Pessoal	1.004.070.480			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PROCERGS**Órgão Coordenador:** COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.263.244.954	1.263.244.954	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	PROCERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	290.958.547			
Publicidade Institucional	PROCERGS	Publicidade Institucional	1.200.000			
Qualificação de Recursos Humanos	PROCERGS	Qualificação de Recursos Humanos	5.047.075			
Remuneração de Pessoal	PROCERGS	Remuneração de Pessoal	966.039.332			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAAM**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E APOIO AOS MUNICÍPIOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
11.098.347	10.898.347	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SAAM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.312.730			
Remuneração de Pessoal	SAAM	Remuneração de Pessoal	8.785.617			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SDSTJDH**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
74.245.368	74.205.368	40.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SJCDH	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	20.753.504			
Publicidade Institucional	SJCDH	Publicidade Institucional	410.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SJCDH	Qualificação de Recursos Humanos	410.000			
Remuneração de Pessoal	SJCDH	Remuneração de Pessoal	52.671.864			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEAPDR**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
775.416.379	765.882.615	9.533.764

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEAPDR	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	240.603.936			
Publicidade Institucional	SEAPDR	Publicidade Institucional	3.091.814			
Qualificação de Recursos Humanos	SEAPDR	Qualificação de Recursos Humanos	400.000			
Remuneração de Pessoal	SEAPDR	Remuneração de Pessoal	531.320.629			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEAPEN**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.206.220.830	2.205.820.830	400.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEAPEN	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	4.400.000			
Remuneração de Pessoal	SEAPEN	Remuneração de Pessoal	2.201.820.830			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SECOM**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
123.258.921	123.058.921	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SECOM	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	27.035.500			
Remuneração de Pessoal	SECOM	Remuneração de Pessoal	96.223.421			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDAC**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA CULTURA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
98.857.976	98.752.976	105.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEDAC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	8.091.633			
Publicidade Institucional	SEDAC	Publicidade Institucional	400.000			
Remuneração de Pessoal	SEDAC	Remuneração de Pessoal	90.366.343			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDETUR**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
84.305.251	84.105.251	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEDETUR	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	8.228.665			
Publicidade Institucional	SEDETUR	Publicidade Institucional	4.203.738			
Qualificação de Recursos Humanos	SEDETUR	Qualificação de Recursos Humanos	39.972			
Remuneração de Pessoal	SEDETUR	Remuneração de Pessoal	71.832.876			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDUC**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
13.980.321.219	13.971.277.732	9.043.487

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEDUC	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	78.297.647			
Publicidade Institucional	SEDUC	Publicidade Institucional	644.021			
Qualificação de Recursos Humanos	SEDUC	Qualificação de Recursos Humanos	800.000			
Remuneração de Pessoal	SEDUC	Remuneração de Pessoal	13.900.579.551			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEFAZ**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA FAZENDA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.448.424.398	2.346.797.657	101.626.741

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEFAZ	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	653.915.669			
Publicidade Institucional	SEFAZ	Publicidade Institucional	1.200.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEFAZ	Qualificação de Recursos Humanos	6.900.000			
Remuneração de Pessoal	SEFAZ	Remuneração de Pessoal	1.786.408.729			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEL**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
15.477.881	15.317.881	160.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEL	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	6.113.902			
Publicidade Institucional	SEL	Publicidade Institucional	120.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SEL	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	SEL	Remuneração de Pessoal	9.203.979			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SELT**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
86.770.364	86.770.364	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SELT	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	5.488.000			
Publicidade Institucional	SELT	Publicidade Institucional	80.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SELT	Qualificação de Recursos Humanos	40.000			
Remuneração de Pessoal	SELT	Remuneração de Pessoal	81.162.364			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEMA**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
181.252.796	180.216.705	1.036.091

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEMA	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	25.331.000			
Publicidade Institucional	SEMA	Publicidade Institucional	676.393			
Qualificação de Recursos Humanos	SEMA	Qualificação de Recursos Humanos	2.292.000			
Remuneração de Pessoal	SEMA	Remuneração de Pessoal	152.953.403			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEPLAG**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
871.196.242	870.996.242	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SEPLAG	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	136.693.923			
Publicidade Institucional	SEPLAG	Publicidade Institucional	275.780			
Remuneração de Pessoal	SEPLAG	Remuneração de Pessoal	734.226.539			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SERFI**Órgão Coordenador:** SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
6.621.866	6.421.866	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SERFI	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.438.239			
Remuneração de Pessoal	SERFI	Remuneração de Pessoal	4.183.627			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SES**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA SAÚDE

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.529.563.718	2.523.563.718	6.000.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SES	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	864.472.687			
Publicidade Institucional	SES	Publicidade Institucional	1.400.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SES	Qualificação de Recursos Humanos	2.000.000			
Remuneração de Pessoal	SES	Remuneração de Pessoal	1.661.691.031			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SGGE**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
28.104.579	28.060.579	44.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SGGE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	10.729.099			
Publicidade Institucional	SGGE	Publicidade Institucional	350.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SGGE	Qualificação de Recursos Humanos	260.000			
Remuneração de Pessoal	SGGE	Remuneração de Pessoal	16.765.480			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SICT**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
74.326.056	74.126.056	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SICT	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	3.546.902			
Publicidade Institucional	SICT	Publicidade Institucional	418.362			
Qualificação de Recursos Humanos	SICT	Qualificação de Recursos Humanos	418.326			
Remuneração de Pessoal	SICT	Remuneração de Pessoal	69.942.466			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOP**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
184.939.383	184.739.383	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SOP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	67.272.928			
Publicidade Institucional	SOP	Publicidade Institucional	85.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SOP	Qualificação de Recursos Humanos	465.000			
Remuneração de Pessoal	SOP	Remuneração de Pessoal	117.116.455			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SSP**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
12.507.504.676	12.507.504.676	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SSP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	105.589.970			
Qualificação de Recursos Humanos	SSP	Qualificação de Recursos Humanos	11.038.370			
Remuneração de Pessoal	SSP	Remuneração de Pessoal	12.390.876.336			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - STAS**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
15.623.294	15.423.294	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	STAS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	9.539.889			
Publicidade Institucional	STAS	Publicidade Institucional	260.000			
Qualificação de Recursos Humanos	STAS	Qualificação de Recursos Humanos	50.000			
Remuneração de Pessoal	STAS	Remuneração de Pessoal	5.773.405			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SULGAS**Órgão Coordenador:** COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
342.072.680	342.072.680	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SULGAS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	159.952.015			
Publicidade Institucional	SULGAS	Publicidade Institucional	8.459.135			
Qualificação de Recursos Humanos	SULGAS	Qualificação de Recursos Humanos	1.225.194			
Remuneração de Pessoal	SULGAS	Remuneração de Pessoal	172.436.336			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SUPRG**Órgão Coordenador:** SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
482.204.358	470.325.502	11.878.856

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	SUPRG	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	329.776.895			
Publicidade Institucional	SUPRG	Publicidade Institucional	4.000.000			
Qualificação de Recursos Humanos	SUPRG	Qualificação de Recursos Humanos	800.000			
Remuneração de Pessoal	SUPRG	Remuneração de Pessoal	147.627.463			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - UERGS**Órgão Coordenador:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
382.159.474	381.903.361	256.113

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	UERGS	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	73.672.214			
Publicidade Institucional	UERGS	Publicidade Institucional	720.000			
Qualificação de Recursos Humanos	UERGS	Qualificação de Recursos Humanos	20.000			
Remuneração de Pessoal	UERGS	Remuneração de Pessoal	307.747.260			

Programa de Encargos Especiais

Programa: ENCARGOS ESPECIAIS

Encargos Especiais

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
99.024.883,245	90.510.744,237	8.514.139,008

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS

Órgão Coordenador: AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
10.027,643	10.027,643	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	AGERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	10.027,643			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - CEEE-D**Órgão Coordenador:** COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
830.694.238	830.694.238	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	CEEE-D	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	830.694.238			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - CEEE-GT**Órgão Coordenador:** COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
439.583.543	439.583.543	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	CEEE-GT	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	439.583.543			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC**Órgão Coordenador: FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
800.000	800.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	CIENTEC	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	800.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - DAER**Órgão Coordenador: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.175.620.357	1.175.620.357	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	DAER	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.175.620.357			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN**Órgão Coordenador: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
86.514.646	86.514.646	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	DETRAN	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	86.514.646			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - EDP**Órgão Coordenador: ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
2.804.246	2.804.246	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	EDP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	2.804.246			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - EFE**Órgão Coordenador: ENCARGOS FINANCIEROS DO ESTADO**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
36.086.259.133	27.832.832.309	8.253.426.824

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	EFE	Capitalização de Empresas Estatais	200.000			
Outros encargos especiais	EFE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	16.047.081.832			
Serviço da dívida	EFE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	20.038.977.301			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
12.282.448	12.282.448	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FADERS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	12.282.448			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
3.319.941	3.319.941	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FAPERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	3.319.941			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FASE**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
89.221.336	88.771.336	450.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FASE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	88.771.336			
Serviço da dívida	FASE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	450.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
64.404.015	64.404.015	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FEPAM	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	64.404.015			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
62.754.405	62.754.405	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FETLSVC	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	62.754.405			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
50.831.249	50.667.249	164.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FGTAS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	50.667.249			
Serviço da dívida	FGTAS	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	164.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
16.869.530	16.847.905	21.625

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FOSPA	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	16.847.905			
Serviço da dívida	FOSPA	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	21.625			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
95.005.003	95.005.003	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FPERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	95.005.003			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.200.000	1.200.000	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	FTSP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.200.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI**Órgão Coordenador: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.074.153.981	1.037.957.240	36.196.741

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	IPEPREVI	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.037.957.240			
Serviço da dívida	IPEPREVI	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	36.196.741			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE**Órgão Coordenador: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
349.804.464	277.385.964	72.418.500

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	IPESAUDE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	277.385.964			
Serviço da dívida	IPESAUDE	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	72.418.500			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA**Órgão Coordenador: INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
21.256.828	20.995.510	261.318

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	IRGA	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	20.995.510			
Serviço da dívida	IRGA	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	261.318			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS**Órgão Coordenador:** JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
9.052.463	9.052.463	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	JUCISRS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	9.052.463			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN**Órgão Coordenador:** FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
12.183.570	12.183.570	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	METROPLAN	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	12.183.570			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SDSTJDH**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SJCDH	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	0			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPDR**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

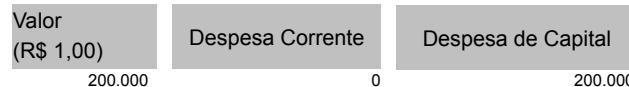
Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
110.000.000	0	110.000.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	SEAPDR	Capitalização de Empresas Estatais	110.000.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.438.138,619	1.438.138,619	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SEAPEN	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.438.138,619			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SEDETUR**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	SEDETUR	Capitalização de Empresas Estatais	200.000			
Outros encargos especiais	SEDETUR	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	0			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC**Órgão Coordenador: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
20.930.928,350	20.930.928,350	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SEDUC	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	20.930.928,350			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA**Órgão Coordenador: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
40.000.000	0	40.000.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	SEMA	Capitalização de Empresas Estatais	40.000.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SES**Órgão Coordenador: SECRETARIA DA SAÚDE**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.548.615.147	1.548.615.147	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SES	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.548.615.147			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SGGE**Órgão Coordenador: SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
200.000	0	200.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Capitalização de Empresas Estatais	SGGE	Capitalização de Empresas Estatais	200.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SSP**Órgão Coordenador:** SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
26.461.072,375	26.461.072,375	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SSP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	26.461.072,375			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG**Órgão Coordenador: SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
70.957.888	70.157.888	800.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	SUPRG	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	70.157.888			
Serviço da dívida	SUPRG	Pagamento de amortização, juros, correção e outros encargos da dívida flutuante e da dívida fundada interna e externa.	800.000			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS**Órgão Coordenador:** UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
42.106.946	42.106.946	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	UERGS	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	42.106.946			

Poder Legislativo

Programa: AÇÃO LEGISLATIVA

Temático

Objetivo Temático: Promover o exercício da ação legislativa e fiscalizadora do Parlamento e o desempenho de suas prerrogativas constitucionais.

Contextualização: A ação legislativa e fiscalizadora do Poder Legislativo é exercida mediante o processo legislativo e o controle externo do poder público, realizado com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado. Decorre do pleno exercício dos mandatos parlamentares, em observância aos preceitos constitucionais, legais e regimentais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
0	0	0	Matérias examinadas	Unidade	576,00	Positiva

Ação Programática: ATUAÇÃO LEGISLATIVA E FISCALIZADORA**Órgão Coordenador:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**Resultado Esperado:** O livre exercício do mandato parlamentar, de acordo com os preceitos constitucionais, legais e regimentais, e a plena autonomia das ações desenvolvidas no âmbito das competências institucionais do Poder Legislativo.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Reuniões de Comissões Parlamentares realizadas	Unidade	544	450
			Sessões Plenárias realizadas	Unidade	119	115

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apresentação e apreciação de matérias de interesse da sociedade	AL	Envolve o debate sobre temas de interesse da sociedade e a iniciativa legislativa, mediante a proposição de matérias a serem submetidas ao processo legislativo.	0	Matéria apresentada ou reapresentada	unidade	1.000

Programa: CONTROLE EXTERNO SOBRE A GESTÃO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Temático

Objetivo Temático: Exercer o controle externo sobre a gestão do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul, contribuindo para o aperfeiçoamento da administração pública, em benefício da sociedade.

Contextualização: Exercício da prerrogativa constitucional do Tribunal de Contas, fiscalizando e atuando de forma preventiva e concomitante, de modo a evitar o desperdício e qualificar o uso dos recursos públicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
46.063.825	39.370.022	6.693.803	Índice de Aderência do TCE-RS ao MMD-TC	%	77,68	Positiva

Ação Programática: FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL**Órgão Coordenador:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**Resultado Esperado:** Abreviar o tempo entre fato/ação fiscalizadora/decisão, racionalizando os procedimentos fiscalizatórios e instrutivos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
46.063.825	39.370.022	6.693.803	Índice de Emissão de Pareceres de Contas de Governo Municipal	%	97,92	95
			Índice de Processos Julgados de Contas de Gestão Estadual	%	89,86	95
			Índice de Processos Julgados de Contas de Gestão Municipal	%	89,37	95
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação e reformulação da infraestrutura do TCE	TCE	A iniciativa objetiva dar continuidade à ampliação e/ou reforma dos prédios do TCE.	4.183.627	Imóvel reformado e/ou ampliado	unidade	8
Aprimoramento da gestão estratégica de pessoas	TCE	Desenvolver projetos objetivando a Gestão Estratégica de Pessoas, no âmbito do TCE.	1.225.803	Gestor capacitado para a gestão	%	74
				Servidor apto para o desempenho de suas atribuições e valorizado pela Instituição	%	74
Capacitação e treinamento de jurisdicionados e sociedade em geral	TCE	Aperfeiçoar e capacitar os servidores públicos e os agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e com a sociedade, tendo em vista suas atribuições de natureza preventiva e de orientação.	1.014.529	Participante externo orientado	unidade	16.800
Fiscalização e controle da arrecadação e aplicação dos recursos públicos	TCE	Exercer o controle externo, por meio da fiscalização e acompanhamento da gestão dos recursos públicos do Estado e dos Municípios do Rio Grande do Sul, em conformidade com as regras e os princípios constitucionais, contribuindo para o aperfeiçoamento da administração pública, em benefício da sociedade.	30.122.114	Procedimento de fiscalização realizado	unidade	10.800
				Procedimento de instrução processual realizado	unidade	84.000
Manutenção da rotina operacional do Ministério Público de Contas	TCE	Implementar ações objetivando a manutenção do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.	251.018	Parecer emitido	unidade	80.000
Manutenção do sistema de gestão	TCE	Aprimorar o Sistema de Gestão pela Qualidade, mantendo a Certificação na norma internacional de garantia da qualidade ISO 9001:2015.	104.591	Certificação obtida	%	100
Manutenção e expansão dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	TCE	Ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), mediante a aquisição, manutenção e atualização de equipamentos e sistemas, bem como através da elaboração de projetos, buscando o pleno atendimento das demandas de TIC do TCE.	8.952.962	Equipamento de TIC adquirido	unidade	680
				Serviço de TIC contratado	unidade	200
Qualificação e aperfeiçoamento do Controle Externo	TCE	Garantir a qualificação, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do controle externo mediante a promoção e o fomento de pesquisas, estudos, capacitação e assistência técnica, visando ao fortalecimento e à integração dos Tribunais de Contas.	209.181	Atividade de integração realizada	unidade	12

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
84.861.910.332	82.763.449.828	2.098.460.504

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AL**Órgão Coordenador:** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.653.839.579	1.594.070.706	59.768.873

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	AL	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	285.573.550			
Publicidade Institucional	AL	Publicidade Institucional	29.285.389			
Qualificação de Recursos Humanos	AL	Qualificação de Recursos Humanos	220.000			
Remuneração de Pessoal	AL	Remuneração de Pessoal	1.338.760.640			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TCE**Órgão Coordenador:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.267.894.801	1.263.619.762	4.275.039

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	TCE	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	48.697.807			
Publicidade Institucional	TCE	Publicidade Institucional	209.181			
Qualificação de Recursos Humanos	TCE	Qualificação de Recursos Humanos	1.014.529			
Remuneração de Pessoal	TCE	Remuneração de Pessoal	1.217.973.284			

Programa: ENCARGOS ESPECIAIS**Encargos Especiais**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
99.024.883,245	90.510.744,237	8.514.139,008

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - AL**Órgão Coordenador: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.292.894,628	1.292.894,628	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	AL	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	1.292.894,628			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - TCE**Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
980.503,716	980.503,716	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	TCE	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	980.503,716			

Poder Judiciário

Programa: JUSTIÇA ESTADUAL

Temático

Objetivo Temático: Garantir os direitos de cidadania e efetividade na prestação jurisdicional.

Contextualização: Desafio de garantir os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. III). Efetividade na prestação jurisdicional com foco na acessibilidade, tempestividade, economicidade e adequação, obtendo capacidade de atingir seus objetivos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
3.190.039,653	2.829.623,986	360.415,667	Índice de Atendimento à Demanda Judiciária	%	97,02	Positiva
			Proporção de Processos e Feitos Julgados no Ano	%	65,44	Positiva

Ação Programática: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIAL MILITAR**Órgão Coordenador:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**Resultado Esperado:** Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedural na tramitação dos processos judiciais e administrativos, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados. Atuando de forma integrada, com transparência, eficiência e responsabilidade socioambiental.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
4.758.001	3.096.957	1.661.044	Tempo Médio de Tramitação - Processos Administrativos	Dia	1	11
			Tempo Médio de Tramitação - Processos Judiciais	dias	527	500
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Implantação de políticas de gestão de pessoas e acessibilidade	JME	Cumprimento às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e CF/88, art. 5º caput, resolução 61/206 da ONU, e a necessidade de interação entre pessoas com deficiência e as barreiras às atitudes e ao ambiente para participação plena, também na CF/88 no seu art. 3º e 5º tem a igualdade como princípio de preceitos fundamentais. Bem como a necessidade de políticas os princípios do art. 37 da CF/88, principalmente eficiência, necessidade de adequação as exigências da sociedade atual, às transformações das relações de trabalho e aos avanços da tecnologia da informação e da comunicação, desenvolver conhecimento, habilidades e atitudes nas pessoas, promovendo meios para motivação e melhoria do clima organizacional. com base nas Resoluções de CNJ 230 e 240/CNJ -- do Conselho Nacional de Justiça	645.876	Mapeamento e reestruturação dos fluxos de processos de trabalho realizado	unidade	170
Implantação de políticas de saúde e segurança no ambiente de trabalho	JME	Considerando a CF/88 onde no seu art. 196, que saúde é direito de todos e dever do estado, a Convenção 155 da Organização Internacional do Trabalho, onde assegura o direito à redução de riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (CF/88 art. 7º, XXII. combinado com o art. 39, par. 3º. A importância da preservação de saúde dos integrantes da Instituição, bem como a conscientização cerca da responsabilidade individual e coletiva para a saúde, bem -estar e qualidade de vida no trabalho, e ainda a manutenção de ambientes, processos e condições de trabalho saudáveis, e com base na Resolução 240 e 207 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. a necessidade de implantação de Políticas de Saúde e segurança no ambiente de trabalho.	477.312	Ação de promoção e prevenção à saúde realizada	unidade	60
Logística sustentável	JME	Conforme o artigo 170, VI e art. 225, da CF/ 88 que trata da defesa do meio ambiente, a Lei 8.666 licitações e contratos, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e as Leis 12.187 , 12.305, e Decreto 7407, sobre política nacional de resíduos sólidos. Também sobre os processos eletrônicos e obras. Acordão 1752/2011 do TCU que trata das medidas de eficiência e sustentabilidade da Administração Pública. E a Resolução número 201 do Conselho Nacional de Justiça que estabelece sobre o Plano de Logística Sustentável no Judiciário. Temos a iniciativa de desenvolver programas , projetos e ações neste sentido.	144.986	Sustentabilidade socioambiental realizada	%	77

Manutenção da infraestrutura e evolução da governança de TIC	JME	A iniciativa envolve projetos de manutenção expansão da infraestrutura de hardware e software (incluindo o processo eletrônico judicial e administrativo), bem como a evolução do nível de governança de TIC da JMERS, considerando como base a Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.	3.489.827	Evolução da governança de TIC realizada	%	0,75
				Satisfação do usuário interno com os Recursos de TIC realizada	%	90

Ação Programática: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TJ**Órgão Coordenador:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA**Resultado Esperado:** Redução paulatina do acervo judicial.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
3.185.281.652	2.826.527.029	358.754.623	Taxa de Congestionamento	%	67,79	61

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Ampliação, adequação e manutenção dos espaços físicos	TJ	Construir, manter e gerir as instalações prediais do Poder Judiciário, dando suporte à atuação das varas, foros, comarcas, Tribunal de Justiça e atividades administrativas.	476.807.774	Construção e ampliação realizada	m2	16.100
				Reforma realizada	m2	680.000
Atividades supletivas judiciais	TJ	Apoiar, em caráter supletivo, a prestação de serviço jurisdicional à sociedade através da disponibilização de tradutores, peritos e exames de DNA em caso de Assistência Judiciária Gratuita.	50.351.248	Laudo de DNA emitido	unidade	24.240
				Perícia e tradução realizada	unidade	98.144
Formação e aperfeiçoamento no âmbito do TJ	TJ	Proporcionar desenvolvimento de competências estratégicas e profissional contínuo, essenciais para a qualificação da prestação jurisdicional e do apoio administrativo.	63.924.851	Capacitação de auxiliar da justiça realizada	unidade	14.646
				Capacitação de magistrado realizada	unidade	3.658
				Capacitação de servidor realizada	unidade	152.397
Informatização dos serviços forenses	TJ	Modernizar, reparelhar e ampliar a informatização do 1º e 2º graus de jurisdição, buscando agilizar os serviços prestados e possibilitar o julgamento de um maior número de processo/ano, reduzindo os estoques existentes.	556.970.989	Equipamento de infraestrutura de TI adquirido	unidade	2.817
				Equipamento de usuário de TI adquirido	unidade	14.400
				Hora de análise, consultoria e desenvolvimento de software trabalhada	unidade	846.760
				Licença de software adquirida	unidade	52.722
Manutenção da estrutura dos serviços notariais e de registro	TJ	Proporcionar suporte aos Serviços Notariais e de Registro por meio de compensação por atos gratuitos praticados por imposição legal e assegurar renda mínima à manutenção das serventias extrajudiciais deficitárias.	330.810.000	Ato gratuito resarcido	unidade	4.800.000
				Renda mínima paga	unidade	7.000
Manutenção das atividades jurisdicionais do TJ	TJ	Proporcionar suporte necessário ao planejamento, execução e controle do Poder Judiciário, destinado à manutenção no tocante às atividades administrativas, operacionais e de coordenação das unidades vinculadas.	1.706.416.790	Processo baixado	unidade	6.493.533

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
84.861.910.332	82.763.449.828	2.098.460.504

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - JME

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
89.677.829	86.941.044	2.736.785

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	JME	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	12.600.434			
Qualificação de Recursos Humanos	JME	Qualificação de Recursos Humanos	308.400			
Remuneração de Pessoal	JME	Remuneração de Pessoal	76.768.995			

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TJ

Órgão Coordenador: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
8.050.954.895	8.050.954.895	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Publicidade Institucional	TJ	Publicidade Institucional	4.710.337			
Remuneração de Pessoal	TJ	Remuneração de Pessoal	8.046.244.558			

Programa: **ENCARGOS ESPECIAIS****Encargos Especiais**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
99.024.883,245	90.510.744,237	8.514.139,008

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - JME**Órgão Coordenador:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
56.042.332	56.042.332	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	JME	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	56.042.332			

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - TJ**Órgão Coordenador:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
4.481.414.949	4.481.414.949	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	TJ	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	4.481.414.949			

Ministério Público

Programa: DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS Temático

Objetivo Temático: Promover a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis via atuação judicial e extrajudicial, com especial atenção às questões relativas à promoção da Saúde, Educação, Saneamento Básico e Segurança Pública e combate à corrupção e improbidade administrativa. Ainda, visa promover ações voltadas à modernização da gestão da Instituição, incluindo o aperfeiçoamento da gestão dos recursos orçamentários, a reestruturação organizacional e de processos, o aperfeiçoamento da gestão estratégica e de projetos, bem como as ações voltadas ao desenvolvimento de competências no corpo funcional do Ministério Público.

Contextualização: Execução das prerrogativas constitucionais do Ministério Público, promovendo a garantia dos direitos do cidadão e fomentando ações que desestimulem a iniciativa de atividades ilícitas e criminosas, contrárias às leis morais e sociais.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
89.551.969	26.287.955	63.264.014	Ciências favoráveis e parcialmente favoráveis em processos de execução criminal	%	92,00	Positiva
			Ciências favoráveis e parcialmente favoráveis em processos judiciais cíveis	%	90,00	Positiva
			Ciências favoráveis e parcialmente favoráveis em processos judiciais criminais	%	74,00	Positiva

Ação Programática: SUPORTE OPERACIONAL**Órgão Coordenador:** MINISTÉRIO PÚBLICO**Resultado Esperado:** Disponibilizar infraestrutura aos membros e servidores para um eficiente atendimento à sociedade em geral.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
33.469.016	0	33.469.016	Reaparelhamento Institucional	Porcentagem	100	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Aquisição de bens móveis e equipamentos e qualificação em TIC	MP	Ampliação, modernização e aquisição de bens visando instrumentalizar as áreas meio e fim, com o intuito de proporcionar uma infraestrutura adequada às reais necessidades do Órgão. Esta ação decorre da expansão do Órgão, em razão do aumento da atuação do Ministério Público junto à sociedade, cuja intervenção é cada vez mais requerida, o que redonda em realização de novos concursos, na qualificação dos servidores, na aquisição de móveis, veículos, máquinas, mobiliário em geral, equipamentos de telecomunicação, áudio, imagem, material didático, equipamentos de processamento de dados e no desenvolvimento de sistemas.	8.367.254	Equipamento adquirido	unidade	5.087
Construção, instalação, ampliação e reformas de Promotorias de Justiça e sedes administrativas	MP	Construção, instalação, ampliação e reforma de Promotorias de Justiça e sedes administrativas na Capital e no Interior do Estado e aquisição de bens imóveis, visando dar suporte à atuação dos Procuradores, Promotores de Justiça e Servidores da Instituição e apropriação do conjunto da área física do Ministério Público. Esta ação origina-se do recorrente aumento de demanda em razão não só do crescimento demográfico, mas, também, pelo desequilíbrio social cada vez mais acentuado, que gera a necessidade de uma participação mais efetiva da Instituição na tentativa de promover uma harmonização das questões conflitantes com os direitos e deveres de cada cidadão, o que resulta em aquisição de áreas e prédios, em elaboração de projetos e laudos, e em todo o trabalho necessário para a construção e reforma dos prédios, bem como pequenas adaptações com o desenvolvimento de layouts e fiscalização de serviços.	25.101.762	Área construída, reformada ou adquirida	m2	12.091

Ação Programática: FOMENTO AO ACESSO E PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA**Órgão Coordenador:** MINISTÉRIO PÚBLICO**Resultado Esperado:** Diminuição dos índices de evasão escolar e de infrequência na educação básica e aumento da oferta de vagas na educação infantil.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Alunos que retornaram à Escola por meio da FICAI	Unidade	12.620	16.107
			Taxa Atendimento Creche	Porcentagem	33,8	45
			Taxa Atendimento Pré-Escola	Porcentagem	89,8	100

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Combate à infrequência escolar por meio de atuação da FICAI	MP	Diminuir a evasão escolar e a infrequência na educação básica por meio de uma atuação conjunta entre as Escolas, Conselhos Tutelares e Ministério Público com a utilização do sistema FICAI ONLINE.	0	FICAI aberta	unidade	295.645
Promotorias Regionais da Educação	MP	Atuação especializada das Promotorias Regionais da Educação visando fomentar o aumento de vagas na educação infantil e o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.	0	Expediente Investigatório Instaurado relacionado à obtenção de vagas na educação infantil (ICs e PAs)	unidade	543

Ação Programática: FOMENTO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE**Órgão Coordenador:** MINISTÉRIO PÚBLICO**Resultado Esperado:** Garantia do direito à saúde, com ênfase aos aspectos preventivos e aos aspectos coletivos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Ações mediadas para a promoção da Saúde	Unidade	20	140
			Acordos Cumpridos	Unidade	25	55
			Alimentos Impróprios para o consumo apreendidos	Tonelada (t)	118	664

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Núcleos Regionais de Apoio à Saúde	MP	Atuar na proteção e defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos relacionados à saúde pública.	0	Acordo firmado	unidade	196
Programa Segurança Alimentar	MP	Atuação nas questões relacionadas à Segurança Alimentar da população, com foco no direito de informação dos consumidores sobre os alimentos e divulgação de empresas condenadas pela impropriedade do alimento disponibilizado ao consumidor.	0	Expediente investigatório relacionado à saúde instaurado	unidade	3.567
				Estabelecimento vistoriado	unidade	949
				Operação realizada	unidade	199

Ação Programática: COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS**Órgão Coordenador:** MINISTÉRIO PÚBLICO**Resultado Esperado:** Intensificar o combate às organizações criminosas através da atuação da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Crimosa e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Condenações decorrentes da atuação do GAECO e da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Crimosa.	Unidade	124	585
			Denunciados em decorrência da atuação da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Crimosa e do GAECO.	Unidade	208	280
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Atuação dos GAECOS	MP	Intensificar o combate às organizações criminosas através da atuação dos GAECOs.	0	Denúncia oferecida decorrente da atuação do GAECO	unidade	101
				Operação realizada pelo GAECO	unidade	150
Projeto-Piloto da Promotoria de Justiça Especializada de Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Crimosa	MP	Intensificar o combate às organizações criminosas através da atuação da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Crimosa.	0	Bem e valor apreendido em decorrência da atuação da Promotoria	R\$	139.230.000
				Operação realizada pela Promotoria	unidade	70

Ação Programática: FOMENTO À IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS**Órgão Coordenador:** MINISTÉRIO PÚBLICO**Resultado Esperado:** Equilíbrio entre fatores econômicos e aspectos sociais e ambientais na preservação do meio ambiente.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Municípios com Plano Municipal de Resíduos Sólidos	Porcentagem	79	100
			Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico	Porcentagem	87	100
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Programa ResSanear	MP	Fomento à gestão de resíduos sólidos e saneamento básico visando à capacitação dos gestores municipais para a elaboração dos respectivos Planos.	0	Atuação extrajudicial - acordo firmado	unidade	158
				Atuação extrajudicial - inquérito civil instaurado	unidade	857
				Atuação judicial - ACP ajuizada	unidade	80

Ação Programática: PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E MINORIAS**Órgão Coordenador:** MINISTÉRIO PÚBLICO**Resultado Esperado:** Proteção de Vulneráveis.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Acordos cumpridos	Unidade	25	109

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Atuação na defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade e minorias	MP	Fomentar a estruturação da rede estatal de atendimento e acolhimento com foco em proteger os cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade social.	0	Acordo firmado	unidade	160
Atuação no combate à violência doméstica, à violência contra crianças e adolescentes e outras minorias	MP	Fomentar a estruturação da rede estatal de atendimento e acolhimento com foco em proteger os cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade social.	0	Denúncia oferecida	unidade	57.115
				Expediente Investigatório relacionado às minorias instaurado	unidade	11.839

Ação Programática: FUNDOS - MP**Órgão Coordenador:** MINISTÉRIO PÚBLICO**Resultado Esperado:** Aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público/RS - FRMP e do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
56.082.953	26.287.955	29.794.998	Recursos executados.	Valor	1.342,69	48.000

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Recursos oriundos do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público - FRMP	MP	Aplicação dos recursos, prioritariamente, aos programas de trabalho desenvolvidos pelo Ministério Público e com reaparelhamento administrativo, ampliação da capacidade instalada, construção de Promotorias de Justiça do Estado, desenvolvidos pelo Ministério Público e, excepcionalmente ao atendimento de despesas de manutenção de atividades fins da Instituição cujas verbas orçamentárias se mostrem insuficientes.	42.000.000	Recurso executado - FRMP	R\$	42.000.000
Ressarcimento à coletividade através do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL	MP	Ressarcimento à coletividade, através do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRBL –, por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. Decorre de condenações e acordos realizados, em razão de danos causados aos bens e direitos mencionados e pelo descumprimento de ordens ou cláusulas estabelecidas nos termos de ajuste promovidos pelo MP/RS. Os recursos arrecadados pelo FRBL serão aplicados em projetos relativos à reconstituição, reparação e preservação de bens e na promoção de eventos educativos e científicos, bem como na edição de material informativo, de cunho pedagógico, cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens e valores de interesse da coletividade.	14.082.953	Recurso executado - FRBL	R\$	14.082.953

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
84.861.910.332	82.763.449.828	2.098.460.504

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MP

Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
3.843.279,864	3.843.279,864	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	MP	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	432.235,272			
Publicidade Institucional	MP	Publicidade Institucional	1.600.000			
Qualificação de Recursos Humanos	MP	Qualificação de Recursos Humanos	2.800.000			
Remuneração de Pessoal	MP	Remuneração de Pessoal	3.406.644,592			

Programa: ENCARGOS ESPECIAIS**Encargos Especiais**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
99.024.883,245	90.510.744,237	8.514.139,008

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - MP**Órgão Coordenador: MINISTÉRIO PÚBLICO**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
732.434,391	732.434,391	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	MP	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	732.434,391			

Defensoria Pública

Programa: GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E DO ACESSO À JUSTIÇA

Temático

Objetivo Temático: 1) Fortalecer a imagem institucional; 2) Reduzir a exclusão social por meio do acesso à justiça.

Contextualização: A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação e assistência jurídica, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, à população mais vulnerável. Diante da necessidade de assegurar maior eficiência à atuação da instituição, visando à melhoria na prestação de serviços à população como forma de reduzir a exclusão social por meio do acesso ao sistema de justiça, foi instituído um modelo de gestão estratégica, utilizando-se o Planejamento Estratégico como ponto de partida para projetar no futuro uma situação ideal factível para a instituição. Neste processo, definiu-se os seguintes norteadores estratégicos para o período 2016-2021: 1) Atividade Pública: orientação e assistência jurídicas; Missão: atuar como instrumento constitucional do Estado Democrático de Direito para garantir o acesso à justiça, a promoção dos direitos humanos e o exercício de direitos às pessoas em situação de vulnerabilidade; Visão de Futuro: ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência, imprescindível à garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça. Nesse contexto, foi definido o Programa Temático para o PPA 2020-2023: garantia dos direitos humanos e do acesso à justiça. O Programa terá 2 objetivos temáticos, que são os objetivos estratégicos de resultado do Mapa Estratégico 2016-2021: fortalecer a imagem institucional e reduzir a exclusão social por meio do acesso à justiça. Ambos têm indicadores quantitativos e são acompanhados periodicamente.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
0	0	0

Indicador Temático	Unidade de Medida	Valor mais recente	Polaridade
Índice de acesso à justiça	%	8,00	Positiva
Índice de confiança da sociedade	%	59,00	Positiva

Ação Programática: ASSISTÊNCIA JURÍDICA ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**Órgão Coordenador:** DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**Resultado Esperado:** Aumento dos índices de acesso à justiça e de confiança da sociedade

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital	Indicador de Resultado	Unidade de Medida	Valor mais recente	Valor desejado
0	0	0	Nº de participantes em ações de Educação em Direitos	Número absoluto	3.398	16.500
			Número de atendimentos não presenciais	Número absoluto	195.784	950.000
			Número de atendimentos presenciais	Número absoluto	947.774	5.000.000
			Número de dias de espera para o 1º atendimento agendado	Número absoluto	27	30
			Número de peças	Número absoluto	987.130	5.000.000
			Número de pessoas atingidas por ações de Promoção dos Direitos Humanos	Número absoluto	2.806	27.500
			Número de solenidades	Número absoluto	179.442	900.000
Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Atendimento não presencial	DEFPUB	Atendimento telefônico aos assistidos para prestação de informações gerais à sociedade ou específicas sobre atendimentos em andamento aos assistidos.	0	Atendimento por telefone e por e-mail realizado	unidade	950.000
Atendimento presencial	DEFPUB	Realização de atendimentos presenciais (acolhimento, triagem, agendamento e atendimento final) nas unidades da Defensoria	0	Atendimento presencial realizado	unidade	5.000.000
Atuação extrajudicial (nº de mediações e de conciliações)	DEFPUB	Mediações e conciliações realizadas nas Defensorias Públicas da capital e do interior, nas áreas da família e cível, com vistas à homologação de acordos extrajudiciais e consequente redução da judicialização de ações.	0	Conciliação, mediação feita	unidade	2.950
Defensoria Itinerante (nº de ações)	DEFPUB	Mutirões realizados pela Defensoria Itinerante, com objetivo de ampliar o atendimento aos cidadãos vulneráveis, evitando que deixem de buscar orientação e assistência jurídica em razão da distância e da falta de condições econômicas para o deslocamento até uma unidade da Defensoria. Nos mutirões são prestadas orientações jurídicas (educação em direitos) e/ou realizados atendimentos presenciais específicos aos cidadãos.	0	Mutirão da Defensoria itinerante realizado	unidade	200
Educação em direitos	DEFPUB	Programa de Educação em Direitos: mutirões de orientação jurídica à sociedade em geral por meio de ações itinerantes e palestras e oficinas temáticas realizadas por Defensores Públicos.	0	Orientação jurídica prestada nos mutirões da Defensoria Itinerante; Oficina e palestra realizada por Defensor Público	unidade	16.500
Promoção dos direitos humanos	DEFPUB	Ações de promoção dos direitos humanos: capacitações presenciais e à distância, palestras, produção de cartilhas e outras publicações digitais e escritas acerca dos direitos humanos e da atuação da Defensoria na área.	0	Capacitação, palestra, cartilha, outra publicação realizada	unidade	27.500

Programa: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO**Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**

Objetivo Temático: Produzir bens e serviços típicos de Estado e ofertados ao próprio Estado, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas temáticos.

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
84.861.910.332	82.763.449.828	2.098.460.504

Ação Programática: GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DEFPUB

Órgão Coordenador: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
1.298.725.393	1.264.658.856	34.066.537

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	DEFPUB	Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	293.827.329			
Publicidade Institucional	DEFPUB	Publicidade Institucional	836.725			
Qualificação de Recursos Humanos	DEFPUB	Qualificação de Recursos Humanos	3.346.902			
Remuneração de Pessoal	DEFPUB	Remuneração de Pessoal	1.000.714.437			

Programa: ENCARGOS ESPECIAIS**Encargos Especiais**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
99.024.883,245	90.510.744,237	8.514.139,008

Ação Programática: ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB**Órgão Coordenador: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**

Valor (R\$ 1,00)	Despesa Corrente	Despesa de Capital
344.730,865	344.730,865	0

Iniciativa	Órgão responsável	Descrição	Valor (R\$ 1,00)	Produto	Unidade de Medida	Meta
Outros encargos especiais	DEFPUB	Despesas com outros encargos do Estado, tais como contribuição previdenciária ao regime próprio de previdência social, ao regime geral de previdência social, contribuição complementar ao regime próprio de previdência social, reforço de proventos aos empregados das fundações, sentenças judiciais, encargos oriundos dos depósitos judiciais, pagamento de aposentadoria e de pensões, fornecimento de vale-refeição aos servidores, contribuição para a assistência à saúde do servidor, abono família, contribuição para o patrimônio do servidor público (PASEP), reembolsos, indenizações e restituições de receitas de exercícios anteriores, fundo de garantia por tempo de serviço, seguro de vida, contribuições sociais incidentes serviços de terceiros ou cooperativas e outros encargos gerais do Estado, exceto serviço da dívida e transferências aos municípios.	344.730,865			

Resumo das Despesas por Fonte

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Programa / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
ACELERA RS	186.135.539	0	680.000	0	76.050.103	0	0	0	0	0	262.865.642
Despesa Corrente	184.447.619	0	680.000	0	75.944.103	0	0	0	0	0	261.071.722
Despesa de Capital	1.687.920	0	0	0	106.000	0	0	0	0	0	1.793.920
CAMPO EM ASCENSÃO	196.172.701	265.458.764	0	4.505.525	45.392.741	0	0	0	0	12.791.228	524.320.959
Despesa Corrente	193.883.036	183.375.905	0	4.505.525	0	0	0	0	0	6.395.614	388.160.080
Despesa de Capital	2.289.665	82.082.859	0	0	45.392.741	0	0	0	0	6.395.614	136.160.879
CONTROLE EXTERNO SOBRE A GESTÃO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL	46.063.825	0	0	0	0	0	0	0	0	0	46.063.825
Despesa Corrente	39.370.022	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39.370.022
Despesa de Capital	6.693.803	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.693.803
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DO REGIME DEMOCRÁTICO E DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS	89.551.969	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89.551.969
Despesa Corrente	26.287.955	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.287.955
Despesa de Capital	63.264.014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63.264.014
DESENVOLVE RS	845.920.417	0	26.957.948	0	7.747.590	0	0	0	0	0	880.625.955
Despesa Corrente	796.508.955	0	12.055.908	0	3.747.590	0	0	0	0	0	812.312.453
Despesa de Capital	49.411.462	0	14.902.040	0	4.000.000	0	0	0	0	0	68.313.502
EDUCA+RS	304.427.854	0	0	0	16.451.878	0	0	0	0	2.484.219.041	2.805.098.773
Despesa Corrente	199.427.854	0	0	0	10.668.157	0	0	0	0	2.287.085.213	2.497.181.224
Despesa de Capital	105.000.000	0	0	0	5.783.721	0	0	0	0	197.133.828	307.917.549
ENCARGOS ESPECIAIS	96.027.797.911	1.621.789.538	65.018.015	1.270.277.781	40.000.000	0	0	0	0	0	99.024.883.245
Despesa Corrente	87.663.971.087	1.512.091.354	64.404.015	1.270.277.781	0	0	0	0	0	0	90.510.744.237
Despesa de Capital	8.363.826.824	109.698.184	614.000	0	40.000.000	0	0	0	0	0	8.514.139.008
EVOLUÇÃO SUSTENTÁVEL	77.012.464	0	28.997.408	215.138	46.303.128	0	0	0	0	37.555.890	190.084.028
Despesa Corrente	72.050.909	0	19.498.219	0	45.767.228	0	0	0	0	30.235.100	167.551.456
Despesa de Capital	4.961.555	0	9.499.189	215.138	535.900	0	0	0	0	7.320.790	22.532.572
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO	56.559.678.145	1.989.231.105	279.706.282	25.685.632.751	103.405.791	159.952.015	0	6.000.000	0	78.304.243	84.861.910.332
Despesa Corrente	56.394.836.101	1.845.730.685	269.483.553	24.005.487.137	19.363.739	159.952.015	0	0	0	0	68.596.598
Despesa de Capital	164.842.044	143.500.420	10.222.729	1.680.145.614	84.042.052	0	0	6.000.000	0	9.707.645	2.098.460.504
GOVERNO 4.0	172.100.745	9.776.838.406	0	276.565.948	0	0	0	0	0	0	10.225.505.099
Despesa Corrente	169.352.745	9.776.838.406	0	276.565.948	0	0	0	0	0	0	10.222.757.099
Despesa de Capital	2.748.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.748.000
JUSTIÇA ESTADUAL	3.189.999.653	0	0	0	40.000	0	0	0	0	0	3.190.039.653
Despesa Corrente	2.829.583.986	0	0	0	40.000	0	0	0	0	0	2.829.623.986
Despesa de Capital	360.415.667	0	0	0	0	0	0	0	0	0	360.415.667
RS CIDADANIA	451.857.914	623.787	3.030.051	150.500	5.384.217	0	0	0	0	50.000.000	30.283.186
Despesa Corrente	434.618.698	623.787	2.937.778	150.500	4.158.758	0	0	0	0	15.000.000	481.730.060
Despesa de Capital	17.239.216	0	92.273	0	1.225.459	0	0	0	0	35.000.000	6.042.647
RS INFRAESTRUTURA	1.820.172.183	407.054.313	0	30.231.799.898	100.258.265	0	0	0	0	0	77.158.112
Despesa Corrente	137.429.804	407.054.313	0	25.983.055.379	15.661.622	0	0	0	0	0	59.594.984
Despesa de Capital	1.682.742.379	0	0	4.248.744.519	84.596.643	0	0	0	0	0	17.563.128
RS SEGURO	3.191.751.832	2.937.673.454	0	0	276.318.501	0	0	0	0	0	6.405.743.787
Despesa Corrente	3.082.398.734	2.937.673.454	0	0	65.343.101	0	0	0	0	0	6.085.415.289
Despesa de Capital	109.353.098	0	0	0	210.975.400	0	0	0	0	0	320.328.498
SAÚDE CIDADÃ	11.009.423.682	148.362.180	0	10.344.806	0	0	0	0	0	0	3.787.457.531
Despesa Corrente	10.873.202.547	139.062.180	0	10.344.806	0	0	0	0	0	0	3.749.582.955
Despesa de Capital	136.221.135	9.300.000	0	0	0	0	0	0	0	0	37.874.576
SIMPLIFICA RS	65.367.727	1.807.903	28.997.409	0	317.400	0	0	0	0	0	24.668.789
Despesa Corrente	63.628.565	1.000.000	19.498.218	0	235.860	0	0	0	0	0	22.676.315
Despesa de Capital	1.739.162	807.903	9.499.191	0	81.540	0	0	0	0	0	1.992.474
SUSTENTABILIDADE FISCAL E NOVAS PARCERIAS	150.807.510	74.030.957.898	0	0	0	0	0	0	0	0	22.916.091
Despesa Corrente	101.005.114	74.022.957.899	0	0	0	0	0	0	0	0	22.916.091
Despesa de Capital	49.802.396	7.999.999	0	0	0	0	0	0	0	0	57.802.395

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO RS	0	125.387.739	0	0	12.046.919	0	0	0	0	0	137.434.658
AMPLIA RS: AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	0	4.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	4.500.000
Despesa Corrente	0	4.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	4.500.000
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	0	260.000	0	0	0	0	0	0	0	0	260.000
Despesa Corrente	0	260.000	0	0	0	0	0	0	0	0	260.000
ENCARGOS ESPECIAIS - AGERGS	0	10.027.643	0	0	0	0	0	0	0	0	10.027.643
Despesa Corrente	0	10.027.643	0	0	0	0	0	0	0	0	10.027.643
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AGERGS	0	82.865.661	0	0	0	0	0	0	0	0	82.865.661
Despesa Corrente	0	64.625.426	0	0	0	0	0	0	0	0	64.625.426
Despesa de Capital	0	18.240.235	0	0	0	0	0	0	0	0	18.240.235
PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVIÇOS	0	19.000.000	0	0	12.046.919	0	0	0	0	0	31.046.919
Despesa Corrente	0	19.000.000	0	0	12.046.919	0	0	0	0	0	31.046.919
USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS MINERAIS E GÁS	0	8.734.435	0	0	0	0	0	0	0	0	8.734.435
Despesa Corrente	0	8.734.435	0	0	0	0	0	0	0	0	8.734.435
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	2.946.734.207	871.125.469	0	0	0	0	0	0	0	0	3.817.859.676
ENCARGOS ESPECIAIS - AL	1.292.894.628	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.292.894.628
Despesa Corrente	1.292.894.628	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.292.894.628
GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	871.125.469	0	0	0	0	0	0	0	0	871.125.469
Despesa Corrente	0	871.125.469	0	0	0	0	0	0	0	0	871.125.469
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - AL	1.653.839.579	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.653.839.579
Despesa Corrente	1.594.070.706	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.594.070.706
Despesa de Capital	59.768.873	0	0	0	0	0	0	0	0	0	59.768.873
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	10.875.379.289	0	0	0	0	0	0	10.875.379.289
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BANRISUL	0	0	0	10.875.379.289	0	0	0	0	0	0	10.875.379.289
Despesa Corrente	0	0	0	9.461.554.814	0	0	0	0	0	0	9.461.554.814
Despesa de Capital	0	0	0	1.413.824.475	0	0	0	0	0	0	1.413.824.475
BANRISUL - ARMAZÉNS GERAIS S.A.	0	0	0	95.182.183	0	0	0	0	0	0	95.182.183
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BAGERSGS	0	0	0	95.182.183	0	0	0	0	0	0	95.182.183
Despesa Corrente	0	0	0	95.182.183	0	0	0	0	0	0	95.182.183
BANRISUL CARTÕES S.A.	0	0	0	417.459.856	0	0	0	0	0	0	417.459.856
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BC	0	0	0	417.459.856	0	0	0	0	0	0	417.459.856
Despesa Corrente	0	0	0	172.776.190	0	0	0	0	0	0	172.776.190
Despesa de Capital	0	0	0	244.683.666	0	0	0	0	0	0	244.683.666
BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS	0	0	0	18.495.731	0	0	0	0	0	0	18.495.731
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BAC	0	0	0	18.495.731	0	0	0	0	0	0	18.495.731
Despesa Corrente	0	0	0	18.495.731	0	0	0	0	0	0	18.495.731
BANRISUL S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO	0	0	0	125.793.486	0	0	0	0	0	0	125.793.486
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BCV	0	0	0	125.793.486	0	0	0	0	0	0	125.793.486
Despesa Corrente	0	0	0	125.793.486	0	0	0	0	0	0	125.793.486
CAIXA ESTADUAL S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO	0	0	0	253.311.027	0	0	0	0	0	0	253.311.027
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - BADESUL	0	0	0	253.311.027	0	0	0	0	0	0	253.311.027
Despesa Corrente	0	0	0	253.311.027	0	0	0	0	0	0	253.311.027
CASA CIVIL	213.983.339	0	0	0	0	0	0	0	0	0	213.983.339
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CC	211.983.339	0	0	0	0	0	0	0	0	0	211.983.339
Despesa Corrente	211.783.339	0	0	0	0	0	0	0	0	0	211.783.339
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
INTEGRIDADE E BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA	1.600.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.600.000
Despesa Corrente	1.600.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.600.000
SISTEMA DE GOVERNANÇA 4.0	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	400.000
Despesa Corrente	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	400.000
CASA MILITAR	50.097.056	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.097.056

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
GESTÃO EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	2.412.890	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.412.890
Despesa de Capital	2.412.890	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.412.890
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CM	47.684.166	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47.684.166
Despesa Corrente	47.484.166	0	0	0	0	0	0	0	0	0	47.484.166
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S.A	0	0	0	94.962.125	0	0	0	0	0	0	94.962.125
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEASA	0	0	0	90.306.100	0	0	0	0	0	0	90.306.100
Despesa Corrente	0	0	0	90.306.100	0	0	0	0	0	0	90.306.100
NOVOS NEGÓCIOS E COMERCIALIZAÇÃO	0	0	0	4.505.525	0	0	0	0	0	0	4.505.525
Despesa Corrente	0	0	0	4.505.525	0	0	0	0	0	0	4.505.525
PROTEÇÃO À VIDA E PROMOÇÃO DO TRABALHO	0	0	0	150.500	0	0	0	0	0	0	150.500
Despesa Corrente	0	0	0	150.500	0	0	0	0	0	0	150.500
COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	393.780.972	0	159.952.015	0	0	0	0	553.732.987
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SULGAS	0	0	0	182.120.665	0	159.952.015	0	0	0	0	342.072.680
Despesa Corrente	0	0	0	182.120.665	0	159.952.015	0	0	0	0	342.072.680
USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS MINERAIS E GÁS	0	0	0	211.660.307	0	0	0	0	0	0	211.660.307
Despesa Corrente	0	0	0	20.125.478	0	0	0	0	0	0	20.125.478
Despesa de Capital	0	0	0	191.534.829	0	0	0	0	0	0	191.534.829
COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	1.539.810.902	0	0	0	0	0	0	1.539.810.902
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PROCERGS	0	0	0	1.263.244.954	0	0	0	0	0	0	1.263.244.954
Despesa Corrente	0	0	0	1.263.244.954	0	0	0	0	0	0	1.263.244.954
RS DIGITAL	0	0	0	276.565.948	0	0	0	0	0	0	276.565.948
Despesa Corrente	0	0	0	276.565.948	0	0	0	0	0	0	276.565.948
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0	0	0	27.089.056.472	0	0	0	0	0	0	27.089.056.472
ENCARGOS ESPECIAIS - CEEE-D	0	0	0	830.694.238	0	0	0	0	0	0	830.694.238
Despesa Corrente	0	0	0	830.694.238	0	0	0	0	0	0	830.694.238
FORTALECIMENTO E INOVAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO	0	0	0	24.088.987.842	0	0	0	0	0	0	24.088.987.842
Despesa Corrente	0	0	0	23.473.220.502	0	0	0	0	0	0	23.473.220.502
Despesa de Capital	0	0	0	615.767.340	0	0	0	0	0	0	615.767.340
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEEE-D	0	0	0	2.169.374.392	0	0	0	0	0	0	2.169.374.392
Despesa Corrente	0	0	0	2.162.919.297	0	0	0	0	0	0	2.162.919.297
Despesa de Capital	0	0	0	6.455.095	0	0	0	0	0	0	6.455.095
COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0	0	0	5.463.131.984	0	0	0	0	0	0	5.463.131.984
ENCARGOS ESPECIAIS - CEEE-GT	0	0	0	439.583.543	0	0	0	0	0	0	439.583.543
Despesa Corrente	0	0	0	439.583.543	0	0	0	0	0	0	439.583.543
FORTALECIMENTO E INOVAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO	0	0	0	3.634.573.462	0	0	0	0	0	0	3.634.573.462
Despesa Corrente	0	0	0	2.264.909.399	0	0	0	0	0	0	2.264.909.399
Despesa de Capital	0	0	0	1.369.664.063	0	0	0	0	0	0	1.369.664.063
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEEE-GT	0	0	0	1.388.974.979	0	0	0	0	0	0	1.388.974.979
Despesa Corrente	0	0	0	1.373.792.601	0	0	0	0	0	0	1.373.792.601
Despesa de Capital	0	0	0	15.182.378	0	0	0	0	0	0	15.182.378
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE MINERAÇÃO	0	0	0	533.260.000	0	0	0	0	0	0	533.260.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CRM	0	0	0	308.460.000	0	0	0	0	0	0	308.460.000
Despesa Corrente	0	0	0	308.460.000	0	0	0	0	0	0	308.460.000
USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS MINERAIS E GÁS	0	0	0	224.800.000	0	0	0	0	0	0	224.800.000
Despesa Corrente	0	0	0	224.800.000	0	0	0	0	0	0	224.800.000
COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE SANEAMENTO	0	0	0	9.969.177.072	0	0	0	0	0	0	9.969.177.072
AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	0	0	0	1.666.032.393	0	0	0	0	0	0	1.666.032.393

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa de Capital	0	0	0	1.666.032.393	0	0	0	0	0	0	1.666.032.393
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CORSAN	0	0	0	8.303.144.679	0	0	0	0	0	0	8.303.144.679
Despesa Corrente	0	0	0	8.303.144.679	0	0	0	0	0	0	8.303.144.679
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	1.844.561	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.844.561
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CEED	1.844.561	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.844.561
Despesa Corrente	1.844.561	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.844.561
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	1.637.456.258	368.512.933	0	0	0	0	0	0	6.000.000	0	2.011.969.191
ENCARGOS ESPECIAIS - DEFPUB	344.730.865	0	0	0	0	0	0	0	0	0	344.730.865
Despesa Corrente	344.730.865	0	0	0	0	0	0	0	0	0	344.730.865
GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	368.512.933	0	0	0	0	0	0	0	0	368.512.933
Despesa Corrente	0	368.512.933	0	0	0	0	0	0	0	0	368.512.933
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DEFPUB	1.292.725.393	0	0	0	0	0	0	0	6.000.000	0	1.298.725.393
Despesa Corrente	1.264.658.856	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.264.658.856
Despesa de Capital	28.066.537	0	0	0	0	0	0	0	6.000.000	0	34.066.537
DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM	3.466.459.021	511.559.878	0	0	0	0	0	0	0	0	3.978.018.899
AMPLIA RS: AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	1.735.975.693	334.559.878	0	0	0	0	0	0	0	0	2.070.535.571
Despesa Corrente	65.221.145	334.559.878	0	0	0	0	0	0	0	0	399.781.023
Despesa de Capital	1.670.754.548	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.670.754.548
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	1.840.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.840.000
Despesa Corrente	1.840.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.840.000
ENCARGOS ESPECIAIS - DAER	1.175.620.357	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.175.620.357
Despesa Corrente	1.175.620.357	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.175.620.357
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DAER	553.022.971	134.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	687.022.971
Despesa Corrente	553.022.971	112.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	665.022.971
Despesa de Capital	0	22.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	22.000.000
REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	0	43.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	43.000.000
Despesa Corrente	0	43.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	43.000.000
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	0	3.668.531.251	0	0	14.105.079	0	0	0	0	0	3.682.636.330
ENCARGOS ESPECIAIS - DETRAN	0	86.514.646	0	0	0	0	0	0	0	0	86.514.646
Despesa Corrente	0	86.514.646	0	0	0	0	0	0	0	0	86.514.646
FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANÇA PÚBLICA	0	2.937.673.454	0	0	0	0	0	0	0	0	2.937.673.454
Despesa Corrente	0	2.937.673.454	0	0	0	0	0	0	0	0	2.937.673.454
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DETRAN	0	541.843.151	0	0	14.105.079	0	0	0	0	0	555.948.230
Despesa Corrente	0	506.447.056	0	0	4.601.989	0	0	0	0	0	511.049.045
Despesa de Capital	0	35.396.095	0	0	9.503.090	0	0	0	0	0	44.899.185
REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	0	102.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	102.500.000
Despesa Corrente	0	93.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	93.200.000
Despesa de Capital	0	9.300.000	0	0	0	0	0	0	0	0	9.300.000
EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIAS S.A.	0	0	0	0	610.691.248	0	0	0	0	0	610.691.248
AMPLIA RS: AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL	0	0	0	0	405.745.894	0	0	0	0	0	405.745.894
Despesa de Capital	0	0	0	0	405.745.894	0	0	0	0	0	405.745.894
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EGR	0	0	0	0	194.385.410	0	0	0	0	0	194.385.410
Despesa Corrente	0	0	0	0	194.385.410	0	0	0	0	0	194.385.410
PROMOÇÃO DE GESTÃO AMBIENTAL	0	0	0	0	215.138	0	0	0	0	0	215.138
Despesa de Capital	0	0	0	0	215.138	0	0	0	0	0	215.138
REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	0	0	0	0	10.344.806	0	0	0	0	0	10.344.806
Despesa Corrente	0	0	0	0	10.344.806	0	0	0	0	0	10.344.806
ENCARGOS FINANCEIROS DO ESTADO	36.086.259.133	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36.086.259.133

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
ENCARGOS ESPECIAIS - EFE	36.086.259.133	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36.086.259.133
Despesa Corrente	27.832.832.309	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.832.832.309
Despesa de Capital	8.253.426.824	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.253.426.824
ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS	26.090.306	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.090.306
ENCARGOS ESPECIAIS - EDP	2.804.246	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.804.246
Despesa Corrente	2.804.246	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.804.246
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDP	21.781.195	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.781.195
Despesa Corrente	21.581.195	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.581.195
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
SISTEMA DE GOVERNANÇA 4.0	1.504.865	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.504.865
Despesa Corrente	1.504.865	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.504.865
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	137.366.747	0	10.022.791	0	75.925.303	0	0	0	0	0	223.314.841
CONHECIMENTO EM INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	117.559.918	0	0	0	75.925.303	0	0	0	0	0	193.485.221
Despesa Corrente	117.559.918	0	0	0	75.925.303	0	0	0	0	0	193.485.221
ENCARGOS ESPECIAIS - FAPERGS	3.319.941	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.319.941
Despesa Corrente	3.319.941	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.319.941
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FAPERGS	16.486.888	0	10.022.791	0	0	0	0	0	0	0	26.509.679
Despesa Corrente	16.486.888	0	9.020.514	0	0	0	0	0	0	0	25.507.402
Despesa de Capital	0	0	1.002.277	0	0	0	0	0	0	0	1.002.277
FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PPD E PPAH NO RIO GRANDE DO SUL	72.249.085	0	0	0	0	0	0	0	0	0	72.249.085
ENCARGOS ESPECIAIS - FADERS	12.282.448	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.282.448
Despesa Corrente	12.282.448	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.282.448
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FADERS	58.754.626	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58.754.626
Despesa Corrente	58.634.626	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58.634.626
Despesa de Capital	120.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120.000
RS CIDADANIA	1.212.011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.212.011
Despesa Corrente	1.212.011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.212.011
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	1.165.323.533	0	662.231	0	0	0	0	0	0	0	1.165.985.764
ENCARGOS ESPECIAIS - FASE	88.771.336	0	450.000	0	0	0	0	0	0	0	89.221.336
Despesa Corrente	88.771.336	0	0	0	0	0	0	0	0	0	88.771.336
Despesa de Capital	0	0	450.000	0	0	0	0	0	0	0	450.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FASE	832.201.983	0	0	0	0	0	0	0	0	0	832.201.983
Despesa Corrente	832.141.983	0	0	0	0	0	0	0	0	0	832.141.983
Despesa de Capital	60.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	60.000
RECONECTADO VIDAS	244.350.214	0	212.231	0	0	0	0	0	0	0	244.562.445
Despesa Corrente	244.210.214	0	212.231	0	0	0	0	0	0	0	244.422.445
Despesa de Capital	140.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	140.000
FUNDACÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.400.000	0	100.000	0	0	0	0	0	0	0	6.500.000
ENCARGOS ESPECIAIS - CIENTEC	800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	800.000
Despesa Corrente	800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	800.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - CIENTEC	5.600.000	0	100.000	0	0	0	0	0	0	0	5.700.000
Despesa Corrente	5.600.000	0	100.000	0	0	0	0	0	0	0	5.700.000
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	526.420.831	0	0	0	1.903.917	0	0	0	0	0	528.324.748
ENCARGOS ESPECIAIS - FPERGS	95.005.003	0	0	0	0	0	0	0	0	0	95.005.003
Despesa Corrente	95.005.003	0	0	0	0	0	0	0	0	0	95.005.003
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FPERGS	430.865.828	0	0	0	1.903.917	0	0	0	0	0	432.769.745
Despesa Corrente	430.465.828	0	0	0	380.783	0	0	0	0	0	430.846.611
Despesa de Capital	400.000	0	0	0	1.523.134	0	0	0	0	0	1.923.134
RECONECTADO VIDAS	550.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	550.000
Despesa Corrente	550.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	550.000

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA	236.436.424	0	38.014.622	0	0	0	0	0	0	0	274.451.046
CONHECIMENTO EM INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0	0	680.000	0	0	0	0	0	0	0	680.000
Despesa Corrente	0	0	680.000	0	0	0	0	0	0	0	680.000
ENCARGOS ESPECIAIS - FETLSVC	62.754.405	0	0	0	0	0	0	0	0	0	62.754.405
Despesa Corrente	62.754.405	0	0	0	0	0	0	0	0	0	62.754.405
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FETLSVC	173.682.019	0	37.334.622	0	0	0	0	0	0	0	211.016.641
Despesa Corrente	173.682.019	0	28.396.950	0	0	0	0	0	0	0	202.078.969
Despesa de Capital	0	0	8.937.672	0	0	0	0	0	0	0	8.937.672
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL	99.753.890	0	56.555.908	0	45.171.219	0	0	0	0	0	201.481.017
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	40.000.000	0	26.957.948	0	0	0	0	0	0	0	66.957.948
Despesa Corrente	40.000.000	0	12.055.908	0	0	0	0	0	0	0	52.055.908
Despesa de Capital	0	0	14.902.040	0	0	0	0	0	0	0	14.902.040
ENCARGOS ESPECIAIS - METROPLAN	12.183.570	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.183.570
Despesa Corrente	12.183.570	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12.183.570
GESTÃO EM PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	750.000	0	0	0	45.171.219	0	0	0	0	0	45.921.219
Despesa Corrente	750.000	0	0	0	45.171.219	0	0	0	0	0	45.921.219
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - METROPLAN	46.820.320	0	29.597.960	0	0	0	0	0	0	0	76.418.280
Despesa Corrente	46.820.320	0	29.315.180	0	0	0	0	0	0	0	76.135.500
Despesa de Capital	0	0	282.780	0	0	0	0	0	0	0	282.780
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIS ROESSLER	85.775.633	0	324.970.319	0	0	0	0	0	0	0	410.745.952
ENCARGOS ESPECIAIS - FEPAM	0	0	64.404.015	0	0	0	0	0	0	0	64.404.015
Despesa Corrente	0	0	64.404.015	0	0	0	0	0	0	0	64.404.015
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FEPAM	31.188.135	0	202.571.487	0	0	0	0	0	0	0	233.759.622
Despesa Corrente	30.918.135	0	202.571.487	0	0	0	0	0	0	0	233.489.622
Despesa de Capital	270.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	270.000
MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E SISTEMAS NA ÁREA AMBIENTAL	32.428.747	0	28.997.409	0	0	0	0	0	0	0	61.426.156
Despesa Corrente	31.733.844	0	19.498.218	0	0	0	0	0	0	0	51.232.062
Despesa de Capital	694.903	0	9.499.191	0	0	0	0	0	0	0	10.194.094
PROMOÇÃO DE GESTÃO AMBIENTAL	22.158.751	0	28.997.408	0	0	0	0	0	0	0	51.156.159
Despesa Corrente	21.733.851	0	19.498.219	0	0	0	0	0	0	0	41.232.070
Despesa de Capital	424.900	0	9.499.189	0	0	0	0	0	0	0	9.924.089
FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	280.887.647	0	418.314	0	1.008.228	0	0	0	0	0	282.314.189
ENCARGOS ESPECIAIS - FGTAS	50.667.249	0	164.000	0	0	0	0	0	0	0	50.831.249
Despesa Corrente	50.667.249	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50.667.249
Despesa de Capital	0	0	164.000	0	0	0	0	0	0	0	164.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FGTAS	201.407.719	0	0	0	0	0	0	0	0	0	201.407.719
Despesa Corrente	201.407.719	0	0	0	0	0	0	0	0	0	201.407.719
PROTEÇÃO À VIDA E PROMOÇÃO DO TRABALHO	28.812.679	0	254.314	0	1.008.228	0	0	0	0	0	30.075.221
Despesa Corrente	28.812.679	0	209.157	0	986.590	0	0	0	0	0	30.008.426
Despesa de Capital	0	0	45.157	0	21.638	0	0	0	0	0	66.795
FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE	74.055.219	1.495.412	0	0	0	0	0	0	0	0	75.550.631
ACESSO À CULTURA E AO ESPORTE E LAZER	2.266.000	623.787	0	0	0	0	0	0	0	0	2.889.787
Despesa Corrente	2.266.000	623.787	0	0	0	0	0	0	0	0	2.889.787
ENCARGOS ESPECIAIS - FOSPA	16.847.905	21.625	0	0	0	0	0	0	0	0	16.849.530
Despesa Corrente	16.847.905	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.847.905
Despesa de Capital	0	21.625	0	0	0	0	0	0	0	0	21.625
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FOSPA	54.941.314	850.000	0	0	0	0	0	0	0	0	55.791.314
Despesa Corrente	54.741.314	850.000	0	0	0	0	0	0	0	0	55.591.314
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO	12.870.774	0	2.563.506	0	222.856	0	0	0	0	0	15.657.136
ACESSO À CULTURA E AO ESPORTE E LAZER	5.583.713	0	2.563.506	0	0	0	0	0	0	0	8.147.219
Despesa Corrente	5.483.713	0	2.516.390	0	0	0	0	0	0	0	8.000.103
Despesa de Capital	100.000	0	47.116	0	0	0	0	0	0	0	147.116
ENCARGOS ESPECIAIS - FTSP	1.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.200.000
Despesa Corrente	1.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.200.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - FTSP	6.087.061	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.087.061
Despesa Corrente	6.087.061	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.087.061
QUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS	0	0	0	0	222.856	0	0	0	0	0	222.856
Despesa de Capital	0	0	0	0	222.856	0	0	0	0	0	222.856
GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	9.403.979	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.403.979
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GVG	9.403.979	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.403.979
Despesa Corrente	9.203.979	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.203.979
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO GRANDE DO SUL	0	10.316.842.884	0	0	0	0	0	0	0	0	10.316.842.884
ENCARGOS ESPECIAIS - IPESAUDE	0	349.804.464	0	0	0	0	0	0	0	0	349.804.464
Despesa Corrente	0	277.385.964	0	0	0	0	0	0	0	0	277.385.964
Despesa de Capital	0	72.418.500	0	0	0	0	0	0	0	0	72.418.500
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IPESAUDE	0	190.200.014	0	0	0	0	0	0	0	0	190.200.014
Despesa Corrente	0	176.677.189	0	0	0	0	0	0	0	0	176.677.189
Despesa de Capital	0	13.522.825	0	0	0	0	0	0	0	0	13.522.825
RS PESSOAS	0	9.776.838.406	0	0	0	0	0	0	0	0	9.776.838.406
Despesa Corrente	0	9.776.838.406	0	0	0	0	0	0	0	0	9.776.838.406
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	68.832.671.216	0	0	0	0	0	0	0	0	68.832.671.216
ENCARGOS ESPECIAIS - IPEPREVI	0	1.074.153.981	0	0	0	0	0	0	0	0	1.074.153.981
Despesa Corrente	0	1.037.957.240	0	0	0	0	0	0	0	0	1.037.957.240
Despesa de Capital	0	36.196.741	0	0	0	0	0	0	0	0	36.196.741
GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	67.514.021.391	0	0	0	0	0	0	0	0	67.514.021.391
Despesa Corrente	0	67.506.021.392	0	0	0	0	0	0	0	0	67.506.021.392
Despesa de Capital	0	7.999.999	0	0	0	0	0	0	0	0	7.999.999
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IPEPREVI	0	244.495.844	0	0	0	0	0	0	0	0	244.495.844
Despesa Corrente	0	244.495.844	0	0	0	0	0	0	0	0	244.495.844
INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ	0	537.473.178	0	0	0	0	0	0	0	0	537.473.178
ENCARGOS ESPECIAIS - IRGA	0	21.256.828	0	0	0	0	0	0	0	0	21.256.828
Despesa Corrente	0	20.995.510	0	0	0	0	0	0	0	0	20.995.510
Despesa de Capital	0	261.318	0	0	0	0	0	0	0	0	261.318
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - IRGA	0	247.895.406	0	0	0	0	0	0	0	0	247.895.406
Despesa Corrente	0	205.417.065	0	0	0	0	0	0	0	0	205.417.065
Despesa de Capital	0	42.478.341	0	0	0	0	0	0	0	0	42.478.341
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO	0	265.458.764	0	0	0	0	0	0	0	0	265.458.764
Despesa Corrente	0	183.375.905	0	0	0	0	0	0	0	0	183.375.905
Despesa de Capital	0	82.082.859	0	0	0	0	0	0	0	0	82.082.859
PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA	0	2.862.180	0	0	0	0	0	0	0	0	2.862.180
Despesa Corrente	0	2.862.180	0	0	0	0	0	0	0	0	2.862.180
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL	0	75.752.969	0	0	0	0	0	0	0	0	75.752.969
ENCARGOS ESPECIAIS - JUCISRS	0	9.052.463	0	0	0	0	0	0	0	0	9.052.463
Despesa Corrente	0	9.052.463	0	0	0	0	0	0	0	0	9.052.463
FACILITA INVESTIDOR	0	1.807.903	0	0	0	0	0	0	0	0	1.807.903
Despesa Corrente	0	1.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	1.000.000
Despesa de Capital	0	807.903	0	0	0	0	0	0	0	0	807.903
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - JUCISRS	0	64.892.603	0	0	0	0	0	0	0	0	64.892.603
Despesa Corrente	0	64.892.603	0	0	0	0	0	0	0	0	64.892.603

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
MINISTÉRIO PÚBLICO	4.665.266.224	631.489.603	0	0	0	0	0	0	0	0	5.296.755.827
ENCARGOS ESPECIAIS - MP	732.434.391	0	0	0	0	0	0	0	0	0	732.434.391
Despesa Corrente	732.434.391	0	0	0	0	0	0	0	0	0	732.434.391
FUNDOS - MP	56.082.953	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56.082.953
Despesa Corrente	26.287.955	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.287.955
Despesa de Capital	29.794.998	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29.794.998
GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	631.489.603	0	0	0	0	0	0	0	0	631.489.603
Despesa Corrente	0	631.489.603	0	0	0	0	0	0	0	0	631.489.603
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MP	3.843.279.864	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.843.279.864
Despesa Corrente	3.843.279.864	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.843.279.864
SUPORTE OPERACIONAL	33.469.016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33.469.016
Despesa de Capital	33.469.016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33.469.016
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	1.137.655.190	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.137.655.190
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - PGE	1.137.625.190	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.137.625.190
Despesa Corrente	1.116.618.035	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.116.618.035
Despesa de Capital	21.007.155	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.007.155
MODERNIZAÇÃO FISCAL - PROFISCO	30.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30.000
Despesa Corrente	15.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.000
Despesa de Capital	15.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.000
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	4.687.615.832	0	0	0	19.614.432	0	0	0	0	0	4.707.230.264
ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	1.039.056.383	0	0	0	19.614.432	0	0	0	0	0	1.058.670.815
Despesa Corrente	999.656.383	0	0	0	239.032	0	0	0	0	0	999.895.415
Despesa de Capital	39.400.000	0	0	0	19.375.400	0	0	0	0	0	58.775.400
ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPEN	1.438.138.619	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.438.138.619
Despesa Corrente	1.438.138.619	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.438.138.619
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEAPEN	2.206.220.830	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.206.220.830
Despesa Corrente	2.205.820.830	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.205.820.830
Despesa de Capital	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	400.000
RS CIDADANIA	4.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.200.000
Despesa Corrente	4.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.000.000
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	1.835.596.442	0	0	0	53.140.331	0	0	0	0	12.791.228	1.901.528.001
COMBATE À INFRAESTRUTURA PRECÁRIA NO CAMPO	21.536.754	0	0	0	12.781.466	0	0	0	0	12.791.228	47.109.448
Despesa Corrente	19.247.089	0	0	0	0	0	0	0	0	6.395.614	25.642.703
Despesa de Capital	2.289.665	0	0	0	12.781.466	0	0	0	0	6.395.614	21.466.745
ENCARGOS ESPECIAIS - SEAPDR	110.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	110.000.000
Despesa de Capital	110.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	110.000.000
FORTALECIMENTO E INOVAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO	7.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.000.000
Despesa Corrente	7.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.000.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEAPDR	775.416.379	0	0	0	0	0	0	0	0	0	775.416.379
Despesa Corrente	765.882.615	0	0	0	0	0	0	0	0	0	765.882.615
Despesa de Capital	9.533.764	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.533.764
INCENTIVO À PERMANÊNCIA NO CAMPO	746.142.362	0	0	0	7.747.590	0	0	0	0	0	753.889.952
Despesa Corrente	699.142.362	0	0	0	3.747.590	0	0	0	0	0	702.889.952
Despesa de Capital	47.000.000	0	0	0	4.000.000	0	0	0	0	0	51.000.000
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O CAMPO	21.966.335	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.966.335
Despesa Corrente	21.966.335	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21.966.335
NOVOS NEGÓCIOS E COMERCIALIZAÇÃO	86.971.919	0	0	0	32.611.275	0	0	0	0	0	119.583.194
Despesa Corrente	86.971.919	0	0	0	0	0	0	0	0	0	86.971.919
Despesa de Capital	0	0	0	0	32.611.275	0	0	0	0	0	32.611.275
PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	400.000
Despesa Corrente	400.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	400.000
PROTEÇÃO À VIDA E PROMOÇÃO DO TRABALHO	265.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	265.000
Despesa Corrente	265.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	265.000

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total	
RS ATIVOS	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000	
Despesa Corrente	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000	
SANIDADE ANIMAL E VEGETAL	22.443.974	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.443.974	
Despesa Corrente	22.443.974	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.443.974	
SERVIÇOS DIGITAIS PARA O CAMPO	43.253.719	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43.253.719	
Despesa Corrente	43.253.719	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43.253.719	
SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO	254.773.702	0	0	0	0	0	0	0	0	0	254.773.702	
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SECOM	123.258.921	0	0	0	0	0	0	0	0	0	123.258.921	
Despesa Corrente	123.058.921	0	0	0	0	0	0	0	0	0	123.058.921	
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000	
INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO	131.514.781	0	0	0	0	0	0	0	0	0	131.514.781	
Despesa Corrente	131.514.781	0	0	0	0	0	0	0	0	0	131.514.781	
SECRETARIA DA CULTURA	173.622.129	0	0	0	500.000	0	0	0	0	0	174.122.129	
FAZER E VIVER A CULTURA NO RS	35.040.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35.040.000	
Despesa Corrente	34.712.080	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34.712.080	
Despesa de Capital	327.920	0	0	0	0	0	0	0	0	0	327.920	
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDAC	98.857.976	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98.857.976	
Despesa Corrente	98.752.976	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98.752.976	
Despesa de Capital	105.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	105.000	
QUALIFICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS	38.524.153	0	0	0	375.200	0	0	0	0	0	38.899.353	
Despesa Corrente	38.429.153	0	0	0	57.060	0	0	0	0	0	38.486.213	
Despesa de Capital	95.000	0	0	0	318.140	0	0	0	0	0	413.140	
RS CRIATIVO	1.200.000	0	0	0	0	124.800	0	0	0	0	1.324.800	
Despesa Corrente	1.200.000	0	0	0	0	18.800	0	0	0	0	1.218.800	
Despesa de Capital	0	0	0	0	0	106.000	0	0	0	0	106.000	
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	35.140.126.462	0	0	0	16.250.970	0	0	0	0	0	2.577.216.442	37.733.593.874
EDUCAÇÃO PARA A NOVA ECONOMIA	5.366.854	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.984.558	7.351.412
Despesa Corrente	5.366.854	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.984.558	7.351.412
ENCARGOS ESPECIAIS - SEDUC	20.930.928.350	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.930.928.350	
Despesa Corrente	20.930.928.350	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.930.928.350	
FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO	0	0	0	0	3.663.535	0	0	0	0	0	29.775.507	33.439.042
Despesa Corrente	0	0	0	0	3.663.535	0	0	0	0	0	29.775.507	33.439.042
GARANTIA DO ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA	110.020.571	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.332.148.898	1.442.169.469
Despesa Corrente	110.020.571	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.322.319.029	1.432.339.600
Despesa de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.829.869	9.829.869
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDUC	13.910.239.909	0	0	0	0	0	0	0	0	0	70.081.310	13.980.321.219
Despesa Corrente	13.910.239.909	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61.037.823	13.971.277.732
Despesa de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.043.487	9.043.487
QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.942.976	13.942.976
Despesa Corrente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13.942.976	13.942.976
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS	183.570.778	0	0	0	12.587.435	0	0	0	0	0	1.106.367.102	1.302.525.315
Despesa Corrente	78.570.778	0	0	0	6.803.714	0	0	0	0	0	919.063.143	1.004.437.635
Despesa de Capital	105.000.000	0	0	0	5.783.721	0	0	0	0	0	187.303.959	298.087.680
RECEITA DIGITAL 2030	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.916.091	22.916.091
Despesa Corrente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.916.091	22.916.091
SECRETARIA DA FAZENDA	2.392.348.583	0	0	0	85.075.815	0	0	0	0	0	2.477.424.398	
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEFAZ	2.363.348.583	0	0	0	85.075.815	0	0	0	0	0	2.448.424.398	
Despesa Corrente	2.334.654.377	0	0	0	12.143.280	0	0	0	0	0	2.346.797.657	
Despesa de Capital	28.694.206	0	0	0	72.932.535	0	0	0	0	0	101.626.741	
MODERNIZAÇÃO FISCAL - PROFISCO	6.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.200.000	
Despesa Corrente	6.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.200.000	
RECEITA DIGITAL 2030	22.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.800.000	

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa Corrente	22.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22.800.000
SECRETARIA DA SAÚDE	15.119.772.547	0	0	0	0	0	0	0	0	3.787.457.531	18.907.230.078
CONHECIMENTO EM INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.500.000
Despesa Corrente	3.500.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.500.000
ENCARGOS ESPECIAIS - SES	1.548.615.147	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.548.615.147
Despesa Corrente	1.548.615.147	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.548.615.147
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SES	2.529.563.718	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.529.563.718
Despesa Corrente	2.523.563.718	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.523.563.718
Despesa de Capital	6.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.000.000
MELHORIA DO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE	10.568.362.643	0	0	0	0	0	0	0	0	3.713.857.531	14.282.220.174
Despesa Corrente	10.432.141.508	0	0	0	0	0	0	0	0	3.675.982.955	14.108.124.463
Despesa de Capital	136.221.135	0	0	0	0	0	0	0	0	37.874.576	174.095.711
POLÍTICAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA COM FOCO TERRITORIAL	5.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.200.000
Despesa Corrente	5.200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.200.000
PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA	83.680.000	0	0	0	0	0	0	0	0	13.600.000	97.280.000
Despesa Corrente	83.680.000	0	0	0	0	0	0	0	0	13.600.000	97.280.000
RECEITA DIGITAL 2030	24.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.000.000
Despesa Corrente	24.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.000.000
REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EVITÁVEIS MATERNO, FETAL E INFANTIL	154.851.039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	154.851.039
Despesa Corrente	154.851.039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	154.851.039
REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS E DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	202.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	60.000.000	262.000.000
Despesa Corrente	202.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	60.000.000	262.000.000
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	41.122.488.077	0	0	0	258.000.000	0	0	0	0	4.000.000	41.384.488.077
CIDADÃO MAIS SEGURO	1.785.528.625	0	0	0	43.858.858	0	0	0	0	0	1.829.387.483
Despesa Corrente	1.781.728.625	0	0	0	36.508.858	0	0	0	0	0	1.818.237.483
Despesa de Capital	3.800.000	0	0	0	7.350.000	0	0	0	0	0	11.150.000
ENCARGOS ESPECIAIS - SSP	26.461.072.375	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.461.072.375
Despesa Corrente	26.461.072.375	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.461.072.375
FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE RESPOSTA DA SEGURANÇA PÚBLICA	359.286.824	0	0	0	212.845.211	0	0	0	0	0	572.132.035
Despesa Corrente	293.133.726	0	0	0	28.595.211	0	0	0	0	0	321.728.937
Despesa de Capital	66.153.098	0	0	0	184.250.000	0	0	0	0	0	250.403.098
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SSP	12.507.012.562	0	0	0	492.114	0	0	0	0	0	12.507.504.676
Despesa Corrente	12.507.012.562	0	0	0	492.114	0	0	0	0	0	12.507.504.676
PREVENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	4.577.455	0	0	0	602.909	0	0	0	0	4.000.000	9.180.364
Despesa Corrente	4.177.455	0	0	0	202.909	0	0	0	0	0	4.380.364
Despesa de Capital	400.000	0	0	0	400.000	0	0	0	0	4.000.000	4.800.000
QUALIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM	1.473.782	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.473.782
Despesa Corrente	1.473.782	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.473.782
QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS	3.536.454	0	0	0	200.908	0	0	0	0	0	3.737.362
Despesa Corrente	3.536.454	0	0	0	200.908	0	0	0	0	0	3.737.362
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E APOIO AOS MUNICÍPIOS	11.098.347	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.098.347
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAAM	11.098.347	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.098.347
Despesa Corrente	10.898.347	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.898.347
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	113.601.706	0	0	0	0	0	0	0	0	0	113.601.706
ENCARGOS ESPECIAIS - SEDETUR	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEDETUR	84.305.251	0	0	0	0	0	0	0	0	0	84.305.251
Despesa Corrente	84.105.251	0	0	0	0	0	0	0	0	0	84.105.251
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
INVEST RS	6.435.103	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.435.103
Despesa Corrente	6.435.103	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.435.103
RS COMPETITIVO	16.901.521	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.901.521
Despesa Corrente	14.754.059	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.754.059
Despesa de Capital	2.147.462	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.147.462
RS TURISMO SUSTENTÁVEL	5.759.831	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.759.831
Despesa Corrente	5.759.831	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.759.831
SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	37.479.079	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37.479.079
DESBURROCRATIZAÇÃO	220.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	220.000
Despesa Corrente	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
Despesa de Capital	20.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.000
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	6.342.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.342.000
Despesa Corrente	6.278.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.278.000
Despesa de Capital	64.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	64.000
ENCARGOS ESPECIAIS - SGGE	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SGGE	28.104.579	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28.104.579
Despesa Corrente	28.060.579	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28.060.579
Despesa de Capital	44.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	44.000
RS DIGITAL	684.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	684.000
Despesa Corrente	660.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	660.000
Despesa de Capital	24.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.000
RS PARCERIAS	994.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	994.000
Despesa Corrente	970.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	970.000
Despesa de Capital	24.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.000
SISTEMA DE GOVERNANÇA 4.0	814.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	814.500
Despesa Corrente	790.500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	790.500
Despesa de Capital	24.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24.000
TRANSPORTES: INTEGRAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INTERMODAL	120.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120.000
Despesa Corrente	120.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120.000
SECRETARIA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	101.365.092	0	0	0	0	0	0	0	0	0	101.365.092
AMBIENTES DE INOVAÇÃO	10.880.117	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.880.117
Despesa Corrente	9.520.117	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.520.117
Despesa de Capital	1.360.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.360.000
CONHECIMENTO EM INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	11.004.088	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.004.088
Despesa Corrente	11.004.088	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.004.088
EDUCAÇÃO PARA A NOVA ECONOMIA	459.415	0	0	0	0	0	0	0	0	0	459.415
Despesa Corrente	459.415	0	0	0	0	0	0	0	0	0	459.415
GESTÃO DA INOVAÇÃO	4.695.416	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.695.416
Despesa Corrente	4.695.416	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.695.416
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SICT	74.326.056	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74.326.056
Despesa Corrente	74.126.056	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74.126.056
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	135.752.424	0	0	0	3.423.042	0	0	0	50.000.000	0	189.175.466
ACESSO À CULTURA E AO ESPORTE E LAZER	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000
Despesa Corrente	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SDSTJDH	74.245.368	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74.245.368
Despesa Corrente	74.205.368	0	0	0	0	0	0	0	0	0	74.205.368
Despesa de Capital	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000
POD+: PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS	130.000	0	0	0	0	0	0	0	50.000.000	0	50.130.000
Despesa Corrente	130.000	0	0	0	0	0	0	0	15.000.000	0	15.130.000
Despesa de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	35.000.000	0	35.000.000
POLÍTICAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA COM FOCO TERRITORIAL	80.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80.000

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
Despesa Corrente	80.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80.000
RECONECTADO VIDAS	12.060.000	0	0	0	3.423.042	0	0	0	0	0	15.483.042
Despesa Corrente	12.060.000	0	0	0	2.783.443	0	0	0	0	0	14.843.443
Despesa de Capital	0	0	0	0	639.599	0	0	0	0	0	639.599
RS CIDADANIA	38.397.056	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38.397.056
Despesa Corrente	27.852.840	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.852.840
Despesa de Capital	10.544.216	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.544.216
RS DIGITAL	10.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.800.000
Despesa Corrente	10.800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.800.000
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	110.914.624	0	0	0	87.682.352	0	0	0	0	28.484.664	227.081.640
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SELT	86.770.364	0	0	0	0	0	0	0	0	0	86.770.364
Despesa Corrente	86.770.364	0	0	0	0	0	0	0	0	0	86.770.364
TRANSPORTES: INTEGRAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INTERMODAL	24.144.260	0	0	0	87.682.352	0	0	0	0	28.484.664	140.311.276
Despesa Corrente	13.890.197	0	0	0	3.221.614	0	0	0	0	14.242.332	31.354.143
Despesa de Capital	10.254.063	0	0	0	84.460.738	0	0	0	0	14.242.332	108.957.133
SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO	231.492.320	0	0	0	0	0	0	0	0	0	231.492.320
ACÓES HABITACIONAIS	20.317.937	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.317.937
Despesa Corrente	15.217.937	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.217.937
Despesa de Capital	5.100.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.100.000
APOIO À QUALIDADE DE VIDA NOS MUNICÍPIOS	15.535.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.535.000
Despesa Corrente	15.335.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.335.000
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
EFICIÊNCIA E ASSERTIVIDADE NO GERENCIAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	10.700.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.700.000
Despesa Corrente	8.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.000.000
Despesa de Capital	2.700.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.700.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOP	184.939.383	0	0	0	0	0	0	0	0	0	184.939.383
Despesa Corrente	184.739.383	0	0	0	0	0	0	0	0	0	184.739.383
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	961.782.351	0	0	0	0	0	0	0	0	0	961.782.351
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEPLAG	871.196.242	0	0	0	0	0	0	0	0	0	871.196.242
Despesa Corrente	870.996.242	0	0	0	0	0	0	0	0	0	870.996.242
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
LICITA TRI LEGAL	3.346.902	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.346.902
Despesa Corrente	3.346.902	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.346.902
RS ANALÍTICA	9.818.972	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.818.972
Despesa Corrente	9.818.972	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.818.972
RS ATIVOS	76.583.510	0	0	0	0	0	0	0	0	0	76.583.510
Despesa Corrente	26.820.114	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26.820.114
Despesa de Capital	49.763.396	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49.763.396
RS PESSOAS	836.725	0	0	0	0	0	0	0	0	0	836.725
Despesa Corrente	836.725	0	0	0	0	0	0	0	0	0	836.725
SECRETARIA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	75.309.445	0	0	0	354.891	0	0	0	0	2.816.605	78.480.941
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - STAS	15.623.294	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.623.294
Despesa Corrente	15.423.294	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.423.294
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
POLÍTICAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA COM FOCO TERRITORIAL	2.600.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.600.000
Despesa Corrente	2.600.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.600.000
PROTEÇÃO À VIDA E PROMOÇÃO DO TRABALHO	37.006.151	0	0	0	354.891	0	0	0	0	2.816.605	40.177.647
Despesa Corrente	37.006.151	0	0	0	331.665	0	0	0	0	2.816.605	40.154.421
Despesa de Capital	0	0	0	0	23.226	0	0	0	0	0	23.226
RECEITA DIGITAL 2030	20.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.000.000
Despesa Corrente	20.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20.000.000
SISTEMA DE GOVERNANÇA 4.0	80.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80.000
Despesa Corrente	80.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	80.000

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER	33.750.881	0	0	0	0	0	0	0	0	27.466.581	61.217.462
ACESSO À CULTURA E AO ESPORTE E LAZER	355.000	0	0	0	0	0	0	0	0	3.802.647	4.157.647
Despesa Corrente	315.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	315.000
Despesa de Capital	40.000	0	0	0	0	0	0	0	0	3.802.647	3.842.647
FOMENTO E PROMOÇÃO DO ESPORTE	17.788.000	0	0	0	0	0	0	0	0	23.663.934	41.451.934
Despesa Corrente	16.768.000	0	0	0	0	0	0	0	0	21.423.934	38.191.934
Despesa de Capital	1.020.000	0	0	0	0	0	0	0	0	2.240.000	3.260.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEL	15.477.881	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.477.881
Despesa Corrente	15.317.881	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15.317.881
Despesa de Capital	160.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160.000
PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA	130.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	130.000
Despesa Corrente	130.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	130.000
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA	305.688.641	0	0	0	41.481.194	0	0	0	0	115.121.060	462.290.895
ENCARGOS ESPECIAIS - SEMA	0	0	0	0	40.000.000	0	0	0	0	0	40.000.000
Despesa de Capital	0	0	0	0	40.000.000	0	0	0	0	0	40.000.000
FORTALECIMENTO E INOVAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO	20.213.250	0	0	0	211.594	0	0	0	0	24.004.649	44.429.493
Despesa Corrente	19.503.741	0	0	0	157.229	0	0	0	0	22.676.327	42.337.297
Despesa de Capital	709.509	0	0	0	54.365	0	0	0	0	1.328.322	2.092.196
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEMA	172.924.063	0	0	0	105.800	0	0	0	0	8.222.933	181.252.796
Despesa Corrente	172.579.310	0	0	0	78.620	0	0	0	0	7.558.775	180.216.705
Despesa de Capital	344.753	0	0	0	27.180	0	0	0	0	664.158	1.036.091
MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E SISTEMAS NA ÁREA AMBIENTAL	32.718.980	0	0	0	317.400	0	0	0	0	24.668.789	57.705.169
Despesa Corrente	31.694.721	0	0	0	235.860	0	0	0	0	22.676.315	54.606.896
Despesa de Capital	1.024.259	0	0	0	81.540	0	0	0	0	1.992.474	3.098.273
PARCERIAS PARA PROVER MELHORES SERVIÇOS	10.909.660	0	0	0	105.800	0	0	0	0	8.222.933	19.238.393
Despesa Corrente	10.564.907	0	0	0	78.620	0	0	0	0	7.558.775	18.202.302
Despesa de Capital	344.753	0	0	0	27.180	0	0	0	0	664.158	1.036.091
PREVENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	10.909.660	0	0	0	105.800	0	0	0	0	8.222.933	19.238.393
Despesa Corrente	10.564.907	0	0	0	78.620	0	0	0	0	7.558.775	18.202.302
Despesa de Capital	344.753	0	0	0	27.180	0	0	0	0	664.158	1.036.091
PROMOÇÃO DE GESTÃO AMBIENTAL	36.203.708	0	0	0	423.200	0	0	0	0	25.332.957	61.959.865
Despesa Corrente	34.824.696	0	0	0	314.480	0	0	0	0	22.676.325	57.815.501
Despesa de Capital	1.379.012	0	0	0	108.720	0	0	0	0	2.656.632	4.144.364
USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS MINERAIS E GÁS	21.809.320	0	0	0	211.600	0	0	0	0	16.445.866	38.466.786
Despesa Corrente	21.129.814	0	0	0	157.240	0	0	0	0	15.117.550	36.404.604
Despesa de Capital	679.506	0	0	0	54.360	0	0	0	0	1.328.316	2.062.182
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS	6.621.866	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.621.866
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SERFI	6.621.866	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.621.866
Despesa Corrente	6.421.866	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.421.866
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	200.000
SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE RIO GRANDE	15.932	593.146.314	0	0	0	0	0	0	0	0	593.162.246
ENCARGOS ESPECIAIS - SUPRG	0	70.957.888	0	0	0	0	0	0	0	0	70.957.888
Despesa Corrente	0	70.157.888	0	0	0	0	0	0	0	0	70.157.888
Despesa de Capital	0	800.000	0	0	0	0	0	0	0	0	800.000
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SUPRG	15.932	482.188.426	0	0	0	0	0	0	0	0	482.204.358
Despesa Corrente	0	470.325.502	0	0	0	0	0	0	0	0	470.325.502
Despesa de Capital	15.932	11.862.924	0	0	0	0	0	0	0	0	11.878.856
TRANSPORTES: INTEGRAÇÃO E OTIMIZAÇÃO INTERMODAL	0	40.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000.000
Despesa Corrente	0	40.000.000	0	0	0	0	0	0	0	0	40.000.000
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	2.294.462.342	1.041.175.642	0	0	0	0	0	0	0	0	3.335.637.984
ENCARGOS ESPECIAIS - TCE	980.503.716	0	0	0	0	0	0	0	0	0	980.503.716
Despesa Corrente	980.503.716	0	0	0	0	0	0	0	0	0	980.503.716

Plano Plurianual PPA 2020 - 2023 - Elaboração

RESUMO DAS DESPESAS POR FONTE

Órgão / Ação Programática / Natureza da Despesa	Tesouro	Próprios de Autarquias	Próprios de Fundações	Próprios de Empresas	Convênios	Parcerias com Municípios	Outras Parcerias	Operações de Crédito Internas	Operações de Crédito Externas	Transferências Obrigatórias	Total
FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL	46.063.825	0	0	0	0	0	0	0	0	0	46.063.825
Despesa Corrente	39.370.022	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39.370.022
Despesa de Capital	6.693.803	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.693.803
GESTÃO DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	1.041.175.642	0	0	0	0	0	0	0	0	1.041.175.642
Despesa Corrente	0	1.041.175.642	0	0	0	0	0	0	0	0	1.041.175.642
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TCE	1.267.894.801	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.267.894.801
Despesa Corrente	1.263.619.762	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.263.619.762
Despesa de Capital	4.275.039	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.275.039
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	15.717.611.496	3.567.703.933	0	0	40.000	0	0	0	0	0	19.285.355.429
ENCARGOS ESPECIAIS - TJ	4.481.414.949	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.481.414.949
Despesa Corrente	4.481.414.949	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.481.414.949
GESTÃO DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	3.567.703.933	0	0	0	0	0	0	0	0	3.567.703.933
Despesa Corrente	0	3.567.703.933	0	0	0	0	0	0	0	0	3.567.703.933
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TJ	8.050.954.895	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.050.954.895
Despesa Corrente	8.050.954.895	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8.050.954.895
MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO TJ	3.185.241.652	0	0	0	40.000	0	0	0	0	0	3.185.281.652
Despesa Corrente	2.826.487.029	0	0	0	40.000	0	0	0	0	0	2.826.527.029
Despesa de Capital	358.754.623	0	0	0	0	0	0	0	0	0	358.754.623
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	150.478.162	36.928.927	0	0	0	0	0	0	0	0	187.407.089
CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	4.758.001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.758.001
Despesa Corrente	3.096.957	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3.096.957
Despesa de Capital	1.661.044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.661.044
ENCARGOS ESPECIAIS - JME	56.042.332	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56.042.332
Despesa Corrente	56.042.332	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56.042.332
GESTÃO DO RÉGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0	36.928.927	0	0	0	0	0	0	0	0	36.928.927
Despesa Corrente	0	36.928.927	0	0	0	0	0	0	0	0	36.928.927
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - JME	89.677.829	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89.677.829
Despesa Corrente	86.941.044	0	0	0	0	0	0	0	0	0	86.941.044
Despesa de Capital	2.736.785	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.736.785
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	431.684.532	0	79.422	0	1.723.066	0	0	0	0	0	433.487.020
CONHECIMENTO EM INOVAÇÃO, CIÉNCIA E TECNOLOGIA	2.256.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.256.000
Despesa Corrente	2.256.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.256.000
ENCARGOS ESPECIAIS - UERGS	42.106.946	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42.106.946
Despesa Corrente	42.106.946	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42.106.946
GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - UERGS	380.356.986	0	79.422	0	1.723.066	0	0	0	0	0	382.159.474
Despesa Corrente	380.156.986	0	79.422	0	1.666.953	0	0	0	0	0	381.903.361
Despesa de Capital	200.000	0	0	0	56.113	0	0	0	0	0	256.113
INDUÇÃO DAS POTENCIALIDADES REGIONAIS E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	6.964.600	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.964.600
Despesa Corrente	6.964.600	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.964.600

Anexo II

Metas e Prioridades da Administração Pública Estadual - 2020



METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020

I. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1. garantir ao Poder Legislativo os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, qualificando e modernizando os seus espaços, recursos, serviços e procedimentos legislativos, implementando novos processos e aperfeiçoando os já existentes, por meio de gestão compartilhada na administração da legislatura;
2. aperfeiçoar os mecanismos de participação e interação da sociedade com o Parlamento, inclusive garantindo recursos e logística para a realização de audiências públicas, seminários e demais eventos promovidos pelo Legislativo, inclusive fora das dependências da Assembleia Legislativa;
3. ampliar e democratizar a comunicação da Assembleia Legislativa com a sociedade, modernizando a infraestrutura e logística de áudio e vídeo, e criando condições de adequação aos avanços tecnológicos e às mudanças nos marcos regulatórios; bem como intensificar a utilização dos demais meios de comunicação e divulgação institucional, a fim de facilitar a todos os segmentos da sociedade o acompanhamento dos trabalhos do Parlamento;
4. dar continuidade à reestruturação administrativa da Assembleia Legislativa, mediante criação ou extinção de cargos e/ou funções, bem como ao provimento de cargos e funções legalmente destinados ao Poder Legislativo;
5. expandir o projeto de informatização e os mecanismos de tecnologia de informação direcionados à qualificação dos serviços da Assembleia Legislativa, mediante aquisição e atualização de equipamentos e programas, e a elaboração de projetos e sistemas, visando seu pleno desempenho e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto ou mediante a interligação com bancos de dados que

permitam a troca de informações, cadastros e dados, no interesse das atividades do Poder Legislativo;

6. promover a progressão funcional e a recomposição e revisão do poder aquisitivo dos vencimentos e proventos de modo a valorizar os servidores, buscar condições orçamentárias necessárias para o pagamento de passivos de pessoal, respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de implementar o pagamento de outras vantagens, inclusive parcelas atrasadas, e conceder aumento e/ou realinhamento de estruturas remuneratórias;

7. promover a qualificação dos servidores, intensificar a capacitação do quadro funcional, otimizando o treinamento e desenvolvimento corporativo; dar continuidade ao desenvolvimento de projetos objetivando a gestão estratégica de pessoas e a manutenção da saúde ocupacional dos servidores em exercício na Assembleia Legislativa;

8. dar continuidade ao processo de interiorização da Assembleia Legislativa, de forma própria e também em parceria institucional e de logística com organismos representativos de segmentos da sociedade gaúcha, como forma de concretizar a aproximação dos trabalhos parlamentares com a população promovendo uma ampla discussão sobre temas relevantes, visando à promoção de políticas públicas capazes de beneficiar os diversos segmentos heterogêneos da nossa sociedade;

9. promover a cooperação técnica dos órgãos deste parlamento com entidades, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicas ou privadas; inclusive com as escolas de gestão ou de governo do Poder Executivo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria-



Geral do Estado, e de organismos representativos de prefeitos municipais e vereadores, visando à promoção de políticas e o debate de temas de interesse público e social para a população gaúcha;

10. dar continuidade a ampliação, construção, aquisição, reforma e recuperação das instalações da Assembleia Legislativa, racionalizando e otimizando seu espaço físico, adequando-o a novas formas de utilização, facilitando o acesso ao público em geral e, em especial, às pessoas com deficiência;

11. promover as condições tecnológicas e materiais necessárias para a manutenção e o aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, aproximando, desse modo, o Parlamento da sociedade gaúcha;

12. promover e incentivar o desenvolvimento de atividades culturais, objetivando a integração da sociedade com o patrimônio histórico, artístico e cultural do Rio Grande do Sul;

13. promover as condições materiais e humanas necessárias para a recepção oficial de autoridades e personalidades públicas em visita ao Parlamento, bem como para reuniões administrativas e prestação de contas à comunidade e veículos de comunicação social, conforme deliberação da Mesa Diretora; e

14. implementar ações objetivando o apoio técnico institucional às Câmaras de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul.

II. TRIBUNAL DE CONTAS

1. atingir o índice de 95% de julgamento de Contas de Gestão Estadual e Municipal e de emissão de Pareceres de Contas de Governo Municipal;

2. realizar 2.700 procedimentos de fiscalização (auditorias, inspeções, monitoramentos, diligências, etc) e 21.000 procedimentos de instrução processual;

3. prover os cargos legalmente destinados ao Tribunal de Contas do Estado, inclusive mediante a realização de concurso público; criar ou extinguir cargos e/ou funções;

4. promover a recomposição e revisão dos vencimentos, gratificações, indenizações e benefícios dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Procurador, Procuradores Adjuntos e Servidores, Ativos e Inativos, bem como efetuar o pagamento de passivo de pessoal de exercícios anteriores;

5. complementar a reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores;

6. aprimorar o Sistema de Gestão pela Qualidade, mantendo a Certificação na norma internacional de garantia da qualidade ISO 9001:2015;

7. dar continuidade à expansão, atualização e melhoramento na infraestrutura dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado, incluindo seus Serviços Regionais;

8. dar seguimento à implementação do Processo Eletrônico Administrativo;

9. ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, mediante a aquisição e atualização de equipamentos e sistemas, bem como através da elaboração de projetos, visando à plena utilização e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto;

10. dar continuidade à implantação dos projetos voltados à modernização das atividades de controle externo e à transparência das atividades do Governo que são



objeto de fiscalização por este TCE (Processo Eletrônico, Licitacon, Estruturação do Macroprocesso do TCE, etc);

11. fortalecer e ampliar a atuação da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, visando ao aperfeiçoamento e à capacitação do corpo funcional, servidores públicos e agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do

Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e a sociedade, tendo em vista suas atribuições de natureza pedagógica e de orientação; e

12. dar continuidade ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas que serão financiados com recursos orçamentários, nos termos que estabelece a Lei Complementar nº 101/2000.

III. PODER JUDICIÁRIO

1. garantir ao Poder Judiciário os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, qualificando os serviços e procedimentos, visando a atender com eficiência e eficácia a demanda da prestação jurisdicional;
2. criar Comarcas, Juizados, Varas, cargos de Juiz, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 1.º Grau;
3. criar Câmaras, Grupos, cargos de Desembargador, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 2.º Grau;
4. realizar concurso público para o preenchimento dos cargos vagos na Justiça de 1.º e 2.º Graus, assim como dos cargos de Magistrados e servidores a serem criados nas duas instâncias;
5. prover os cargos e funções criados e vagos no 1.º e 2.º Graus;
6. criar e preencher os cargos para atender às necessidades de Cartórios Judiciais Estatizados em razão de vacância, bem como daqueles que vierem a ser estatizados;
7. promover, quando necessário, a elevação de entrância das comarcas;

8. implementar efetivamente as ações previstas no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça;
9. ampliar o número de Juizados Especiais dotando-os de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, objetivando maior agilização da Justiça de 1.º grau;
10. custear e/ou promover cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários visando ao treinamento e aperfeiçoamento de Magistrados e servidores;
11. efetuar o realinhamento das classes funcionais com a implantação do plano de carreira dos servidores e atender às disposições decorrentes da implantação do novo “Estatuto dos Servidores da Justiça”;
12. conceder reposição salarial aos servidores, assim como recuperar as perdas existentes e promover a revisão de auxílios;
13. promover a alteração do valor nominal do subsídio, nos termos da lei;
14. autorizar o pagamento de passivo de exercícios anteriores, benefícios e outras vantagens de pessoal para Magistrados e servidores;



15. promover melhorias nas instalações da Justiça, com construção, ampliações, reformas, adaptações e manutenção de prédios;
16. adquirir equipamentos em geral, especialmente de informática, telefonia e segurança, veículos e mobiliários, destinados a atender às necessidades do 1.º e 2.º graus;
17. manter e ampliar a informatização do Poder Judiciário, abrangendo todas as comarcas do Estado, visando a agilizar os serviços jurisdicionais na crescente demanda da sociedade;
18. incrementar os níveis de investimento do Poder Judiciário, inclusive com as compensações necessárias das receitas vinculadas a estes fins;
19. promover e incrementar condições laborais que garantam melhor qualidade de vida no trabalho, protegendo a saúde de servidores e Magistrados, objetivando bem-estar físico, mental e social;
20. estimular a criação de Conselhos Municipais Penitenciários, auxiliando na humanização dos presídios e ressocialização do preso; e
21. criar Centros Judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, antes e depois da propositura da demanda judicial, previsto no art. 165 do NCPC.

IV. MINISTÉRIO PÚBLICO

1. prover o Ministério Público de recursos materiais necessários para o cumprimento de suas funções legais e constitucionais e aumentar a eficiência e eficácia nas áreas de sua atuação, dotando a Instituição de recursos humanos e promovendo o realinhamento remuneratório;
2. dar continuidade ao sistema remuneratório com base no artigo 39, § 4º, combinado com o artigo 128, § 5º, inc. I, alínea “c”, ambos da Constituição Federal e com a Lei Estadual nº 12.911, de 11 de março de 2008;
3. ampliar a capacidade instalada da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias e Procuradorias de Justiça;
4. desenvolver trabalhos visando à preservação da memória da Instituição, por meio da operacionalização do Memorial do Ministério Público;
5. construir, reformar e ampliar sedes próprias em terrenos adquiridos ou recebidos para esse fim;
6. promover e incrementar, por meio de setores específicos, o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos membros e dos servidores do Ministério Público, objetivando a melhor execução de seus serviços e a racionalização de seus recursos materiais, garantindo a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
7. fomentar o estabelecimento da cultura da informação digital, focado no estímulo à utilização racional dos meios e disponibilização de informações relevantes para a gestão e dotar o Ministério Público de ferramentas na área de Tecnologia da Informação (TI), que deem suporte aos serviços de processamento de dados, qualificando a informação e propiciando a realização de ações com maior grau de confiabilidade e eficácia;

8. prosseguir no cumprimento de suas funções institucionais, previstas na Constituição Federal e legislação específica;
9. desenvolver e gerir a estratégia da Instituição, num processo de aperfeiçoamento constante da Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, qualificar os serviços prestados e ampliar a efetividade das ações ministeriais;
10. criar e prover cargos na carreira do Ministério Público e Serviços Auxiliares, de acordo com a necessidade;
11. realizar concursos públicos para o provimento de cargos iniciais da carreira do Ministério Público e do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares;
12. proceder ao pagamento de passivo de pessoal, benefícios e outras vantagens para membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas, inclusive de exercícios anteriores;
13. promover a reposição remuneratória nos subsídios e vencimentos de membros, servidores e pensionistas, ativos e inativos, e recuperar perdas existentes;
14. efetivar o reordenamento das classes funcionais, com a reestruturação do plano de carreira dos servidores e implantar o Estatuto dos Servidores do Ministério Público;
15. desenvolver ações integradas nas áreas criminal, civil, do meio ambiente, da infância e juventude e da probidade administrativa, por meio de captação de recursos junto a Organismos Nacionais e Internacionais;
16. dinamizar o relacionamento e a interação com os Poderes e Instituições de Estado, bem como com a sociedade civil organizada;
17. aproximar a Instituição da Sociedade, de modo a facilitar o acesso a todas

- as suas áreas de atuação, ampliando os espaços de interlocução com as bases comunitárias e agilizando o reconhecimento das demandas sociais, contribuindo para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de ações conjuntas para o atendimento dos anseios sociais;
18. ampliar parcerias com os conselhos municipais e estaduais, as universidades, as escolas e outras organizações sociais;
19. implementar ações provenientes de parcerias firmadas com terceiros, por meio de convênios e acordos;
20. prosseguir a implementação do planejamento estratégico da Instituição, objetivando a concretização do posicionamento de transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, com a aplicação de novas ferramentas de gestão;
21. aplicar recursos orçamentários provenientes de outras esferas de governo, da criação de novas receitas próprias ou da redistribuição de receitas já existentes;
22. promover a gestão de recursos humanos, proporcionando a valorização dos membros e servidores do Ministério Público, reafirmando a sua preocupação quanto ao bem-estar do seu corpo funcional e com a qualidade de vida no trabalho, por meio de ações voltadas para a saúde ocupacional, favorecendo as condições plenas de desenvolvimento humano;
23. manter diálogo informativo com a sociedade e o cidadão, sobre ações institucionais, disponibilizando os canais de Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria), e a Rádio MP; e
24. aplicar os recursos do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados - FRLB destinados a ressarcir à coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens de direito de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.



V. DEFENSORIA PÚBLICA

1. adquirir, construir, locar e reformar prédios para que a instituição tenha sedes próprias em todas as Unidades Jurisdicionais do Estado;
2. prover a Defensoria Pública dos recursos materiais necessários, garantindo atendimento qualificado em todas as unidades do Estado e adequado desempenho das atividades de apoio na capital;
3. revisar o Planejamento Estratégico da Instituição, adequando os objetivos, indicadores, metas e projetos ao ambiente interno e externo;
4. desenvolver projeto de gestão dos processos de trabalho das áreas fim e meio, otimizando e automatizando os fluxos, com vistas a qualificar e agilizar os serviços prestados;
5. adequar o Portal da Defensoria para plena integração com os sistemas do Poder Judiciário, proporcionando agilidade, confiabilidade e economicidade;
6. aperfeiçoar os sistemas informatizados das atividades de apoio da instituição para garantir a adequada prestação dos serviços na área fim;
7. criar novos cargos de defensores públicos e servidores para garantir atendimento em todas as Comarcas do Estado;
8. conceder reposição remuneratória aos defensores públicos e servidores ativos, inativos e pensionistas;
9. realizar cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários para capacitação dos defensores públicos e servidores;
10. implantar revisão periódica da remuneração dos estagiários;
11. implantar ações de promoção de qualidade de vida no trabalho para defensores públicos, servidores e estagiários;
12. captar recursos extraordinários junto a organizações internacionais e nacionais para desenvolver projetos estratégicos e realizar investimentos;
13. desenvolver ações para otimizar a aplicação das receitas ordinárias;
14. aumentar o número de mutirões de atendimento;
15. desenvolver e executar ações de educação em direitos e promoção dos direitos humanos;
16. ampliar a atuação extrajudicial, visando à redução da judicialização de ações; e
17. promover ações publicitárias visando à divulgação dos serviços prestados e ao fortalecimento institucional.



VI. PODER EXECUTIVO

As metas e prioridades do Poder Executivo para o exercício de 2020 são compostas pelos Indicadores de Resultados das Ações Programáticas definidas para acompanhamento, conforme apresentados no Plano Plurianual 2020-2023:

Programa Temático	Ação Programática	Órgão Coordenador da Ação Programática	Vínculo com os Objetivos Estratégicos	Indicador de Resultado Denominação	Indicador de Resultado (Valor mais recente)	Indicador de Resultado (Valor desejado)
Acelera RS	RS Criativo	SECRETARIA DA CULTURA	"Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais",	Percentual do setor cultural no emprego formal	3,32	3,45
Campo em Ascensão	Novos negócios e comercialização	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	"Fortalecer o desenvolvimento regional",	Percentual de agroindústrias no Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF)	12	12
	Novos negócios e comercialização	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	"Fortalecer o desenvolvimento regional",	Percentual de cadeias agropecuárias beneficiadas por programas de fomento	50	100
	Sanidade animal e vegetal	SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	"Aumentar a capacidade de investimento", "Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples", "Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Percentual de atendimento às condições para obtenção da Certificação de Zona Livre de Febre Aftosa	13	100
Desenvolve RS	Apoio à qualidade de vida nos municípios	SECRETARIA DE OBRAS E HABITAÇÃO	"Fortalecer o desenvolvimento regional",	Percentual de municípios atendidos por ações de saneamento	3	24
	Desenvolvimento regional	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Promover a articulação regional e a participação social", "Fortalecer o desenvolvimento regional",	Percentual de eleitores participantes na votação da Consulta Popular	8,99	15
	Desenvolvimento regional	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Promover a articulação regional e a participação social", "Fortalecer o desenvolvimento regional",	Percentual de participação online na Consulta Popular	79,1	100
	Invest RS	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	"Fortalecer o desenvolvimento regional", "Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais",	Participação das exportações no PIB	17,3	19,3
	RS Competitivo	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	"Fortalecer o desenvolvimento regional", "Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais", "Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples",	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais ocupadas no trabalho formal	67,6	80
	RS Turismo Sustentável	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	"Qualificar e incrementar a prestação de serviços formando parcerias com setor privado e 3º setor", "Promover a articulação regional e a participação social", "Fortalecer o desenvolvimento regional", "Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais", "Promover a sustentabilidade ambiental",	Número de rotas/roteiros turísticos ofertados	220	264
Educa+RS	Educação para a Nova Economia	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de aprovação do Ensino Médio	69,4	80
	Educação para a Nova Economia	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de distorção idade-ano do Ensino Médio	38,1	30
	Educação para a Nova Economia	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de reprovação do Ensino Médio	22,2	12
	Formação continuada na educação	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de Profissionais de Educação da Rede Pública Estadual qualificados com formação continuada	NA	100
	Garantia do acesso e permanência dos alunos na Educação Básica	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de permanência do Ensino Fundamental	98,9	99,5
	Garantia do acesso e permanência dos alunos na Educação Básica	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de permanência do Ensino Médio	91,6	98
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de escolas do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico, Adequado e Avançado - Anos Finais	35,2	47,2



Programa Temático	Ação Programática	Órgão Coordenador da Ação Programática	Vínculo com os Objetivos Estratégicos	Indicador de Resultado Denominação	Indicador de Resultado (Valor mais recente)	Indicador de Resultado (Valor desejado)
Educa+RS	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de escolas do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico, Adequado e Avançado - Anos Iniciais	15,7	27,7
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de escolas do Ensino Fundamental, em Matemática, classificadas como Básico, Adequado e Avançado - Anos Finais	41,5	53,5
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de escolas do Ensino Fundamental, em Matemática, classificadas como Básico, Adequado e Avançado - Anos Iniciais	41,9	53,9
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de escolas do Ensino Médio, em Língua Portuguesa, classificadas como Básico, Adequado e Avançado	50,1	62,1
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de escolas do Ensino Médio, em Matemática, classificadas como Básico, Adequado e Avançado	51,4	63,4
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de distorção idade-ano dos Anos Finais do Ensino Fundamental	34,2	25
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de distorção idade-ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	12,8	9,8
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de reprovação Anos Finais do Ensino Fundamental	20	10
	Qualificação da Aprendizagem	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Taxa de reprovação Anos Iniciais do Ensino Fundamental	8,5	5
	Qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de escolas com espaços pedagógicos e administrativos qualificados	20	70
Governo 4.0	Qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	"Qualificar o aprendizado para a nova economia",	Percentual de escolas com intervenção na rede física	25	70
	Integridade e boas práticas de governança pública	CASA CIVIL	"Aumentar a capacidade de investimento", "Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do Governo", "Aprimorar os mecanismos de transparéncia",	Índice de efetividade nominal da qualificação	NA	90
	Integridade e boas práticas de governança pública	CASA CIVIL	"Aumentar a capacidade de investimento", "Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do Governo", "Aprimorar os mecanismos de transparéncia",	Percentual de atendimento do SIC/LAI, Canal Denúncia e Ouvidoria	NA	90
	Integridade e boas práticas de governança pública	CASA CIVIL	"Aumentar a capacidade de investimento", "Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do Governo", "Aprimorar os mecanismos de transparéncia",	Percentual de Planos de Integridade nos órgãos da Administração Pública Estadual	NA	90
	RS Analítica	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Aprimorar os mecanismos de transparéncia", "Modernizar e desburocratizar os processos",	Número de acessos ao Geoportal	1.740	11.000
	RS Analítica	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Aprimorar os mecanismos de transparéncia", "Modernizar e desburocratizar os processos",	Número de indicadores produzidos	0	5
	RS Digital	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Modernizar e desburocratizar os processos", "Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital",	Número de acessos ao Portal Tudo Fácil por semestre	2.000.000	2.600.000
	RS Digital	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Modernizar e desburocratizar os processos", "Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital",	Percentual de serviços digitais conclusivos disponibilizados pela plataforma de serviços	11	100
	RS Pessoas	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Valorizar e desenvolver o servidor público",	Número de servidores estaduais capacitados	217	24.000



Programa Temático	Ação Programática	Órgão Coordenador da Ação Programática	Vínculo com os Objetivos Estratégicos	Indicador de Resultado Denominação	Indicador de Resultado (Valor mais recente)	Indicador de Resultado (Valor desejado)
Governo 4.0	RS Pessoas	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Valorizar e desenvolver o servidor público",	Percentual de processos de RH automatizados	NA	100
	RS Pessoas	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Valorizar e desenvolver o servidor público",	Tempo médio de análise das demandas de Licença Saúde via PDI	NA	15
	RS Pessoas	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Valorizar e desenvolver o servidor público",	Tempo médio de tramitação do Processo Administrativo Disciplinar	732	670
	Sistema de Governança 4.0	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do Governo", "Aprimorar os mecanismos de transparéncia",	Percentual de atingimento de metas pactuadas no Acordo de Resultados	53	100
RS Cidadania	POD+: Programa de Oportunidades e Direitos	SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Taxa de adolescentes privados de liberdade na FASE	161,59	110
	POD+: Programa de Oportunidades e Direitos	SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 24 anos	0,88	0,76
	Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais	SECRETARIA DA CULTURA	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Percentual de Instituições com PPCI e acessibilidade em boas condições	0	100
	Qualificação e sustentabilidade das instituições culturais	SECRETARIA DA CULTURA	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Percentual de Instituições Culturais com estrutura em boas condições	0	100
	Reconectado Vidas	SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Percentual de alunos com distorção idade-ano entre os atendidos pelas políticas de justiça, cidadania e direitos humanos	46	32
	Reconectado Vidas	SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Percentual de crianças e adolescentes que estão frequentando a escola entre os acompanhados pelas políticas de justiça, cidadania e direitos humanos	NA	100
	Reconectado Vidas	SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Percentual de crianças e adolescentes reinseridos na família no prazo legal	NA	80
	Reconectado Vidas	SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Percentual de pessoas acompanhadas entre as inseridas nos Programas de Proteção à Vida	NA	100
	Reconectado Vidas	SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Percentual de reingresso de socioeducandos na FASE	30,4	28
	RS Cidadania	SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	"Promover a inclusão social e o espírito de cidadania",	Percentual de Municípios do COREDE Representados na Plenária do Fórum Estadual Permanente	60	90
RS Infraestrutura	Amplia RS: ampliação e manutenção da malha rodoviária estadual	SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	"Reducir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura",	Indicador de Irregularidade Longitudinal da Malha Rodoviária Pavimentada - IRI	74,6	80
	Amplia RS: ampliação e manutenção da malha rodoviária estadual	SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	"Reducir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura",	Veículos envolvidos em acidentes fatais na malha rodoviária do RS	2.520	2.268
	Transportes: integração e otimização intermodal	SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	"Reducir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura",	Movimentação de Aeronaves - Aeroportos Regionais	17.039	18.743
RS Infraestrutura	Transportes: integração e otimização intermodal	SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	"Reducir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura",	Movimentação de Passageiros - Aeroportos Regionais	351.005	386.106
	Transportes: integração e otimização intermodal	SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	"Reducir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura",	Movimentações Portuárias	61.500.784	79.319.000



Programa Temático	Ação Programática	Órgão Coordenador da Ação Programática	Vínculo com os Objetivos Estratégicos	Indicador de Resultado Denominação	Indicador de Resultado (Valor mais recente)	Indicador de Resultado (Valor desejado)
RS Seguro	Políticas Sociais de Prevenção à Violência com foco Territorial	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	"Aumentar a segurança e o combate ao crime",	Taxa de abandono dos alunos do Ensino Fundamental nas escolas selecionadas	1,7	0,5
	Políticas Sociais de Prevenção à Violência com foco Territorial	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	"Aumentar a segurança e o combate ao crime",	Taxa de abandono dos alunos do Ensino Médio nas escolas selecionadas	11,1	2
	Políticas Sociais de Prevenção à Violência com foco Territorial	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	"Aumentar a segurança e o combate ao crime",	Taxa de distorção idade-ano dos alunos do Ensino Médio matriculados nas escolas selecionadas	53,4	30
	Políticas Sociais de Prevenção à Violência com foco Territorial	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	"Aumentar a segurança e o combate ao crime",	Taxa de distração idade-ano dos alunos do Ensino Fundamental matriculados nas escolas selecionadas	31,3	25
Saúde Cidadã	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Cobertura de Estratégia Saúde da Família	60,04	68
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Cobertura do atendimento pré-hospitalar de urgência	91	100
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Cobertura hemoterápica pública	72	80
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Cobertura populacional estimada de Saúde Bucal na Atenção Básica	43,41	47,91
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Número de solicitações de consultas feitas fora da referência das redes de alta complexidade	4.913	2.457
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Número de solicitações de consultas feitas fora da referência das redes de média complexidade	35.022	17.511
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Percentual de internações reguladas	45	75
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Percentual de medicamentos de responsabilidade estadual com estoque crítico	29,2	5
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Percentual de municípios infestados por Aedes aegypti	50	10
	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	SECRETARIA DA SAÚDE	"Prestar assistência a saúde, fortalecendo a promoção e prevenção",	Percentual de repasse de financiamento do componente básico da Assistência Farmacêutica	32,62	100
Simplifica RS	Desburocratização	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Modernizar e desburocratizar os processos", "Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples",	Percentual de normativas em desuso revogadas	0,66	15
	Desburocratização	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Modernizar e desburocratizar os processos", "Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples",	Representação da PGE em outros órgãos (Agentes Setoriais)	23	28
	Desburocratização	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Modernizar e desburocratizar os processos", "Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples",	Tempo médio de tramitação na consultoria jurídica	100	60
Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias	Receita Digital 2030	SECRETARIA DA FAZENDA	"Buscar equilíbrio fiscal otimizando os gastos e maximizando as receitas",	Acréscimo na arrecadação com Impostos	38.523	43.757
	RS Ativos	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Buscar equilíbrio fiscal otimizando os gastos e maximizando as receitas", "Modernizar e desburocratizar os processos",	Receita oriunda da alienação de imóveis inservíveis	5	60
	RS Ativos	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Buscar equilíbrio fiscal otimizando os gastos e maximizando as receitas", "Modernizar e desburocratizar os processos",	Receita oriunda da compensação de dívidas	NA	200
	RS Ativos	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Buscar equilíbrio fiscal otimizando os gastos e maximizando as receitas", "Modernizar e desburocratizar os processos",	Receita oriunda de empreendimentos viabilizados por permuta por área construída	75,14	140
	RS Ativos	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	"Buscar equilíbrio fiscal otimizando os gastos e maximizando as receitas", "Modernizar e desburocratizar os processos",	Taxa de execução do PRODOC SEPLAG/PNUD	5	100
	RS Parcerias	SECRETARIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA	"Buscar equilíbrio fiscal otimizando os gastos e maximizando as receitas", "Aumentar a capacidade de investimento", "Qualificar e incrementar a prestação de serviços formando parcerias com setor privado e 3º setor",	Número de parcerias modeladas	4	8



PPA | NOVAS FAÇANHAS

Plano Plurianual 2020-2023

